

Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

A ILUSTRE PELOTENSE
Tradição e Modernidade
em Conflito

Um estudo histórico da Universidade
Federal de Pelotas e suas tentativas
de racionalização

034258

Dissertação de Mestrado para o
Programa de Pós Graduação em
Educação da Faculdade de
Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof. Arabela Campos Oliven

Porto Alegre, 1º de março de 1990.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Elaborada por Evangelina de Azevedo Veiga CRB-10/79

J35i Jantzen, Sylvio Arnaldo Dick

A Ilustre Pelotense: tradição e modernidade e o conflito: um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização / Sylvio Arnaldo Dick Jantzen - Porto Alegre: SADJ, 1990.

iii, 332 f.

Dissertação(mestrado) Fac. Educação da UFRGS.

CDU 37(816.52Pelotas):316.64
378.4(816.52UFPel):316.442
378.4(816.52UFPel):316.43
378.4(816.52UFPel):711.121
378.4(816.52UFPel)(091)
378.4(816.52UFPel).014.542
378.4(816.52UFPel).015.4

Índices para Catálogo Sistemático:

Educação : Pelotas : Mentalidades : Sociologia 37(816.52Pelotas):316.64
Universidade Federal de Pelotas : Modernidade : Sociologia 378.4(816.52UFPel):316.422
Universidade Federal de Pelotas : Planejamento social 378.4(816.52UFPel):316.43
Universidade Federal de Pelotas : Desenvolvimento não Planejado : Urbanismo 378.4(816.52UFPel):711.121
Universidade Federal de Pelotas : História 378.4(816.52UFPel)(091)
Universidade Federal de Pelotas : Planejamento Educacional 378.4(816.52UFPel):014.542
Universidade Federal de Pelotas : Sociologia Educacional 378.4(816.52UFPel):015.4

SUMARIO

RESUMO.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
INTRODUÇÃO.....	i
CAPÍTULO I - A CONEXÃO REPUBLICANA.....	6
I.1. INTRODUÇÃO.....	7
I.2. A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PELOTAS E O POVOAMENTO DA REGIÃO.....	8
I.3. A FORMAÇÃO SOCIAL ESCRAVISTA - O CONTEXTO.....	15
I.3.1. O Modo de Produção Escravista Moderno.....	15
I.3.2. A Organização Social dos Charqueadores no Modo de Produção Escravista Moderno.....	16
I.3.3. O Descompasso entre Porto Alegre e Pelotas.....	20
I.4. AS ORIGENS DO ENSINO EM PELOTAS: AGRÔNOMOS, DENTISTAS E BACHARÉIS.....	23
I.4.1. A Mentalidade Urbana.....	23
I.4.2. Os Primeiros Estabelecimentos de Ensino em Pelotas.....	36
I.4.3. O Colégio Pelotense e sua Ligação com as Primeiras Faculdades.....	44
I.4.4. A Faculdade de Farmácia e Odontologia.....	49
I.4.5. A Faculdade de Direito.....	52
I.4.6. A Escola de Agronomia Eliseu Maciel.....	62
I.4.7. O Patronato Agrícola Visconde da Graça.....	81
NOTAS - CAPÍTULO I.....	90

CAPÍTULO II - A REPÚBLICA E AS UNIVERSIDADES.....	95
II.1. INTRODUÇÃO.....	96
II.2. DA OLIGARQUIA A CLASSE MÉDIA; ELITES PATERNALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO.....	98
II.2.1. A Conversão Republicana em Pelotas.....	101
II.2.2. A República e o Declínio Financeiro da Cidade..	104
II.2.3. Quadro Geral da República Velha em Pelotas.....	106
II.2.4. O Saber e as Faculdades.....	112
II.3. NOTA SOBRE O POPULISMO EM PELOTAS.....	116
II.4. A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS E AS CLASSES MÉDIAS.....	121
II.5. A UNIVERSIDADE RURAL DO SUL.....	132
II.6. AS TRÊS ÚLTIMAS ADESÕES REPUBLICANAS.....	138
II.6.1. A Faculdade de Medicina - "A Leiga".....	138
II.6.2. O Conservatório de Música de Pelotas.....	150
II.6.3. A Escola de Belas Artes "Dona Carmem Trápaga Simões".....	154
II.7. A ILUSTRE PELOTENSE: A UFPEL.....	160
II.7.1. A Estrutura da UFPel - Faculdades, Cursos e Departamentos.....	167
II.7.2. A UFPel e o Planejamento.....	181
NOTAS - CAPÍTULO II.....	192

CAPÍTULO III - A RACIONALIDADE SUSPensa (AS FALAS DA UFPEL):

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM DIRIGENTES DA UFPEL.....	199
III.1. NOTA SOBRE A METODOLOGIA (ANÁLISE DE CONTEÚDO)....	200
III.2. A HISTÓRIA DA UFPEL NAS FALAS E MENTALIDADES DE SEUS DIRIGENTES.....	203
A) A CRIAÇÃO DA UFPEL, OS FATORES DECISIVOS E OS LÍDERES DO PROCESSO.....	204
Pelotas, uma Região Agrária.....	206
O Brasil Grande.....	207
"Delfim, o Grande Articulador".....	208
Os Pelotenses Ilustres.....	215
A Universidade e a Evolução Natural.....	215
A Universidade foi uma reivindicação da comunidade.....	217
B) A FORMA IDEAL DA UFPEL.....	220
A Tradição e a Decência.....	220
Os Centros.....	222
C) A CRIAÇÃO DOS NOVOS CURSOS.....	224
D) A REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	228
Breve Exame.....	228
Respostas sobre a Reforma Universitária.....	237
E) COMENTÁRIO SOBRE O PRIMEIRO BLOCO.....	244
III.3. A ATUALIDADE DA UFPEL: ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	246
A) OS DESCOMPASSOS.....	247
Os Realistas.....	248
Os Críticos.....	249
B) O FUTURO DA UFPEL.....	257
C) O CRESCIMENTO DA UFPEL.....	262
D) OS NOVOS CURSOS DA UFPEL.....	263

III.4. PLANEJAMENTO E RACIONALIDADE DA UFPEL.....	267
A) A GRANDE QUEIXA.....	270
B) O PROBLEMA DA ÁREA FÍSICA.....	272
C) O DESCRÉDITO DA COMUNIDADE.....	273
D) O PROBLEMA DO CAMPUS E A "CORRIDA PARA A CIDADE".....	277
E) O PAPEL DA ÁREA FÍSICA PARA A UNIVERSIDADE, PRIORIDADES E CONFIGURAÇÃO IDEAL.....	287
F) ÁREA FÍSICA: PRIORIDADE ?.....	290
G) O PLANEJAMENTO COMO UM TEMA GENÉRICO (DA TECNOCRACIA A KANT).....	293
NOTAS - CAPÍTULO III.....	308
CONCLUSÃO.....	309
NOTA FINAL.....	318
BIBLIOGRAFIA.....	319
ANEXOS.....	330
LISTA DE ANEXOS:	

Quadros:

- Nº DE GRADUADOS 1951 A 1982 DA EAEM
- CANDIDATOS INSCRITOS NO EXAME DE HABILITAÇÃO
1938/1950 DA EAEM
- MATRÍCULA GERAL E GRADUADOS 1937/1950 DA
EAEM
- MATRÍCULAS E GRADUADOS NE EAEM 1981/1912
- POSIÇÃO DA UFPEL ENTRE AS DEMAIS
INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM
1987
- MATRÍCULA UFPEL 1986 - GRADUAÇÃO
- MATRÍCULA UFPEL 1986 - PÓS-GRADUAÇÃO E
SEGUNDO GRAU
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM
1986

- UFPEL - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM 1986
- UFPEL - BIBLIOTECAS
- UFPEL - CURSOS OFERECIDOS 1986
- UFPEL - ATIVIDADES DEPARTAMENTAIS - EVOLUÇÃO 1980/85
- CURSOS DE SEGUNDO GRAU - VAGAS E CANDIDATOS POR CURSO 1982-86
- UFPEL - AREA DE ATUAÇÃO DO CRUTAC 1979/1986
- UFPEL - EXTENSÃO
- UFPEL - CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 1979
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CANDIDATOS
- UFPEL - CONCLUSÕES DE CURSOS
- UFPEL - RELAÇÃO MATRÍCULA/CONCLUSÕES DE CURSO
- UFPEL - RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA VESTIBULAR 1979/1986
- UFPEL - CURSOS DE SEGUNDO GRAU - CRESCIMENTO DA MATRÍCULA, VAGAS, CANDIDATOS E CONCLUSÕES
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUÍNTES
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS INICIAIS
- UFPEL - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - VAGAS E CANDIDATOS
- UFPEL - AREAS CONSTRUÍDAS EM M2 - 1986
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - CURSOS E MATRÍCULAS 1986

Fotos

Distrito Educacional 36

Mapa Região Sul

Decreto Lei 750 de 8 de Agosto de 1969

Decreto Lei 65.881 de 16 de dezembro de 1969

Currículo do Liceu de Agronomia e Veterinária - 1926
(Reformado em 1980)

Currículo do Liceu da Agronomia e Veterinária - 1901

Convênios da UFPel (Seleção)

Fotocópias de Anúncios do "Gymnasio Pelotense" -
1903/1902

Fotocópias de Anúncios do "Curso Racional" - 1879

Fotocópias de Anúncio do "Lyceu Municipal" - 1879

A Forma das Citações do Capítulo III

O Questionário do Capítulo III

Quadro Geral dos Entrevistados do Capítulo III

RESUMO

A Ilustre Pelotense: tradição e modernidade em conflito

Estudamos a história da Universidade Federal de Pelotas (cidade do Rio Grande do Sul - Brasil). Nosso alvo era entender a relação particular de uma universidade pública isolada com a história geral da educação superior no Brasil. A Universidade Federal de Pelotas é um caso especial. Foi fundada por um decreto federal em 1969, mas muitas das suas instituições componentes são bastante antigas. Elas foram criadas no século passado e na República Velha (1891-1930). Nossa ênfase foi colocada nas possíveis razões para as dificuldades de planejá-la, ou organizá-la racionalmente. Planejamento, modernidade, racionalização e tradição foram os temas com os quais lidamos em nossa pesquisa. Constatamos que a UFPel está indecisa frente a uma contradição entre dois projetos difusos de universidade. Um é o "moderno", o outro poderia assumir o signo dos procedimentos administrativos antigos, nos quais o favoritismo, nepotismo e sinecuras são práticas correntes. Os planos que foram feitos depois de 1969 nunca puderam ser colocados na realidade. Tentamos identificar quais as forças que impediram o despontar do planejamento neste Universidade, especialmente para suas áreas e prédios. A persistência no "irracional" já estava presa às mentalidades dos dirigentes da UFPel. Estas mentalidades foram transferidas das antigas faculdades para a nova universidade. No último capítulo desta dissertação efetuamos uma "análise de conteúdo" dos discursos dos líderes da UFPel. Os resultados mostram que suas mentalidades refletem a situação da cidade de Pelotas, caudatária do desenvolvimento capitalista no Brasil como um todo. Suas mentalidades, herdadas de seus ilustres ancestrais (muitos proprietários de terra), os fazem incapazes de acompanhar esse desenvolvimento. Isto força (e ao mesmo tempo é um resultado) que a universidade careça de qualquer tipo de planejamento ou racionalização.

ABSTRACT

The Illustrious "Pelotense": tradition and modernity in conflict.

We studied the history of the Federal University of Pelotas (a city in Rio Grande do Sul - Brazil). Our aim was to understand the particular relationship of one isolated public university with the general history of higher education in Brazil. The Federal University of Pelotas is a special case. It was established in 1969 by a federal decree, but many of its compounding institutions are very old. They were created in the last century and in the "Old [Brazilian] Republic" (1891-1930). Our emphasis was placed on possible reasons for the difficulties it has to be planned, or rationally organized. Planning, modernity, rationalization and tradition were themes that we have dealt with in our research. We have found that the UFPel lies undecided at a contradiction between two not at all recognized projects of university. One is "modern". The other might undertake the sign of the old administration procedures, in which favoritism, nepotism and sinecures are currently practices. The plans that were made after 1969 could never be brought into reality. We tried to identify what were the forces that prevented the arousal of rational planning in this university, specially for its grounds and buildings. Persistence with the "irracional" still remains stuck on the mentalities of the UFPel's leaders. These mentalities were tranfered from the old faculties to the new university. In the last chapter of this dissertation we carried out a "content's analysis" of the UFPel-leaders' discourses. The results show that their mentalities reflect the situation of the city of Pelotas, which stays behind the whole capitalist development of Brazil. Their mentalities, which were inherited from their illustrious ancestors (most of them landowners), make them unable to follow this development. It forces (and at the same time is a result) that the university remains lacking any kind of planning or rationalization.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito no período de janeiro de 1989 a janeiro de 1990. Houve interrupções, provocadas, entre outros motivos, pela dificuldade de reunir a um só tempo as entrevistas com algumas pessoas ligadas à história da Universidade Federal de Pelotas. Estas entrevistas constituíram o material essencial das minhas análises e reflexões. A todos os entrevistados e entrevistadas, portanto, quero manifestar em primeiro lugar meus agradecimentos. Um deles, o professor Delfim Mendes Silveira, cujo nome sou obrigado a revelar por causa da sua entrevista fora do comum, prestou uma contribuição inestimável para este trabalho, que teria resultado diferente, se não fossem nossos contatos. O professor José Emílio Gonçalves Araújo também deve ser mencionado aqui, pois graças ao seu interesse pelos assuntos da UFPel, ofereceu-me todas as informações que lhe estavam ao alcance, mesmo não mais residindo em Pelotas.

Há que agradecer também a muitas pessoas da UFPel e da UCPel, principalmente aos bibliotecários de diversas faculdades e unidades de ambas as instituições. Eles me facilitaram o acesso à maior parte do material escrito de que dispus. As bibliotecárias da FACED-UFRGS também dirijo meus agradecimentos.

Duas instituições pelotenses também foram fundamentais, em termos de colocar material à minha disposição: o Instituto Histórico e Geográfico Pelotense e a Biblioteca Pública Pelotense.

Aos meus colegas de trabalho do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da UFPel, quero expressar meus agradecimentos por terem oportunizado minha liberação de encargos didáticos por um ano (1988) e a redução de minha carga

horária durante o primeiro semestre de 1989, o que tornou possível a elaboração do projeto de pesquisa e a sua execução.

A CAPES apresento meu reconhecimento pelos auxílios concedidos (bolsa de mestrado e de deslocamento).

Por fim, manifesto aqui os meus agradecimentos mais afetivos às pessoas que, cada uma ao seu modo, tiveram paciência para um diálogo, ou contribuíram com material bibliográfico, informações ou dedicaram parte de seu tempo a mim, para que este texto pudesse ser produzido: Arabela Campos Oliven (orientadora), Evangelina Veiga, Fábio John (digitador), George Franck, Jaime Einloft Pereira, José Francisco Rotta Pereira, Maria Emília Staenzel e Gabriel Dorfman, Mauro Cardoso, Paulo Afonso Rheingantz, Rosa Maria Garcia Rolim de Moura, Sara Jakobson e Sylvio Garcia Jantzen. Para Suzana, minha mulher, meus agradecimentos especiais.

INTRODUÇÃO

**A Ilustre Pelotense: Tradição e
Modernidade em Conflito**

A ILUSTRE PELOTENSE: TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM CONFLITO

A maior parte das pesquisas sobre universidade no Brasil toca em temas abrangentes, como a história da Universidade Brasileira, o Planejamento Universitário ou a Reforma Universitária. Se diz também que "a universidade reflete a sociedade", ou que precisa ser "democratizada", etc.. Se fala na "universidade brasileira" como se esta fosse homogênea em todo País. Mas como entender o que acontece com uma universidade em particular? Como encontrar nela os "reflexos da sociedade brasileira"? Como democratizá-la, ou planejá-la? De saída, vemos aí que universidade é um tema de história. Precisamos detalhar a "história da universidade brasileira", buscando maiores informações sobre instituições isoladas. Estas "refletem", na sua particularidade, muitos aspectos do movimento real que as universidades públicas vêm efetuando no Brasil.

Neste trabalho lidamos, sem dúvida, com temas gerais. Mas procuramos analisar questões de planejamento universitário de forma específica, que ora se enquadra, ora foge às grandes generalizações. Trata-se da *Universidade Federal de Pelotas*, localizada hoje em dois Municípios (adjacentes) do Rio Grande do Sul: Pelotas e Capão do Leão. A idéia central é buscar na evolução histórica dessa universidade, desde seus antecedentes remotos do séc. XIX até o presente, os processos que impedem ou dificultam o seu planejamento.

Nossa dificuldade de entender, ou até perceber, essa universidade como uma unidade determinou a questão desta pesquisa. Procuramos saber por que a UFPel tinha uma estrutura tão pulverizada (principalmente em termos de área física) e complicada. A complicação se refere às estruturas burocráticas aglutinadas em torno da figura jurídica "fundação", que foi o modelo institucional adotado na UFPel segundo a Reforma de 1968.

Por um lado, rastreamos a história das instituições que hoje a compõem. A UFPel é semelhante à maioria das universidades brasileiras: uma "federação" de estabelecimentos de ensino administrada por uma "reitoria". Mas isso seria uma generalização muito superficial. Por outro lado, identificamos um *movimento* na UFPel, durante os anos que trabalhamos na sua Faculdade de Arquitetura. Esse movimento tem dois aspectos: a) a universidade possui um *campus* no Município de Capão do Leão, mas muitas unidades acabaram por se deslocar para a zona urbana de Pelotas; o deslocamento ocorreu, na verdade, como "corrida para a cidade" (o *campus* nunca ofereceu condições ideais de trabalho para todos os cursos que lá se localizavam); b) a corrida, principalmente na gestão de 1985 a 1988, não obedeceu a nenhum critério de racionalidade que contemplasse a organização na sua totalidade. Nestes termos, não houve *planejamento*.

Como já mostramos, a começar pelo título do trabalho, *planejamento*, *modernidade*, *racionalização* e *tradição* são temas que tratamos na pesquisa, à medida que íamos descortinando a história da instituição.

Notamos uma contradição entre o projeto "moderno" de universidade, representado principalmente pelo modelo fundacional "pós-68", e práticas ainda muito presas a um outro modelo, que designaremos como "antigo". Neste conflito convivem até agora práticas administrativas marcadas pelo prebendalismo, favoritismo, nepotismo, proselitismo de personalidades influentes no âmbito local, personalismo nas tomadas de decisão que afetam a organização coletiva, corporativismo, etc.. Ao nos depararmos com uma série complexa de estrangulamentos funcionais, surgiu a questão de saber por que a UFPel não havia persistido na continuidade de um sistema de planejamento administrativo e da sua área física, o que até fora tentado numa das suas gestões. Em 1980, com efeito, elaborou-se um plano de desenvolvimento físico. O plano, se aprovado no nível local, assim como aceito pelo órgão do MEC que o sugeriu, carregaria mais recursos à instituição. Este plano "não saiu do papel", como se diz vulgarmente. Montamos, então, um quadro histórico-social da cidade, que nos indicaria a

possível gênese das mentalidades com que nos deparamos na UFPel nos dias atuais. Procurávamos identificar os processos que impediam a formação de uma *vontade política* desencadeadora de algum processo de planejamento para a instituição (ao menos para a área física, apontada como um dos setores mais problemáticos). Descobrimos que a "persistência do irracional" já estava arraigada nas mentalidades dos próprios atores da história das antigas instituições, "transferindo-se" para a UFPel.

Neste quadro privilegiamos aspectos da cultura da cidade de Pelotas. Desde o século passado, aí desfilam duas ideologias principais: o liberalismo e o positivismo. Ambos foram digeridos pela cultura bacharelesca do final do Império e durante a República Velha. As mentalidades da oligarquia agrária pelotense contagiaram a cultura da cidade. Misturavam elementos liberais e comteanos. Produziram a mentalidade urbana pelotense. Essa mentalidade caracterizou-se pelos seus discursos de tom salvacionista, libertários e românticos, mas que atingiam, em última análise, graças à "intimidação bacharelesca", algum êxito: a legitimação política da própria oligarquia. As instituições de ensino serviam de pontos de apoio para essa legitimação. Em seguida, analisamos como essas mentalidades participam da mesma construção cultural que produziu a UFPel como ela é hoje. O período populista "incuba" essas mentalidades para a universidade. A partir de 1964, e com mais força ainda depois da Reforma Universitária de 1968, completa-se a conjuntura para que a UFPel se crie e assuma até alguns discursos "tecnocráticos".

A UFPel é filha dileta da Reforma de 1968. A partir daí começam os desencontros de mentalidades, já refletindo os conflitos entre setores das elites locais. Uns tentam, no discurso, a via de modernização tecnocrática da sociedade, outros, menos aptos a assumirem tal empreendimento, continuam presos ao *ethos* oligárquico-populista. As tendências ideológicas ficaram dissolvidas nos discursos que cada facção adotou. Por isso a UFPel não se planejou. Nem mesmo seus dirigentes tinham conhecimento claro do que poderia representar um "dever-ser" para a universidade.

A metodologia da última parte da pesquisa (a universidade "atual"), foi a *análise de conteúdo* de comunicações produzidas pelos seus ex-reitores e assessores, até a penúltima gestão. Essas comunicações foram obtidas por meio de um instrumento padronizado (questionário), que foi preenchido pelos próprios respondentes, em certos casos; ou então foram recolhidas comunicações através de entrevistas utilizando gravador. Nestas comunicações, assim como em documentos, encontramos imagens de diversas mentalidades, fragmentos de ideologias, mitologias, etc., que nos permitiram avaliar com maior rigor algumas das possíveis causas das irracionalidades da UFPel. Destacamos especialmente duas mentalidades, informadas por saberes e práticas de grupos profissionais, a saber: engenheiros e bacharéis. Essas mentalidades tiveram profundas repercussões nos processos de racionalização e tentativas de planejamento da UFPel. O desenvolvimento não planejado faz parte do seu próprio processo histórico. Entrecruzada com a crônica da cidade, a UFPel permite, guardadas as precauções, uma leitura dos processos sociais em movimento em Pelotas. A cidade não se industrializou, virou periférica e caudatária da modernização/racionalização que o Brasil experimentou durante a lenta dissolução da ditadura militar.

Apesar de tudo, o projeto de modernidade para a UFPel é ainda um objetivo a ser atingido. Isso só será possível quando houver uma discussão generalizada e aberta na instituição. As contradições latentes devem então aflorar, formando-se uma consciência do todo. Nossas expectativas, apesar da crise universitária geral, é que ainda se possam fazer transformações para melhor.

CAPÍTULO I
A CONEXÃO IMPERIAL-REPUBLICANA
Quadro histórico e cultural de Pelotas e
as instituições de ensino tradicionais

I.1. INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo fazemos um estudo da formação dos primeiros estabelecimentos de ensino médio e superior em Pelotas, que acabam por ser aglutinados formando a UFPel.

Destacamos alguns conceitos, com os quais trabalharemos ao longo de toda a pesquisa: a mentalidade urbana de Pelotas, a pluralidade de ideologias que irrigam a cultura imperial-republicana, a fixação do *ethos* oligárquico em Pelotas e as contradições dentro do processo de formação dos estabelecimentos de ensino superior. A principal contradição que destacamos é entre os discursos e a dimensão concreta dos estabelecimentos. Com eles as lideranças locais queriam fazer frente a um processo inevitável de periferização econômica e cultural. As primeiras faculdades já estavam, desde o início, destinadas a cumprir uma importante função "compensatória" para a cidade. O que a cidade perdia em hegemonia econômica começa a ser contrabalançado pelas tentativas de dinamização da sua vida cultural.

Neste quadro é montada uma rede de estabelecimentos de ensino, que garante, pelo menos até o anos trinta, a reprodução do *ethos* oligárquico em Pelotas. Chamamos de "conexão republicana" à articulação de alguns componentes ideológicos do século XIX em Pelotas (liberais, positivistas, maçons, abolicionistas, bacharelescos, etc...) que, excluindo a igreja católica, conseguem organizar-se em torno do "Colégio Pelotense", da "Escola de Agronomia Eliseu Maciel" e do "Patronato Agrícola Visconde da Graça", para produzir o arcabouço do ensino superior "leigo" na cidade.

Observamos com tudo isso que muitos fragmentos dos discursos da cidade no período Império-República, que caracterizam bem suas elites urbanas, formam quase que uma espécie de "matriz", que nos ajudará a interpretar os discursos produzidos na universidade no período atual (ver capítulo III).

Chamamos a atenção para o fato de que neste período inicial não se fala em universidade em Pelotas. Nem se poderia: esta é uma fala da segunda metade do século XX. A história do ensino superior precisa ser contada através da história dos estabelecimentos isolados.

I.2 - A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE PELOTAS E O POVOAMENTO DA REGIÃO

O povoamento europeu na região de Pelotas remonta à primeira metade do século XVIII, no contexto das disputas coloniais entre portugueses e espanhóis pelas terras que vão de Laguna até a Colônia de Sacramento, no Rio da Prata. A Colônia de Sacramento, fundada pelos Portugueses em 1680, foi conquistada em 1735 pelos espanhóis. No período das guerras em torno de sua reconquista a região da barra do Rio Grande (e de Pelotas) foi ocupada pelos portugueses -- lagunenses, preadores de gado paulistas e açorianos (Cardoso, 1977) -- e então povoada.

Em 1737 o brigadeiro José da Silva Paes fundou o forte "Jesus-Maria-José", onde hoje é a cidade de Rio Grande. O forte foi a base militar de uma feitoria. Deste vilarejo, nascido "à sombra das fortalezas e capelas" (Alberto Coelho da Cunha, cit. por Moreira, 1988:2), começa a irradiar-se pelo interior oeste a população colonizadora.

A colonização da terra era uma parte da estratégia de ocupação militar portuguesa na região cisplatina, e no mesmo período em que ocorrem batalhas pela posse do território, são concedidas sesmarias a diversos posseiros da região. "A outorga de sesmarias era concedida àqueles que se destacavam nas lutas contra os castelhanos ou aos que possuíam cabedais" (Cardoso, 1977:94). Este era exatamente o caso de Thomaz Luiz Osório, cuja sesmaria, doada em 1758, abrangia o atual sítio urbano de Pelotas.

As sesmarias foram concedidas de forma confusa e irregular, frequentemente com conflitos entre os posseiros e em circunstâncias em que a própria nacionalidade do território era disputada (Osório, 1922).

Em 1763, quando os espanhóis invadiram a freguesia de Rio Grande, a região já estava ocupada (de modo esparso, evidentemente) e já havia uma incipiente exploração econômica do gado preado. A conquista espanhola, de certo modo, acentuou ainda mais a ocupação oeste da região da Barra do Rio Grande, pois os refugiados ocuparam então a área da sesmaria de Thomaz Luiz Osório.

Em 2 de abril de 1776, dia de São Francisco de Paula, Rio Grande é reconquistada pelos portugueses. Mais tarde, quando a freguesia que deu origem a Pelotas foi criada, a população (parte daqueles refugiados) deu o nome desse santo à povoação.

Em 1780, José Pinto Martins, vindo do Ceará, estabelece uma *charqueada* numa das subdivisões da sesmaria de Osório, chamada Rincão de Pelotas. Era um homem com experiência na técnica da produção do charque. Teria deixado o Ceará por causa de uma seca. Nessa época a atividade mineradora em Minas Gerais já havia criado um mercado para o charque (alimentação de escravos), e isto também vai fazer com que outros charqueadores se estabeleçam nos locais favoráveis à implantação de charqueadas, facilitados pela política de doações de terras do governo geral da colônia.

A povoação de São Francisco de Paula foi construída numa coxilha entre o canal de São Gonçalo e o arroio Santa Bárbara. À sua volta localizavam-se as charqueadas, à beira dos cursos d'água. Em 1812 é expedido um alvará de criação da freguesia. [1]

Em 1809, São Francisco de Paula era ainda um povoado do município de Rio Grande. Em 1810, o padre Felício Joaquim da Costa Pereira levou ao Rio de Janeiro uma reivindicação para a criação da freguesia e o desmembramento. Moreira (1988) sugere que a decisão de construir o povoado no sítio atual foi em função da construção da igreja, e que teriam ocorrido algumas querelas

em torno da escolha do sítio exato, uma vez que os sesmeiros "concorriam" entre si pela honra de ter o povoado construído em sua propriedade. Presumimos que o sesmeiro Antonio Francisco dos Anjos, que loteou seus terrenos para a construção da vila, teve uma participação preponderante no "tráfico de influências" que deve ter orientado a decisão final quanto ao sítio. Em 1815 foi feito o loteamento, os terrenos foram "aforados" e as escrituras lavradas (Moreira, 1988:70).

Em 1814 foi feito um censo na província (Osório, 1922), Pelotas (São Francisco de Paula) contava com 2.419 pessoas, com a seguinte composição étnica: 712 brancos, 105 índios, 232 negros livres, 1.226 negros cativos e 144 recém nascidos (presumivelmente brancos). Essa composição revela nitidamente a característica da sociedade escravocrata que começava a surgir e iria perdurar durante o século XIX. Sobre essa sociedade constrói-se um quadro cultural específico, que é o que nos interessa, como veremos adiante.

A cidade, de acordo com as plantas apresentadas por Moreira (1988) e Osório (1922), foi construída com traçado das ruas em xadrez, o que aliás conserva até hoje, na parte mais antiga. Na época da construção de Pelotas, assim como de outras cidades do Rio Grande do Sul, após a segunda metade do século XVIII, a administração portuguesa já havia se modernizado com Pombal. As concepções urbanísticas para as colônias já haviam [2] incorporado não apenas os princípios do racionalismo do século XVII europeu, mas também do iluminismo. Isso quer dizer, na verdade, que as cidades das colônias eram *planejadas*, na época, de forma muito mais "moderna" que a maioria das cidades européias: ruas largas, que possibilitavam movimentação rápida, destaques para os espaços públicos que valorizavam os prédios do poder do estado e da igreja, e racionalidade na divisão dos lotes urbanos, demonstrada pela ortogonalidade dos quarteirões, que facilitava as medições e "otimizava" o parcelamento. Normalmente se "experimentava" mais em termos de urbanismo nas colônias que nas metrópoles.

Saint-Hilaire, conhecido viajante europeu, visitou o local em 1820. Conheceu Antonio Gonçalves Chaves, charqueador importante da região, em cuja casa se hospedou. Transcrevemos aqui um trecho de sua "clássica" *Viagem ao Rio Grande do Sul*, onde descreve a paróquia de São Francisco de Paula:

"... é sede da paróquia e conta para mais de 100 casas, construídas segundo um plano regular de edificações da aldeia. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena, porém muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhuça sequer e tudo anuncia abundância. Na verdade as casas são todas de um só pavimento mas são bem construídas, cobertas de telha e guarnecidas de janelas envidraçadas.

"Os homens que encontrei achavam-se vestidos com asseio e vi várias lojas sortidas de mercadorias diversas. Operários e principalmente negociantes constituem a população de S. Francisco de Paula.

(...)

"Dois franceses se estabeleceram em S. Francisco de Paula. Visitei-os. Um deles (...). Fez-me do povo desta terra um retrato verdadeiro sob vários aspectos mas exagerado sob vários outros. Relacionarei os pontos que coincidem com minhas observações particulares: Os habitantes desta capitania são ricos e não ambicionam senão o aumento dessa riqueza. Tal fortuna entretanto pouco contribue para o conforto de suas existências; nutrem-se mal e não conhecem diversões. Os momentos de lazer são dedicados ao jogo ou às intriguinhas da aldeia. Na maior parte são ignorantes e sem educação; como não recebem

nenhuma instrução de moral e honra age sempre de má fé em seus negócios."

(Saint-Hilaire, 1887:69-70, grifos nossos)

A descrição acima não é exagerada, ao contrário, levando em consideração as circunstâncias históricas da região, a narrativa nos parece muito perspicaz. Devemos descontar, é claro, a visão de mundo de Saint-Hilaire (ainda influenciado pelo Iluminismo), na qual há a preocupação com a "honra" e a "moral", no sentido cavalheiresco.

Um outro trecho, de João Simões Lopes Netto, também nos dá uma idéia do cotidiano da paróquia, embora escrito em época posterior:

"Casas de tijolo, cobertas de telhas; outras de paredes de pau a pique rebocadas de barro; ranchos de torrão cobertos de palha; quintaes divididos por taipas e cercas de varas; bacelos, enxertos, as primeiras mudas, as hortaliças, raras flores vindas de longe; nada de empedrados, nesgas mais enxutas nos caminhos, trilho favorito dos pedestres; agriões nos correjos, cacarejos e balidos de animais domesticos deambulando soltos, crianças em liberdade canpeando ninhos nas reboleiras do matto circumvizinho; roupas pelos gramados, matronas e moças fiando, cozendo formadas; captivos andando e vindo das cacimbas; a espaços um campeiro apeiando-se, desencilhando á uma porta. Scenario que foi sendo procurado pelos mercadores e visitado pelas comitivas de tropeiros e destacamentos militares. N' uma casa resava-se o terço; n' outra sabia-se alguma noticia mais importante da villa do Rio Grande ..."

(João Simões Lopes Netto, *apud* Osório, 1922:43)

[3]

Apesar do bucolismo da narrativa, tão caro à expressão da [4] época, há dois traços evidentes que consideramos importantes para o nosso trabalho: o entrelaçamento entre os hábitos rurais e urbanos, que desde o início está presente na história da cidade (e perdura até hoje); o escravismo, neste último trecho encarado com certa "naturalidade", cuja importância tem sido pouco explorada pelos estudiosos da nossa cultura.

Uma outra visão da cidade que surgia é a de Antonio Gonçalves Chaves, mais "quantitativa", nas suas *Memórias Economo-políticas sobre a Administração Pública do Brasil*, muito utilizadas por Fernando Henrique Cardoso (cit.) e citadas por Osório (1922). Segundo Gonçalves Chaves, em 1822, era de 217 o número de prédios existentes na cidade. Nas vizinhanças estavam localizadas 22 charqueadas, e este autor previa que a povoação cresceria "até ser uma grande cidade". (Em 1833, uma declaração oficial de um coletor menciona que a cidade possuía 544 prédios.)

Uma das oito primeiras *aulas públicas de primeiras letras*, criadas em 1820 na província, foi a da "freguesia de S. Francisco de Paula de Pelotas". As outras foram criadas na cidade de Porto Alegre e nas vilas de Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antonio da Patrulha, S. João da Cachoeira e Nossa Senhora da Conceição de Piratinim (Osório, 1922:46).

Em resumo, o comércio do gado, as charqueadas, a posição estratégica para o estabelecimento de tropas (no contexto militarista do Rio Grande do Sul da época, quase permanentemente em guerras) fizeram o povoado prosperar.

A urbanização dos charqueadores, estancieiros e comerciantes é o que vai estabelecer as pré-condições para o surgimento de uma "mentalidade urbana" em Pelotas, com características bem peculiares, como veremos adiante. Isto nos interessa particularmente, porque neste processo ocorre uma certa desmilitarização das relações sociais. Estas se tornam "urbanas", e o que é importante, *civis*, mesmo que a urbanização de Pelotas tenha sido condicionada pelo militarismo imperante na província.

A igreja católica também ajudou a promover a urbanização do povoado, por via indireta, no plano ideológico. A ordem civil era pautada pela igreja, exclusivamente, uma vez que o estado se encontrava totalmente empenhado na ocupação militar do território. A própria concessão de sesmarias e títulos de propriedade de terras era feita com objetivos militares.

Pensamos que o agrupamento paroquial não pode ser estudado apenas em termos de segurança militar ou vantagens econômicas, ou então em termos de motivações exclusivamente políticas, como querem alguns dos nossos historiadores mais antigos.

Moreira, em trabalho já citado, apresenta documentos que mencionam a necessidade, por parte das populações livres da região, de ter uma igreja em São Francisco de Paula, para que pudessem receber seus sacramentos. A igreja mais próxima era em Rio Grande, e os deslocamentos até lá eram muitas vezes impraticáveis. Isto prova que o papel da igreja, ou a moral católica, foi efetivamente significativo.

Por fim, conforme tentamos deixar claro acima, esse processo de urbanização, dentro do contexto do *modo de produção escravista moderno* (Saes, 1985), do qual falaremos adiante, esteve associado a um certo nível de desmilitarização das relações sociais. Isso, por sua vez, constituiu um requisito da vida civil, da mentalidade urbana, onde a educação, o "ensino das primeiras letras", vai ser um componente necessário da vida social.

I.3 - A FORMAÇÃO SOCIAL ESCRAVISTA - O CONTEXTO

I.3.1 - O Modo de Produção Escravista Moderno

[5]

Os conceitos de *formação social* e *modo de produção* são tomados tais como foram utilizados por Décio Saes (1985:58-59). O ponto fundamental desta perspectiva teórica é, para o nosso trabalho, focar as articulações entre as relações de produção e sua correspondente estrutura jurídico-política. Isso esclarecerá em que condições se dava a *reprodução* dessas relações sociais. Utilizaremos essa teoria, porque seus conceitos são pertinentes à análise do contexto em que surgem os primeiros estabelecimentos de ensino em Pelotas. Privilegiaremos os elementos da superestrutura, os elementos culturais da urbanização e a educação.

Para Saes, o modo de produção escravista moderno foi dominante no Brasil até fins do século XIX, principalmente porque as unidades de produção não-escravistas dependiam das unidades de produção escravistas, na medida que produziam para seu consumo.

No caso das charqueadas, que nos interessam particularmente, estas dependiam dos mercados internos brasileiros (e em menor grau dos externos, no final do século XIX e início do século XX); dependiam também do tráfico interprovincial de escravos. Os charqueadores tinham que possuir escravos, porque pelo direito escravista (respaldado pelo estado escravista), esses eram a principal "mercadoria", que servia inclusive como garantia para o crédito bancário (cf. Saes, 1985).

Não é à toa, portanto, que Pelotas (assim como outras cidades do Brasil) importasse de tudo, desde os produtos manufaturados mais simples, até materiais de construção, instalações mecânicas e hidráulicas (como a caixa d' água, por exemplo). A base econômica para isso era o excedente das charqueadas. Não havia também a possibilidade de se desenvolver nenhum outro ramo da produção que não empregasse escravos

(portanto, que pudesse utilizar processos de trabalho e tecnologias mais avançadas).

Não faremos aqui uma análise detalhada e exaustiva das características do tipo de estado que se formava no Brasil, nem das razões da sua superação, no final do século XIX. O que é importante reter, a partir do trabalho de Saes, é o seu enfoque da relação concreta, na formação social escravista brasileira, entre o escravismo e as ideologias e mentalidades presentes na política do estado e no direito, no mesmo período em que Pelotas começa a desenvolver sua vida urbana.

I.3.2 - A Organização Social dos Charqueadores dentro do Modo de Produção Escravista Moderno

No final do século XVIII, como vimos, com a decadência do ciclo do açúcar no Nordeste e o início da mineração em Minas Gerais, desloca-se o pólo econômico da colonização portuguesa para o interior e cria-se um mercado interno no Brasil. Os rebanhos de gado do Sul assumem uma nova importância econômica.

Em busca desses rebanhos, que eram vendidos em Sorocaba, os lagunenses começam a migrar para o Sul. Esse movimento foi espontâneo no início, mas em seguida incentivado pela coroa portuguesa, que por seu lado, queria conservar seu domínio no Prata (a Colônia de Sacramento, constantemente ameaçada pelas invasões espanholas). Todo o Rio Grande, portanto passou a ser estratégico para o domínio português.

Nesta primeira fase, a riqueza foi acumulada muito mais a partir do comércio de gado do que pela posse da terra ou de "animálias" (Cardoso, cit.).

Em seguida, como o mercado consumidor se estabilizava e ampliava cada vez mais, a exploração econômica do gado começa a exigir estabilidade e organização, para garantir a reposição permanente do produto. As estâncias consolidam-se nesse momento, pouco antes de 1780. Com isso, os lagunenses e preadores transferem para o Sul o mesmo sistema de organização do trabalho,

de apropriação e distribuição da terra, bem como o mesmo sistema de poder vigente na colônia.

A grande propriedade era mantida e dirigida pela família patriarcal. O trabalho escravo e o eventual "concurso dos agregados" sustentavam essa engrenagem. (Cardoso, cit., p.95).

Em 1777, com o tratado de Santo Ildefonso entre Portugal e Espanha, a Colônia de Sacramento passa para a Espanha. São estabelecidos também os Campos Neutrais (faixa de terra entre a lagoa Mangueira, lagoa Mirim e a costa marítima), por onde o gado uruguaio é constantemente contrabandeado para o Rio Grande. A reação portuguesa ao tratado (Portugal perdera também as Missões) foi de intensificar ainda mais a ocupação do território gaúcho. Houve uma verdadeira "corrida pelas sesmarias" (Pesavento, 1985).

Toda a conjuntura econômica neste período conduziu ao fortalecimento da indústria saladeril. De 1780 a 1801, com a política "militar" de distribuição de terras, os pecuaristas foram altamente beneficiados. Açorianos (vindos para povoar o território) foram expropriados em favor dos sesmeiros pecuaristas (cf. Pesavento, cit., p. 18). Isso torna em parte compreensíveis os conflitos pela posse da terra na região de Pelotas, narrados de passagem por Osório (1922).

A formação social escravista gaúcha começa a organizar-se, portanto, pelos criadores de gado, charqueadores e escravos. Era uma sociedade latifundiária (a única maneira de manter o latifúndio era a exploração da mão-de-obra disponível, isto é, não proprietários peões e escravos). Se na primeira fase, quando surgem as estâncias, a escravidão era incipiente, no momento em que se consolida a indústria do charque ela se torna obrigatória (cf. Cardoso, cit.).

Fernando Henrique Cardoso, um tanto inspirado em Max Weber, considera que este processo lança as bases para uma estrutura social patrimonialista, na qual "a subordinação puramente pessoal ao senhor impera como critério fundamental para a distribuição prebendária e para a concessão de benefícios" (Cardoso, 1977:100). Ainda, sobre esse ponto, distingue dois

momentos no processo de formação da sociedade do Rio Grande: primeiro, o da autoridade militar, "à qual não faltava o soberbo desprezo pelo poder civil e pela fonte donde derivava: os negócios" (cit., p. 106); e o segundo, "a tendência para o fortalecimento das parentelas, com o apoio dos representantes do rei" (p. 107), que ocorre quando o domínio passa para os estancieiros e charqueadores. Nas regiões das charqueadas os proprietários passam a submeter-se cada vez menos ao poder militar, convertendo-se na própria ordem constituída. Para Cardoso, o conceito de *senhor* na sociedade patrimonialista brasileira formou-se pelo fortalecimento dos chefes de parentela, que conseguiram exercer influência ou dispor de posições na ordem estatal. "A estrutura patrimonialista e ao seu esquema de posições sociais assimétricas correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação" (p. 84, grifos nossos).

A sociedade que se formava era, pois, profundamente autoritária. O estado de prontidão militar permanente misturava-se à rusticidade do cotidiano.

Nos interessa, então, destacar como essas formas de relacionamento social passam a fazer parte do meio urbano que se formava, conjugando diversos fatores de aglutinação da população no espaço urbano (não necessariamente na ordem abaixo), quais sejam, as necessidades de:

- segurança militar;
- "praça" para os negócios, compra de escravos, etc.;
- comunicação com o exterior;
- centro de dominação religiosa (o agrupamento paroquial);
- "lugar" para o poder (um dos aspectos simbólicos do espaço urbano);
- "lugar" da dominação ideológica em geral (aspectos simbólicos do espaço urbano e reunião dos equipamentos de poder).

Um exemplo bem concreto dos aspectos simbólicos do meio urbano era a importância dos atos oficiais de instalação dos pelourinhos, autorizados formalmente pelos representantes do rei. Em Pelotas, segundo um artigo de Eurico Leite, n' "O Diário Popular", de 27.08.1945, o pelourinho ficava exatamente no centro da atual Praça Coronel Pedro Osório.

Um outro aspecto da urbanização de Pelotas que merece ser destacado é a fixação de um certo "ruralismo" no meio urbano. Este fenômeno não é exclusivo de Pelotas. Nos referimos aqui a uma característica de alguns Municípios da região da campanha, que tiveram, á semelhança de Pelotas, um passado opulento, baseado na pecuária, principalmente.

Em primeiro lugar, a urbanização de Pelotas foi uma prática social concreta de estancieiros e charqueadores. Estes foram movidos pelas necessidades arroladas acima e pelo desejo de morar na cidade, usufruindo das suas vantagens de consumo e "civilizatórias", principalmente. Alguns charqueadores tornaram-se inclusive bastante refinados para os padrões da época, fogem ao tipo do estancieiro desbravador e militar, mandam os seus filhos estudar e pautam suas vidas por padrões culturais imitados aos europeus (Gonçalves Chaves, que hospedou Saint-Hilaire em 1820, poderia ser um exemplo). Em segundo lugar, a manutenção da ordem escravocrata no meio urbano acentuou a tendência de perpetuar na vida cotidiana e nas mentalidades uma forma de relacionamento social não-burguesa. A fusão desses elementos confere a Pelotas um clima típico: as formas urbanas são antigas, têm uma aparência "tradicional", evocando um passado imperial e até colonial, criando uma atmosfera muito "brasileira". Neste ambiente, convivem homens e mulheres ainda ligados à vida rural, a fazendas, à convivência regulada por uma noção de rígida hierarquia, disfarçada, manifestando-se discretamente de quando em quando.

A extensão ao meio urbano de uma forma de organização do trabalho (a escravidão, num primeiro momento, o trabalho semi-

servil num segundo) e de um "direito", no qual alguns homens são "coisas" (mercadorias) e não pessoas (Saes, cit.), tendem a reproduzir os hábitos de obediência e mando imperantes no meio rural.

[6]

A urbanização escravocrata foi consequência do modo de produção escravocrata, que era centrado em unidades de produção rurais. Ao mesmo tempo foi um agente indutor e mantenedor (reprodutor) dessa ordem escravocrata. O processo na verdade é um só, tendo uma dimensão urbana e outra rural. A urbana marca as conexões desse modo de produção com o resto do mundo.

Queremos com isso, chamar a atenção para a urbanização, enquanto processo, como um aspecto específico da superestrutura. A vida urbana do modo de produção escravista moderno vai produzir, nos seus múltiplos desdobramentos, vários tipos de equipamentos. Entre eles, os de ensino terão uma vocação ideológica explícita (e quase que exclusiva) no campo da transmissão do saber de geração a geração. O modo como eles negavam ou ocultavam a ordem escravocrata e o tipo de mentalidade (urbana, burguesa) que tentavam reforçar será analisado junto com a narrativa histórica dos próprios estabelecimentos de ensino.

I.3.3 - O Descompasso entre Porto Alegre e Pelotas

O fato de Pelotas ter sido sempre a "segunda" cidade do Estado não é totalmente sem importância para as questões que queremos destacar. Ao nosso ver, essa situação tendeu a criar nos pelotenses de hoje uma atitude específica com relação ao descompasso entre as duas cidades. As posições extremas assumidas seriam o "fatalismo", em que se lamenta a perda de hegemonia econômica e cultural no Estado, e o "vanguardismo", um afã por modernização e uma jactância de estar em dia com o mundo. As raízes desses sentimentos podem ser parcialmente compreendidas pela análise da evolução urbana de Porto Alegre e Pelotas. Na verdade, os descompassos entre as duas cidades remontam ao século XIX.

O surgimento de uma mentalidade urbana em Pelotas se deu de forma precoce em relação ao restante do Rio Grande do Sul, comparativamente a Porto Alegre e a outras cidades, mesmo que fundadas antes que Pelotas.

Porto Alegre e Pelotas passaram por processos de evolução urbana distintos, dentro do mesmo contexto escravocrata. A forma através da qual se deu a acumulação de excedentes agrícolas para "tornar possíveis" essas cidades é que foi decisiva em cada caso, assim como o período de cada ciclo de acumulação. [7]

Inicialmente, no período da ocupação do Estado, havia uma dicotomia econômica no Rio Grande do Sul. No Sul formou-se uma sociedade de criadores e no centro e Norte uma sociedade de lavradores. Essa dicotomia perdura, de certo modo, até hoje. Porto Alegre pertence a esta segunda região, cujo papel econômico só passa a ter hegemonia na virada do século, com a industrialização, quando a cidade passa a integrar a economia gaúcha num único mercado. [8]

Num primeiro período, quando a produção de trigo (resultante da primeira leva de imigrantes açorianos, no final do século XVIII) foi a principal atividade econômica da província, até 1815 mais ou menos, Porto Alegre cresceu e desenvolveu-se, pois era o escoadouro das exportações agrícolas de sua região, e concentrava os artigos importados, que eram distribuídos da capital para o interior. O fato da capital política da província ter sido transferida várias vezes (por causa da invasão castelhana em Rio Grande), primeiro para Viamão, em 1763, e depois para Porto Alegre, em 1773, foi também decisivo para sua evolução urbana. Porto Alegre foi elevada a vila em 1810 e em 1822 a cidade. Essas datas regulam aproximadamente com as datas de Pelotas. (cf. Singer, 1977:148-154; ver também Pesavento, 1985:13-34).

No caso de Pelotas, ocorreu uma acumulação de um excedente econômico muito maior, mas num segundo momento (a partir de 1815), com o chamado "ciclo do charque". A acumulação ficou concentrada em Pelotas, já que ali ficavam as maiores

charqueadas e a cidade logo se converteu num centro de negócios. Já deixamos claro também como a economia escravista foi decisiva na cidade naquele período. Por esse motivo, Pelotas foi objeto de investimentos significativos em urbanização, lastreados por uma classe privilegiada no contexto do estado escravista.

As charqueadas de Pelotas foram ao mesmo tempo a causa de seu esplendor e decadência econômica, porque a classe dos charqueadores e estancieiros nunca conseguiu superar os limites das formas de consciência ligadas ao modo de produção escravista. O imediatismo e a necessidade de manutenção das condições objetivas de suas existências foram os seus freios (Cardoso, 1977, *passim*). A cidade "assistiu" à transição dos modos de produção escravista ao burguês, não conseguindo, porém, jamais tomar a dianteira na condução desse processo. Os charqueadores, presos ao charque e à pecuária, nunca investiram grande quantidade de capital na indústria. A falência do Banco Pelotense em 1931 marcou o fim do ciclo do charque e a consolidação definitiva da hegemonia porto-alegrense na economia do Estado. [9]

Isso tudo não impediu que em Pelotas se conservassem hábitos e tradições que recordam permanentemente os períodos de opulência da cidade. Muitas características da vida urbana refletem a soberba com que a sociedade escravocrata exerceu seu domínio na região. Os maneirismos e as manias de refinamento (narrados em várias crônicas de viagens, ou parte da tradição oral do Estado, até) e os restos da arquitetura imperial (e mesmo a da primeira República) mostram como a cidade valorizava a cultura, a vida social exuberante, o ócio "ilustrado", mesmo quando já haviam cessado as condições econômicas que permitiam o pleno desfrute de um cotidiano tão rico. [10]

A política econômica que o Estado adotou no período borgista, as crises intermitentes do setor pecuarista e [11] charqueador, a imigração de colonos europeus no centro-Norte do Estado, a industrialização em Porto Alegre, bem como outros acontecimentos, foram fazendo com que Pelotas fosse ficando cada vez mais estagnada e atrasada com relação ao processo de

desenvolvimento capitalista que se iniciava, encabeçado por Porto Alegre. Pelotas, como uma "filha pródiga do império", não quis e não pode acompanhar o dinamismo econômico das fases mais avançadas do desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul. O seu *ethos* imperial foi mais um obstáculo para que se avaliassem oportunidades de desenvolvimento que realizassem as potencialidades da cidade e da região.

I.4 - AS ORIGENS DO ENSINO EM PELOTAS; DOS PRIMEIROS ESTABELECIMENTOS AO ENSINO SUPERIOR

Uma vez tendo abordado as circunstâncias que determinam a criação da cidade de Pelotas, dentro do contexto do modo de produção escravista moderno no Sul do Estado, passaremos agora ao estudo das primeiras manifestações da educação da cidade. Estudaremos as manifestações, cujas evidências chegaram até nós por meio de jornais antigos, coletados por Mancini (1983).

Esta seção tem um significado especial dentro deste trabalho, porque procuramos analisar as primeiras manifestações do ensino no contexto do que chamamos "mentalidade urbana". Esse posicionamento é importante desde já, porque adotaremos o mesmo princípio ao analisarmos a própria universidade (UFPel), como veremos.

I.4.1 - A Mentalidade Urbana: a "ideologia em migalhas"

[12]

A partir do estudo de Michel Vovelle (1985) procuramos construir o conceito de "mentalidade urbana" para designar um conjunto de atitudes que permeiam as práticas sociais em Pelotas no século XIX. Consideramos que através das mentalidades se completa o processo de tradução cultural do modo de produção capitalista no meio urbano pelotense, ao concluir-se a construção da cidade. Isso ocorre ao mesmo tempo que este modo de produção passa a ser dominante com relação ao modo de produção escravista moderno, de que já falamos antes.

Neste momento precisamos fazer a distinção entre ideologia e mentalidade. Normalmente quando se fala em "ideologia" ou "ideológico", estas expressões remetem a uma imagem organizada e politicamente polarizada da realidade. Isso, segundo Vovelle, contrasta com um certo "bom senso" (que fica subjacente) no qual se reflete a atmosfera de uma época e que seria o domínio da mentalidade.

O conceito de mentalidade é mais amplo que o de ideologia. Engloba o que não está expressamente formulado, ou que permanece como "não significante", ficando também encoberto no nível das motivações inconscientes. Vovelle vê duas maneiras (muito próximas, na verdade) de se tratar com o sentido histórico das mentalidades. A primeira diz respeito àquela posição do pesquisador que buscaria ver em toda parte pequenos traços de mentalidade. Estes níveis inferiores da ideologia seriam pequenos "restos" de formulações ideológicas maiores, podendo enraizar-se em contextos históricos bem definidos. Quando isto ocorre, estas "migalhas" muitas vezes se descompassam e se desligam do real, tornando-se estruturas formais "ociosas" (Vovelle), anacrônicas e até bizarras. A segunda maneira refere-se à "inércia das estruturas mentais". O historiador descobre, então, no meio de ideologias "mortas", nas lembranças que resistiram ao tempo, algo de essencial. No caso desta pesquisa, por exemplo, isso ocorreu quando ao se procurar *alguma coisa* sobre Pelotas, alguém da família lembrou a existência de uns poucos almanaques antigos, esquecidos, que ninguém mais lia. A leitura destes almanaques nos transportou para um outro mundo, passado, real, mas cujos "assuntos" não são imediatamente explicados pelo "econômico", "político" ou "social".

Em nossa pesquisa estão presentes estas duas maneiras de lidar com esse conceito. Mesmo antes de tomarmos conhecimento desta noção "científica" de mentalidade, já havia uma preocupação constante em encontrar uma dimensão equivalente de algumas práticas, que nunca aparece escrita nos documentos oficiais investigados, nos "relatórios" da universidade, e muito menos nos

"clássicos" da história riograndense (quando se tratou deste assunto, especificamente).

A dimensão das mentalidades, como nos fez ver Vovelle, está muito mais naquilo que é dito "sem querer", ou no modo como é dito. Certas entrevistas, por exemplo, sobre o presente da universidade, foram envolvidas por uma atmosfera muito especial, onde as características físicas do ambiente, doméstico ou não, muito revelaram quanto a chave da interpretação de seus significados para a pesquisa como um todo. Os almanaques, escritos sem finalidade documental, possuem um estilo de linguagem que para nós foi muito mais revelador que o seu conteúdo. Também a tradição oral, certos aspectos "folclóricos" de Pelotas, o anedotário, tiveram também muito a revelar sobre seu passado, suas raízes e sua ancoragem num outro universo, cujos vestígios se encontram espalhados pela cidade, à espera que alguém decifre seu significado em conjunto.

Tentamos retomar essa dimensão, diluída na história, para ampliarmos nossa compreensão do domínio em que a própria ideologia já é "coerente" com a realidade, não mais a invertendo ou "virando de ponta cabeça". (Vovelle, cit.).

A história da estética, ou mesmo a história social da arte, lida com esses elementos da cultura de forma muito "natural". Nesse caso, pensamos, por que a "história da educação" também não? Não é à toa que Vovelle comenta a necessidade das novas gerações de historiadores de "guardar um certo toque artístico", ao tornar operatória a definição de ideologia e mentalidade, sem prejuízo do rigor científico (cf. Vovelle, 1985:10). Sua visão da história, como reconhece, pressupõe efetivamente uma percepção também estética (por que não?) do objeto de pesquisa.

Assim, não basta para nós o conhecimento "matemático" da história, a cronologia exata em minutos e segundos, nem tampouco pressupostos apriorísticos, ou explicações sociológicas. Buscamos, não sem uma boa dose de empirismo, uma forma "diferente" de compreender a realidade. Esse posicionamento corre

o risco de ser condenado como laxista, conforme adverte o autor mencionado, nos meios intelectuais que lidam com métodos consagrados. Lembramos que alguns métodos são pouco eficazes quando se procura uma visão mais acurada de uma dimensão particular, que nem por isso é "menos" real.

Com base nessa argumentação, passamos agora ao estudo mais detalhado de certos traços culturais urbanos, ainda que um tanto "típico-ideais", considerados importantes para particularizar algumas condições culturais a atmosfera em que emergem as instituições educativas de Pelotas. Poderá parecer, em alguns momentos, que estamos trabalhando com rótulos, ou posições extremas, mas não é esse o nosso posicionamento. O fato de algumas características culturais das cidades brasileiras do século XIX também estarem presentes em Pelotas, e que partirmos delas para uma caracterização inicial, não significa que a cidade seja algum "tipo-ideal", ou que a simples presença de todos estes traços leve à uma caracterização dessa natureza.

I.4.1.1 - Manifestações (traços culturais) típicas do século XIX; *BACHARELISMO, LIBERALISMO E POSITIVISMO*

O século XIX foi muito rico em manifestações diferenciadas das linguagens culturais, da estética à política. Foi um século de revoluções nos comportamentos, que acompanharam as mudanças profundas nas formas como a humanidade produzia as condições materiais de sua existência. A pluralidade desses "jogos de linguagem" do século XIX corresponde, em certa medida, às diferentes formas de fixação da *mentalidade burguesa* na diversidade cultural do mundo ocidental. (Romero, 1987, *passim*).

O Brasil não passou incólume por esse processo. Aliás, longe disso, a colonização européia integrou definitivamente toda a América no processo da civilização mundial, mesmo que de forma subordinada. As classes dominantes brasileiras mantiveram-se sempre inteiradas das modificações da cultura européia, importando não só mercadorias e crédito bancário, mas também idéias, concepções de mundo, hábitos e modos de vida.

Nesse sentido, abordamos aqui algumas manifestações culturais tipicamente brasileiras, mas que são, na verdade, as formas como algumas idéias burguesas da Europa dos séculos XVIII e XIX foram adaptadas aqui no Brasil.

O termo **bacharelismo**, que soa um tanto pejorativo, integra a prática de um grupo (os bacharéis de Direito) que construiu o Estado brasileiro e boa parte da cultura política no século XIX. Nesta prática foram combinadas algumas idéias iluministas e fundidas correntes filosóficas que influenciaram [13] várias manifestações da cultura brasileira de um modo geral. Sérgio Adorno (1988), ao investigar as condições concretas do corpo político brasileiro numa formação social marcada por uma desigualdade brutal, examina o processo de formação cultural dos bacharéis (via Academia de Direito de São Paulo), cujos desdobramentos atingem vários domínios da vida social do século XIX.

O Rio Grande do Sul foi atingido diretamente por este processo. Basta lembrar que mais para o final do século XIX, os líderes políticos gaúchos mais importantes passaram pela Academia de Direito de São Paulo. Trouxeram, e o que é mais importante, aplicaram na construção política do Estado os princípios e idéias provenientes das lições recebidas na Academia, como mostrou Adorno.

As duas correntes "filosóficas" mais importantes que foram integradas no aprendizado dos bacharéis foram o liberalismo e o positivismo (após a década de 1870, cf. Adorno, 1988:94-95 e 103). Essas idéias, de origem européia, foram introduzidas no Brasil pelos intelectuais formados em Coimbra, pelas sociedades secretas, pelos movimentos separatistas e pela integração de certos clérigos com a maçonaria. Os bacharéis, que configuravam um perfil do profissional-intelectual educado e disciplinado do ponto de vista moral, combinaram o liberalismo com um traço romântico (emocional) em prol de "causas", muito de acordo com a mentalidade do século XIX. Com isso transformaram a política em

atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória (Adorno, 1988:75).

O liberalismo brasileiro, adotado por esses bacharéis, assumiu uma coloração quase que exclusivamente jurisdicista, na medida do seu "descolamento" da realidade da produção das condições materiais da vida social do Brasil. Esse descolamento da realidade é o que dá o caráter quase pejorativo ao termo bacharel e à sua produção intelectual. Essa crítica começa na República Velha, na literatura de Lima Barreto, por exemplo, ou no jornalismo; de um outro modo, mas com o mesmo alvo, um outro bacharel, Júlio de Castilhos, criticava a "rabulice" da sociedade gaúcha na virada do século (cf. Franco, 1988).

Adorno também explica porque o liberalismo foi assumido com tamanha paixão pelos bacharéis no contexto da transformação do estado escravocrata brasileiro em estado burguês. As fórmulas de soberania popular, separadas da realidade concreta, teriam conseguido uma "validade psicológica", uma vez que organizavam setores dominantes da sociedade colonial ao conscientizá-los da necessidade de autonomia em relação à Metrópole. Ao mesmo tempo desconsideravam-se as diferenças de classe e a heterogeneidade social, reforçando o ideal de liberdade e transformando-o em ação política. O caráter regressista desse liberalismo vai ser acentuado à medida que o direito escravista e o estado escravista vão sufocando as aspirações e as lutas por igualdade na sociedade. Nessa ideologia, "liberdade associou-se a modernização e progresso; democracia a anarquia"(cf. Adorno, 1988:47).

Já o positivismo comteano começou a penetrar no pensamento brasileiro na década de 1860. Por toda a América Latina, o positivismo atraía os modernizadores-conservadores que desejavam os benefícios do progresso material sem prejuízo da hierarquia social (um tanto à semelhança do liberalismo). Comte oferecia um modelo de desenvolvimento sem mobilização social. (Love, 1971:38).

No Brasil a corrente positivista organizou-se em torno da luta pela instauração da República, de um modo geral. Mas no Rio Grande do Sul, por diversas razões, essa movimentação foi muito mais longe. O Partido Republicano Riograndense (PRR), aparelhado e dirigido por positivistas confessos, foi uma peça fundamental desse processo. A sua influência foi além da ideologia do discurso oficial, incrustando-se nas mentalidades. [14]

As evidências disso surgem aqui e ali, em documentos, na arquitetura, em atitudes e em modelos de conduta. Somos [15] inclinados a acreditar, por exemplo, que a impulsividade ao angariar prosélitos em torno de grandes causas coletivas (uma atitude muito próxima do romantismo) foi muito explorada pelos líderes positivistas, ao ponto de incorporar-se de tal forma ao seu ideário, que hoje dificilmente se pode dissociá-la dessa ideologia. Praticamente, qualquer texto escrito pelos positivistas, mesmo que não trate de assuntos especificamente doutrinários, tem um forte traço retórico. Há sempre uma busca, em menor ou maior grau, ou uma insistência, no sentido de convencer o leitor da justeza da causa em questão, ou do seu valor para a *humanidade*. O tom da linguagem empregada nos textos deixa claro que sua finalidade era serem lidos em voz alta, semi-declamados até, como ainda o fazem certas pessoas mais idosas. Aí a empolgação e o acento de certas expressões chave valeriam como um recurso adicional em qualquer argumentação. O objetivo era conquistar a audiência "pelo coração", como diria o próprio Comte. O seu *Catecismo Positivista*, por exemplo, foi escrito em forma de diálogo, entre um *padre* (um padre positivista, no caso) e uma *mulher*, ressaltando o aspecto argumentativo do discurso. A mulher, como se pode facilmente deduzir da mentalidade da época, simboliza um espírito "vazio", que vai sendo preenchido, ou *convertido* segundo o conteúdo da doutrina propugnada pelo padre.

Por fim, convém lembrar que os positivistas desenvolveram uma tradição secular (produção de textos filosóficos) e religiosa. Os adeptos da "Religião da Humanidade" não participavam deliberadamente da política, a ponto de se recusarem a votar, por exemplo. Apesar de uma série de conflitos entre

positivistas "religiosos" e "leigos", o movimento como um todo teve uma eficácia e penetração na sociedade conturbada da virada do século difíceis de avaliar apenas pelos resultados nos campos políticos e sociológicos. Atingiu exatamente o nível das mentalidades, operando no cotidiano de líderes e diversos agentes sociais.

[16]

I.4.1.2 - A mentalidade urbana (burguesa) em Pelotas

Além do liberalismo e do positivismo, podemos ressaltar ainda outros aspectos da cultura que cercam a criação dos primeiros estabelecimentos de ensino em Pelotas.

Conforme apresentamos nas seções anteriores, o surgimento de Pelotas e sua evolução urbana foram determinados por uma série de fatores que se interpenetram de uma forma particular.

Outros condicionantes peculiares à estrutura "interna" da sociedade escravista brasileira superpuseram-se à diferenciação urbano-rural, à necessidade de ter assentamento estratégico e religioso, ao centro de negócios da região, ao ponto de contato com mercados exteriores. Esses fatores, tomados em si, são comuns à grande maioria das cidades latino-americanas coloniais, ou "imperiais", como foi praticamente o caso de Pelotas.

Com Pelotas, ocorreu mais um fator que influiu muito no desenvolvimento histórico posterior da cidade. Pelotas, apesar de basear-se na produção escravista do charque (mas por causa disso), não conseguiu jamais alcançar o nível de metropolização e de cosmopolitismo que as outras grandes capitais da América Latina atingiram. O próprio caráter subsidiário da economia do charque limitou na raiz suas possibilidades de crescimento (Cardoso, 1977, *passim*). De qualquer modo, nem por isso deixou de experimentar as "fases" pelas quais a modernização da sociedade do século XIX passou, sendo inclusive "pioneira" no Rio Grande do Sul com relação a uma série de inovações características da virada do século.

Como muitas cidades latino-americanas, Pelotas, no final do século XIX, recebeu um contingente populacional que ia bastante além da antiga freguesia ou vila. Vários fatores contribuíram para o aumento da população urbana: a imigração européia (provavelmente o principal deles), o êxodo rural, a libertação progressiva dos escravos, que vinham à cidade, etc... [17]

Em 1895 a população de Pelotas era de 37.256 habitantes e a população de Porto Alegre 52.186 habitantes, cf. Rodrigues (1895:233).

A tradicional ordem escravocrata dos charqueadores e estancieiros foi sendo lentamente invadida por uma onda de imigrantes, negociantes, artesãos e todos aqueles que descobriam uma atividade para explorar. A cidade complexificava suas atividades, especialmente o comércio e os serviços. As obras públicas, a construção da ferrovia Rio Grande-Bagé (1884) e outros empreendimentos, trouxeram à cidade uma razoável quantidade de técnicos, comerciantes e pequenos investidores, que ao se fixar mudaram a fisionomia da cidade de charqueadores.

A partir de 1870, como se evidencia pelos próprios anúncios de estabelecimentos de ensino na imprensa (dos quais falaremos adiante), já estava consolidado em Pelotas um modo de vida urbano e burguês. O provincianismo relacionava-se fundamentalmente à própria dependência da economia do charque em relação à economia imperial.

Alguns autores ressaltam a defasagem entre esses hábitos e as condições reais de produção da sociedade. O que chamamos [18] aqui de modo de vida burguês corresponde a uma série de atitudes ligadas principalmente à gestão da produção social como um todo. E é nessa perspectiva, inclusive, que se pode entender a necessidade manifestada pelas classes dominantes por um ensino secular, que informasse os alunos das coisas do mundo que se "modernizava", e que os capacitasse, ao mesmo tempo, a gerir algum negócio, com eficiência e racionalidade.

Esse "realismo burguês" (Romero, 1987), que havia permanecido refratário ao sistema sobrenatural de explicações do mundo da religião, encarava a natureza como um outro sistema, que possui também uma *ordem* (a qual pode ou não vir de Deus). Essa "profanidade" que permaneceu como uma espécie de "cultura folk", foi materializada em parte, no final do século XIX, pelos "almanaques de Pelotas". Ou melhor, foi pela leitura desses almanaques que chegamos a descobrir o caráter do "senso comum" dos pelotenses da virada do século, sua profanidade e seu realismo. Um certo prosaísmo, uma espécie de "positivismo leigo", "beletrismo" e heroísmo aventureiro de "vultos da Pátria" são amalgamados com a variedade dos temas ideológicos da época: o abolicionismo, a República, a vida militar e outros. O progresso era visto através das obras públicas e da precisão das medidas com que são apresentadas as "indicações úteis" sobre o tempo, a geografia e a história. Além disso há uma valorização ufanista das novas invenções tecnológicas: a ferrovia, o telégrafo, etc.

Como obra literária que são, esses almanaques tocam num ponto essencial da educação das classes médias que se formavam na época: o caráter de "passatempo", de fruição da cultura e do saber, que estas classes imitavam das classes dominantes, estas sim, versadas em idiomas estrangeiros e que viajavam à Europa com certa frequência. Esse mesmo aspecto, relacionado também com a divisão do trabalho por sexos na sociedade, aparece nos anúncios das "primeiras aulas públicas para moças", nos quais eram mais enfatizadas as "prendas e habilidades domésticas" do que os conteúdos propriamente intelectuais.

Esses almanaques cumpriam um papel semelhante ao da nossa atual "mídia". Traziam informações gerais sobre a cultura, indicações do tipo "utilidade pública" (cotações de câmbio, horários de trens, meteorologia, etc.) e, evidentemente, um "espaço comercial". Os anúncios comerciais são muito variados, mas referem-se principalmente à saúde. São anunciados remédios, elixires, "curas milagrosas", etc., para as mais variadas doenças. O interessante é notar, também, que as doenças, para as quais eram preparadas a maioria das poções anunciadas, são

desconhecidas na época atual. Nos dias de hoje a medicina "popular" tem cada vez menos espaço nos meios de comunicação e tornou-se muito mais monopolizada pela ciência médica e pela química industrial. Quase não se encontram atualmente farmácias que preparem alguma "poção", mesmo com a moda dos chamados "produtos naturais".

Desse modo, portanto, através desses almanaques, confirmamos a existência de um cotidiano de classe média urbana em Pelotas. A visão que podemos ter desse dia-a-dia é deformada e limitada às imagens que recuperamos a partir dos textos. Pelo estilo da linguagem, ornamentada, voluntariosa, quando se tratam de temas históricos ou biografias de políticos, nos aproximamos das possíveis motivações ideológicas que se queriam infundir nos leitores: o respeito e a reverência às instituições. Os textos têm também um certo tom moralizante, traíndo um certo "bom senso" burguês, cauteloso, simplificador, que conduz o leitor para dentro do universo daquilo que é implicitamente definido como cultura universal, sempre com "absoluta propriedade". As imagens visuais reforçam os textos (quando são mostradas fotografias de prédios públicos, por exemplo, mostrando o "progresso" e a materialidade das instituições). Deixam transparecer um aspecto da cultura que nem sempre aparece nos textos, que é o gosto pelo ornamento e o naturalismo de algumas ilustrações. Ao ornamento associamos o aspecto lúdico dos almanaques. Eram, de alguma forma, objeto de desfrute despreocupado, nos quais se permitia eventualmente ter prazer com algo que não fosse necessariamente "útil". Ao naturalismo, e principalmente aos detalhes das ilustrações, subjaz uma preocupação com a fidelidade e exatidão das representações, que exigem, por sua vez um trabalho de qualidade, que vale dinheiro, portanto. O burguês, ou o pequeno-burguês, precisa sentir que gastou seu dinheiro num objeto de valor. Há que se considerar também a preferência burguesa pela *objetividade das imagens*, que certamente influi no modo detalhado com que eram retratadas, eliminando simbolismos e interpretações subjetivas, "quiméricas", como diria Comte.

Nesse quadro do cotidiano vão intercalar-se na vida urbana de Pelotas duas tendências: uma modernizante, racionalizadora ou "progressista" e outra conservadora e tradicional, correspondendo mais à classe dominante imperial.

Em todo o Estado do Rio Grande do Sul, aliás, esse conflito vai aparecer. No nível político vai aparecer com muita força a luta entre republicanos, membros do PRR, e liberais. Estes últimos aninharam as tendências monarquistas e "patricias" da sociedade gaúcha. Essa polarização dos interesses políticos combinando as tendências e particularidades da história gaúcha (o espírito sanguinário, o "jacobinismo" castilhistas autoritário, a própria polarização ideológica dos partidos, mais intensa que em muitos outros Estados brasileiros) fez com que o conflito assumisse um caráter extremo e sanguinolento no final do século XIX.

Cabe assinalar aí, que Pelotas serviu de quartel general a Júlio de Castilhos durante a guerra civil de 1892-93. Supomos que isso aconteceu principalmente devido à intensa polarização do conflito na região, onde o peso da ideologia liberal conservadora devia ser grande, relacionado à tradição imperial da burguesia agrária local. Para os republicanos, Pelotas não seria estratégica apenas do ponto de vista geográfico e militar.

A tendência pela "modernização", de um modo geral, pode ser associada ao movimento republicano. O seu programa era criar uma sociedade burguesa no Rio Grande do Sul, mesmo que não aparecesse expresso dessa forma. Esse projeto de sociedade era previsto dentro do universo da ideologia comteana.

Relacionando essa ideologia com as características do cotidiano da época, percebemos que a idéia de se criar estabelecimentos de ensino teria aceitação nas camadas emergentes de classe média. Os bacharéis positivistas manifestavam frequentemente a nível dos seus discursos uma grande preocupação com a educação. Era a "formação do povo". A expressão "proletariado", inclusive, era empregada sem maiores pruridos. [19]

Por outro lado, não se pode esquecer que houve um certo "despertar" da antiga classe dominante, através das gerações mais novas, ao perceber que sua autoridade estava ameaçada pelas novas burguesias urbanas ligadas aos negócios estrangeiros e ao comércio. Esse patriciado imperial "reagiu". Aproveitou-se do seu poder que conservava um tanto por inércia para fortalecer grupos políticos (coronelismo), posições sociais elevadas, cargos [20] políticos que ninguém ousava contestar, etc... A modernização burguesa que se preparava na virada do século convinha também, sem maiores questionamentos, aos detentores da mentalidade "patrícia". No caso de Pelotas a grande possibilidade de fazer (e manter) fortuna continuaram sendo ainda a pecuária, o charque e, de um modo secundário, a agricultura.

A nova "burguesia", que vai aparecer no final do século XIX, era formada, portanto, por parte de membros do antigo patriciado imperial, herdeiros de uma fortuna ou de um nome, que vão incorporar-se ao "progresso" e ao processo de modernização das estruturas sociais.

No entanto, um grupo muito ativo dessa nova burguesia se compôs de gente menos comprometida com o passado. Foi um pequeno grupo de classe média que descobriu alguns negócios básicos da economia e seus derivados. Em momentos favoráveis penetravam no sistema de negócios intermediários, chegando às vezes até as "altas finanças" e à especulação. O enriquecimento desses homens de negócios foi muitas vezes o resultado de uma jogada financeira bem sucedida, de uma especulação com terras, uma aventura colonizadora ou um empreendimento industrial. Exerciam também atividades menos significativas, como o acaparamento de um produto, a obtenção de uma concessão privilegiada, a solução de um problema de transporte, de armazenamento ou acondicionamento de uma mercadoria. Às vezes simplesmente executavam de tarefas de gestão que eram bem comissionadas. [21]

A emergência desse grupo, contudo, não foi típica nem tampouco exclusiva de Pelotas. Sendo a economia do charque subsidiária à economia nacional, consideramos que esse processo

ocorreu em pequena escala. Mesmo assim, foi significativo, ao ponto de a cidade ter permanecido sempre como a "segunda" (cidade) do Estado, no sentido positivo, superada apenas por Porto Alegre.

I.4.2 - Os Primeiros Estabelecimentos de Ensino em Pelotas: Cultura e Mentalidades

Em 1820 foi decretada a primeira *aula pública* em Pelotas, que só começou a funcionar em 1833, com o professor João José Gomes da Costa e Silva. Esta aula foi fechada em 1835 (guerra civil) e reaberta em 1845. Em 1831 foi criada a primeira aula para meninas, que funcionou somente a partir de 1834, sendo também interrompida como a dos meninos. (Osório, 1922).

Em 1837 foi nomeado pelo governo da República Riograndense (Farroupilha) um outro professor, João José de Abreu, que mesmo depois de 1845, parece ter assumido a aula pública de meninos. A tal aula funcionava à atual praça Coronel Pedro Osório, ao lado do Teatro Sete de Abril. (cf. Osório, cit.).

Segundo Osório (1922:179-80), este seria o quadro da frequência dos alunos das aulas públicas e particulares:

ANO	Nº AULAS PART. E PUBL.	MENINOS	MENINAS
1832	5	209	35
1834	7	210	48
1847	11	368	164
1861	14	521	362
1873	28	1560	1199
1899	66	1921	1457
1901	71	2254	1627
1911	143	3284	2329

[fonte: Osório, 1922:179-80]

É interessante compararmos este quadro com o seguinte (abaixo), baseado no recenseamento de 1890. O Rio Grande do Sul tinha então uma população de cerca de 900.000 habitantes, em 63 municípios. (cf. Rodrigues, 1895:232).

MUNICIPIO	POPULAÇÃO	SABEM LER E ESCREVER	% ANALF.
Alegrete	15.802	4.439	~ 72
Bagé	22.039	11.409	~ 48
(Bagé - cidade)	10.188		
Bento Gonçalves	31.902	8.796	~ 72
Caçapava	12.337	2.568	~ 79
Cachoeira	23.069	7.452	~ 68
Caxias	16.732	4.501	~ 73
Cruz Alta	15.873	3.275	~ 79
Estrela	22.762	11.164	~ 51
Montenegro	19.725	9.310	~ 53
Palmeira	13.532	1.970	~ 86
Passo Fundo	19.552	3.702	~ 82
PELOTAS	37.256	15.076	~ 60
(Pelotas - cidade)	22.919	11.164	~ 51
Porto Alegre	52.186		
Rio Grande	22.944	10.314	~ 56
(Rio Grande - cidade)	17.290	8.723	~ 50
Rio Pardo	18.719	5.655	~ 70
Santa Cruz	15.572	8.283	~ 47
Santa Maria	17.086	3.916	~ 78
S. Antonio da Patrulha	15.089	2.350	~ 84
São Leopoldo	22.826	13.016	~ 43
São Lourenço	12.661	5.980	~ 53
Torres	6.141	838	~ 86

[fonte: Rodrigues, 1895:233-34; obs.: consideramos apenas os municípios maiores, ou mais antigos, conforme o caso]

O total aproximado de analfabetos do Estado em 1890 era de 656.000, ou seja, mais ou menos 73%. O próprio Rodrigues, de cujo almanaque colhemos tais informações, achava esses números "desanimadores" (sic), e acrescenta: "É tristíssimo descobrir todas estas miserias, mas deve-se fazê-lo, porque, só mostrando-se o mal em todo seu desespero, é que muitas vezes se trata de extingui-lo." (Rodrigues, cit., p.234).

As mais baixas taxas de analfabetismo eram as de São Leopoldo (43%), Santa Cruz (47%), Bagé (48%), Rio Grande (50%, na cidade) e as cidades de Pelotas (51%) e São Lourenço (53%).

A taxa mais alta, de 86%, foi a de Santo Antonio da Patrulha (um dos municípios que primeiro receberam escolas no Estado), de Palmeira, na região das Missões e em Torres.

Notamos que os municípios de imigração alemã mais pronunciada são os que apresentam, neste levantamento, as menores taxas de analfabetismo. Estas taxas tendem a ser mais altas nas regiões da Fronteira e Missões.

Esses números, de um modo aproximado, nos proporcionam uma idéia parcial do quadro paupérrimo da cultura da época. Não é de estranhar que o ambiente urbano da maior parte das cidades gaúchas fosse tão impregnado do que chamamos "ruralismo". A rusticidade e a pobreza eram certamente os traços mais marcantes em todo o Estado na virada do século. Num quadro como esse, portanto, uma cidade que já possuía uma camada da população enriquecida, como era o caso de Pelotas, figurava como uma espécie de "baluarte da civilização". O cotidiano da cidade, bondes, praças, teatros, clubes, o comércio, a moda no vestir, os salões das baronesas e viscondessas onde se tocava piano, tudo isso contribuía para destacar a imagem da cidade contra um entorno tão rústico.

Nesse sentido, então, devemos entender que a simples presença de estabelecimentos de ensino em funcionamento em qualquer cidade devia ser encarada como um grande avanço. E era mesmo. Daí que as pequenas escolas eram encaradas como "conquistas da civilização", "da humanidade", "do espírito", etc., conforme o discurso em que eram mencionadas. Esse discurso, de um modo generalizante, era sempre salvacionista. Sempre um discurso de redenção, muito próprio às camadas médias que aspiravam e conseguiam ascensão social num contexto regido por padrões burgueses. O perfil de homem bem sucedido incluía, entre outras coisas, realismo, materialismo e uma forte "inclinação ao progresso", não dispensando, de maneira alguma, a educação. Para a mulher as exigências afrouxavam um pouco no tocante à educação profissionalizante. Mas a mulher tinha que ser, no mínimo, "prendada". O que era considerado próprio à "educação de moças"

também era ensinado em escolas. Em resumo, a educação já havia se tornado um requisito para a vida social.

Pelos anúncios de estabelecimentos de ensino colocados em jornais, que comentaremos adiante, concluímos que o número de colégios particulares em Pelotas ultrapassou de longe o de públicos. Osório (1922), ao referir-se a estes primeiros estabelecimentos, não faz referência aos públicos (ou não faz distinção). Menciona os particulares, cuja abertura estava ligada a personalidades de destaque no contexto de classe média urbana de que falamos. A educação, além de necessária, passa a ser um tipo de mercadoria. Essa conversão em mercadoria é tratada com muita discrição. O mesmo não acontece com os *valores em dinheiro* do seu custo para os consumidores. Estes valores aparecem claramente nos anúncios, especificados e diferenciados conforme o adiantamento do aluno, ou o período de permanência na escola.

Nos primeiros colégios particulares ensinavam-se as primeiras letras, gramática, latim, geometria, desenho e francês. Os conteúdos do ensino não se modificaram muito até o final do século. É quando parece surgir um vago "compromisso de rendimento" dos colégios com relação aos exames preparatórios para as academias de ensino superior. Nas cidades brasileiras mais importantes, nessa época, começam "pipocar" algumas academias.

Antes de falarmos dos cursos, vale destacar ainda uma outra manifestação importante da vida intelectual de Pelotas. Dentro daquilo que chamamos "espírito de passatempo" para a cultura literária, destacamos a criação em 1853 de um *gabinete de leitura*. Segundo Osório (cit.), teria sido "um meio eficaz de propaganda de que dispôs Nunes [o criador do gabinete] para seu Almanach Pelotense que organizou em 1862" (p. 180).

Mais ou menos na mesma linha, mas com consequências muito maiores (que acabaram por produzir a atual Biblioteca Pública), foi a cruzada do acadêmico de direito Fernando Luiz Osório, paladino da cultura local. Em 1871 tentou criar uma biblioteca popular e uma escola para adultos. Graças ao seu proselitismo,

conseguiu inaugurar a escola, que, segundo Osório (1922), teria sido frequentada por muitos artistas e operários. O acadêmico recebeu felicitações da Loja América (maçônica) de São Paulo. Quanto à biblioteca, parece que teve que esperar mais alguns anos com a idéia, perdendo sua exclusividade, pois a Biblioteca Pública Pelotense só vai aparecer em 1875, e não como idéia apenas sua. Dela se ocuparam os "paladinos do progresso local" (Osório, 1922:181).

A biblioteca foi inaugurada com 960 volumes. Até 1883 ocupou um prédio cedido pelo Barão da Graça (estancieiro e dono de charqueada). Em 1878 havia começado a construção do edifício próprio, que foi ampliado em 1911, ficando com a configuração que tem hoje. É um prédio de estilo clássico, com influência italiana (o arquiteto era de descendência italiana), monumental e destacado na paisagem urbana "neoclássica" (melhor seria dizer eclética) da cidade, em torno da atual praça Coronel Pedro Osório. Das atividades da biblioteca são assinalados por Osório os seus "cursos nocturnos para o proletariado" instalados a partir de 1877. Os intelectuais locais também a utilizavam como espaço para suas conferências. Nos anos vinte a biblioteca continha aproximadamente 30 mil volumes. Hoje é uma instituição administrada pela prefeitura, abrigando parte da Câmara Municipal. O mau estado de conservação do prédio reflete uma parte dos problemas atuais, além da deterioração do acervo e falta de pessoal especializado.

Nessas iniciativas todas, misturavam-se diversas ideologias, que orientavam, de certa forma, as ações dos agentes. A maçonaria, por exemplo, foi muito expressiva no século [22] dezenove. Mas não se pode, tratando-se da cultura, identificar todos os seus produtos com esta ou aquela ideologia. Elas aparecem misturadas. Os próprios indivíduos combinam diferentes influências, até mesmo contraditórias.

A pequena biografia do acadêmico de direito Fernando Luis Osório, apresentada por seu filho (Osório, 1922:113-14), ilustra bem o "ecletismo" dos intelectuais da época. Osório, o pai, foi

bacharel, membro da maçonaria, chefe de um partido dissidente liberal no Estado, político, "advogado dos pobres" (sic), músico, poeta, diplomata, magistrado e também fazendeiro, que não faltou ao seu compromisso publicamente assumido em livro, "de nunca possuir escravos".

Por isso nos é um tanto difícil distinguir entre tantos matizes ideológicos algum que tenha sido efetivamente dominante, neste ou naquele indivíduo, orientando suas ações de modo definido. O liberalismo aparece muitas vezes confundido com uma atitude, ou modo de encarar certas questões. Inclui uma certa "benevolência", ou boa vontade com os pobres e os adversários, ou é incluído por elas. Adorno (1988) mostra como a *igualdade* era sacrificada em prol da *liberdade* no discurso liberal brasileiro. Em *fraternidade*, que deveria completar o trio, se falava menos ainda. É provável que se traduzisse em filantropia, que era uma prática social corrente nos meios abastados. Já os discursos coletivizadores, de inspiração comteana ou mesmo saint-simonita, evocados por essas iniciativas de criar escolas para operários, tiveram, no caso do Rio Grande do Sul particularmente, a chance de se tornarem ideologia e discurso político do Estado. [23]

Misturavam-se então às demais correntes, aparecendo conforme a possibilidade de ação dos adeptos, ou das conveniências políticas da luta pelo poder ou sua legitimação.

O tal curso para adultos parece ter funcionado junto ao "Colégio União", que ocupava um prédio pertencente a uma família ilustre da cidade.

Osório (1922) assinala a criação, em 1878, do "Curso Racional". Segundo um anúncio do mesmo, na imprensa de 1879, verificamos que os cursos eram divididos em "gerais" e "preparatórios", visando, respectivamente, a carreira comercial e a matrícula nas academias do Império. Eram ensinados português, francês, inglês e alemão, as "matemáticas práticas" (aritmética, álgebra e geometria) e, sob o tema "comércio", "contabilidade completa, correspondência, desenho e geometria". Interessante, pelo prosaísmo, é um *nota bene* no anúncio: "o *methodo do Curso*

Racional é todo demonstrativo na pedra havendo para os interessados se inteirar sabatinas todos os dias de cada matéria e provas escriptas duas vezes por semana, a unica e verdadeira norma do adiantamento dos educandos" (sic, grifos nossos). Ou [24] seja, os critérios de avaliação de eficiência do ensino eram também racionalizantes (e "modernizadores", a julgar pelo tom do anúncio) num quadro referencial coerente com a mentalidade urbana e burguesa que se instaurava: a meritocracia, a positividade do mundo e a ritualização das formas de controle da racionalidade utilizada (as sabatinas, por exemplo).

O "Colégio Osório", dirigido pelo professor Eduardo Wilhelmy, que teria se especializado na Alemanha, era, neste contexto, visto como muito inovador. Havia abolido os castigos corporais e permitia aos alunos pensionistas (que eram comuns na época) fazer as refeições junto com a família do diretor.

Osório também destaca a criação do "Colégio Evolução", em 1886, do qual obtivemos um anúncio. O colégio teve como professores intelectuais destacados da vida urbana pelotense, dentro do "espírito liberal", acomodando diversas ideologias.

Grande parte dos estabelecimentos lecionava o ensino primário e secundário. No primário, quase todos ofereciam leitura, caligrafia, gramática, história e geografia do Brasil, doutrina cristã e aritmética. No secundário, português, francês, inglês, latim, italiano (alguns), geografia, aritmética superior, sistema métrico, história sagrada e universal. Para moças: "estudos de piano, canto, desenho e trabalhos de agulha de todas as lides [serão pagos separadamente]" (sic), conforme o anúncio do "Colégio Esperança", de 1870.

Em alguns anúncios aparece também nitidamente a filantropia como uma das características da mentalidade urbana da época. Em comparação com Porto Alegre, chama a atenção em Pelotas o número e o tamanho das associações filantrópicas. O tema, aliás, era destacado com uma frequência surpreendente na imprensa, nos almanaques e evidentemente, nos álbuns comemorativos da cidade. A "caridade" sempre é invocada, assim

como são elogiados seus patronos locais. No caso de anúncios de colégios, alguns estabelecimentos se ofereciam a ensinar gratuitamente alunos pobres, mas "de bom comportamento" (p. ex. o "Colégio Sul-Americano", 1884). Ofereciam gratuitamente livros para os "sem recursos" ("O Atheneu Pelotense", 1893). De 1909 há um anúncio de um colégio espírita, que oferecia ensino gratuito e "sem distinção de credo, raça ou nacionalidade".

A presença destes temas nos anúncios é eloquente. Indica que as "distinções" mencionadas acima não só existiam de fato, mas também eram agravadas pela desigualdade social.

Também é frequente nesses anúncios a preocupação em evidenciar que os estabelecimentos cumpriam rigorosamente todas as "modernas exigências de higiene". Os anunciantes descreviam os prédios, se estes tinham lugar para recreio, se eram bem ventilados, etc. O termo *higiene* é, aliás, muito significativo nessa época. Além da observância de certos padrões de conforto mínimo nos colégios, que eram recomendados pelas correntes pedagógicas européias seguidas no Brasil, o termo havia sido empregado largamente por Augusto Comte. Este sugeria que a conversão ao espírito positivo tinha como etapa necessária a "higiene do cérebro". A expressão é muito frequente no seu *Catecismo Positivista*. De qualquer modo, a preocupação com a higiene, definida genericamente, era corrente na época, fazia parte do vocabulário empregado em diversas áreas, do saneamento urbano à pedagogia, passando pelo positivismo comteano.

Bastante significativas também são as expressões no final dos anúncios, com o objetivo de tornar a "mercadoria" mais atrativa: cada diretor ou professora preocupava-se em garantir aos pais de família o zelo com que educariam as crianças. Eram enaltecidos os métodos, a eficiência do estabelecimento, etc. Um deles chega a protestar o sucesso com seus métodos de ensino, "que o fariam triunfar das mais rebeldes inteligências". Esses métodos, em geral, baseavam-se na repetição e no desempenho nas sabatinas, assim como na demonstração de conhecimentos das crianças na frente dos adultos. O sucesso nos exames preparatórios para as academias do país era apresentado como um

importante crédito para qualquer estabelecimento, à semelhança do que fazem hoje os "cursinhos" pré-vestibular.

Em termos dessa preocupação em agradar o público, existe uma certa homogeneidade nos anúncios estudados. A partir de 1890, ela cessa, sugerindo não ser mais tão necessário para o estabelecimento de ensino destacar-se num quadro de concorrência pela clientela. Com a república, é possível que a necessidade de educar as novas gerações tenha se tornado mais óbvia para os pais e mães de família em geral. Os anúncios não mais "suplicam" por matrículas. Simplesmente são indicadas as datas de inscrições e os preços, eventualmente uma menção de distinção do estabelecimento, e isso é tudo.

I.4.3 - O Colégio Pelotense e sua Ligação com as Primeiras Faculdades

O Colégio Pelotense ("Gymnasio Pelotense") que existe até hoje, foi fundado pela maçonaria em 1902, começando a funcionar em 1903. A ocupação de prédios para o funcionamento de estabelecimentos de ensino era normalmente improvisada, o que explica, em parte, por que a sua abertura se dava, em geral, um ano ou mais depois da data de fundação.

Naquela época era importante para um "gymnasio" ser equiparado ao "Gymnasio Nacional". A equiparação oficial do Pelotense foi conseguida por um decreto (nº 5.032 de 08.01.1906), e foi nomeado um fiscal para cumprí-la. Em 1908 formou a primeira turma de "bacharéis em ciências e letras", que podiam ingressar em qualquer estabelecimento de ensino superior da Velha República.

A julgar pelos anúncios de jornal, especialmente um de 1903, o Pelotense proporcionava uma "formação completa" para os meninos. Funcionava como internato e externato. O primário era destinado a preparar os alunos para o secundário, e com a conclusão deste último se obtinha o grau de bacharel em ciências e letras ou matrícula em escolas superiores. Atenção especial era dada à educação física: era oferecida uma ginástica "methodica e

racional", assim como jogos escolares, "para [lhes] robustecer e adestrar o corpo". Os preços, comparativamente aos anúncios de outros estabelecimentos da mesma época, estavam na média dos demais. Os alunos internos recebiam no colégio assistência médica gratuita. No caso de doenças contagiosas ou "intervenção cirúrgica importante", os alunos eram tratados às suas próprias custas.

O teor dos anúncios e dos artigos coletados na imprensa revela a importância que era dada ao estabelecimento. Inferimos que a maior parte dos alunos já possuía e poderia vir a aspirar, mais tarde, prestígio e *status* especiais. Na República Velha, frequentar o ginásio e ter o grau de bacharel era algo muito mais valorizado do que nos dias atuais. Era, na verdade, uma das extensões do credencialismo burguês do domínio do trabalho para as demais esferas da vida cotidiana.

O Pelotense sempre foi considerado como um dos melhores e mais tradicionais colégios da cidade. Passou para a administração municipal em 1914, e funciona até hoje, depois de ter vivido uma crise financeira, ter sido quase fechado e quase estadualizado, nos anos 70 e início dos anos 80.

Em 1911, a partir do Pelotense, por decisão da congregação, foi criada uma "Escola de Agrimensura" e uma "Escola de Pharmacia e Odontologia" (Rodrigues, 1919:184-185). A "Faculdade de Direito" também partiu da congregação do colégio. Foi criada em 1912 e abriu seus cursos em 1913.

Como tentamos mostrar, a criação destes colégios estava ligada, ou era uma forma de expressão da tendência modernizante-racionalizadora de que falamos na seção 1.4.1.2. Em torno do Colégio Pelotense se organizaram alguns "intelectuais" dessa corrente, criando um ambiente onde a necessidade de faculdades ficava bastante óbvia, como um sinal do progresso que tanto promoviam.

Um processo semelhante vai desencadear a criação da "Academia de Comércio" (fundada em 1906 e aberta em 1907), cuja organização se deu a partir do Clube Caixeiral. Aqui, além da

ideologia modernizante, identificamos um certo componente corporativista. De qualquer modo, encontramos nas palavras de Fernando Osório (o bacharel) em 1884, citado por Osório (1922:183), uma boa justificativa (ideológica, pelo menos) para a criação da Academia: "O commercio não pôde deixar de ser dotado de uma forte instruccão, compativel com as necessidades da profissão e *mais ainda com o papel que representa na economia social* (grifos nossos, mantivemos a velha nomenclatura). Vê-se aí um sinal do projeto de sociedade que se implantava na época.

Um outro aspecto a ressaltar é o fato de que os intelectuais que participavam do processo de criação de colégios e faculdades eram quase sempre os mesmos. O mesmo grupo (ou "plêiade", como escreve Osório) é que providenciava tudo, era citado aqui e ali. Por exemplo, a Escola Practica de Commercio", criada em 1920, teve basicamente a mesma "equipe" à sua testa: os Osório, Costa e Silva (conhecido professor de alguns colégios), Simões Lopes (senador, de família importante de jornalistas e literatos), Victor Russomano (que deixou uma "linhagem" na Faculdade de Direito), bem como muitos outros nomes de famílias influentes da cidade. Com relação à classe que pertenciam, não podiam ser mais "orgânicos" esses intelectuais. Aliás, desde o início, ainda no império, entre os beneméritos das instituições como a Bibliotheca Publica e outras, havia sempre barões, viscondes, charqueadores ricos e estancieiros, portadores daqueles nomes tradicionais da cidade. Esse processo de conservação das linhagens familiares vai perdurar (de forma modificada, evidentemente) até hoje, incluindo a história da UFPel.

O que até agora nos pareceu puramente contingencial é a criação da Escola de Farmácia e Odontologia. Se a criação da Faculdade de Direito é fácil de compreender, em função do contexto bacharelista e legalista da burguesia agrária brasileira como um todo, no caso da Odontologia isto não é assim tão claro. Por que não foi tentada uma faculdade de medicina, por exemplo? Seria, por acaso, porque Augusto Comte era "contra" os médicos, assim como era contra as universidades? Não conseguimos, até

agora, pelo exame dos documentos, uma resposta satisfatória a essa questão. Contudo, não nos parece difícil supor que a dificuldade de encontrar médicos e dentistas que pudessem (ou mesmo quisessem) se dedicar a docência pode ter sido a maior condicionante. Os profissionais disponíveis certamente foram uma das variáveis decisivas para a implantação do curso (cf. cópias dos regulamentos da faculdade, em anexo). Tampouco encontramos uma "justificativa ideológica" tão expressiva para a Odontologia como que para o Direito, transcrita abaixo:

"E porque somos dos que esperam a transformação dos impulsos humanos sob a ação disciplinadora do Direito, essa 'poesia do caracter' que bellamente Dante definiu a proporção que conservada conserva e corrompida corrompe a sociedade, hemos reputado, de nossa parte, tão útil, tão essencial ao desenvolvimento do Brasil, nesta crise por que atravessa o ensino do Direito, a universalização dos seus principios, quanto 'para a profylaxia das molestias o é o desenvolvimento physico, e a hygiene para a saude em geral' . Eis porque amparamos e defendemos, em nossos braços amigos e sinceros, as 'boas ideias' que, em relação ao ensino público, amanhão o terreno, tornando-o propicio para a definitiva organização das escolas superiores livres de Pelotas; eis porque pretendemos despertar a consciencia deste povo, extremadamente amado, de que a formação é a mocidade, como a porção da alma virgem da Republica um momento de atenção para a feliz sementeira que já fez brotar, em Pelotas, um desses estabelecimentos de instruccão, uma dessas officinas de sciencia como é força que sejam as Faculdades Juristicas, na missão de formar 'cavalheiros da lei', que é a 'expressão do Direito em vigor', revelar aos moços os fundamentos 'em que assenta a ordem juridico

social', os principios de uma sciencia que se cultiva, e que sendo uma arte se aplica, é também uma religião, no dizer de um philosofo, religião que nos dá o sentimento profundo do dever na vida domestica e social e nos aponta, nos afastamentos do futuro, o doce reinado da Justiça, a grande força do mundo, vinda da consciencia humana, que se aclara, e das bases das sociedades que se não salvam senão pela nobre superstição do Direito!"

(Fernando Osório, o bacharel, no *Diário Popular*, 1914, apud Osório, 1922:183, grifos deste último)

Esse palavrório todo, gira, em última análise, em torno dos valores que ocultavam para as próprias classes dominantes as condições concretas da sua própria existência e dominação. É interessante, porque revela como era complicado e rebuscado o "jogo de linguagem" em que elas estavam também mergulhadas. Só uma elite letrada, naquela época, meditaria com seriedade sobre um tal discurso, e seria capaz de decompô-lo e, quem sabe, criticá-lo, sem se deixar convencer pelo clamor ufanista que ele explora. A República, a Unidade Nacional, a Religião, a "Sciência", a Arte, etc... O ideário da República Velha, torna compreensível e lógica a luta pela criação da Faculdade de Direito e de uma Academia Comercial, que o discurso acima elogia, dentro de uma perspectiva puramente bacharelesca, conforme nos mostrou Adorno (cit.). Mas a Faculdade de Odontologia, em comparação com essas duas, está cercada por um certo "laconismo pragmático", mais de acordo, talvez, com o seu caráter de ciência aplicada e prática, voltada a um trabalho que não lida diretamente com linguagens e ideologias.

I.4.4 - A Faculdade de Farmácia e Odontologia

A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Pelotas, como vimos, foi criada no contexto histórico da República Velha, quando o país já se encontrava numa fase de desenvolvimento mais sofisticada que o período escravista: o Estado burguês, mal ou bem, triunfara, sob a égide da expansão capitalista (ou já imperialista) inglesa, em primeiro lugar. No Brasil, o café era o principal produto da balança comercial, e no Rio Grande do Sul, o setor pecuarista era dominante.

Com a República e com a industrialização incipiente, de um modo geral, surge a necessidade de uma mão-de-obra mais especializada, mas a educação superior estava ainda dominada por uma mentalidade bacharelesca e alienada, importando modelos da Europa num ecletismo descordenado. A classe média urbana começa, contudo, a conviver com o medo da proletarização, combinando esse sentimento com a aspiração de ter filhos "doutores". A educação, em todos os níveis, passa a ser considerada como um meio de ascensão social.

No início da República Velha, no Rio Grande do Sul, a luta pelo poder entre os liberais e republicanos foi aos extremos da guerra civil. Mas o PRR conseguiu articular elementos jovens do latifúndio pecuarista, conservadores e descontentes com o regime, associando-os, de certa forma, aos setores médios urbanos. Além disso, uniu-se ao exército, favorecendo-se ao poder incorporar parte da tradição militarista gaúcha às suas fileiras. De outra parte, a ideologia positivista, professada pelo PRR, já contava com certa penetração no meio militar.

O caráter "sui generis" da República Velha no Sul foi dado pelo positivismo comteano. Na conjuntura da época essa ideologia se encaixava como uma luva. Procurava-se implantar o capitalismo pleno num contexto "resistente", e o grupo do poder orientava-se no sentido de desenvolver as forças produtivas a partir do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e o *progresso harmônico* de todas as atividades econômicas. Para as camadas urbanas essa ideologia oferecia um padrão de moralidade

política e austeridade dos governos. Igualmente para os progressistas e conservadores (em termos de não alterar a ordem social) significava uma possibilidade de efetuar uma *modernização da economia periférica*, consolidando o grupo no poder e incorporando todos os setores sociais emergentes (cf. Pesavento, 1985:66-69, grifos nossos).

Quanto à Faculdade de Odontologia e Farmácia, nos limitaremos a apresentar de forma cronológica os principais eventos que marcaram sua evolução até a sua incorporação à UFPel em 1969, porque, como já mencionamos na seção anterior, não encontramos nenhum "transbordamento ideológico" que a justificasse explicitamente.

A faculdade foi fundada em 1911. A administração e finanças ficaram sujeitas à aprovação da congregação do Ginásio Pelotense. O curso de farmácia era de dois anos e o de odontologia de três anos. Os estatutos previam vinte catedráticos e seis lentes substitutos. Os professores contratados não pertenciam ao corpo docente da faculdade, e na falta de um catedrático, o diretor poderia convidar um professor para lecionar a cadeira, com o contrato válido por um ano podendo ser renovado. Os primeiros estatutos foram "plenamente aprovados" em 1914. De 1924 em diante, a faculdade começou a ser subsidiada pelo governo do município.

Em 1931 o governo federal concedeu à faculdade "inspeção federal". Isso era decorrência de um decreto de 1930 que disciplinava as profissões liberais, e que foi estendido ao ensino superior: a inspeção, provisória no início (permanente nos anos 40), era como um "reconhecimento oficial" da instituição. No ano seguinte, 1932, o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, então governador do Estado, fez a doação do prédio onde a faculdade já funcionava ao patrimônio da própria instituição (prédio à rua Felix da Cunha). Suspeitamos que o senador da república Idelfonso Simões Lopes, pelotense "nobre" (filho do Visconde da Graça, dono de charqueada), na ocasião um dos homens chave da política de gabinete de Getúlio Vargas, possa ter participado de alguma forma neste processo, facilitando as "negociações" com o governo

federal. Era comum que benfeitorias para as comunidades locais fossem utilizadas como objeto do "tráfico de influências" no governo central. O governo não distribuía inspeções, e principalmente ajuda material, sem uma contrapartida. O senador foi um político de certa importância na época getulista ("ganhou" a chefia do DASP ao ser fundado este órgão) e em Pelotas seu nome é muito frequente, tanto na imprensa da época, como em documentos oficiais do Instituto Agrônomico do Sul e do Colégio Agrícola *Visconde da Graça*, dos quais falaremos adiante.

Os estatutos do estabelecimento, reelaborados em função do decreto 19.851 de 11.04.1931, foram modificados novamente em [25] 1941, ficando então o curso de farmácia também com três anos. O mesmo curso de farmácia acabou por ser extinto em 1948, por meio de uma suspensão da congregação. A razão teria sido a inexpressiva demanda de candidatos.

Em 1950, pela lei nº 1.166, a faculdade foi incorporada à Universidade de Porto Alegre, e pela "federalização" desta, ficou integrando a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), fazendo parte do então chamado Sistema Federal de Ensino Superior.

Na década dos cinquenta a faculdade teve seus grandes momentos: organizaram-se jornadas odontológicas, com conferências e eventos, começou também a ser publicada a "Revista da Faculdade de Odontologia de Pelotas" (outubro de 1954), impressa em Porto Alegre. A faculdade ganhou nesta década o seu novo prédio (o atual), "moderno" para a época, considerando a arquitetura local e as concepções arquitetônicas do prédio novo. Hoje o imóvel está em péssimo estado de conservação, tornou-se obsoleto e há falta de espaço.

Em 1969, pelo decreto que cria a UFPel, a Faculdade de Odontologia é incorporada a esta nova instituição, juntamente com sua irmã, a Faculdade de Direito, de que falaremos a seguir.

I.4.5 - A Faculdade de Direito

Também dentro do quadro da República Velha foi criada a Faculdade de Direito de Pelotas. A iniciativa, como já mencionamos, veio da congregação do Ginásio Pelotense. O líder desta campanha teria sido Francisco José Rodrigues Araújo, médico de família influente que tinha um sonho de criar em Pelotas uma universidade, "integrada por todos os estabelecimentos de ensino superior" (Revista da Faculdade de Direito de Pelotas [RFDP], n.1, jan. 1956:95, extraído de um artigo atribuído a Alcides Mendonça Lima). A criação de uma faculdade de direito teria sido, pois, parte da "inspiração" deste médico, conforme é narrado no texto referido.

A primeira aula foi proferida por Fernando Luiz Osório (autor do livro *A Cidade de Pelotas*). Seu pai, que tem o mesmo nome, foi deputado provincial e geral do império, e escreveu o texto louvando a iniciativa da criação da faculdade que reproduzimos na seção I.4.3. A justificativa do empreendimento, baseada nos elevados princípios da justiça e da civilização, dispensa aqui maiores comentários.

A "fundação oficial" da faculdade foi em 12 de setembro de 1912, e o primeiro diretor José Júlio Albuquerque Barros, "nobre pelo sangue, pelo espírito e pelo intelecto" (RFDP, n.1, jan.1956:95). Este era formado em Porto Alegre, contemporâneo de Getúlio Vargas. O pai também era bacharel, havia sido ministro, governador do Ceará e do Rio Grande do Sul. O "treinamento" para uma função de direção era portanto, uma espécie de tradição de família. Aliás, os "chefes políticos" (expressão também da época) eram na sua maioria bacharéis: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Assis Brasil, e muitos outros. O seu papel no aparelho de poder desde o Império, como nos mostra Adorno (1988), prolongou-se na República Velha: hábeis no lidar com a palavra, treinados na "arte" de persuadir e imbuídos de voluntarismo e idealismo, convencidos de que os ideais da justiça e do direito estavam acima do Estado (que seria apenas um instrumento) e este, acima das classes.

O desprendimento e o idealismo foram as "virtudes" que teriam guiado a criação e a manutenção da faculdade. Os anos que se seguiram à fundação foram muito difíceis: houve falta de professores, de dinheiro e de instalações apropriadas. O apego e a persistência com o ideal (traço romântico, embora não exclusivo, do bacharel da época) é que pode explicar como algumas dessas dificuldades foram superadas. Professores lecionaram sem pagamento (é claro que isto também lhes carregava prestígio, senão nem teria sido divulgado), famílias ricas concederam donativos, tudo convergindo para a mentalidade "desprendida" que era tão apregoada. Houve alunos que pleitearam e conseguiram fazer o curso todo gratuitamente, ou então com o compromisso de pagar depois de obtido o diploma (uma forma antiga de "crédito educativo"). Tudo isso desgastou muito a instituição em termos financeiros, mas estava de acordo com a mentalidade do meio bacharelesco valorizar mais o "ideal" que o "material"...

A faculdade funcionou, no início, no próprio Ginásio Pelotense, depois em prédios particulares e durante algum tempo na Biblioteca Pública Pelotense (neste período contou com o trabalho voluntário de dois alunos, como secretários). A idéia de se construir um prédio próprio já remontava desde a segunda gestão, de Francisco Carlos Araújo Brusque. Todavia, somente na década de vinte, quando era prefeito Augusto Simões Lopes, conseguiu-se que a prefeitura doasse um terreno à instituição. Com o produto da venda de um outro imóvel pertencente à faculdade (provavelmente doação), contribuições particulares e títulos financeiros da dívida municipal, foi dado início à construção de um prédio, inaugurado em 11 de agosto de 1929. O prédio foi ampliado em 1953, após a federalização de 1950.

Apesar de todos esses problemas iniciais a faculdade continuou funcionando. A primeira turma graduou-se em 1917. Era composta de três bacharéis.

A faculdade foi um estabelecimento particular até 1930. Com a "República Nova" e a política da reforma educacional de Francisco Campos, a faculdade passou a ser também fiscalizada pelo poder federal. Foi feita uma inspeção preliminar e em

seguida Idelfonso Simões Lopes Filho ficou como inspetor preliminar. Houve uma campanha pela inspeção permanente, e supomos que a influência do senador Augusto Simões Lopes (também ex-prefeito) tenha sido decisiva para a concessão da inspeção permanente, por parte do Conselho Nacional de Educação. A inspeção permanente foi concedida em 1936, por decreto de Getúlio Vargas, referendado por Capanema.

Os bacharéis pelotenses, sempre imbuídos de ufanismo e de elevados ideais, projetaram-se através da faculdade no quadro jurídico nacional: prestaram contribuição à constituição de 46, juntamente com a Academia de Direito de São Paulo; no parlamento nacional e na Assembléia Legislativa do Estado sempre existiram egressos da faculdade; organizaram-se eventos (conferências, palestras, etc.). De uma maneira geral, a Faculdade de Direito de Pelotas viveu dias de agitação intelectual muito mais intensa *antes* de ser integrada à UFPel (1969).

Em 1947 foi proposta a incorporação à Universidade de Porto Alegre de três faculdades do interior: Odontologia e Direito de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Em 1948 efetivou-se legalmente a incorporação da Faculdade de Direito de Pelotas, não antes de uma campanha popular, estudantil, nos partidos políticos e na imprensa. Em 1949, a partir de março, a faculdade já fazia parte da Universidade do Rio Grande do Sul, estadual ainda.

Com a lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950 foi federalizada a Universidade do Rio Grande do Sul, e "a [nossa] Faculdade se integrou na administração da União, com todos os *privilégios e garantias* decorrentes na nova situação, quer para o estabelecimento, como para os professores, funcionários, alunos e bacharéis" (RFDP, n. 1, jan. 1956:99, grifos nossos).

Nesse momento, começa parecer que subrepticamente a idéia de "sinecura" surge no ambiente acadêmico: está claro que era vantajoso, principalmente em termos financeiros, que as faculdades fossem subsidiadas pela União, e fizessem parte da sua máquina burocrático-administrativa. Isso desonerava as

comunidades e os poderes locais de muitos compromissos com a caríssima educação superior. Por outro lado, as comunidades periféricas ficavam cada vez mais dependentes da União, e as universidades cada vez mais "distantes" das comunidades, funcionando como instrumentos da modernização e centralismo do Estado. Estas duas características do Estado brasileiro acentuam-se a partir de 1930 e são reforçadas com o pós-guerra.

A visão alienada desse processo reforçou a mentalidade prebendalista: trabalhar para o Estado sempre foi visto como uma "vantagem" (leis trabalhistas, planos de carreira, etc...) fora o prestígio que isso carregava. O Estado era o maior agente do progresso e era prestigioso pertencer aos seus quadros.

Uma das manifestações desta forma de desenvolvimento dos estabelecimentos de ensino superior mostra seus efeitos ainda hoje, quando se reclama por uma universidade "comprometida" com as comunidades locais, com a "realidade". Descontando-se os conteúdos "críticos" desses reclamos, que remontam também à mesma [26] época (anos 50), podemos confirmar o "descolamento" da universidade com a realidade local, periférica, até o ponto de o primeiro Reitor da UFPel, Delfim Mendes Silveira, afirmar numa entrevista (sobre a criação da UFPel) que, em 1969, "a comunidade, quando consultada, dizia que sempre era bom, mas não havia entusiasmo, não houve manifestação, não houve nada". Mesmo que isso possa ser interpretado como reforço à ideologia do personalismo, do pioneirismo de um homem só, do culto aos vultos, o caráter "descolado" da universidade fica aí evidenciado.

Desde março de 1949, os professores e funcionários da Faculdade de Direito passaram a ser funcionários públicos, do Estado do Rio Grande do Sul, num primeiro momento. A partir da federalização, que saiu praticamente junto com a estadualização, é que os professores começaram a ser remunerados. Delfim Mendes Silveira menciona, na mesma entrevista, que a remuneração dos professores começou em 1950, com a federalização. As discrepâncias entre as informações sugerem também que o processo

de ajustes das leis com a sua aplicação efetiva foi lento e descontínuo.

A gestão Elyseu Paglioli da URGs representou o ponto alto da vida acadêmica da faculdade pelotense. A atividade profissional de ex-acadêmicos ou professores prestigiou intensamente a instituição. Em 1957, foi fundado em Pelotas o Instituto de Sociologia e Política (ISP), à semelhança do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), em Porto Alegre, ligado à Escola de Engenharia. Visitas ilustres, como a de Pontes de Miranda, conferências, cursos, palestras, tudo isso contribuiu para consolidar a fama e o prestígio da instituição.

O ISP foi criado como um órgão autônomo da URGs. Integrava as cátedras de Teoria Geral do Estado, Introdução à Ciência do Direito, Economia Política e Ciência das Finanças, com a participação de mais três cátedras em caráter complementar. Pela documentação que examinamos, as atividades do ISP concentravam-se em intercâmbios culturais, organização de cursos e eventos acadêmicos. O instituto serviu como uma plataforma de projeção para aqueles professores que se dedicaram à publicação de trabalhos, a "produção do saber", na Faculdade de Direito. A criação do ISP está ligada a uma "sugestão" da parte dos órgãos regionais da UNESCO a alguns representantes no Rio Grande do Sul, os quais tinham vinculações com Pelotas. A congregação da Faculdade de Direito "respondeu" à sugestão com a organização do instituto. De algum modo, notamos a conexão da sugestão da UNESCO com o "espírito [tardio] da guerra fria", pois muitos artigos, senão a maioria, publicados na Revista da Faculdade de Direito de Pelotas, possui uma temática orientada para a apologia do capitalismo, aparecendo aqui e ali críticas aos "regimes totalitários", ou à "cortina de ferro" etc., nos quais as expressões desse tipo (que viraram chavões da linguagem da guerra fria) são bastante empregadas. O instituto foi, na verdade, uma parte num complexo bastante amplo de articulações, em que participaram políticos do Estado brasileiro, membros do judiciário, professores e ideologias, predominando o neo-liberalismo, tudo isso envolvido numa densa retórica:

"O essencial é acentuar [...] que o ISP [...] está de portas abertas a todas as opiniões e todas as teorias. [...]"

"Foi dito, certa vez, que não há idéia contra a qual não se possa opor outra idéia. Pois bem. Nosso Instituto admite todas as idéias, mesmo quando não as aceita. Respeitando-as, pela sua simples majestade de pensamento; procurando-as, nos recôncavos do espirito; sistematizando-as, com a pinça da crítica social; expondo-as, com a imparcialidade a que estão obrigados os cientistas quer, em síntese, o ISP, pesquisar, divulgar e ensinar, servindo, assim, à Universidade de que participa, ao Estado do Rio Grande e à Pátria Brasileira."

(RFDP, n. 5, março 1959:46, grifos do redator)

Os professores do ISP também pretendiam criar um curso permanente de sociologia e "quicá um curso permanente de política, de nível universitário, com disciplinas seriadas, para introduzir o ensino sistemático e orgânico dessas matérias no Rio Grande do Sul e, em particular, em nossa querida cidade de Pelotas" (RFDP, 5, mar. 59:146). Havia um certo interesse também da Fundação Getúlio Vargas, na época dirigida pelo pelotense Luís Simões Lopes, em fazer com, ou através do ISP, pesquisas e publicações sobre os "temas nevrálgicos da sociologia brasileira e da política nacional". Houve ainda, apesar da falta de técnicos, uma proposta para um "estudo ecológico da vida urbana e rural do Município de Pelotas", que ficou a cargo de um professor da faculdade. Não sabemos se o estudo foi realizado ou não.

Durante dez anos, de 1956 a 1965, foi editada a *Revista da Faculdade de Direito de Pelotas*, impressa em Porto Alegre, como a da Faculdade de Odontologia. Nesta revista foram publicados sistematicamente os trabalhos dos professores da faculdade e de outros bacharéis sobre os mais variados temas de

interesse jurídico. Os primeiros redatores eram João Carlos Gastal, José Pio de Lima Antunes e Mozart Vitor Russomano. Publicaram, quase que ininterruptamente, Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano (que mais tarde assume a revista), Rosah Russomano de Mendonça Lima, Mozart Victor Russomano, Alcides Mendonça Lima, Delfim Mendes Silveira (que seria o primeiro Reitor da UFPel) e outros.

Há uma coincidência entre a suspensão da revista e o afastamento de seus principais "autores" para outros campos da atividade jurídica que não a docência. Alguns se tornaram personalidades de expressão nacional, outros dedicam-se mais à vida acadêmica, principalmente às atividades burocrático-administrativas.

A atividade da Faculdade de Direito parece ter sido muito mais intensa antes da sua subordinação à UFPel, parecendo que até os dias de hoje não recuperou mais o padrão anterior. Houve aumento do número de matrículas (esse número, na década de 55 a 65 ficava em torno de 160, passa para aproximadamente 680 em 1986). Interpretamos isso muito mais como um reflexo da massificação que o ensino superior enfrentou nesse período, do que um sinal de retomada de padrões das décadas de 50 e 60, embora aquele "bom nível" fosse muito mais elitizado.

A cobertura ampla de temas relacionados com as várias áreas do direito, que forma o conteúdo da Revista, mereceria um estudo à parte, em função das possibilidades de análise das diferentes visões de mundo que aparecem nos textos. Isso foge ao âmbito deste trabalho.

Mas foi na seção de "noticiários" da Revista que extraímos os elementos mais significativos para a análise de algumas mentalidades que permeiam a vida acadêmica naquele período. Também é significativo que elementos da linguagem daquela época permaneçam ainda nos discursos de alguns dos agentes importantes na criação da UFPel. Fora isso, chama a atenção a quantidade de elogios dedicados uns aos outros, entre os autores, bem como agradecimentos pomposos, reverências,

reconhecimentos, etc. É mesmo surpreendente como a revista acaba sendo preenchida por isso. Identificamos aí mais uma característica do ambiente bacharelesco da República Velha, prolongado através daqueles indivíduos ainda formados na década de 30 (e mesmo 40). O hábito elitista de valorizar indivíduos mais que as ações coletivas está aí evidente. A estes era muitas vezes atribuído "um brilho que nem sempre estava de acordo com a qualidade de suas obras", na expressão de Sodré (1986:53).

Por ocasião da solenidade da inauguração de um retrato de uma ilustre personalidade, em 1961, um dos mais importantes docentes da faculdade profere um discurso que toca vários pontos referentes ao ensino (universitário e de direito):

[...] "a cátedra não é, apenas, um acessório na vida profissional do advogado, do juiz ou do membro do Ministério Público.

"Sem procurar efeitos de retórica, é forçoso repetir que ela constitui uma espécie de sacerdócio e se os professores universitários do país dedicassem, na verdade, ao magistério e ao estudo de sua disciplina, as três horas regulamentares que lhe são exigíveis sem dúvida o ensino estaria em níveis mais altos e satisfatórios, de modo a podermos orientar melhor e com mais segurança essa esperançosa juventude que bate à porta das nossas universidades.

"Sem pretender dos que aqui se iniciam aquilo que, muitas vezes, escasseia aos já iniciados; sem enrijecer a docência com rigores draconianos e estilos obsoletos; sem esquecer que todos nós passamos pelo lado de lá da cátedra, conhecendo, portanto, ao vivo e a fundo, os problemas, aflições e pequeninos dramas do estudante brasileiro; penso, com sinceridade, que faltaria ao dever cívico para com a Pátria se aceitasse a

lição daqueles professores que transformam o ensino em simulação, que confundem justiça com licenciosidade e colocam seu comodismo ou vaidade na caça das simpatias e das homenagens acima da obrigação impostergável que cai sobre todos nós: a obrigação de constituirmos uma elite intelectual, capaz de permanecer à altura do futuro comum reservado ao Brasil, no grande consórcio das nações americanas."

(RFDP, n.7, maio 1961:233-234, grifos nossos)

Aí aparecem temas que preocupavam os reformadores do ensino desde 1930. Algumas questões, inclusive, como a da "sinecura acadêmica" (na feliz expressão de Coelho, 1988), permanecem não resolvidas, nem mesmo com a reforma universitária feita no período da ditadura militar.

A cátedra é vista de um modo paternalista, como "sacerdócio". O elitismo da época não admitia aceitar a docência como um trabalho que pudesse ser remunerado como qualquer outro.

A questão do tempo de dedicação dos profissionais à universidade está ligada ao tipo de ensino superior que tinha se instaurado no Brasil. Privilegiava-se (e ainda se privilegia) a formação do profissional liberal, por motivos não confessados, ao passo que é deixada em segundo plano a formação do profissional que vai se inserir como assalariado no mercado de trabalho brasileiro. Esse mercado vai sendo ampliado a reboque da expansão do capitalismo (e imperialismo) do pós-guerra.

A preocupação com o bom nível do ensino é justificada pelo patriotismo, num sincretismo de idéias onde aparecem civismo, elitismo, e um certo "puritanismo liberal", utilizando uma expressão de Love (1975).

A Revista também dá uma idéia geral do que foi a agitação cultural dos anos 50-60 em Pelotas. As controvérsias políticas da época praticamente não entram nos debates e nos discursos, apenas de maneira muito discreta em alguns eventos noticiados.

A idéia que fica é de que o bloco conservador, que preparava a conquista do Estado em 1964, era completamente [27] "hegemônico" no nível local. As questões políticas e ideológicas mais importantes da época apareciam nos jornais, fora da esfera universitária. A questão cubana, por exemplo, assim como outros temas pertinentes à luta ideológica entre os blocos capitalista e socialista, eram polemizados na imprensa local, mas a Revista mantinha sempre o seu moderado tom liberal, dedicando-se a publicar artigos voltados ao "consumo interno" da área do direito. A impressão que temos é que se procurava encarar o direito como alheio aos demais "temas quentes" que envolviam a sociedade na época, protegendo-o dos debates ideológicos através de uma difusa "neutralidade técnica". Na Faculdade, ao que parece, não entravam em discussão temas de tal natureza. Interpretamos isso como um provável indício de um conservadorismo predominante.

Enfim, mesmo deixando de lado uma análise detalhada dos elementos determinantes da evolução histórica do modo de produção capitalista do Brasil e do Rio Grande do Sul, procuramos deixar claro como foi sendo formada uma mentalidade em um certo grupo (em torno das faculdades locais), que no final da década de sessenta, levaria avante um processo bem mais complexo que foi a criação da UFPel. Essa mentalidade, relativamente conservadora, alimentou-se de "migalhas ideológicas" produzidas na própria prática dos agentes locais do processo, isto é, no nível "doméstico". Aliás, não é também por acaso que empregamos essa última expressão. Ela é cabível, se examinamos outro trecho do discurso citado anteriormente. O diretor da Faculdade de Direito é elogiado por transferir

"... as virtudes do homem e do cidadão para a esfera pública do administrador.

"... a repartição pode transformar-se num prolongamento do lar. Os bens públicos merecem o mesmo carinho dedicado aos [...] privados, sendo preferível sacrificar estes àqueles, do que os primeiros aos segundos. No trato administrativo, generosidade não quer dizer falta de energia, nem o equilíbrio, aparentemente sereno é o antípoda necessário da autodeterminação e das resoluções inflexíveis."

(RFDP, :235, maio 1961)

· Du então,

"... a universidade deve ser, simultaneamente, lar e templo: lar de nossas esperanças juvenis, às quais sempre sonhamos voltar algum dia e santuário em que se repete, todas as horas, a prece redentora da ciência posta a serviço da verdade e da verdade devotada ao serviço do bem."

(RFDP, :320, nov. 1961)

Hoje podemos questionar se o conteúdo dessas palavras era seguido ou não, mas seu *estilo*, sem dúvida, foi seguido em muitas ocasiões na UFPel, não só em textos e discursos, mas em atitudes, como se verá.

Com a Faculdade de Direito ficava definitivamente assegurada a "base institucional" do bacharelismo pelotense.

I.4.6 - A Escola de Agronomia Eliseu Maciel

A criação da Escola de Agronomia Eliseu Maciel está ligada à família de Eliseu Antunes Maciel, tenente-coronel da Guarda Nacional, morto em 1881. Um dos filhos do tenente-coronel, Francisco Antunes Maciel, bacharel, teve em 1883 uma importante participação política no Império (foi líder da maioria liberal do

Gabinete Lafayette de 24 de maio de 1884 deputado e ministro) e uma participação direta na fundação da Escola. Seu irmão (Leopoldo Antunes Maciel) também, era vereador em Pelotas, e em nome da família, encaminhou à Câmara Municipal, ainda em 1881, um pedido de licença para a construção de uma escola municipal em memória de seu pai. Este projeto era apoiado pelo restante da família (a viúva, Leopoldina da Rosa Maciel, seus quatro filhos, filha e genro).

Obtida a permissão da Câmara Municipal, o projeto da escola, que deveria ser construída em terreno da própria Câmara, foi contratado pelos construtores Pineau & Villar, financiados pela família Maciel. Era para ser uma escola primária, um liceu, voltado para a educação dos pobres, para que estes "pudessem alargar os horizontes de suas inteligências, fecundando-as com conhecimentos úteis, e atualmente necessários a todos os homens" (presumimos ser um trecho do *Correio Mercantil*, citado por Magalhães, 1983).

A iniciativa da família está bem de acordo com a mentalidade burguesa que se formava na época. As suas concepções já eram "progressistas", correspondendo ao período histórico: mostavam o sentimento da necessidade de promoção social das camadas pobres (a que também se associa a filantropia da época), uma vez que a desigualdade social se mostrava insuportavelmente contraditória com as "harmonias sociais" projetadas para a sociedade como um todo (positivismo, liberalismo, e o próprio socialismo utópico). A família Maciel, em particular, via na educação, ao que tudo indica, a grande oportunidade de incluir as camadas pobres na ordem social que emergia do período escravista. Essa posição, aliás, era também "típica" do século XIX europeu. A educação como instrumento para a harmonia social teve ilustres defensores no plano ideológico, em maior ou menor grau, e com diversos desdobramentos em "cruzadas de salvação", que influenciaram, inclusive, até o século XX. Saint-Simon, Comte e Durkheim (para citar apenas três) são apontados normalmente como elementos-chave neste processo (v. Lerena, 1983).

O prédio da escola, construído nos padrões do ecletismo neoclássico da época, ficou completamente pronto em 1883, equipado com quadros-negros, bancos e escrivaninhas. Mas as aulas não iniciaram. Não havia professores e nem possibilidade de contratação imediata.

Concomitantemente, na corte imperial, chegava um francês, o Dr. Claude Rebourgeon, para iniciar no Brasil a fabricação de um antígeno antivariólico no Brasil. De alguma forma, através da corte, Rebourgeon acabou por ser "nomeado", em 1894, diretor da escola de agronomia e veterinária que se pretendia fundar em Pelotas (quanto à vinda do Dr. Rebourgeon há uma certa confusão entre documentos e datas).

Júlio Albuquerque de Barros (pai do futuro primeiro diretor da Faculdade de Direito a partir de 1912) era, em 1883-4, governador da província. Supomos que de algum modo deve ter tido também influência na vinda do Dr. Rebourgeon para Pelotas. A finalidade da "visita" de Rebourgeon teria sido examinar as condições da cidade para a fundação da escola de agronomia e veterinária, que seria uma das intenções do governo do Império. O próprio Francisco Antunes Maciel deve também ter influenciado a vinda do cientista. Tanto que foi feito um pedido à Câmara Municipal de Pelotas solicitando o prédio da Escola Eliseu Maciel (que estava, afinal de contas, "equipado") para ser a sede do curso que se planejava criar. O pedido vira da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. A Câmara autorizou (em 29 de dezembro de 1883). Finalmente, por meio de lei provincial, o prédio foi cedido, bem como o terreno adjacente à atual Praça dos Enforcados. Este fato, nesta data, é considerado como a fundação da escola.

Em 1884 foi publicado um edital abrindo concorrência para as obras complementares da escola. O Dr. Rebourgeon estava na Europa, e, retornando em 26 de dezembro, trouxe consigo ovelhas e carneiros, touros e cavalos. Também haviam sido encomendados da Europa laboratórios (química, física, farmácia, fisiologia experimental), instrumentos de cirurgia, livros e sementes.

Mas houve um problema com a concessão de verbas para a escola, acarretando a decretação de seu fechamento em 1885, antes mesmo que esta tivesse começado a funcionar. Na verdade ocorrera o seguinte: quando a escola foi fundada, o "Gabinete Lafayette" era liderado por Francisco Antunes Maciel, pelotense, mas em 1885 os liberais perderam o poder para os conservadores (o gabinete do Barão de Cotegipe ficou com o poder a partir de agosto de 1885). Com isso, o ministro da agricultura deste novo gabinete, Antonio Prado, paulista, conseguiu carrear a verba destinada à Escola Eliseu Maciel para o Instituto Agrônômico de Campinas, fundado em 1889 (Magalhães, 1983:20).

Apesar dos apelos da Câmara Municipal à corte e à Assembléia da Província, foi fixada a data para um leilão de todo o material que havia sido colocado na escola para a fabricação de vacinas, os animais, etc. O Dr. Rebourgeon retornou à Europa.

O Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho, pai de Ildefonso Simões Lopes e Augusto Simões Lopes) promoveu, então, [28] por ordem do Estado do Rio grande do Sul, o leilão. Mas houve uma espécie de "boicote" ao leilão, por parte de alguns cidadãos locais, e este não foi concluído. O leiloeiro, em meio à discussão que se deu durante o evento, abandonou seu posto e a multidão reunida no local quebrou seu martelo em ato de protesto. Antonio Joaquim Dias, cidadão português, diretor do *Correio Mercantil* e um dos fundadores da Biblioteca Pública, assumiu a liderança do protesto. Declarou que o martelo quebrado seria substituído por outro, de ouro, e arrecadou 352 mil réis dos presentes para "salvar" o material da escola em nome da comunidade. Os animais foram vendidos posteriormente pelo Visconde da Graça, mas o material permaneceu na escola (Magalhães, 1983:23).

Apesar do sensacionalismo com que essa história é contada, supomos que havia uma razão muito simples para que o material permanecesse intacto: eram provavelmente instrumentos sofisticados demais para o baixo padrão de desenvolvimento tecnológico da agricultura local daquela época, só podendo ser

manejados por técnicos experimentados. Na falta desses, não havia sequer quem os comprasse. O ato de protesto no leilão serviu para impedir que o material raro fosse transferido para outra cidade do Império e se perdesse. Pelotas ficou, assim, "capitalizada" com esse patrimônio.

De qualquer modo, parece que os membros da Câmara Municipal assumiram a derrota para a cidade como um desafio a mais, como outra "cruzada de salvação", de acordo com os arrebatamentos da mentalidade da época. Houve pressões na assembléia provincial e na corte, até que uma lei imperial (de 20 de outubro de 1887) devolve oficialmente ao Município todo o patrimônio que ficara com o Estado em 1883. A condição era que se inaugurasse um curso profissional, secundário ou superior, dentro do prazo de dois anos.

Foi criado, então, o "Lyceu de Agronomia Artes e Ofícios". Artur Antunes Maciel era nessa ocasião o presidente da Câmara e Francisco Antunes Maciel, seu irmão, foi nomeado presidente do liceu. As aulas iniciaram em 14 de março de 1888, com vinte e cinco alunos (Magalhães, 1983:23-24).

O curso de agronomia só começou a funcionar a partir da delegação (já republicana) que assumiu a administração em 1890: Alexandre Cassiano do Nascimento (futuro ministro do governo Floriano), Possidônio Mâncio da Cunha e José Gonçalves Chaves. Foi contratado um professor francês Guilherme Minssen para a seção de agricultura, e Emílio Leão, engenheiro industrial formado na Bahia, para o laboratório de física. Artur Brusque (que também participaria, mais tarde, na organização da Faculdade de Odontologia), farmacêutico diplomado na Faculdade do Rio de Janeiro, assumiu o laboratório de química.

O curso contou com um aluno em 1891 e dois em 1892. Outros dois matriculados em 1893 concluíram o curso em 1895, formando assim, a "primeira turma" (Magalhães, 1983:26). No final desta seção há um quadro com o número de matrículas e o de concluintes neste primeiro período.

A "Revista Agrícola do Rio Grande do Sul", criada em 1897 pelos professores da instituição, distribuiu o seu primeiro número em 31 de janeiro de 1898 (Magalhães, 1983:29), e parou de funcionar alguns anos depois por falta de pagamento de assinaturas. Os fundadores da revista, na mesma "cruzada", criaram em 12 de outubro de 1898 a "Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul", que organizou muitos eventos e foi o embrião da Sociedade Agrícola que existe em Pelotas hoje.

Em 1901 sobreveio outra crise no estabelecimento. Até então apenas três turmas haviam concluído o curso, num total de cinco alunos. O curso preparatório era procurado, mas o superior não. Um trecho do relatório de 1899, do diretor da escola, Nunes Vieira, publicado no *Almanaque Popular Brasileiro*, nos dá uma idéia da situação:

"MATRICULA - As matriculas este anno (1899) foram em numero de 27 alunos no curso annexo e de 7 no curso superior.

"Destes algarismos ressalta um pequeno augmento em relação ás matriculas verificadas no anno passado, que montaram a um total de 22. Esse facto deve ser attribuido em parte á activa propaganda que, nestes ultimos tempos, tem se feito em prol do desenvolvimento agricola e pastoril do nosso Estado e á confiança crescente que vae despertando na mocidade estudiosa o ensino do Lyceu.

"A descrença absoluta por parte dos nossos agricultores em todas as tentativas serias para combater o nosso atrazo indigena, a pouca importancia que elles dão em geral á sua profissão, a ponto de a considerarem inferior á dos letrados, são as causas principaes do retrahimento da mocidade da campanha na frequencia da unica escola agricola do Estado, onde

certamente elles encontrarão os elementos indispensaveis para o desenvolvimento de sua actividade intellectual, pela lição perenne dos problemas que mais tarde serão chamados a resolver, quando á testa de seus estabelecimentos agricolas. Si por parte de seus paes os nossos jovens camponezes tivessem um incentivo que os fizesse amar a profissão de agricultor esclarecido, si lhes fizessem comprehender as vantagens enormes a tirar da terra e da criação de animaes uteis, guiados pelos ensinamentos das sciencias que estabelecem os principios racionaes que regem essa manifestação de actividade humana, elles correriam pressurosos ás escolas agricolas em busca desses conhecimentos que seriam a base segura de sua futura riqueza.

"Apesar de não termos ainda alcançado o nosso supremo desideratum em relação á frequencia do nosso Lyceu, não duvidamos affirmar que a situação actual é muito mais auspiciosa do que o era ha dois annos."

(José Cypriano Nunes Vieira, ALMANACH POPULAR BRAZILEIRO, 1901:187)

O texto acima é de uma riqueza muito grande para este trabalho. O emprego das seguintes expressões: "*desenvolvimento agricola e pastoril do nosso Estado*", "*o nosso atrazo indigena*, [a profissão de agricultor] "*inferior á dos letrados*", "*á testa de seus estabelecimentos agricolas*", "*agricultor esclarecido*", "*ensinamentos das sciencias*", "*principios racionais*", "*a base segura de sua futura riqueza*", nos revela uma parte do quadro das preocupações que afligiam a burguesia agrária gaúcha nas crises do período castilhistaborgista. Além disso, situa os problemas da instituição neste quadro.

Essas expressões nos permitiram inferir que a instituição foi montada pelo setor mais progressista em termos locais. Saída do Império, a Escola de Agronomia incorporava os valores de um projeto de sociedade liberal, de base agrária, que as lideranças mais avançadas do Estado queriam implantar. O grande problema era a desigualdade social, herança do modo de produção escravista, que, ou não aparece nos discursos liberais (ou positivistas), ou é "deslocada" para outras áreas menos problemáticas: as questões do atraso/progresso, ou do racionalismo científico como meio de assegurar a riqueza. A expressão "*o nosso atraso indígena*", nesse sentido é reveladora: colocava-se na figura do *índio* a imagem do atraso. O escravismo é banido dos discursos (não só deste trecho, mas de todos os outros), assim como a figura do negro, que desde aquela época constituiu, na verdade, um dos mais graves problemas sociais brasileiros.

Voltando à questão das matrículas, estas eram um problema do estabelecimento, na medida em que este se adiantara às expectativas dos proprietários rurais, também divididos entre grupos progressistas e conservadores.

A grande contradição parece ser a seguinte. Conforme o exposto no início deste capítulo, ao modo de produção escravista sucedeu-se o que Décio Saes generalizou como *modo de produção semi-servil* (Saes, 1985), ou seja, com a degradação do escravismo, as formas de organização de trabalho no campo não passaram automaticamente para níveis mais adiantados, empregando técnicas mais sofisticadas e considerando a produtividade como um objetivo a ser atingido. Além disso, a produção agrícola do Estado, na época considerada, era predominantemente a pecuária, que nem permitia grandes avanços nesse sentido, uma vez que envolvia também formas de remuneração não monetária (casa, terra para plantio de subsistência, etc.) e esteve quase permanentemente em crise, dado o seu caráter de economia subsidiária e periférica no contexto nacional.

Foi no período de 1890 a 1930 que se estruturaram as bases do capitalismo no Rio Grande do Sul, ou seja, quando as relações assalariadas de produção se tornam dominantes (v.

Pesavento, 1988). Trata-se de um largo período, portanto. Além disso, os interesses específicos (e muitas vezes divergentes) no grupo dominante dedicado à pecuária criadores e charqueadores no contexto da economia gaúcha (descapitalizada, com problemas de produção e comercialização) frearam mais ainda o que poderia ter sido uma saída para a economia (segundo Pesavento, 1980, cit.): a implantação de um frigorífico nacional. Enfim, também no foco da crise da pecuária, residia o fato de que os criadores e exportadores de carne tinham suas possibilidades de ganho inversamente proporcionais, mediadas pelas taxas de câmbio e importações.

[29]

Neste quadro geral, portanto, não seria de surpreender que houvesse uma procura tão baixa pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, ou mesmo pelo saber que acompanharia uma virtual modernização. Genericamente, as formas de consciência tendem a ficar limitadas às possibilidades da prática social dos grupos na satisfação das suas necessidades. Enquanto essas necessidades se encontram relativamente "satisfeitas" (no caso da pecuária, esta limitava-se a atender ao mercado, na medida que tinha acesso a ele), mantém-se também uma tendência de se impor um limite às possibilidades de ruptura da situação vigente, por parte de quem detém seu controle, ou com ela se beneficia. Isso pode então explicar, em parte, o desinteresse (e até a impossibilidade) de alguns grupos pecuaristas em modernizar suas técnicas. Em resumo, a procura por um saber superior e racionalizador (em termos de produtividade capitalista) sobre agricultura ou pecuária tendia a ser mínima. Mas era este interesse que colocava os "agricultores esclarecidos" pelotenses na vanguarda do setor no Rio Grande do Sul.

Fatores ideológico-políticos, tais como a luta do PRR pela hegemonia do Estado, com apoio de grupos de estancieiros progressistas, colonos, pequenos proprietários e as classes médias urbanas, fundidos no arcabouço positivista de Castilhos e Borges, foram os agentes promotores da mudança dessa situação. Não é por acaso, inclusive, que a "vanguarda" pelotense, que criava escolas e clubes, tinha vínculos muito estreitos com o

PRR. Muitos dos "vultos" locais, os chefes políticos, os patronos de instituições de ensino, fizeram carreira política como quadros do PRR. Alguns lançaram-se até na política getulista (como os Simões Lopes, por exemplo).

Não queremos afirmar que o PRR era isento de cisões internas, divergências ideológicas e conflitos de interesses, mas como afirmou Sandra Fesavento (1980:32), à medida que o Estado de inspiração positivista e com uma perspectiva modernizante procurava satisfazer os interesses dos pecuaristas, muitas divergências em nível político vão sendo atenuadas entre os grupos dominantes locais.

Em algumas questões, não tão centrais na luta política, como o "cultivo do espírito", das "sciencias", onde a educação ocupa um papel de destaque, menos difícil ainda seria atingir um consenso. Afinal, essas preocupações não eram exclusivas dos positivistas, embora fizessem parte sempre muito evidente em seus discursos. Para que estas questões se transformassem em "cruzadas", bastava que fossem canalizadas as mentalidades para dentro do importante aparelho de legitimação do Estado que eram as escolas. Estas podiam figurar como o lado "benfeitor" do Estado, assim como agentes da "ordem e progresso".

Em 1903, o intendente municipal Alberto Roberto Rosa, suprimiu o "curso anexo" da Faculdade de Agronomia e Veterinária, [30] porque a matrícula neste curso foi considerada "superabundante". Ou seja, com isso se evitavam os excedentes.

Em 1905, outro intendente, Cypriano Correia Barcelos, nomeou uma comissão para reformular o curso. Com essa reforma (que na verdade não alterou a estrutura do curso publicada em 1901), o último ano seria ministrado pelo professor Minssen, na Granja de Pedras Altas, de Assis Brasil. Mas esse plano fracassou, porque Minssen retirou-se de Pedras Altas contratado por Manoel Luis Osório e Joaquim Luis Osório (sabe-se que esses últimos eram partidários de Júlio de Castilhos, que controlava a política da época, opositor de Assis Brasil). Mas a tentativa de fazer-se a parte prática do curso na fazenda dos Osório, em

Arroio Grande, também fracassou. Não sabemos exatamente por que razão. Supomos que os deslocamentos e a falta de alunos tornaram impraticável essa tentativa.

Em 1908, Nunes Vieira, foi exonerado como diretor e Manoel Luis Osório assumiu a direção do Liceu em 1909. O Município, por meio de sua influência, supomos, comprou uma extensão de terras de uma antiga charqueada (Charqueada da Figueira), à margem do canal de São Gonçalo, para as tais aulas práticas. Em 1910 o nome do Liceu foi mudado para Escola de Agronomia e Veterinária, e o curso foi mudado (ver cópias de currículos em anexo).

Todas essas modificações, narradas de forma sumária nos textos sobre a Escola, mostram, apesar de tudo, que o curso e o estabelecimento eram reconhecidos também na sua dimensão política. Era importante ter controle sobre o estabelecimento. Que esse controle ficasse ora com o grupo liberal, ora com os republicanos (do PRR), parece-nos um fato nem um pouco destituído de importância. Afinal, estava-se lidando com os filhos da elite dos "agricultores esclarecidos" do Estado, que deveriam zelar pela manutenção do seu desenvolvimento e aumento de riqueza. A sua "doutrinação" ideológica, portanto, liberal, positivista ou outra, não era um elemento desprezado na sua educação.

A gestão de Osório parece ter dinamizado o estabelecimento. A escola funcionou, comprou-se material, etc.. Um professor (Luiz Gonzaga Gomes de Freitas) viajou ao Rio de Janeiro para estudar veterinária, subvencionado pelo Município.

A razão do aumento do número de alunos, neste momento, foge a uma compreensão detalhada (atingiu-se 34, em 1911). Em 1912, o contingente de alunos foi aumentado pela "turma de Mato Grosso" ("bacharéis de ciencias e letras" deste Estado, subvencionados pelo governo estadual para estudar agronomia).

Em 1925, Augusto Simões Lopes, intendente do Município, promoveu outra reforma no curso e nos estatutos. A partir de 1926 o nome do estabelecimento passou a ser Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel. Antes, em 1918, a escola já havia sido

registrada no Ministério de Agricultura, e fundado o Grêmio de Acadêmicos de Agronomia e Veterinária de Pelotas (hoje Diretório Acadêmico Nunes Vieira).

Ocorreram diversas reformas curriculares, que pouco alteraram a estrutura do curso, assim como mudanças de nome e de pessoal na instituição. Evidentemente que essas modificações deveriam ocorrer, já que isso é parte da vida de qualquer escola. Apesar de tudo, não podemos deixar de suspeitar do "casuismo" de muitas modificações, uma vez que conhecemos os estreitos vínculos da instituição com os homens que disputavam o poder, a nível local, no tempo da República Velha. Cargos, vantagens no trabalho, concessões e concorrências públicas em torno das instituições foram durante esse período, lugar comum da prática política. Não encontramos nenhuma razão para afastarmos a possibilidade de que a instituição tenha sido usada como "moeda política" em diversas ocasiões. Isto, evidentemente, nunca aparece narrado em textos que se prendem, normalmente, a contar apenas a "história oficial" das instituições. De resto, sabemos que o "aparelhamento" político e ideológico de uma instituição é uma prática corrente, em função dos seus vínculos com a própria sociedade, e, no Brasil, este processo não parou com o fim da República Velha. Houve ocasiões, bem mais recentes, aliás, em que o "patrulhamento ideológico" foi prática oficial nas instituições de ensino, modificando-as estruturalmente, e não na superfície.

A partir da Revolução de 30 a Escola vive uma nova crise, por falta de verbas. Alguns anos mais tarde, em 1937, com a proibição de *acumulação de cargos* decretada pelo Estado Novo, a EAEM (Escola de Agronomia Eliseu Maciel) ficou quase sem professores. Houve então uma campanha junto aos profissionais liberais, para que prestassem ajuda ao estabelecimento. Conseguiu-se, então, a adesão de novos professores. Mesmo assim, a falta de verbas quase levou ao fechamento da Escola.

Em 1941 foi nomeado João Rouget Perez como diretor da Escola, que juntamente com o fiscal federal (em 1937 havia começado a fiscalização provisória da Escola) e com o prefeito José Júlio Albuquerque de Barros (que teve participação na

organização da Faculdade de Odontologia, também), conseguiu-se aumentar o patrimônio da EAEM.

Por trás da superação da crise está Luiz Simões Lopes, que ficara com a presidência do DASP (Departamento de Administração, Serviço e Pessoal, do governo da União), naquele período. Foi então concedida pelo Estado do Rio Grande do Sul a Fazenda da Palma, para a montagem de uma Estação Experimental. Esta era uma das exigências para para que se conseguisse a **federalização**, tão almejada pelos dirigentes do estabelecimento. Foi também comprada pelo Ministério da Agricultura a Fazenda Gomes da Costa, limítrofe com a Fazenda da Palma, para instalar-se uma estação experimental de arroz (prevista num decreto-lei para uma das zonas arrozeiras do Rio Grande do Sul).

Graças à influência de Simões Lopes, Apolonio Sales, ministro da agricultura daquele período, visitou o local em 1942, e foi favorável que se criasse em Pelotas um Instituto Agronômico. Num primeiro momento, foi vetada a verba para a compra da Fazenda Gomes da Costa (ou Fazenda da Baronesa), alegada a contenção de gastos em função da participação do Brasil na Segunda Guerra. Getúlio Vargas, quem realmente decidia a questão da compra de fazendas, foi "sensível à argumentação" (Magalhães, 1983) de que a fazenda poderia ser um grande campo de produção de sementes em um período de guerra, acabou autorizando a compra.

Em 1943 criaram-se no Brasil quatro institutos agronômicos (norte, nordeste, oeste e sul) para funcionar como órgãos de ensino e pesquisa. O Instituto Agronômico do Sul (IAS) foi localizado na Fazenda Gomes da Costa. Sua jurisdição abrangia o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Dr. João Rouget Perez foi nomeado diretor do Instituto em 1944, e Manoel Serafim Gomes de Freitas ficou com a direção da Escola (que ainda era subvencionada pelo Município). A convite de Luiz Simões Lopes, o paisagista Reinaldo Dierberger veio a Pelotas para fazer os projetos dos edifícios do Instituto e do parque (acabou por projetar mais um parque em Pelotas, para a Sociedade Agrícola).

Em 1945 fundou-se, vinculado ao IAS, o Horto Florestal de Pelotas (dependendo do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura). Também fundou-se a Estação de Patologia Animal pertencente ao Departamento Nacional de Produção Animal. Finalmente, após uma audiência de Apolonio Sales e Luiz Simões Lopes com Getúlio Vargas, ainda em 1945, conseguiu-se a incorporação da Escola de Agronomia Eliseu Maciel ao Instituto Agronômico do Sul, ou seja, a realização do "sonho" da federalização, ficando todos os bens da EAEM incorporados à União (1945).

A recuperação da Escola e a federalização estão associadas ao regionalismo político sul-riograndense, combinado com a expansão da máquina estatal. Essa expansão já vinha ocorrendo no Brasil desde a Revolução de 30, acentuando-se com o Estado Novo. Foi um período de intenso centralismo do Estado, que interferia praticamente em todos os domínios da vida social. O objetivo era consolidar definitivamente a ordem burguesa, assumindo esta um matiz nacionalista em alguns setores, embora o País continuasse, e até acentuasse, sua dependência econômica com relação ao capital estrangeiro de um modo geral (principalmente no setor financeiro).

A máquina estatal burocrático-administrativa ampliou-se consideravelmente. O processo de criação de institutos, secretarias e órgãos subordinados aos ministérios é um desdobramento dessa ampliação. Entretanto, houve uma grande diferença entre o que se encontra historiado a respeito do processo geral e as suas ramificações ao nível das pequenas localidades.

No nível local os avanços do período não foram tão grandes assim, especialmente em Pelotas, que, a despeito da modernização que sofrera em períodos anteriores (final do Império e República Velha), tornava-se cada vez mais periférica com relação à evolução sócio-econômica que os outros centros polarizadores do País impunham. A industrialização que ocorrera em Pelotas, em termos de porte e competitividade, nunca desenvolveu-se ao ponto de poder conquistar os mercados mais

importantes do País, ficando restrita, de um modo geral, ao mercado regional. Isso não quer dizer que essa industrialização tenha sido insignificante, muito pelo contrário, até. Pelotas teve um papel fundamental (e pioneiro, em alguns setores) no desenvolvimento da industrialização do Estado. Note-se que estamos fazendo uma comparação da indústria local com os centros mais dinâmicos do País (eixo Rio-São Paulo).

Na região de Pelotas, ao que tudo indica, não havia capital para ser invertido na indústria. O capital disponível foi praticamente todo consumido pela pecuária, como mostraremos adiante, quando falarmos do extinto Banco Pelotense. No plano nacional, pretendia-se incrementar a substituição das importações, em queda com a guerra. Mas Pelotas já havia se convertido em mercado dos produtos industriais produzidos em outras regiões do Brasil.

O *Relatório da Estação Experimental de Pelotas*, de 1945, feito por Joaquim I. Silveira da Mota (em janeiro de 1946), possibilita uma visão da discrepância entre a modernização anunciada e a que foi efetivamente concretizada a nível local pela política getulista.

O Relator, que havia recebido convite em abril de 1945 para dirigir a Estação Experimental de Pelotas, já integrada ao Serviço Nacional de Pesquisa em Agropecuária (SNPA), encaminhava o seu parecer à Comissão de Eficiência do Ministério da Agricultura. Faz elogios à estação ("estabelecimento organizado e eficiente") mas, escreve adiante: "a Estação Experimental de Pelotas não correspondia à propaganda e ao nome que se lhe procurava emprestar. Não se tratava como aparentava ser, de um estabelecimento organizado de pesquisas e investigações agrônômicas [...] a organização e a metodisação (sic) do trabalho são coisas que não existem nesta Repartição [...] apesar de funcionar desde 1938, pode-se dizer que tudo estava por fazer e por organizar nesta Estação Experimental" (*Relatório da Estação Experimental de Pelotas*, 1945:5). O Relator chega a falar em "colocar o sentimentalismo de parte e atuar com energia".

O Instituto Agronômico do Sul já existia, mas pelo tom do relatório suspeitamos do nível do trabalho que era desenvolvido ali. Além disso, uma coisa pelo menos é certa: os ataques às gestões anteriores nas instituições, para mostrar que aqueles novos dirigentes que assumem o estabelecimento são "melhores" que os anteriores, já eram uma prática corriqueira da administração pública brasileira. Especialmente no período que estamos tratando, designado como *populismo*. Esse período, caracterizado pelo empreguismo, ampliação da máquina administrativa, e "aparelhamento" político das instituições, deixou um anedotário folclórico sobre a administração pública brasileira. Darcy Ribeiro, no seu *Aos Trancos e Barrancos*, ressalta muito esses aspectos, principalmente o uso das instituições pelos políticos como objeto de trocas de favores. Não temos por que duvidar que essas práticas tenham jamais ocorrido nas instituições pelotenses.

No Relatório mencionado, encontramos, além do "folclore", um outro lado que faltava na compreensão da federalização da Escola. Em termos formais o IAS (Instituto Agronômico do Sul) ficava subordinado ao SNPA (Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária), e este último, subordinado ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). A Estação de Pelotas havia sido criada em 1937, com a denominação de Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado, segundo um acordo entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério da Agricultura. Os trabalhos começaram em 25.10.38, e o acordo foi anulado em 21.03.39, porque os serviços não vinham sendo executados. Os trabalhos ficaram interrompidos até 04.07.1940, quando um decreto-lei de Getúlio Vargas (nº 2366) "conserta" a situação e, o que é o principal, concede verbas para o prosseguimento dos trabalhos. Em 1943, pelo decreto-lei 6155, de 30 de dezembro, a Estação passa a funcionar integrada na rede de experimentação agrícola do IAS, vinculado ao SNPA, o mesmo órgão que, posteriormente, deu origem à EMBRAPA. A EMBRAPA sempre desempenhou um papel muito importante na vida

acadêmica da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, através de vários convênios, cedências de terras, comodatos, etc.

Voltando ao Relatório de 1945: o Relator explicava em tom bastante queixoso que até 1945 não havia dados organizados da Estação e nem do IAS. Não havia plano de trabalho e comenta a "autocrática vontade" de seu antecessor, na suspensão e no abandono das atividades, em que se teriam perdido trabalho e verbas. Comenta que certos funcionários teriam trabalhado "escondidos" do antigo chefe, "sem isto, poder-se-ia dizer que a Estação Experimental de Pelotas era uma dependência do Ministério da Agricultura que apenas tinha existência oficial no papel, embora nela se investissem anualmente grandes dotações orçamentárias desde 1938". Palavras bem fortes contra seu antecessor, evidentemente, pertencente a outro grupo político, getulista, como deduzimos.

Neste Relatório há também uma preocupação com a técnica e com o planejamento, elaboração de programas de ação, etc. O Relator utiliza a expressão "química administrativa", da qual teve que "salvar" muitas dotações de verbas. Em resumo, fora a crítica ao andamento prévio, provavelmente escandaloso da Estação, havia uma preocupação em organizar, racionalizar a estação, e, com uma espécie de preciosismo de amanuense, a preocupação de inventariar, medir e relatar tudo.

Em 1950, num outro Relatório do IAS, o Relator, João Rouget Perez, que havia reassumido a direção do instituto (provavelmente com a volta de Getúlio ao poder), já dedica uma parte do conteúdo do documento à EAEM.

Os objetivos do IAS tinham ficado definidos pelo decreto-lei nº 20444 de 22 de janeiro de 1946. Este mesmo decreto define as condições de inclusão da Escola no Instituto. Mas até 1950 não tinha sido ainda aprovado o novo estatuto da Escola, nessas mesmas condições. O Relator pretende que a incorporação da EAEM ao Instituto, o que de fato representou a "federalização" da Escola, permitiria o entrosamento do ensino com a pesquisa. Parece-nos que não havia outra maneira de "justificar" a

federalização, que era uma aspiração muito forte, identificada em outros documentos, sem ter que apelar para uma justificativa "pedagógica". Chama a atenção que a expressão "entrosamento ensino e pesquisa" faça parte do discurso universitário desde aquela época.

Em meio a tudo isso, decidiu-se construir um novo prédio para a Escola. O local escolhido (Fazenda da Baronesa) foi em função da deliberação da direção do IAS. Esta considerou que todos os prédios pertencentes ao IAS deveriam ficar próximos. Isso, novamente, deveria permitir a integração do ensino com a pesquisa, facilitaria a "vida social" e a assistência médico-dentária e escolar (Relatório do Instituto Agrônomo do Sul, 1950:245). Este Relatório não é detalhado quanto à prática pedagógica (nem poderia, porque esta era desenvolvida pela Escola, que mesmo federalizada, continuava autônoma). Não há detalhes sobre como era pensada a integração entre ensino e pesquisa. A proximidade dos prédios era colocada como um meio, mas se os professores efetivamente desenvolviam pesquisas com os alunos, ou não, não é possível avaliar a partir dessas fontes. Estes relatórios se preocupam, isso sim, em fornecer informações quantitativas. Detalham-se quadros de número de matrículas, médias dos estudantes, aprovações e reprovações, etc., mas nada quanto a métodos de ensino.

Também é interessante notar que, a partir de 1950, o IAS começou a ser visitado por técnicos estrangeiros (norte-americanos e franceses), representantes da Fundação Rockefeller e do "Crédit Lyonnais" de Paris. Não foi possível avaliar qual o interesse, ou quais os trabalhos desenvolvidos por esses órgãos junto ao IAS, naquele período. Ainda na década de 50, um dos agrônomos, José Emílio G. Araújo, mais tarde um dos reitores da UFPel, faria um curso de aperfeiçoamento nos EUA, antes de assumir a direção do Instituto, na sua volta ao Brasil.

O plano de obras para o IAS e para a Escola era bastante ambicioso. Uma parte do que foi construído em 1950 constava de: uma barragem, campos de tênis e futebol, uma "casa brasileira" (o plano previa dez, para funcionários do Horto e guardas da

Estação; quando a EAEM foi incluída na UFPel, em 1969, havia quatro) e a conclusão de uma granja leiteira.

O ano de 1950 foi bastante ativo. Teve início a construção do prédio da Escola. Houve uma concorrência no Rio de Janeiro e a obra foi entregue à firma Manela & Cia., que abriu uma filial em Pelotas. O projeto arquitetônico foi elaborado por Eduardo Veiga Soares, diretor da Divisão de Obras do Ministério da Agricultura. Pelo Relatório de 1950, observa-se que a forma como foi administrada a obra, através do Ministério da Agricultura, com sede no Rio de Janeiro, permitiu que a mesma se prolongasse por nove anos (houve cortes nas verbas, interrupções nos trabalhos, etc.) O prédio acabou por ser inaugurado somente em 1959, por Juscelino Kubitschek. As dotações de verbas eram intermitentes e a firma Manela & Cia. trabalhava com "preços acima do mercado", e não era possível à administração do Instituto fazer um controle rigoroso das obras, já que não as administrava. O orçamento inicial foi de vinte milhões de cruzeiros (Relatório de 1950), mas gastaram-se, entre 1950 e 1958, setenta milhões (Magalhães, 1983:47).

O prédio possui uma área total de 15.360 m², sendo a maior construção do País no gênero. Por ocasião da sua inauguração, em 1959, ocorreu algo semelhante à criação da Escola, em 1883: o prédio novo ficou pronto, houve solenidades e discursos do presidente e dos administradores, etc., mas a escola não pode funcionar no local. Não havia ônibus para o transporte de professores, funcionários e alunos até o local (razoavelmente afastado da cidade) e faltavam vários equipamentos. Aproximadamente um ano depois, os estudantes fizeram uma greve, apoiada pela UNE. Foi então que o ministro da agricultura, Antônio Barros de Carvalho, concedeu uma verba. A transferência do curso para o novo prédio foi concluída em 1960. No mesmo ano, em dezembro, seria criada a Universidade Rural do Sul (objeto do segundo capítulo deste trabalho), marcando já a coordenação do MEC, e não mais o Ministério da Agricultura, sobre a Escola de Agronomia.

Por fim, com relação à Agronomia, podemos fazer uma outra observação quanto ao tema das mentalidades: à semelhança do que havia sido feito para o Direito, a Agronomia representava a "base institucional" para a reprodução da "mentalidade de engenheiro" (o agrônomo), esta ainda fortemente calcada no cientificismo positivista, nos seus primeiros períodos.

I.4.7 - O Patronato Agrícola Visconde da Graça (atual Colégio Agrícola Visconde da Graça - CAVG/UFPel)

O Colégio Agrícola Visconde da Graça foi incluído na UFPel pelo mesmo decreto que a criou, em 1969. Das condições de sua inclusão da universidade trataremos quando estudarmos a antiga Universidade Rural do Sul, que é uma das origens da UFPel. Aqui faremos um breve histórico da criação do Patronato, no início dos anos vinte, tentando destacar quais os princípios que orientaram as mentalidades de seus idealizadores, bem como o direcionamento que isso teria imprimido à instituição.

O Patronato Agrícola foi criado por iniciativa de Pedro Luís Osório (na época intendente do Município) e Ildefonso Simões Lopes (ex-ministro da agricultura do governo Epitácio Pessoa, filho de João Simões Lopes Filho, charqueador e comerciante, o Visconde da Graça). A inauguração foi em 11 de dezembro de 1923, tendo sido iniciada a construção em 1921.

O objetivo da iniciativa era a "instrução de meninos órfãos e sem amparo, sem meios de se instruírem, arrebatando-os da ociosidade e dos perigos do abandono criminoso, que acabaria por torna-los prejudiciais e perigosos á comunhão" (*Almanach de Pelotas*, 1924:285). Mas não se pode deixar de conjeturar o cunho político da iniciativa, que infelizmente não é registrado pela historiografia da época.

[31]

Inicialmente, no local escolhido, foram construídos sete pavilhões: secretaria e almoxarifado, aulas, dormitórios (pavilhão que seria mais tarde apelidado de "o pulga" pelos alunos), refeitório, banheiros, estábulo e abrigo de animais. Por último, a residência de um escriturário. A obra era iniciativa do

Município. Não conseguimos saber se houve alguma ajuda do Ministério da Agricultura ou qualquer outro órgão, mas dado o seu caráter filantrópico, pensamos que o empreendimento foi exclusivamente financiado pelo Município. Isso não descarta, evidentemente, doações pessoais.

Havia em Pelotas também um outro projeto ligado ao Patronato. Tratava-se de uma Escola de Artes e Ofícios. Esta Escola constituiu o embrião da atual Escola Técnica Federal de Pelotas, que era para meninos "urbanos", com o objetivo de "*torna-los uteis a si próprios e á Pátria*" (Almanach de Pelotas, 1924:287).

A lotação completa do Patronato era, na época de sua criação, de cem alunos. O internato, com ensino profissional agrícola, fornecia também assistência médica e dentária, além de "gymnastica suecca e escotismo", ambos considerados como "instrução militar". Temos aí, portanto, uma assistência completa para cuidar e disciplinar o caráter e o corpo dos meninos, tornando-os úteis à sociedade burguesa que se consolidava no Brasil e na região.

Uma notícia, ou "relatório", de 1928, mostra bem as concepções de sociedade da época, e principalmente, como deveriam ser preparados os seus aspirantes a "sócios":

"O Patronato é uma instituição que presta edificantes benefícios moraes e materiaes aos menores desamparados dispensando-lhes, á par da instruccão elementar e technica e dos salutarees principios da educação practica nos trabalhos ruraes, confortante assistencia medica e dentaria.

"Defende assim das molestias do corpo e da perversão dos costumes, de forma altamente meritoria, um punhado de jovens rio-grandenses, tornando-os aptos a promoverem sua prosperidade individual e a cooperarem efficazmente no progresso da collectividade.

"O caracter exclusivamente practico desta escola de aprendizagem agricola e aperfeicoamento moral, desenvolve, por efficientes methodos de alcance immediato, as inclinações dos menores desvalidos.

"D' est' arte, ministra-lhes multiplos conhecimentos uteis e indispensaveis para o arroteamento da gleba uberrima, que lhes proporcionará fartos meios de subsistencia e lhes facilitará a sua exploração compensadora em empreendimentos mais largos.

"A instruccão practica dos menores abandonados, desoccupados ou delinquentes, é o verdadeiro estimulo propulsor do progresso do paiz, da sua futura grandeza e seus mais lidimos e alevantados ideaes.

"Na epoca de civilização a que attingimos, compete aos poderes publicos tomar a seu cargo a educação de tão valiosos elementos, defendendo-os das suggestões nocivas do meio, desenvolvendo sua cultura, esclarecendo seu espirito, educando o seu cerebro, fortalecendo o seu caracter e levantando a sua moral, para aproveitá-los em misteres uteis á sociedade afastando-os dos males que os levam a perversão, á mendicância e ao crime.

"Em todas as collectividades humanas a infancia desamparada offerece espetaculos deprimentes, que preoccupam as sociedades organizadas, fazendo com que os paizes adeantados consagrem parte de suas rendas para applicarem obras que se propõem preservar os menores sem familia dos audazes profissionaes do crime, que procuram subverter a ordem constituida, para

implantar o regime da corrupção de costumes, da vadiagem e da criminalidade.

"O delinquente menor age sob a influencia de determinadas circunstancias, accrescidas, em alguns casos, das taras hereditarias; mas geralmente, o factor predominante é o exemplo, oriundo de individuos moralmente corrompidos, que solicitam da vontade infantil, destituida de malicia, façanhas cuja a gravidade muitas vezes o seu espirito não alcança. Desta forma, suas accões são o reflexo daquillo que lhe é suggerido e que procura imitar, sem comprehender o mal que pode dimanar de seus actos.

[...]

"É necessário, pois, organizar, auxiliar e impulsionar esta patriótica cruzada, tendente a incutir no espirito dos menores desamparados, por meio de elementos educadores, o amor pela virtude e a repulsa ao vicio, o apêgo ao bem e a repugnancia ao mal, a dedicação ao trabalho e a renuncia á ociosidade, robustecendo-lhes a vontade indecisa e titubeante, encaminhando-lhes os sentimentos embryonarios para os bons principios, cercando-os de cuidados e transmitindo-lhes, enfim uteis ensinamentos, que os transformem em obreiros deligentes da collectividade em que se integram."

(in Mancini, 1983, a autora não indica a fonte, a data é 1928)

O restante do texto narra como o Patronato foi criado pelo decreto do governo federal nº 15.109, de 09.11.1921; menciona as solenidades por ocasião do lançamento da pedra fundamental e da inauguração oficial (12.10.1923), quando teriam sido recrutados (sic) 75 alunos.

A atuação do patronato nos seus primeiros anos parece ter sido a fórmula de inspiração positivista na educação para lidar com as consequências já emergentes das crises econômicas do Estado, bem como seus desdobramentos nas cidades. O êxodo rural aumentara e começavam a agrupar-se populações pauperizadas nas periferias urbanas. Isto certamente elevava o contingente de "orphãos desamparados" no meio urbano. Analisando os relatos sobre essa campanha contra o problema da infância "ociosa" e desvalida, encontramos vestígios da linguagem comteana matizados pela cultura local. As recorrências a essa linguagem são bem evidentes no texto acima: "*o seu cerebro*", "*aproveital-os em misteres uteis á sociedade*", "*as sociedades organizadas*", [incutir] "*por meio de elementos educadores, o amor pela virtude e a repulsa ao vicio, [...], a dedicação ao trabalho e a renuncia á ociosidade*", "*transmitindo-lhes uteis ensinamentos, que os transformem em obreiros deligentes da collectividade em que se integram.*" (sic). Expressões para nenhum discípulo de Comte, ou até mesmo Hobbes, botar defeito.

Notamos também um vestígio de uma linguagem mais "rousseauiana" do que comteana na expressão: "*a vontade infantil, destituida de malicia*". Mas isso pode ser também apenas um sinal de um romantismo difuso, que efetivamente se prolongou até meados da República Populista, em se tratando de certas famílias tradicionais do interior.

A cidade de Pelotas, como vimos, estava "aparelhada", na época, pelos membros do PRR, e mesmo que houvessem dissensões, a ideologia deste partido era hegemônica. Soma-se a isso o período prolongado desta hegemonia em todo o Estado. Isso quer dizer que, transcorridos quase trinta anos de domínio do castilhismo-borgismo na política, as várias formas e adaptações do discurso comteano estavam profundamente introjetadas nas mentalidades dos chefes políticos e dos publicistas daquele período.

Nesse discurso é flagrante como a educação é vista como um instrumento de apaziguamento social. É um instrumento da "ordem" (burguesa, no caso) a que se associava o progresso, sempre pretendido (pelo menos no lema da bandeira).

A partir de Rousseau, no século XVIII, e de Comte, no [33] século XIX, inauguram-se duas linguagens que vão marcar profundamente o pensamento sobre educação. Esta começa a ser pensada em termos de liberação individual e como tarefa de adaptação social, devendo conciliar de algum modo as oposições que que possam haver entre esses dois polos.

Para Lerena (1983:225), que analisa a linguagem comteana na educação, existe uma homologia entre esta concepção dual das pedagogias europeias e a dualidade especificamente comteana: igualitarismo e soberania popular de um lado e "retrogradismo" político de outro. Este autor afirma que a dualidade comteana é uma forma de expressão da reação social que possibilita (no caso europeu) que elementos da velha sociedade aristocrática se incrustem na nova ordem, a sociedade burguesa. Lerena vai ainda mais longe ao mostrar que o positivismo atuou de forma muito mais explícita como um movimento de *classes médias cultivadas* para defender e ampliar seu espaço dentro da estrutura social. Mas no final, citamos: "*dentro dessa cruzada de salvação que organiza a pequena burguesia, seja com linguagem rousseauniana ou comteana, é ela, a pequena burguesia, que trata de salvar-se*" (p.225).

No Brasil, apreciando como a sociedade burguesa emerge da formação social escravista, nos deparamos também com um processo homólogo ao europeu. A ideologia comteana, que entrou no Brasil pelas cidades, termina por ser adaptada no Rio Grande do Sul pelos estancieiros mais progressistas. É possível que este grupo estivesse aliado às camadas médias urbanas por intermédio dos bacharéis (muitos deles seus filhos), engenheiros e militares.

Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros podem ser [34] pensados como agentes "típico-ideais" desse processo no nível político do pampa, já que tiveram o aparelho político-ideológico dominante nas mãos (o PRR). De resto, tudo leva a crer que o matiz legalista das cruzadas de salvação dos políticos do PRR, ou mesmo liberais, é devido ao bacharelismo arraigado da época.

A idéia do Estado como defensor da infância, no caso do Rio Grande do Sul, associamos mais dois elementos que podem fundamentar o vínculo entre o discurso comteano sobre educação, o PRR, a política borgista, a penetração do capitalismo no campo e, de forma bastante remota, mas não impossível, o modelo getuliano de desenvolvimento.

[35]

Em primeiro lugar, temos a penetração do capitalismo no campo gaúcho, que se consolida com a introdução das culturas de arroz. Em segundo lugar, de algum modo, as classes produtoras eram ou tornam-se conscientes da necessidade de mão-de-obra treinada com as mais modernas tecnologias na agricultura, com o objetivo de assegurar a produtividade dos seus empreendimentos. O progresso da agricultura depende da expansão das técnicas capitalistas no campo, mecanização, racionalização do uso da terra, trabalho com mão-de-obra remunerada com salário, etc.

A preocupação com o ensino agrícola, para preparar mão-de-obra, está, pois, muito de acordo com a conjuntura da época, quando ocorria uma modificação na agricultura. Somos obrigados a ir mais longe nessas conjeturas: o ensino do Colégio Agrícola parece nunca ter concorrido com o ensino superior de agronomia de Pelotas. Este último era, ao que tudo indica, destinado aos futuros "empresários", ou aos filhos destes. Há uma distinção clara entre os dois tipos de ensino agrícola: o que vai preparar mão-de-obra e o que vai preparar empregadores.

[36]

Ora, o discurso comteano era o que mais se ajustava ao projeto de sociedade daqueles agricultores enriquecidos, progressistas e que tinham um canal de expressão intelectual através do partido de Castilhos. Aqui não se trata de afirmar que o discurso comteano era utilizado porque estes agricultores faziam simplesmente parte do PRR, ou então, que faziam parte do PRR porque utilizavam um discurso positivista. Esse processo é na verdade uma totalidade. O positivismo e a política castilhista eram asseguradamente os limites do mundo pensado por esses agentes. A sua ancoragem na realidade era a prática com suas economias privadas, a produção e a venda de seus produtos agrícolas.

A linguagem comteana visava um aperfeiçoamento moral da humanidade. A **sociedade positiva** era antes moral do que política. Para a educação havia uma preocupação em salvar as crianças através da intervenção de um "sacerdote-sociólogo" (para usar uma expressão de Lerena, citado), ou diretor espiritual da sociedade positiva.

A **educação universal** (baseada nos saberes práticos, na sabedoria vulgar, contra o intelectualismo e o escolasticismo) seria o instrumento através do qual a humanidade atingiria o estado positivo. Essa educação seria um sistema de idéias e costumes (fundamentada no cotidiano e no senso comum) necessários para preparar indivíduos para a ordem social. Nesta ordem cada um deles deveria ser **adaptado** ao seu destino particular, que teria [37] que ser irretorquivelmente seguido (Lerena, 1983:242).

A particularidade da República Positivista Gaúcha era que o Estado estava já informado com essa ideologia, e, acima de tudo, **provia** a sociedade civil com ela. Daí ser possível que esses projetos educacionais, do tipo que estamos estudando, fossem mesmo executados. (ver Dill, já citada).

Em nosso juízo, o patronato apresenta uma fusão de mentalidades. A filantropia é agregada ao positivismo difuso. Este, por sua vez, é adaptado à realidade gaúcha e à cidade. Também misturam-se aí, com menos força, alguns elementos liberais (por mais contraditório que isso possa parecer). Este componente liberal, entendemos, aparece quando se oferece aos educandos, após a sua formação, a possibilidade de "estabelecerem-se" e prover suas próprias existências, em atividades de livre troca de serviços, subentende-se.

Para concluirmos, a impressão que tivemos ao lidar com esses fragmentos de ideologias nos discursos do patronato, e tentando reconstruir isso com o clima da época, da República Velha, é que todos esses elementos fundiam-se "harmoniosamente" naquilo que, por ora, chamaremos **espírito autoritário gaúcho**, que deixou vestígios em todas as práticas sociais, bem como nos equipamentos de reprodução ideológica que derivam daquela época.

Quer queira, quer não, Pelotas, com todos seus refinamentos, não passou incólume a um forte autoritarismo, combinado com as mentalidades conservadoras locais. Afinal, foram gerações que passaram por esses colégios e faculdades. Repetiram-se muitas e muitas vezes as mesmas falas, de modo que as mentalidades "sedimentassem" com o passar dos anos. Esse clima, esses hábitos, os fragmentos de discursos, etc., deixaram marcas visíveis até nos discursos da UFPel, como se verá.

NOTAS - CAPÍTULO I

- [1] Há confusão entre documentos e datas, o que é uma consequência da situação incipiente e precária da colonização. Houve disputas entre os padres, sobre a nova paróquia, etc.. As informações estão dispersas nas fontes consultadas, nem sempre permitindo uma visão clara dos fatos.
- [2] As reformas iluministas do marquês de Pombal vão de 1750 a 1777. Ver Faoro(1989).
- [3] João Simões Lopes Neto, 1865-1916, escritor regionalista, neto de João Simões Lopes Filho, o Visconde da Graça. Autor de *Cancioneiro Guasca* (1910), *Contos Gauchescos* (1912), *Lendas do Sul* (1913), *Casos do Rosaldo* (1952), *Terra Gaúcha* (1955), e outros. Ver Chaves(1982). As datas entre parênteses são das publicações.
- [4] O bucolismo, parte da temática regionalista em que se enquadra a literatura de Simões Lopes Neto, é um componente da ideologia da burguesia agrária urbanizada da República Velha. Bucolismo remete à simplicidade, austeridade e despojamento. Esses valores, mesmo romantizados, revelam uma relação específica com o mundo material: cautela e vigilância com o patrimônio. As camadas urbanizadas enriquecidas com a propriedade fundiária/agropecuária lembram com nostalgia os valores da vida campestre. A sovinice, o emprego permanente de técnicas rudimentares na produção agrícola, estratégias de acumulação de riqueza, encontram na simplicidade (no plano literário) uma forma de aceitação social muito valorizada.
- [5] Conceito tomado de Décio Saes, *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1988-1991)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p.57-86. Este autor, a partir de interpretações de Poulanzas, Althusser e Balibar (ver Bibliografia) trabalha os conceitos de modo de produção e formação social na realidade brasileira no final do século XIX. Estes autores fizeram uma leitura "não economicista" de Marx em "O Capital". Para fugir do reducionismo economicista dos pensadores influenciados pelo stalinismo, ampliaram suas análises sobre a articulação da estrutura jurídico-política e relações de produção. Com isso tornaram "clássica" uma perspectiva teórica que aprofunda as análises da ideologia. Saes redefine: **modo de produção** (articulação entre estrutura jurídico-política e relações de produção/forças produtivas; esta relação cria as condições de sua própria reprodução), lógica interna da reprodução de um sistema sócio-econômico em condições históricas determinadas; **formação social**, objeto real, a concretização (no lugar e no tempo histórico determinado) de um modo de produção, ou de vários, simultaneamente, articulando-se em relações de dominação-subordinação. (p.58-59). Ver também Maestri Filho (1984).

- [6] Saes (citado) polemiza com os autores que afirmam ser o modo de produção escravista moderno idêntico ao modo de produção escravista "clássico", ou que o Brasil seria uma formação social do tipo feudal. Os elementos de distinção seriam o Estado e o Direito.
- [7] Sobre esses "ciclos", ver Singer (1977), no seu capítulo sobre Porto Alegre.
- [8] cf. Singer (1977:146)
- [9] Ver Lagemann, 1985
- [10] Maneirismos, refinamentos e crônica social da cidade imperial encontram-se em vários autores e cronistas de viagem: Saint-Hillaire, Conde d'Eu, Roberto Avé-Lallamant, etc...
- [11] Sobre as crises da economia pecuária ver Pesavento, 1980.
- [12] A expressão é de Michel Vovelle (1985). Este historiador procurou fugir aos temas ortodoxos do marxismo e para isso teve que tornar mais precisos os conceitos de ideologia e mentalidade, que se superpõem em alguns aspectos, mas não são a mesma coisa dentro da sua perspectiva teórica, que utilizamos. Segundo Vovelle, com o conceito de "ideologia" definido, a partir de Marx (1857) "como o conjunto de representações, de práticas e comportamentos conscientes ou inconscientes", que é demasiadamente genérico (como queria, alias, o próprio Marx) os historiadores, para não terem que enfrentar a "crítica vulgar do marxismo vulgar", fugiram de temas que não fossem relativos à economia e às estruturas sociais, deixando de lado áreas mais complexas como a história religiosa, das mentalidades e das sensibilidades. Mas uma vez que os historiadores mais recentes têm-se tornado cada vez mais curiosos com relação à história "menor", foi necessária uma "diferenciação dos conceitos". (v.p.9-31).
- [13] "Idéias iluministas" nos remetem para o iluminismo francês. Ideais de progresso social, intelectual, moral, preocupações em "debelar a tirania", direitos do homem, direito natural, etc., fundamentam, pelo racionalismo, o próprio Estado e a Moral Natural. A Natureza seria a fonte da Ética e da Religião. Era a filosofia do "homem novo" europeu, o burguês, em última análise. Ver BOBBIO, 1986.
- [14] Sobre o positivismo comteano no Rio Grande do Sul ver Boeira (1980:34-59), que nos fornece um quadro muito claro desta ideologia no RS, através do PRR. Boeira divide o positivismo que atuou na vida cultural do RS em três tipos: o político, o difuso e o religioso. O segundo é o mais significativo para nosso trabalho. É um campo muito amplo e cheio de conexões entre as diversas esferas da vida cultural do Estado. Está permeado por outras ideologias. O autor reconhece também que o tema ainda não está suficientemente detalhado pela nossa historiografia. Ver também Pinto

(1986). Há ainda dois artigos de Paulo Eduardo Arantes em *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, (21):185-94 e (22):199-204, respectivamente de julho de 1988 e outubro de 1988.

- [15] Positivismo na arquitetura: ver Weimer (1987:256-79).
- [16] Em Pelotas havia vários "casos" de positivismo misturado ao adesismo borgista. O Cel. Pedro Osório é um deles. Também podemos destacar a presença "indireta" de Saturnino de Brito em Pelotas: na "gestão" do intendente Cypriano Barcellos (1912-16), realizam-se as obras de saneamento urbano. Pelotas é saneada por um engenheiro, A. Lamy, recomendado por Saturnino. Pedro Osório também contrata engenheiros da Escola Politécnica do Rio de Janeiro para obras de iluminação e viação, praças, etc. (Saturnino de Brito era famoso engenheiro e divulgador do positivismo filosófico no Brasil).
- [17] Libertação "progressiva" dos escravos: Muitos senhores de escravos haviam sido beneficiados pela legislação em seu favor que previa indenização para os que quisessem se desfazer dos escravos, mesmo mantendo-os em regime semi-servil; além disso muitos escravos já haviam sido vendidos à São Paulo, entre 1850 a 1870, a preços altos em função da expansão do café; o número aproximado de escravos ainda existentes na zona do charque no Rio Grande do Sul era de 60 mil, dos quais 20 mil em regime semi-servil (Saes, 1985):249).
- [18] Ver Oliven, 1984.
- [19] Ver Dill, 1984:123.
- [20] Ver Félix, 1987, sobre o coronelismo no RS.
- [21] cf. Romero, citado.
- [22] Sobre a maçonaria em Pelotas ver Osório, 1922:207-8.
- [23] Ver Boeira, op. cit.
- [24] Extraído da coleção de Mancini, ver Bibliografia.
- [25] Decreto que dispunha sobre a forma da "inspeção federal" nas instituições de ensino superior.
- [26] Sobre a fase "crítica" da universidade, ou do ensino superior brasileiro, ver Cunha, 1983.
- [27] Ver as noções de "bloco conservador" e "hegemonia", no caso brasileiro, em Dreifuss, 1987.
- [28] Falar na "linhagem" dos Simões Lopes é difícil; o Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho, 1817-93) teve 22 filhos, de dois casamentos; cf. Osório, citado, p.217.
- [29] "... o charqueador tendida a transferir para o produtor direto -- o estancieiro -- as perdas da baixa do preço do charque no mercado nacional. (...) Quanto aos preços que poderia obter pelo gado, interessava ao criador a desvalorização monetária. (...) Pode-se afirmar que tanto o pouco dispêndio de capital na criação extensiva como a

garantia de mercado para o gado, através das compras dos charqueadores, foram os fatores que contribuíram para a manutenção deste estado de coisas na pecuária num estágio ainda refratário à configuração plena do capitalismo." (Pesavento, 1980:33), e adiante, à p. 35: "a velha charqueada enfrentava problemas que oneravam o seu custo de produção. Um deles era o próprio preço da matéria-prima, que apresentava, no início do século XX, uma elevação do custo dos alimentos, notadamente os pecuários. Ora, a alta do preço do gado, que interessava ao criador, não interessava em absoluto ao charqueador, que via aumentar o preço da matéria-prima e, com isso, elevado o custo de sua produção. Da mesma forma, as altas taxas sobre a importação do sal de Cádiz prejudicavam o proprietário do estabelecimento saladeril, vendo elevar-se o preço de um gênero necessário à elaboração do charque e redundando em novo acréscimo no setor produtivo.

- [30] O "curso anexo" era preparatório; eram lecionadas aritmética e álgebra, geometria e trigonometria, geografia do Brasil, francês, português e havia uma aula de desenho.
- [31] O Rio Grande do Sul vivia uma séria crise política desde 1921, iniciada com a crise da pecuária. Esta deixa de ter peso nas políticas econômicas do Estado, que começara a dar mais ênfase à cultura do arroz e aos transportes. Em 1923 esta crise, associada à conjuntura nacional (também conturbada), degenera na Revolução de 23. O grupo borgista sofre alguns revezes, mas continua ativo.
- [32] "L'Amour pour principe, et Ordre pour base; le Progrés pour but." (O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por objetivo). Lema "sagrado" do positivismo, tal como este era apregoado pelo Apostolado Positivista do Brasil, a faceta religiosa desta ideologia. (cf. Comte, 1852:63).
- [33] A Comte é associada a idéia de adaptação social e a Rousseau a de libertação e intocabilidade do indivíduo; "reprimir" e "liberar", respectivamente. Lerena acaba por mostrar, na verdade, que Rousseau e Comte, apesar de "opostos", se assemelham em muitos pontos. Ambos "capturam" crianças e mulheres e as colocam dentro do seu círculo de repressão/libertação.
- [34] A biografia de Júlio de Castilhos, escrita por Sérgio da Costa Franco (1988), permite caracterizá-lo como um burguês. Paralelamente às suas atividades políticas administrou sempre seus negócios pessoais com a máxima racionalidade e eficiência. Era um fazendeiro, e mesmo não pertencendo ao estrato mais rico desta categoria, sua situação financeira permitiu que desfrutasse um confortável "vida burguesa". O mesmo pode ser dito de muitos pelotenses, fazendeiros-comerciantes-burgueses e positivistas: os irmãos Osório, os Simões Lopes, Joaquim Augusto de Assunção (senador), e tantos outros.

- [35] É interessante também observar uma discreta semelhança da iniciativa do Patronato com a proposta dos "brizolões", ou "Centros Integrados de Educação do Menor" (CIEM). A idéia de ter o Estado como patrono da educação e da socialização, informando as crianças desde cedo quanto ao "espírito público", nos parece uma faceta desta corrente comteana, na sua versão difusa, "gaúcha", adaptada ao Brasil inteiro.
- [36] Um sinal dessa divisão social, mas num âmbito diverso, era a conhecida "lei do boi", que privilegiava os filhos de agricultores no ingresso nas escolas de agronomia, reservando-lhes uma cota de vagas.
- [37] É o aspecto contratual da atividade na sociedade que não aparece em Comte, uma vez que este estava preocupado prioritariamente com o aperfeiçoamento moral, ficando ponto pacífico a adaptação compulsória do indivíduo à sociedade.

CAPÍTULO II
A REPÚBLICA E AS UNIVERSIDADES
A Gênese da Universidade Federal
de Pelotas: a ilustre pelotense

II.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo examinamos como só é possível falar em universidade em Pelotas a partir dos anos sessenta. A fragmentação do ensino superior em faculdades isoladas reflete a fragmentação do próprio "saber oligárquico". Este não tem necessidade nem de interdisciplinaridade, nem de uma ampliação rápida e em grande escala dos quadros gestores da sociedade. A universidade, que surge inevitavelmente presa ao modelo "máquina de ensinar", é um produto muito vinculado às pressões da classe média urbana local, bem como a centralização de poder em termos do Estado federal. A criação da Universidade Católica de Pelotas mostra bem este processo. A UCPel (Universidade Católica de Pelotas) é um estabelecimento privado existente na cidade. Abordaremos esta universidade de modo secundário neste capítulo, apenas com o objetivo de esclarecer um pouco mais o contexto da criação das instituições universitárias em Pelotas.

A formação da universidade pública em Pelotas é, neste contexto, mais lenta. A racionalização e a modernização do Estado federal demoram a chegar na cidade. Esta vai ter que esperar pelo golpe militar e pela Reforma Universitária de 1968 para receber a nova "dádiva" da União. É feito um novo pacto com as elites e setores da classe média, mas com muito mais desigualdade de condições do que nos tempos do Império e da República Velha. Pelotas recebe, antes de tudo, um decreto e recursos, concedidos porque a cidade já contava com uma rede de estabelecimentos de ensino superior ("tradicional") relativamente consolidada. No nível local, portanto, procura-se preencher esta nova forma gerindo e ampliando a estrutura antiga. É muito importante, nas primeiras duas gestões da UFPel, a comunicação de grupos da elite local com o governo federal. Ambos precisavam, de certo modo, um do outro. O planejamento, ou sua linguagem, passa a ser um componente essencial neste processo de comunicações. Não importa se ele sai ou não do papel. A universidade vai aos poucos comprometendo-se com um discurso racional e "moderno". Mas a

lenta dissolução do regime militar (e da "Nova República" de 1985) imprime uma inflexão nos processos simbólicos da universidade: o discurso do planejamento é abandonado, enquanto se faz sua substituição por um discurso "crítico". A crítica, na esfera dos discursos apenas, não imprime modificação alguma na estrutura da UFPel. A universidade não define como vai acabar de preencher os desdobramentos que sua estrutura jurídica lhe oferece. Começa o casuísmo, especialmente naqueles pontos em que o governo federal possuía alguns canais de comunicação com a gestão universitária local, em especial o planejamento: a questão da área física emerge, bem como outros setores que demandam recursos. A UFPel é uma universidade dependente de recursos federais, mas pode ter questionada facilmente a racionalidade com que esses recursos são geridos internamente, porque está muito presa à sua primitiva estrutura.

A UFPel continua "ilustre", mesmo que a época atual não o permita mais. Sua ilustração, contudo, não lhe permitiu esclarecer os pontos obscuros de sua racionalidade interna.

Neste capítulo examinamos a formação (por aglutinação) e a trajetória da UFPel até a penúltima gestão, que assumiu no início de 1989. Os discursos da UFPel que acomodam crítica e desapontamento com o projeto de universidade do governo militar são analisados no Capítulo III. Crítica e desapontamento, como se verá, servirão para tentar apagar ao máximo a marca do descompromisso com que as elites locais geriram uma organização, cujos desdobramentos fugiam (e fogem) à sua razão e ao seu controle.

II.2. DA OLIGARQUIA A CLASSE MÉDIA - ELITES, PATERNALISMO E INDUSTRIALIZAÇÃO

"... é de um Pelotense a glória de ter formulado o projeto da abolição absoluta e incondicional da escravatura; a lei de 13 de maio, como foi concebida e formulada é da inspiração de um notável conterrâneo - Antônio Ferreira Vianna, ministro da justiça e do império nesse glorioso ministério 10 de março ! [...] Conta-se que elevado, aos conselhos da Corôa, Ferreira Vianna annunciára aos seus amigos, em agape cordial, que o ministério ia propor às Camaras a immediata abolição do captiveiro; um fremito correu, nesse dia, uma commoção se apoderou de quantos se levantaram, entre palmas e acclamações áquele que assim primeiro transmittia o pensamento certo do governo; e então, ao ouvir as palavras do Pelotense illustre, a phisionomia de algum se transfigurou e nesse olhar brilhou um quê de iluminado: foi José do Patrocínio. O seu coração de ouro em corpo de bronze, abriu-lhe a face, n'um largo sorriso que parecia reflectir uma luz interior; e de um golpe, como impedido por força extranha, poz-se de pé, despersonalizado, e bradou com uma vóz rouca de commoção esqualida de violencia: 'Não peço a palavra, eu tomo a palavra!' [...] E o ímpeto de Patrocínio foi inolvidavel mas incompleto; correram-lhe as lágrymas pela face e os soluços lhe estrangularam a vóz e apenas poude estreitar nos braços do glorioso Pelotense que o procuráva pallido e commovido... Aquelle abraço, como um symbolo historico, bem grato á esta Cidade, representava a

*redempção de uma raça e o início da era nova em
que entrava o Brasil!"*

(Osório, 192:110-111)

Começamos este capítulo com uma epígrafe que fala da abolição da escravatura. Um dos pontos mais interessantes da história da República Velha em Pelotas é o "desaparecimento" de seus negros. A abolição da escravatura tirou-lhes, provavelmente, a cor.

Pelotas da República Velha é uma cidade branca e progressista. A escravidão, que a "construiu", pode-se dizer, não deixou qualquer vestígio na cidade. Essa é a imagem que um pesquisador incauto pode fazer desses inícios republicanos. Também não estão à disposição documentos, tampouco séries históricas com a população "negra" e "parda", etc.. Uma coisa, porém, é certa: a cidade não perde população com a abolição. Mas não possuímos dados a respeito das condições em que os negros passam a "integrar-se" como cidadãos na sociedade republicana.

A abolição da escravatura não conferiu riqueza econômica alguma ao grupo negro. Além disso, o direito de serem reconhecidos, juridicamente, como pessoas (Saes, 1985), não era suficiente para que entrassem na sociedade com status diferente de "subalternos", para dizer o mínimo.

Não temos elementos para avaliar se o processo de exclusão sócio-econômica dos negros era mais ou menos intenso na República Velha do que nas "outras repúblicas". O Brasil continua sendo um país racista, mesmo que a lei diga o contrário. Mas esse ponto toca apenas marginalmente nosso trabalho.

A historiografia brasileira de modo geral, e a riograndense de modo particular, tem-se movido entre o mito da "democracia racial" e uma forte culpa de classe, salvo exceções recentes. Esse assunto aparece neste trabalho, porque culpa de classe é um traço bastante frequente nos discursos de toda a

cultura pelotense, da República Velha em diante, a começar, portanto, pela questão da exclusão do grupo negro.

Pelotas, como já mencionamos no capítulo I, foi mantida, em grande parte, até 1870 (pelo menos; os dados das alforrias, venda e fuga de escravos são imprecisos) graças ao trabalho escravo e às rendas que advinham da sua propriedade. É significativo que o escravo fosse garantia de empréstimo bancário, e arrolado como uma mercadoria corriqueira em qualquer inventário. (v. Saes, 1985, citado; v. Maestri Filho, 1984).

Mas não temos nenhuma evidência de como este problema fica "resolvido" após a abolição. O que encontramos no livro de Osório (1922:103-11) são 9 páginas de mea-culpa. Publicam-se os nomes dos "defensores da liberdade humana", que mais se destacaram neste processo de expiação coletiva.

"E dest'arte, a gloriosa campanha teve, em Pelotas, um desfecho pacífico, pelo qual Luiz Carlos Massot [illustre pelotense, republicano e abolicionista em 1884] se congratulava com a população [...] e com os defensores da liberdade humana! Com flôres havia de fazer-se a abolição no Brasil, pois que a onda abolicionista quando pode debelar esta fatalidade, lavando a nodoa de 'uma culpa que não foi nossa', a redempção foi instantânea e radical." (Osório, 1922:110)

Menos importante aqui é a escravidão e a abolição. Quem busca "redempção" aqui são os charqueadores e estancieiros borgistas. Queremos chamar a atenção para este discurso da República Velha pelotense. Deve ficar claro que os discursos da classe dominante vão sempre "reagindo" com suas próprias exigências de dominação/legitimação com que as diferentes gerações desta classe vão sendo historicamente confrontadas. No início da República era importante ser (ou ter sido) "benevolente" ou "liberal" com relação à questão negra. À medida que a versão adotada "agro-urbana" de capitalismo vai se

consolidando, vão se adequando discursos (comteanos, rousseauianos, republicanos, cívicos, moralistas, etc.) que fazem com que os membros daquelas famílias que realizaram a "acumulação primitiva" (versão local) sempre figurem como [1] respeitáveis e respeitáveis por seus dominados. O seu discurso, enquanto se converte completamente em "republicano", como veremos, não perde o gosto pelas figuras românticas, o seu sotaque aristocrata e imperial. Esses traços acompanham a conversão liberal (imperial) - republicana.

De resto, a exclusão do elemento negro na sociedade pelotense da República Velha, no âmbito desta pesquisa, só pode ser tratada pela literatura. A literatura de Simões Lopes Neto é uma referência importante. Ficamos informados, pelo menos, que "havia negros" em Pelotas. Mas parece que eles ficam só dentro dos livros.

A "branca Pelotas" não possuía (e até hoje não possui de forma significativa) o elemento negro na sua classe média. De resto, a historiografia riograndense completa essa brancura afirmando o "gaúcho-livre".

II.2.1. A Conversão Republicana em Pelotas

A culpa de classe que expia os pecados do escravismo também está presente no discurso "republicano" pelotense. Mas de forma muito mais sutil, aliás, aqui ela não tem mesmo por que ser evidente: trata-se de uma conversão interna a uma única classe, uma simples operação retórica de mimetismo. Os charqueadores e estancieiros já faziam política no Império, não "esqueceriam" as suas habilidades bacharelescas e cultas só por causa da abolição da escravatura e da República. [2]

Na seção "edilidade republicana em Pelotas", no livro de Osório (1922), só estão registrados nomes de famílias "imperiais" e de herdeiros de charqueadores. Não houve mudança nenhuma (na passagem do Império à República) na estrutura social da cidade e

do Estado. Não se pode nem mesmo falar de "fisiologismo" imperial-republicano.

Também é interessante notar algumas "pretensões de identificação" de Pelotas com o Rio de Janeiro, e não com Porto Alegre, a capital do Estado. Isso principalmente no que se refere a hábitos e vínculos com a "nobreza" imperial brasileira. Considerando o tamanho da cidade e comparando-o com Porto Alegre, Pelotas era "imperial", e Porto Alegre "republicana" e "burguesa". O adiantamento em termos de equipamentos urbanos de consumo coletivo (luz, escolas, bondes, telefonia, etc.) que Pelotas experimentou na virada do século independia do fato de não ser a capital da província. A renda acumulada pelo comércio de carnes, principalmente, foi responsável por esse consumo. Fora isso, graças à tradição imperial, estreitos vínculos uniam a classe dominante pelotense ao Rio: amizades de famílias locais com pessoas da corte, conselheiros, baronesas, comendas e prebendas.

É significativo também, com relação ao tamanho da cidade, que vínculos com a família real portuguesa se mantiveram, em Pelotas, até os dias atuais: há pouco tempo (outubro de 1989) um grupo de senhoras pelotenses aguardava o comparecimento de uma bisneta da princesa Isabel, para lhe fazer as honras da cidade, mostrar-lhe os prédios importantes (como a casa em que se hospedara a princesa sua bisavó, etc...).

Mas toda essa tradição e culto ao passado "nobre" da cidade não impediram que houvessem aspirações "republicanas" em Pelotas, de longa data. Houve uma formação burguesa, "plebéia", em Pelotas, que pode ter fomentado esses ideais, com um tipo de compromisso mais "de classe". Mas acreditamos que o militarismo (a República veio "de cima para baixo", como sabemos), o romantismo, as idéias em moda, o bacharelismo (portador de positivismo e liberaisismos), maçonaria, etc., são os agentes aplicadores e difusores da República no nível local. Osório (1922), tomado por nós como "historiador oficial" da cidade, tem uma preocupação bem compenetrada em evidenciar as aspirações

republicanas de Pelotas, mesmo que dedique um capítulo, conciliador talvez, ao partido liberal na cidade.

Em seguida, sobrevém mais um "expição". Osório publica uma nominata dos primeiros republicanos pelotenses, indicando o seu ano de alistamento e a profissão, de 1884 a 1888 (Osório, 1922:124,125). O grupo erigiu um tanto "fora" da cidade um monumento à República (em memória de Domingos José de Almeida), em 1885, "antes" da proclamação. O monumento se conserva e é tombado a nível nacional. Mas é interessante observar, na "lista de adesões republicanas" de Osório, as profissões: um "criador", um "fazendeiro", um "capitalista" e um "operário"; os restantes (o total da lista é 83) distribuem-se entre comerciantes, escreventes, "industriais", advogados, artistas, professores, tabeliões, etc... Todas profissões bem características de uma vida urbana e ligadas à sua gestão.

A política da República Velha permanece, de um modo geral, uma atividade da elite civil e militar. Guarda e preserva o autoritarismo herdado de geração em geração. As decisões que afetam a vida coletiva (as "políticas públicas") são marcadas pelo paternalismo, fundado, em última instância, na desigualdade sócio-econômica. Um toque paternalista emana de tudo que é "público" em Pelotas neste período. Encapotam o paternalismo tanto o liberalismo quanto o "positivismo borgista", ou qualquer outra ideologia que permeasse os partidos (as vezes algum tipo de "sentimento humanitário", altruísmo ou filantropia justificavam certas ações políticas e, principalmente, obras públicas). Não conhecemos detalhadamente a "história das reivindicações" (públicas) no Brasil, mas na histografia aparece também certo paternalismo quando se oculta justamente isso. Toda a ação política, de qualquer modo, era sempre bem instrumentada pela "nobre superstição do Direito", é claro. O bacharelismo, aqui muito mais a forma com que as ideologias se exprimiam, era um caudal que colocava um "freio moralizante" (sempre a idéia de justiça e lisura dos processos) naquilo em que o caudilhismo político se tornava muito descarado, ameaçando a credibilidade dos processos. Pensamos que a forma bacharelesca dos políticos se

comunicarem com a população funcionava também como mais um fator de dominação. Essa forma pressupõe um distanciamento social e cultural entre aqueles que detém a linguagem (e a justiça) e os que não as detém. O manejo de uma linguagem diferenciada, proferida por figuras proeminentes, poderia muito bem funcionar como mais uma intimidação. Aqui precisamos efetivamente separar a forma bacharelesca da valorização cultural dessa mesma forma, porque era de certo modo "facultativo" ao chefe político quando e onde empregar essa ou aquela linguagem, de acordo com as "conveniências". Com a República esses processos vão se tornando cada vez mais complexos e sutis, embora o primarismo da dominação social permaneça inalterado praticamente até os dias atuais.

II.2.2. A República e o Declínio Financeiro da Cidade

Durante a República Velha completa-se no Rio Grande do Sul a transição do modo escravista moderno de produção para o modo propriamente capitalista. Isso acontece, é claro, de forma desordenada e descontínua, como aliás já havia sido a adoção do modo escravista. Como já mencionamos, Pelotas é caudatária deste processo, verificado em todo o país, embora com desigualdades entre as regiões.

Em Pelotas, a industrialização (que efetivamente ocorreu) e o comércio na cidade ficam dependentes do excedente do produto agropecuário ainda por muito tempo.

Na campanha, no final do século XIX e início do século XX, permanecem ainda padrões tecnológicos muito incipientes nos processos de trabalho agrícola e formas ainda semi-servis de sua exploração. (v. Pesavento, 1980[B]:21-22).

"A internacionalização do modo capitalista de produção não pressupõe, obrigatoriamente, a transformação de todos os processos de trabalho no sentido do capitalismo, nem a universalização das relações assalariadas de produção."

"Na realidade, o novo modo de produção, no seu desenvolvimento, é capaz de produzir ou manter inalteradas as relações não capitalistas de produção."

(Pesavento, 1983:10, grifos nossos)

Queremos ainda chamar a atenção para mais um aspecto de que se reveste esta "transição": concordamos com Pesavento, quando esta autora observa que não houve "dualidade", e sim complementaridade entre a indústria e a agricultura no Estado, mesmo que houvesse antagonismos conjunturais.

É interessante ressaltar, contudo, que até 1929 o charque era o produto que liderava em peso e em valor a economia agrária do Estado, seguido da banha e do arroz, nesta ordem. (v. Pesavento, 1980[B]:14). Mas o setor pecuário gaúcho como um todo experimenta dificuldades que acabam por colocá-lo em segundo plano na economia. A supremacia da pecuária na República Velha mantém-se por algum tempo em termos do valor exportado, mas não em ritmo de crescimento (cf. Lagemann, 1985:24-29).

Não obstante, um grupo enriquecido pela pecuária cria, em 1906, o Banco Pelotense. Este foi o maior banco gaúcho durante boa parte da década de 20 (cf. Lagemann, 1985:12). Este autor sugere que a liquidação do banco, em 1931, se deu principalmente por causa do modo como a instituição "internalizou" as diversas crises do setor pecuário durante o seu período de funcionamento. Vale ressaltar que a direção do banco era composta por pessoas com íntima vinculação com este setor, quer como pecuaristas ou como pertencentes a famílias que já se dedicavam tradicionalmente a ele.

O Banco Pelotense, que tomamos como a "realização máxima" da burguesia agrária de Pelotas no setor financeiro, estava praticamente "preso" à pecuária. A origem de seu capital, a origem da iniciativa e sua orientação administrativa confirmam isso. A sua liquidação, também, em razão deste "aprisionamento", estava, de certo modo, "predestinada". A crise da pecuária no

Estado sobredeterminou o processo. De modo secundário, portanto, ficariam "interesses getulistas", voltados ao fortalecimento do Banco do Estado, que são apontados como responsáveis pela liquidação do Pelotense, principalmente nas versões locais. Reconhecemos a importância de tais interesses, e concordamos que a competição nas esferas financeiras pode ser desleal, etc., mas a história do Pelotense é repetida com essas conotações muito mais para ocultar a crise interna do banco, além de se achar uma razão "digna" para Pelotas ter-se encaixado subsidiariamente na economia do Estado: afinal, a cidade sacrificara "seu" Banco em prol do Estado, etc...

É aí que aparece também como fato a incapacidade e a falta de visão das lideranças locais - que compunham também a elite financeira - para deslocar sua base econômica e seus investimentos a outros setores da economia, assim como à incipiente industrialização, que a cidade efetivamente experimentou.

[3]

II.2.3. Quadro Geral da Cultura Republicana (velha) em Pelotas:

Todos esses aspectos da Pelotas republicana servem para colocar-nos a seguinte questão: em que medida se fixam "hábitos imperiais" na cidade, principalmente nas camadas superiores, integrantes da burguesia agrária, e em que medida isso teria repercutido nas mentalidades regressistas locais, tão apegadas à "tradição pelotense".

A mentalidade de arrendatários (da terra, do gado), o "consumo conspícuo", utilizando a expressão de Veblen (1965:47), foram responsáveis pelo fato das classes médias e baixas, "plebéias", terem cunhado uma expressão - "gigolô de boi" - para designar pejorativamente os membros desta elite, que não trabalhava, apenas usufruía requintadamente de rendas e luxos. O refinamento adquirido pelos homens deste grupo abalou inclusive sua condição de "machos". A zombaria popular e as rivalidades interurbanas no Estado acabam por estender a toda população

masculina da cidade a fama de homossexual, que se incorpora ao anedotário riograndense e brasileiro.

Mas o alvo da expressão "gigolô de boi" é, certamente, a "aversão" às atividades produtivas que esta elite demonstrava. O trabalho, manual ou não, tende a ser visto com certo desdém, enquanto que habilidades de lazer e passatempo, assim como culto às artes, são muito mais valorizadas. Nada que lembrasse que a riqueza desfrutada tinha que ser ganha poderia aparecer. Isso colocaria em questão a sua superioridade de classe em relação aos que trabalhavam. Mesmo empobrecidos, todos os seus hábitos deveriam indicar qualidades pessoais excelentes, adquiridas "de berço". Os dotes para o desfrute dessa vida "ociosa" exigiam, por seu turno, um árduo treinamento: aulas de piano, violino e canto; o cultivo das "boas maneiras"; a paciência para a leitura e para decorar poesias; etc... O saber, se suficientemente "desinteressado" e não socialmente crítico, poderia então reivindicar um lugar em meio às atividades citadinas pelotenses.

A classe mais alta possui e cultiva o preconceito contra o trabalho produtivo e inclusive contra certos setores do comércio. Mas a pequena burguesia urbana acaba assumindo esse preconceito como seu, até certo ponto, de forma suficientemente cautelosa que não a impeça de se reproduzir. A preocupação com a reprodução do seu status, cuja aquisição a duras penas mal se consegue completar, leva este segmento social a apoiar a criação de instituições de ensino, e mesmo lutar por elas, assim como pelo seu acesso a elas.

A ordem social já vem privilegiando paulatinamente e de diversos modos, desde os tempos da luta pela República, aqueles indivíduos detentores de títulos acadêmicos. Esse processo fica plenamente consolidado com a "urbanização da hegemonia" no País, no final da República Velha, em 1930 (a expressão é de Saes, 1984:84).

Uma questão importante, ainda dentro da República Velha, é a do proletariado urbano. O peso político deste proletariado, à primeira vista, em relação às características locais, parece lhe

atribuir muito mais um caráter de "grupo de pressão", do que o papel de protagonista autônomo numa luta política classista. Francisco de Oliveira, na sua "Crítica à Razão Dualista" coloca que antes da implantação da legislação trabalhista, em 1943 (CLT e "carteira profissional"), e do salário-mínimo regional "urbano", em 1940, não havia ainda uma dissociação completa entre custos de reprodução da força de trabalho e custos de produção internos à empresa capitalista. Com efeito, foi a partir de alguns signos materiais desta "fusão" de custos de reprodução da força de trabalho e de produção que fizemos uma "leitura" desta questão em nossa pesquisa. Tanto em Pelotas como em Rio Grande existem ainda exemplos dos conjuntos habitacionais para trabalhadores da indústria (das maiores, evidentemente), construídos como "patrocínio" das empresas, ou então integrados ao próprio patrimônio destas. As fábricas pertencentes à família Rheingantz em Rio Grande e em Pelotas foram pioneiras no Estado e no País em alguns empreendimentos "paternalistas" deste tipo, citando apenas este exemplo "clássico" da Região.

Isso tudo nos leva a supor que, até a "distensão" do Estado Novo (antes de 1945), as formas de consciência operária eram freadas no contexto da própria empresa, não podendo transbordar com muita intensidade para a luta política organizada.

[4]

Contudo, ao analisar os processos da construção da hegemonia burguesa no Estado até 1930, Sandra Pesavento, além de apresentar vários exemplos de como era narrada nas publicações burguesas da época a "tranquilidade" e a "higiene" das fábricas, afirma:

"a história do processo de industrialização no Rio Grande do Sul é toda ela pontilhada por greves, tumultos, reivindicações operárias, contradizendo aquela aparência de tranquilidade da fábrica."

(Pesavento, 1988:40)

Se não temos motivos para imaginar um proletariado dócil na República Velha, também não podemos idealizá-lo como um grupo altamente conscientizado. Pensamos que este grupo foi, e isto nos parece bem mais próximo da realidade, altamente manipulado. No início diretamente, pela própria burguesia em formação (e com traço oligárquico muito forte), e em seguida, com a evolução da conjuntura histórica nacional, pela política do Estado populista. De resto, falta ainda verificar como esse processo ocorreu concretamente em Pelotas. Mesmo não sendo o objeto deste trabalho, ao esbarrarmos na questão descobrimos que muito pouco se sabe a respeito da "história do trabalho (trabalhador)" no nível local, principalmente antes de 1945.

De qualquer modo, vai valer destacar sempre o traço oligárquico da burguesia gaúcha deste período, porque consideramos que há um elo entre oligarquia, elitismo e paternalismo que marca bastante a cultura de Pelotas, e principalmente seus discursos.

Mencionar o paternalismo de origem oligárquica é fundamental neste trabalho. É um comportamento que se fixa na elite pelotense, e gaúcha também, e se prolonga, metamorfoseado, até os dias atuais.

A forma "protetora", e ao mesmo tempo dominadora, de encarar as outras classes já estava "latente" na antiga burguesia agrária, da qual surge a industrial. A "bondade", a "nobreza de princípios", o "desprendimento" e até mesmo a "coragem", que aparecem nos heróis da literatura regionalista, confundem-se na figura do estancieiro que se torna urbano, num primeiro momento, produzindo a imagem do "bom patrão". O mesmo tipo humano que dominava escravos e peões no trabalho rural se defronta, na cidade, com a tarefa de arregimentar os proletários urbanos, cercados agora pela "atmosfera cívica" da Velha República positivista gaúcha.

As virtudes pessoais e heróicas desabrocham no meio urbano, num outro processo de trabalho, no qual a subjugação é tão necessária como é acentuada pelas ideologias fabris

(taylorismo e fordismo), conforme nos mostra Pesavento (1988, citada). Essas ideologias são importadas para o novo ideário burgês em formação. Mas nossa impressão geral é de que essas ideologias, em Pelotas pelo menos, ficaram muito restritas ao ambiente empresarial, não marcando tão profundamente as outras esferas da vida da cidade, "fora" do ambiente fabril.

O paternalismo está também intimamente ligado à seguinte contradição: as linguagens da sociabilidade rural chocam-se com a impessoalidade das relações de trabalho urbanas. O "bom patrão" precisa ser ao mesmo tempo magnânimo e mesquinho (controlador da produtividade), desprendido e cauteloso, racional.

As qualidades heróicas do estancieiro têm que ser conciliadas com as necessidades da empresa capitalista, do progresso e do crescimento econômico. Aí é que entra o altruísmo positivista. Uma das máximas de Comte, "viver para outrem", funciona muito bem para ilustrar como poderia ser feita esta conciliação. A profusão de lemas e frases do discurso político começa a servir de ponte entre a "crise de consciência" burguesa e do Estado, que vai instrumentalizando a política.

A partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder, que pode ser considerado de certa maneira "herdeiro" deste discurso, o Estado começa cada vez mais a encarregar-se do controle das "contradições entre capital e trabalho".

Precisamos agora fazer uma síntese deste processo em Pelotas. Pensamos, com base no que detectamos através da leitura de jornais de Pelotas, bem como a própria "forma" da cidade, que este processo de transição republicana se deu em Pelotas de modo bem "completo", ou "clássico". A falência do Banco Pelotense, em 1931, resguardadas as particularidades do caso, também é um exemplo bem elucidativo do comportamento da burguesia agrária em "transição", uma transição que fracassa, de certo modo, não permitindo que a cidade adquira hegemonia no crescimento econômico, mesmo que a quantidade de capital que tenha "passado" pelo banco tenha sido enorme. As classes dominantes pelotenses

ficam definitivamente caudatárias do processo de evolução capitalista, tal como este se dá no Sudeste e Sul do Brasil.

A impossibilidade de avançar, então, seria determinante desta "persistência em conservar", junto com as tradições de Pelotas, algumas características paternalistas. Como veremos adiante, a UFPel, onde desaguam as instituições públicas mais antigas (a FAEM, a Fac. de Direito, a Odontologia, o C.A.V.G. e o Instituto Agrônomo do Sul), geradas na República Velha, é também depositária de algumas práticas "mais antigas" de administrar e, inclusive, educar. O período populista, de uma maneira geral, funciona como um período em que esses processos iniciados na República Velha "congelam", ou "incubam", recrudescendo na Ditadura Militar e nos dias atuais.

Apenas adiantamos aqui, a título de exemplo, na Universidade, o caráter complicado da relação entre professores e funcionários da instituição. Este é um campo em que o paternalismo tem condições de aflorar; seja no descumprimento do horário de trabalho, ou no descomprometimento consentido com as tarefas, até a esfera puramente pessoal (relações mandonismo/servilismo). Ou então o "novo" paternalismo dos professores com relação aos alunos, notado por Gianotti (1986). Na medida em que os estudantes passam a ser considerados como a "clientela preferencial" da universidade, começa a surgir no corpo docente uma atitude benevolente, paternal, que, ao combinar-se com as ideologias de cada um, descamba freqüentemente em formas bizarras de "populismo pedagógico". Aqui em Pelotas esses "paternalismos" convergem. O tradicional, enraizado na cultura da cidade e o recente, acentuado pela portaria 474 de 1987, misturam-se na [5] UFPel. Em 1987, graças à tal portaria, acentuou-se a clivagem entre professores que efetivamente dão aula e os que exercem atividades "paternais", isto é, administram os estabelecimentos de ensino.

II.2.4. O Saber e as Faculdades

A educação superior na República Velha, em Pelotas, assim como em outras cidades "tradicionais" do Brasil, atingia quase que exclusivamente os membros das classes dominantes, a burguesia agropecuária e os primeiros grupos burgueses urbanos. Grupos de imigrantes de várias nacionalidades vêm engrossar o contingente populacional urbano, mas não é durante as primeiras levas que seus filhos "povoam" as faculdades, liceus e academias da cidade.

O domínio de um saber generalizante, "cosmopolita" em certo sentido, figurava como um dos requisitos mais importantes para a admissão numa faculdade, além das formalidades legais, é claro, e da possibilidade econômico-financeira concreta de se manter um estudante, por parte da sua família. A este saber generalizante somente estes grupos (médios e superiores) tinham acesso.

Questões raciais poderiam ainda contar, no sentido negativo. Basta pensar em que situação saem os negros da escravidão em 1888.

Conforme já apresentamos no capítulo anterior, a luta pela criação da Escola de Agronomia, desde os anos 80 do século passado, deixa clara a necessidade de modernização dos setores produtivos básicos da cidade e da região. A forma com que essa necessidade era sentida pelos promotores do processo - "dramática" (ver citações no capítulo anterior) - é também um sinal da crise econômica da pecuária. A luta pela Escola tem um caráter reativo, em nossa opinião, face a esta crise.

A Faculdade de Direito pode também ser "explicada" através de um raciocínio semelhante. O Direito, além de representar a instância reguladora das normas sociais, assumia um caráter "superestrutural" bastante amplo, abrigando as ideologias políticas que eram absolutamente necessárias à manutenção do *status quo* oligárquico.

Com a Faculdade de Odontologia também acontece algo parecido, embora menos perceptível, dado o caráter prático e "utilitário" desta área do conhecimento.

No contexto republicano em que se produzem esses estabelecimentos, eles passam a contar como símbolos, ideais, da cultura daquela época.

Eles se integram num difuso projeto de modernização que a comunidade local sempre tentou colocar em prática, mas que sempre foi limitado pelo atraso econômico que a cidade havia herdado do processo opulência/crises, já do tempo das charqueadas. [6]

Neste projeto devemos destacar o seguinte: a) como ele está entrelaçado na cultura da cidade; e b) como as camadas médias vão assumindo um papel cada vez mais significativo no processo: acabam por configurar a "massa crítica" do projeto. O mais certo seria dizer "massa acrítica", porque ter faculdades era mais importante do que definir sua qualidade, ou seu papel realimentador dentro do projeto difuso de modernização.

Também convém ressaltar aqui, que muitos "cursos práticos" (guarda-livros, comercial e outros) proliferam pela cidade, suprimindo o aperfeiçoamento de uma mão-de-obra urbana empregada na gestão dos serviços, isto é, desenvolvendo trabalhos não-manuais. Estes grupos fixam-se junto aos "capitalistas" e comerciantes mais proeminentes, engrossando ainda mais o contingente da classe média urbana pelotense.

O saber superior, um "objeto da cultura" fundamental, tendia, em função das classes sociais a que era destinado, a assumir um certo caráter "desinteressado", uma vez que não estava diretamente vinculado aos setores produtivos. A Faculdade de Agronomia era a grande exceção local. Mesmo assim, o agrônomo não assumia, na prática profissional, outras funções que de liderança e gestão da produção.

Cultura, saber e lazer entrelaçavam-se. A este "desinteresse", ou "caráter de jogo" que o conhecimento adquiria, agregavam-se elementos ideológicos definidos, ou melhor, fragmentos de ideologias, que eram incrustados com paixão

romântica nas mentalidades dos diversos agentes sociais. Essa paixão pelo "desinteresse" no campo do saber é o que confere uma coloração estética na vida das camadas superiores da República Velha. Adorno (1970:20-24) chama a atenção à qualidade não utilitária da beleza em Kant, ao falar das teorias estéticas deste pensador. Nós relacionamos essas idéias "kantianas" (certamente não desconhecidas de alguns bacharéis e artistas locais) a alguns comportamentos dos patriarcas (e matriarcas) da cultura local no campo do saber superior. Mostraram uma tendência a uma atitude "desinteressada", desprendida e magnânima com relação às práticas culturais e artísticas com que se enfronhavam. É isso que vai conferir o caráter "abnegado" das cruzadas pela abertura de cursos, organização de eventos, etc., com que as elites vão exercitar sua cultura. Suas vidas tornam-se "obras de arte", no sentido romântico/trágico da expressão, quando descortinamos as ideologias que proferiam enquanto "viviam para a cultura". Inclusive o caráter "não mercantilista" que a cultura vai tendendo a assumir, tem, em nossa opinião, raízes neste período. Nega-se a questão da arte, da cultura em geral, como passíveis de se transformarem em mercadorias. Ao mesmo tempo, negam-se suas potencialidades de fazer a crítica ao *status quo*.

No campo do saber, por exemplo, acontecia alguma coisa semelhante no Direito. A necessidade de justiça e de regulamentação social experimentada pela sociedade nunca aparece associada à questão dos "honorários profissionais". Este é um assunto banido dos discursos acadêmicos, pelo menos. Paralelamente a isto, o título de "doutor" continua sacramentado socialmente, assegurando privilégios aos seus portadores. A reverência com que são tratados pelas classes baixas (mesmo que com hipocrisia, às vezes) é um dos traços mais evidentes da importância generalizada atribuída aos títulos acadêmicos, e também, misturada a isso, à origem de classe.

Neste quadro, o liberalismo e em particular o positivismo difuso agrupam mais ou menos polarizadamente os conteúdos ideológicos que circulavam entre os grupos médios e superiores em Pelotas, do final do século XIX e no início do século XX.

A permanência destas ideologias e seus desdobramentos em diversos domínios da vida social, como a educação, em particular, vai também construir a mentalidade urbana pelotense.

Junto com essa mentalidade urbana está a circulação cada vez mais intensa de informações vindas do mundo exterior. A Europa era ainda o grande foco civilizador para toda a América Latina. As classes dominantes brasileiras sempre tenderam a avaliar, julgar e a projetar a sociedade por padrões europeus, ao mesmo tempo que se queixavam do nosso "atraso indígena".

Um projeto de modernização à européia, portanto, era oferecido como isca às classes médias, principalmente, para consolidar as alianças de classe necessárias à manutenção das elites tradicionais no poder. Se isto acontece com força nas principais cidades brasileiras, acontece também em Pelotas. Ainda mais que as potencialidades concretas de modernização social locais já estão declinando, com a "não-opção" por um modelo de desenvolvimento industrial por parte dos capitalistas agrários.

Porto Alegre alçava-se, com as vantagens de capital política, a ser a cidade líder do Estado, e tinha o acesso aos mercados da região colonial. Isso foi decisivo para sua supremacia econômica no Estado (v. Singer, 1977, já citado).

De qualquer modo, em Pelotas, também começa a despontar nas elites e nas classes médias uma forte necessidade, ou "urgência de modernização", utilizando uma expressão de Décio Saes (1984:86), referindo-se ao tenentismo e ao início da industrialização na República Velha.

Apenas alguns setores da burguesia local vão assumir um ideário "modernizador". De resto, a expressão de Saes é boa, embora não tenhamos encontrado nenhum traço de "tenentismo" em Pelotas. Devido ao grande peso do recém ultrapassado modo de produção escravista moderno, não se formam propriamente "classes

populares" com peso político idêntico ao das capitais brasileiras.

A "modernização" da sociedade em termos capitalistas, conduzindo a alguma coisa do tipo "revolução burguesa", assume em Pelotas um caráter retardatário e caudatário com relação à evolução do quadro nacional. O processo de modernização confunde-se com a sofisticação do consumo da cidade. Todos os benefícios e inovações da virada do século são adereços, os quais um sistema produtivo quase sem alterações pode se dar ao luxo de adquirir. Pelotas conserva o seu "ethos da opulência".

Para as classes baixas a elite reserva a sua filantropia. Para as médias, a "educação". Para confirmar isto basta ver o livro "clássico" de Osório (1922).

É neste sentido que interpretamos a criação das primeiras faculdades em Pelotas, por parte das elites e com o apoio (irrestrito) das classes médias como parte deste difuso, embora coerente no seu sentido histórico, projeto de modernização da comunidade local. Nas instituições fundiam-se as ideologias, as mentalidades e os anseios de ascensão social.

II.3. NOTA SOBRE O POPULISMO EM PELOTAS - 1945/1964

Comentaremos apenas brevemente o período 1945-1964, chamado por nós de "populista", em consonância com os autores que consultamos sobre esta fase histórica brasileira: Décio Saes (1985) e Francisco Weffort (1980), principalmente.

Este é um "período obscuro", para nós, na história da cidade. Pelo menos na história que pensávamos poder reconstruir, na qual os movimentos sociais poderiam ser analisados mais contrastadamente. Isso, ao que tudo indica, não ocorreu em Pelotas. No "período populista", na sua versão local, são "fixados" os últimos componentes da mentalidade local no quadro cultural que vai desencadear a criação das duas universidades em Pelotas: a Universidade Católica de Pelotas e a Universidade Rural do Sul.

É claro que não se fazem duas universidades a partir de mentalidades, apenas. A cidade de Pelotas experimentou certas transformações sócio-econômicas, que, de algum modo, tornaram as universidades uma realidade.

Delimitamos o período deste modo, porque a derrubada do ex-presidente João Goulart, em 19 de abril de 1964, é como um "divisor de águas" na história brasileira, colocando um fim no período democrático que começa em 1945, com o final da ditadura de Vargas (cf. Skidmore, 1966:17-20). O período da ditadura de Vargas foi deixado de lado neste trabalho, porque consideramos o Estado Novo (1937), assim como a própria Revolução de 30, movimentos de abrangência muito mais ampla, nacional. Numa cidade como Pelotas, distante dos centros importantes do País (e agora a distância não era apenas "geográfica"), as repercussões desses movimentos foram relativamente mais lentas e mais difusas do que em Porto Alegre, por exemplo. Isso não quer dizer, absolutamente, que tenham sido insignificantes. Além disso, desvendar o caráter desses acontecimentos em Pelotas não faz parte deste trabalho.

Contudo, queremos ressaltar que o mesmo não acontece com o Golpe de 1964. O caráter "centralizador" deste golpe, entre outras coisas, teve uma repercussão bastante diferente em Pelotas. Foi dentro do seu universo político que a UFPel pôde ser criada e mantida.

As características mais importantes do período 1945-1964, que interessam para nós, portanto, são o desenvolvimento urbano-industrial e o populismo. Neste período o liberalismo pode ser fixado nas camadas médias locais, combinado com o desenvolvimentismo. O período é uma espécie de gestação para o que vai acontecer depois de 1964. As classes médias vão assumir um papel decisivo, então. Vão "modernizar" as formas de gestão da versão local de capitalismo, criar universidades, "lutar por um lugar ao sol", num sistema que as protegerá, com a sombra das elites da República Velha, da "ameaça comunista".

Sabemos que após um passado de opulência a cidade de Pelotas vai distanciando-se economicamente cada vez mais de Porto Alegre, com a qual competia. Singer (1977), já citado neste trabalho, mostra como Porto Alegre se destaca, a partir de suas indústrias relativamente mais diversificadas, e seu comprometimento com os mercados da zona colonial. Singer inclusive considera a concorrência industrial entre Porto Alegre e Rio Grande, e supõe que Porto Alegre já tenha assumido a liderança industrial no Estado, o mais tardar em torno de 1920 em diante. Pelotas fica restrita ao mercado local e os investimentos que recebeu no setor industrial não foram feitos de modo que a cidade pudesse conquistar mercados importantes de forma expressiva.

Entre outros fatores para o atraso industrial de Pelotas é apontado pelo Relatório do Convênio CPM-BIRD, de 1979, o esgotamento da sua capacidade de gerar energia. Mas a repercussão mais detalhada disso na economia da cidade não é aprofundada.

Para nós, o fracasso financeiro do Banco Pelotense, em 1931, de certa forma "predestinou" (e era sinal de um destino também) que a cidade perdesse cada vez mais sua importância no Estado.

O mesmo Relatório aponta que a cidade mantém sua economia, na década de 40 a 50 nos seguintes fatores: a) possuir vantagens como centro rodoviário e fluvial; b) ser um centro de comércio e serviços; c) possuir algumas indústrias. Estes fatores "atraíam" a população rural.

De 1960 a 1980 amplia-se o parque industrial e o número de equipamentos de prestação de serviços. Destacam-se os de saúde, educação e financeiros. Fracassa a implementação de um distrito industrial na cidade por falta de infraestrutura (o Relatório não menciona o tipo) e o alto custo da terra.

Os setores da economia da cidade que atingiram maior expressão foram, desde o início do século, a indústria de bebidas, produtos farmacêuticos e veterinários, ouriversaria e metalurgia (v. Relatório do Convênio CPM-BIRD de 1979).

As empresas estrangeiras mais importantes em Pelotas foram a "Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited", que atuou na geração de energia elétrica e transporte de bondes. A CEEE está hoje em Pelotas e não existem mais bondes. A outra companhia era a "Anglo", inglesa, que atuava no setor de frigorificação de carnes. Instalou-se em Pelotas durante a guerra, em 1940.

Na década de 40 acontece uma "grande virada" na economia da cidade. A pecuária começa a ser substituída pelo cultivo do arroz. Mas ainda na década de 70, o setor de frigoríficos e comercialização de carnes vai ser ainda muito expressivo na cidade e na região. Aproximadamente 13% do abate dos frigoríficos exportadores do Rio Grande do Sul era feito em Pelotas, com a retirada da "Anglo" nos anos setenta, a cidade entra nos anos oitenta com uma participação bem menor desse setor na produção global do Estado. Nos anos oitenta, segundo Fernando Mendonça (economista mencionado no Relatório CPM-BIRD), "o arroz mantém Pelotas". Acreditamos que isso pode ser parcialmente verdadeiro, mas não temos muito mais informações sobre a economia do que esse Relatório. Os economistas da cidade também não, mas "estão trabalhando no assunto". O que nos pareceu importante destacar, a partir de nossas conversas com esses economistas, é que o **setor de serviços** tem apresentado sinais de atividade permanente, e inclusive crescimento, durante todo o período e, no caso, durante os "estagnados" anos oitenta.

Relacionamos sempre o setor de serviços com a classe média. Pensamos que este setor é, em Pelotas, um setor típico de classe média; lojas de médio e pequeno porte; pequenos estabelecimentos como barbearias, consertos, etc.; pequenas fábricas (metalurgia, equipamentos e materiais de construção, doces); pequenas escolas particulares; etc...

[8]

Relacionamos isso também ao crescimento populacional urbano:

		POPULAÇÃO	POPULAÇÃO
		1960	1970
PELOTAS	Município	178.265	213.152
	Cidade	130.151	154.674
PORTO ALEGRE	Município	-	903.175
	Cidade	641.173	887.338

Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1971.

A comparação com Porto Alegre é sempre importante, para que se torne claro o significado relativo de se ter duas universidades em cada uma das cidades, na mesma década independentemente do porte das instituições.

Mesmo que no "período populista" não aconteça nada "relevante" em Pelotas, nem na sua história política ou econômica, queremos sugerir com esta nota, que este período é uma espécie de "fermentação" da classe média local. O desenvolvimentismo vai ser o signo principal dos seus discursos.

Em nossa opinião, o crescimento das instituições de ensino superior, a partir dos anos 60 (que se verifica concretamente em Pelotas, tanto no setor público como privado) é um produto dessa fermentação. As camadas médias são a "clientela universal" deste sistema educativo.

Deixamos muita coisa de lado sobre o "populismo" propriamente dito, para apenas destacarmos a origem e a fixação do discurso desenvolvimentista nas camadas médias neste período (1945-64).

Ao retomarmos os "discursos" produzidos na universidade pública (UFFel) de agora, veremos que o nosso atual distanciamento histórico do fim do populismo (1964) já fez com que não aparecessem "discursos populistas" com esta conotação na universidade. Aparecem vestígios de uma época, mas não com possibilidade de serem assim rotulados. Por outro lado, e isso até pode parecer paradoxal, alguns traços da República Velha aparecem às vezes até de forma mais evidente. O populismo para nós, portanto, figura como um período de "congelamento de

discursos" da República Velha, pois a adição do desenvolvimentismo (que seria a "contribuição" do período) encontra ancoragem numa mentalidade mais antiga, urbana e pequeno-burguesa, matizada pelo liberalismo e positivismo difusos da República Velha.

II.4. A UCPEL E AS CLASSES MÉDIAS

No capítulo anterior narramos a história dos estabelecimentos de ensino superior em Pelotas que formaram o "arcabouço institucional" da oligarquia neste domínio, sobre o qual vai ser possível construir a estrutura das primeiras universidades públicas na cidade.

A aglutinação de estabelecimentos, expansão da rede pública federal de ensino superior e tentativas "desenvolvimentistas" de lideranças locais marcam a organização das universidades públicas em Pelotas.

Mas a Universidade Católica de Pelotas (UCPel) merece uma referência neste trabalho pelo seu caráter "mais puro" de produto da sociedade local, aparentemente, sem tantas interferências governamentais. Pelas áreas de conhecimento que abrange, sugerimos que tem cumprido um papel "complementar" à UFPel na formação dos quadros da classe média local. Há quem diga que a "contribuição" da Católica para o desenvolvimento local tem sido muito mais significativa que a UFPel. Tentaremos ver o que poderia fundamentar a afirmação.

Comparamos os cursos oferecidos pelas duas instituições e notamos que a Católica mostra-se como uma instituição de caráter muito mais "urbano" que a UFPel. Atinge, ou vende, uma formação vinculada essencialmente a atividades que só têm sentido no meio urbano. Essas atividades integram uma parte significativa do grupo de "classe média" da cidade. Um quadro dos cursos oferecidos pela Católica, comparado com os da UFPel, se apresenta em anexo.

A UFPel mantém quase um terço de suas vagas em cursos vinculados (ou mais próximos) a atividades "tipicamente" ligadas à agricultura e à pecuária (Eng. Agrícola, Eng. Agrônômica, Ciências Domésticas, Veterinária e Meteorologia).

Na UCPel não encontramos nenhum curso com tais características. Se houve ou há contato com áreas agrícolas, ele tem a tendência de se realizar na gestão empresarial. Por exemplo, técnicos em processamento de dados, formados na católica, empregam-se em administração "modernizada" (informatizada) de certos estabelecimentos agro-industriais da cidade.

A UCPel foi fundada pela Curia Diocesana de Pelotas, em 1960, no governo Juscelino Kubitschek. O Bispo Dom Antônio Zattera empenhou-se em sua organização, liderando o processo. Foi o Reitor da universidade por mais de 15 anos.

Os primeiros anos da instituição foram muito marcados por improvisações e experiências diferentes, até que conseguiram consolidar uma estrutura acadêmica mais estável.

No momento de sua fundação a universidade era constituída apenas de quatro faculdades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada depois, em 1961, prescrevia que as universidades fossem constituídas pela reunião e administração comum de pelo menos cinco estabelecimentos de ensino superior. Mas, de qualquer modo, não foi exclusivamente para ficar de acordo com a LDBEN que a UCPel ampliou sua estrutura.

No seu Relatório de 10º Aniversário consta que a universidade ampliou-se para "atender a demanda" da comunidade local por mais cursos superiores. Alega-se que as unidades então existentes (Faculdade de Filosofia de Pelotas, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Bagé e Faculdade de Direito de Rio Grande), que constituíam a universidade não atendiam às

"necessidades culturais e [aos] imperativos de desenvolvimento das nossas populações não só de Pelotas, como também das cidades vizinhas, localizadas na sua zona de influência, e que somam um índice populacional superior a um milhão de habitantes" (UCPel - 10º Aniversário, 1970:5).

E adiante:

"A formação de técnicos para as mais diversas profissões, ao par dos postulados irreversíveis do progresso reclamam uma ampla diversificação do nosso Ensino Superior." (UCPel - 10º Aniversário; 1970:6).

Vemos aí como era encarada a expansão do ensino superior. Há uma manifestação do ideário desenvolvimentista, apoiado em considerações quantitativas com ênfase no crescimento populacional. Isso consistiria uma justificativa suficientemente "natural" para o "surgimento" dos novos estabelecimentos. A "formação de técnicos" também é uma razão bastante convincente. Aparece com muita frequência em relatórios do período. [9]

A ênfase do "desenvolvimento espontâneo e natural" dos cursos a partir da comunidade também aparece nas falas de alguns entrevistados da UFPel, ao se referirem ao mesmo período, como veremos. Na fase do governo Juscelino, no início dos anos sessenta, a tese do desenvolvimento espontâneo das forças produtivas fazia parte do corpo de axiomas neoliberal que se queria aplicar no Brasil. O Plano de Metas é uma expressão desta ideologia. [10]

Guardando-se as devidas diferenças entre a Católica e a UFPel, encontramos nas duas os vestígios do que deve ter sido o ufanismo desenvolvimentista, acentuado no governo Juscelino. A este afã pelo desenvolvimento, pelo progresso, mesmo que projetados em suas conseqüências (a expansão do ensino superior e

a elevação do patamar tecnológico de toda a cultura) aparecem os mencionados elementos ideológicos neoliberais. O desenvolvimento da sociedade dependeria do livre mercado. A ênfase dada à formação de profissionais liberais, em nosso entender, também obedece à mesma orientação.

Vejamos agora quais os cursos que compõem a Católica na sua primeira fase, de 1960 até 1970:

- 1) Faculdade de Filosofia de Pelotas (em funcionamento desde 1953);
- 2) Faculdade de Ciências Econômicas (em funcionamento desde 1937);
- 3) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (em funcionamento desde 1959);
- 4) Faculdade de Direito de Rio Grande (em funcionamento desde 1960);
- 5) Faculdade de Filosofia de Rio Grande (em funcionamento desde 1961);
- 6) Faculdade de Serviço Social de Pelotas, desde 1963;
- 8) Faculdade de Engenharia, Pelotas, desde 1968;
- 9) Faculdade de Direito, em Bagé, desde 1970.

Em agosto de 1970, são agregadas mais duas unidades:

- 10) Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé, em funcionamento desde 1954;
- 11) Faculdade de Belas Artes de Bagé, de 1960;

e mais quatro unidades complementares:

- 12) Colégio de Aplicação, em Pelotas, criado em 1957;
- 13) Colégio Universitário, em Pelotas, criado em 1964;
- 14) Colégio Comercial Universitário, criado em 1955, já incorporado desde 1965;
- 15) Curso de Auxiliar de Enfermagem, de 1970.

A Rádio da Universidade, criada em 1967 passa a ser "unidade suplementar" em 1970.

A formação da Universidade Católica de Pelotas é caracterizada pela criação de cursos isolados dentro da estrutura embrionária das faculdades pré-existentes. Não houve um projeto globalizante para ela. As ampliações na sua estrutura obedeciam a uma "racionalidade casuística". Uma vez constatada a demanda por um curso determinado, este era organizado e logo posto em funcionamento. Isso explica por que o "reconhecimento" dos cursos, por parte do MEC, sempre tem data posterior à criação dos mesmos.

Essa racionalidade não é só em termos acadêmicos. Tratando-se de uma instituição privada, nela não havia lugar para o "supérfluo". A ocupação de sua área física mostra isso muito bem. A Católica é praticamente concentrada em um único quarteirão da cidade. A Reitoria ocupa o prédio mais antigo, onde funcionou a Faculdade de Filosofia. O restante das unidades distribui-se num único bloco, que praticamente circunda o quarteirão. A exceção é a Faculdade de Medicina, que funciona agregada ao seu hospital-escola, em outro ponto da cidade, e junto a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

A partir de 1971, a UCPel empenha-se na implantação da Reforma Universitária. A estrutura do ensino em faculdades isoladas é substituída por quatro centros de estudos, cada um integrando diversos departamentos, que por sua vez ministram as disciplinas de 24 cursos (em 1975). A Reforma foi implantada gradativamente na Católica, a partir de 1972, 1973 e 1974.

No Relatório UCPel, 15º Aniversário, estão resumidas de forma bem clara as razões de entusiasmo com que a instituição abraçou o "imperativo da Reforma" (p.380):

"[...] partiu do próprio governo, através do Ministério da Educação e Cultura, extensiva a todas as universidades. Sua principal finalidade consistia em impedir a excessiva dispersão dos recursos humanos e materiais, mediante uma centralização mais racional, não só do ensino, mas

também das instalações e disciplinas de natureza idêntica e afim." (Relatório da UCPel, 15º Aniversário, 1975:38, grifos nossos).

Somos inclinados a acreditar que essa "centralização mais racional" sempre esteve presente na UCPel, mesmo antes da Reforma. Uma instituição de ensino particular, ainda que criada a partir de "sondagens" das demandas conjunturais da população, precisa manter uma racionalidade administrativa bem definida. Minimizar gastos maximizando ganhos faz parte dessa racionalidade. Isso se constitui, em última análise, a essência de seu projeto institucional. A possibilidade de sobrevivência da instituição repousa nesta mesma racionalidade e confunde-se com ela.

Na introdução do Relatório se apresentam os ideais que embasam o projeto. São a **virtude** e a **ciência**. Os cursos são serviços "oferecidos" à comunidade, a sua "contribuição" com o desenvolvimento. Estamos assistindo, na verdade, ao próprio processo de mercantilização do trabalho intelectual, entre outras coisas. É a mercantilização da própria "ideologia".

A universidade apresenta um discurso no seu Relatório destinado essencialmente às camadas médias. A quem mais interessaria ocultar a forma mercantil com que a educação superior é trabalhada na instituição? Por isso, o discurso precisa recorrer à "virtude" e à "ciência", que são duas coisas bem pouco valorizadas na sociedade brasileira em geral, e na pelotense menos ainda. A classe média sabe que os ricos têm tantas "virtudes" como ela mesma, mas aposta nessa diferença imaginária para não ter que investir na superação de outras. De qualquer modo, é uma questão de aparências. Com virtudes ela poderia, quem sabe, compensar a riqueza que não tem, ou que a estrutura social não permite que ganhe. Um ideal romântico, quando não religioso. A "ciência" é o que resta, portanto, à esta camada social. Mas aqui não é da ciência "de ponta" que eles estão falando. Não é a ciência (nem a tecnologia) que levou o homem a lua, construiu

computadores e fez bebês de proveta. É uma ciência bem mais modesta, que conota um domínio de saberes particulares que podem, uma vez acaparados por corporações profissionais, serem (re)vendidos na coletividade. Ao emprego de virtude e ciência caberia associar novamente a expressão "puritanismo liberal" de Joseph Love. O discurso omite o lado mercantil da educação, mas é eficiente: desloca a educação para a região dos sentimentos. A educação, tal como a amizade, a bondade, o amor, a religiosidade e a piedade cristãs, se converte numa dessas coisas "que não se pode comprar".

Com a Reforma Universitária ocorrem algumas modificações importantes na UCPel. Mas a principal é o "enxugamento" da máquina administrativa: unificam-se as secretarias, os departamentos e até as bibliotecas. Já em 1967, na Faculdade de Filosofia, são centralizadas as três primeiras séries dos cursos de Geografia, História e Ciências Sociais; o curso chama-se, a partir de então, Curso de Ciências Sociais. Os cursos de Letras já haviam sido unificados antes da Lei da Reforma, em obediência a um parecer do CFE, desde 1962. Em 1969, cria-se então o Ciclo Básico.

A nova estrutura administrativa e acadêmica foi baseada nos modelos de universidade de Houston (EUA) e Guadalajara (México), por causa da experiência de dois professores da UCPel que viajaram para o estrangeiro e tomaram contato com esses modelos.

No ano de 1971 vale destacar na Católica os seguintes eventos: a) elaboração do plano de estruturação da universidade, que passa pelo CFE e é homologado pelo ministro, juntamente com os estatutos; b) a composição da Comissão de Implantação da Reforma a (CIRU); algumas personalidades vão ter destaque, posteriormente em outros domínios: Carlos Alberto Gomes Chiarelli, assessor jurídico, Ruy Barbedo Antunes, assessor do presidente. O primeiro fez carreira como político (atualmente é senador) e o segundo acabaria por se tornar um dos Reitores da UFPel.

A CIRU prolongou sua existência até 1975 pois não foi possível (não sabemos por quê) implantar a Reforma até 1972, como haviam planejado.

Em 1972 a UCPel realizou o primeiro vestibular unificado do Brasil (jacta-se no Relatório).

Implanta-se o 1º Ciclo, sob a direção de Ruy Antunes, já que este era "dotado de larga experiência em matéria de Reforma" (Relatório, p.46).

Para finalizarmos nossa "história" da Católica, destacaremos do Relatório de 1975 alguns aspectos interessantes.

a) O "profissional liberal" e a DE (p.87). Em 1975 o Corpo Docente apresentava a seguinte estruturação:

Tempo integral de DE	-	22	
30 a 40 h semanais	-	15	
20 a 30 h semanais	-	45	
10 a 20 h semanais	-	115	
menos de 10 h semanais	-	100	
total	-	297	

Fonte: Relatório 15º Aniversário UCPel, p.87.

"Cumpre salientar que a UCPel sempre cuidou com especial interesse do aperfeiçoamento qualitativo do seu Corpo Docente. O regime de tempo parcial em que trabalham a maioria dos professores das áreas técnico-profissionais, propicia-lhes a oportunidade necessária ao exercício nas atividades liberais, que são [...] verdadeiras escolas de constante atualização e aperfeiçoamento, que redundará em benefício dos próprios alunos". [p.87].

Ao analisarmos o quadro acima, em que 75% dos professores frequentam "a escola da vida", é fácil entender o caráter mercantil que o saber assume numa instituição privada. Convém lembrar que os cursos "técnico-profissionais" não ocupam a maioria dos

professores, nem mesmo constituem a maioria dos cursos oferecidos.

- b) "a Universidade existe em função dos seus alunos" (p.89).

"A UCPel está bem consciente dessa verdade, e sabe que o investimento na formação é o melhor de todos os investimentos." (p.89).

[...]

"A orientação que a UCPel vem imprimindo ao ensino atrai sempre maior número de candidatos, não só da cidade e da região [...]." (p.89).

Não é especificada essa "orientação do ensino" no relatório. Supomos que isso se trata apenas de uma leitura mal feita da pressão das camadas médias no período sobre as instituições de ensino superior, que "forçou" as instituições a abrir mais cursos e ampliarem os existentes.

[11]

- c) o ITEPA

Em 1969 a instituição fundou o "Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria". Este órgão *"destina-se a desenvolver atividades de pesquisa, consultoria, ensino e assessoria, nas áreas das ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins, com vistas a colaborar para o progresso técnico-científico da Região."*

Não temos como avaliar o "desprendimento" do órgão com relação ao ímpeto com que este se lançou em busca da realização dos seus objetivos. Mas as áreas em que foram desenvolvidas projetos de consultoria e assessoria correspondem a setores que se modernizam em

termos capitalistas, com a "revolução" operada pelos militares, principalmente. Vejamos alguns projetos:

- Pesquisa de Mercado, para a firma Fonseca Jr.;
- Assessoria de programação, organização e execução da 5ª Convenção Estadual Lojista do Rio Grande do Sul;
- 1º Seminário de Estratégia da Agroindústria da Zona Sul;
- Estudo de Viabilidade do Porto de Pelotas;
- Projeto para um "Centro de Cultura" em Pelotas;
- Pré-projeto sobre a pesca de camarão na Lagoa dos Fatos;
- Projeto de um Núcleo de Promoção e Colocação do Trabalhador;
- Projeto de um "Banco de Dados na Zona Sul";
- Projeto e financiamento de 15 municípios da Zona Sul, com vistas à realização de obras de infraestrutura urbana;
- Termo de Referência para o Desenvolvimento Regional Integrado da Zona Sul;

e outros.

Além disso, vale destacar um convênio feito com a firma portoalegrense SERVIDATA, PROCESSADORA DE DADOS, que resultou na instalação de um computador, uma grande inovação em 1975, na Católica, em Pelotas. O convênio beneficiaria a assessoria e administração pública de vários municípios da região. O computador processaria folhas de pagamento, de arrecadação de impostos etc... A Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência (de Pelotas), e outras companhias privadas contrataram os serviços do computador.

Este computador foi, de certo modo, o indutor da criação do curso de "Tecnólogo em Processamento de Dados" da UCPel (v. p. 116 do Relatório).

Destacamos todos esses aspectos para demonstrarmos basicamente o seguinte: enquanto as outras universidades públicas, URGS (faculdades pertencentes à ela localizadas em Pelotas), UFRRGS e UFPel, tradicionais, etc., eram modificadas, criadas e reformadas em Pelotas, a "Católica" se organiza e se amplia com muito mais sensibilidade em relação aos "sinais dos tempos".

O apoio de setores empresariais que se beneficiaram com o regime militar e a classe média urbana como "clientela" foram elementos-chave para o crescimento da UCPel, bem como sua consolidação.

A UFPel, criada em 1969, a partir de faculdades da URGS (Universidade do Rio Grande do Sul) e UFRRGS (Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul), vai conservar ares e discursos da República Velha. A UCPel, após a lenta gestação populista da classe média (liberal) local, vai nascer bem mais ágil para funiconar na versão pelotense de "modernização do capitalismo", empreendida pelas elites brasileiras (com apoio da classe média) no período pós 64.

A descrição dos cursos e da organização da Católica, em anexo, deixarão mais visível ainda suas características de "classe média", bem como sua racionalidade. O uso dos seus equipamentos e prédios, por exemplo, atestam isso. A UCPel é "compacta". Tem dois campi, distantes dois quarteirões um do outro.

Os seus cursos atingem carreiras profissionais cujas áreas de conhecimento tiveram rápida expansão no período pós-64: engenharias, processamento de dados, saúde (medicina e enfermagem), ciências econômicas. Cursos "que davam dinheiro", no dizer da classe média brasileira do Sul e do Sudeste, na expectativa de consolidar e reproduzir seu status.

Por isso seus discursos, nos Relatórios, podem, coerentemente, misturar traços desenvolvimentistas com figuras liberais e cristãs. O arrivismo fica por conta das primeiras, a

religiosidade encampa o lado "espiritual", imunizando a classe média contra qualquer "materialismo".

II.5. A UNIVERSIDADE RURAL DO SUL (E UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO GRANDE DO SUL EM PELOTAS)

Ao tentarmos escrever a história deste estabelecimento, o maior problema que surge é vencer a opacidade dos documentos disponíveis.

[12]

A Universidade Rural do Sul (URS) é uma figura jurídica centrada na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS), antigo Instituto Agrônomo do Sul (IAS).

No "Relatório Administrativo 1965-68", a UFRRGS aparece como "produto de decretos". Era normal que as instituições fossem criadas, extintas e modificadas por decreto, isso era parte da linguagem dos documentos da época (e até nos dias atuais). Contudo, os decretos é que são produtos dos movimentos sociais. Estes acabam sempre por ficar ocultos nos documentos e relatórios oficiais.

A URS, de toda maneira, teve sua gênese no chamado período populista, 1945-64. Neste período o Estado "dava" equipamentos para o "povo". A meta era o desenvolvimento, visto por alguns setores como um utopia social de caráter fortemente nacionalista. Os setores "udenistas", na época, eram auto identificados como portadores e guardiãs do liberalismo, dentro das possibilidades (limitadas) do que isto poderia significar no Brasil da época. O PSD e o PTB, saídos cada um a seu modo das mãos de Getúlio Vargas polarizavam grosseiramente a "direita" e a "esquerda" populistas, respectivamente.

Pelotas, graças a sua formação imperial-oligárquica, estava já habituada a "ganhar" presentes dos governos federais e estaduais. Isso significava normalmente dividendos eleitorais para os "articuladores" desses processos. Os governos de linhagem positivista-populista sempre agraciaram a cidade com algum tipo

de equipamento de consumo coletivo (escolas, institutos, centros, etc...), principalmente educativos. Na verdade é a artéria positivista que irriga o populismo brasileiro, com ênfase na educação.

As características especificamente "populistas" dos governos aparecem depois de 1930. Mudam de cor conforme o governante e o seu grupo, mas o sonho de nivelar as classes, superá-las, pela "educação do povo", continua polarizando os discursos políticos. "Educação dá voto" é uma espécie de receituário positivista-populista.

Se detalhada aqui, a gestão "populismo e educação no Brasil" seria mais uma digressão do que uma explicação do contexto pelotense. Sobre esse assunto o texto de Lobo Jr. (1986) dá excelentes esclarecimentos, de alcance nacional.

O discurso político populista em Pelotas é fértil pelo lado "positivista" da cultura da cidade. Toca de perto a tradição filantrópica das elites pelotenses. Não encontramos, na história da cidade, evidências de populismo cristão. A filantropia leiga, [13] acomodando paternalismo e positivismo difuso, é um dos alimentadores do populismo local. Foram os Osórios, os Simões Lopes, os Echeniques e outros positivistas, que "conseguiram" os equipamentos educativos para Pelotas. Por onde quer que se trilhe as histórias dos estabelecimentos, acabamos esbarrando nas mesmas personalidades locais, por vezes auto intituladas "ilustres". Suas alianças e trocas de favores com dirigentes nacionais é que, em última análise, produziam os tais decretos, que "criavam", "desmembravam", "federalizavam", "anexavam", "reconheciam", etc., instituições. O linguajar bacharelesco chegou aos limites da fetichização do instrumento legal, criando uma espécie de animismo jurídico. O "povo" reivindica, esbraveja de vez em quando, mas volta e meia comporta-se como uma ingênua criança mimada, deixando-se seduzir por "ofertas" de todo tipo. O que não pode acontecer é que esses dois agentes (governo populista e "povo") mudem as regras do jogo, um sem que o outro saiba. Aí é o colapso do sistema, que acontecerá em 1964. [14]

Pelotas "recebe", pelo decreto 49529, de 13 de dezembro de 1960, do Ministério da Agricultura, a Universidade Rural do Sul. A URS gira em torno da Faculdade de Agronomia. Não conseguimos rastrear exatamente as articulações que antecedem a "aparição" do decreto.

O Instituto Agrônomo do Sul era um estabelecimento "tradicional" dentro do Ministério da Agricultura. O seu desempenho na região, fomentando pesquisas agropecuárias, serviu para fundamentar o argumento de que a URS poderia ser apenas uma das suas possibilidades de "evolução natural" (a terminologia da razão moderna, adotada pelos positivistas e liberais, era muito utilizada para justificar a ampliação das burocracias). Encarada desse modo, tudo leva a crer que a criação da URS funcionou como um catalisador de expectativas de modernização de setores vinculados à Agronomia. Buscavam, como desde o século passado, um fortalecimento dos seus interesses (recursos, status, perspectivas de maior projeção social e mesmo possibilidades de aumento de produtividade nos setores rurais), em termos regionais e nacionais. Houve sempre uma interferência do IAS e da URS nos setores produtivos rurais. Projetos com sementes, por exemplo, representaram a introdução de técnicas modernizadoras na agricultura. Difundiram-se amplamente para fora da Universidade. Pode-se inferir até, que a Universidade serviu como um fator indireto na capitalização de alguns estabelecimentos agrícolas, uma vez que esta prestava serviços que não seriam imediatamente lucrativos, ou que consumiriam muitos recursos, caso executados pelos próprios estabelecimentos. Na área de aperfeiçoamento de sementes, poderia-se afirmar que houve um favorecimento às empresas agrícolas, que se desoneraram de uma cara pesquisa neste setor, mas aproveitaram seus resultados nos seus processos de trabalho.

Mas, pelo tom dos seus relatórios, a URS tendia a ser encarada como uma confirmação, no nível burocrático-administrativo (como "coisa do governo"), também um fetiche do "desenvolvimento", do adiantamento e do progresso da cidade, que então possuía uma universidade.

Até 1966 a URS não possuía orçamento próprio, fazia parte do IPEAS. Em 1967 passa a ser Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, subordinando-se ao MEC. É claro que existe um decreto para isso: é o nº 60731, de 19 de maio de 1967. No ano seguinte, o decreto de nº 62511 (01/04/1968) define a UFRRGS, com três institutos básicos e três faculdades; autoriza a criação de outras unidades; fixa sistema de administração da instituição e, principalmente, faz com que o Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel fique respondendo pela Reitoria da Universidade. Mas este decreto era, na verdade uma espécie de preparação para a criação da UFPel, que aconteceria no ano seguinte. Neste momento, em 1968, estava faltando ainda a figura articuladora do professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito de Pelotas, da URS.

A UFRRGS ficou numa espécie de "banho-maria" até que a UFPel foi criada. Magalhães (1983) diz no seu livro que a Universidade só começou a funcionar depois de integrada na UFPel. O próprio curso de Veterinária foi "projetado" (segundo o Relatório) para 1969, por exemplo.

É importante, de qualquer modo, considerar que as indefinições contidas na proposta de "universidade" que se tinha naquele momento podiam se projetar para o futuro, causando uma série de efeitos sobre as práticas de administração, planejamento e gestão da própria UFPel, mais tarde. Confirmamos isso através de alguns depoimentos e das entrevistas feitas com alguns agentes do processo de criação da UFPel. Há traços de desvalorização da URS, apontando para sua ineficiência como Universidade, o que ela nunca teria sido. Descontando as intenções de valorizar mais a UFPel em relação à anterior UFRRGS notamos que esta última funcionou muito mais na fama do que na grandeza concreta de suas realizações. Uma das afirmações, de que a URS "só funcionou no papel", aponta para o seu caráter incipiente como universidade, ainda mais quando não havia, ao que parece, uma noção clara do que deveria ser na realidade uma universidade (um agregado de instituições?, uma administração centralizada para estabelecimentos de ensino superior diferentes entre si?).

Devemos portanto analisar alguns elementos da história da cidade, dos seus aspectos sócio-econômicos no período 50 a 70 para entendermos como a universidade rural se relaciona com a cidade.

De um modo genérico, por parte das elites, a Região já era sentida como atrasada, e se pensava na universidade como um meio de vencer este atraso.

Poderia-se dizer até, que se a primeira universidade pública criada em Pelotas foi uma universidade rural, isso seria um desdobramento desse setor da economia em outros domínios da vida cultural da cidade. É claro que as presenças anteriores do Instituto Agrônômico do Sul, do Instituto de Pesquisas Agropecuárias na cidade, com a Escola de Agronomia Eliseu Maciel, foram decisivos para a sua formação.

Em uma entrevista com um dos elementos ligados à universidade, comentou-se que a comunidade (entendida como um dos elementos mais expressivos no setor econômico), pouco ou nada contribuiu para o provimento das universidades. Estas, pelo contrário, teriam trazido muito mais benefícios a esta camada social (dominante economicamente) do que o contrário.

Isso se comprova, mesmo considerado por alto, no momento que se verifica a contribuição da universidade na elevação do padrão da mão-de-obra local vinculada ao setor agrícola. Não temos como medir as conseqüências que a universidade provocou na melhoria e no aumento da produtividade global das indústrias a partir da sua influência na mão-de-obra que ia sendo colocada no mercado de trabalho, mais capacitada do que aquela sem curso superior ou sem curso/formação de técnico agrícola. Não esquecendo, no caso, que o Colégio Agrícola Visconde da Graça também influiu na elevação do patamar médio da mão-de-obra local, no nível de segundo grau.

Mesmo assim, a demanda por mão-de-obra especializada não pode ser considerada como causa para o aperfeiçoamento dos estabelecimentos de ensino agrícola (ou seu crescimento) em Pelotas, como se pode pensar ao examinar a questão de um modo

amplo. Isso seria uma espécie de "determinismo econômico", que desconsideraria, por exemplo, as pressões da classe média para a obtenção de canais de participação e de ascensão social, estas sim, com motivações econômicas. Mas a educação representa um canal indireto, que por seu lado cria um sistema "autônomo" dentro da sociedade, um jogo de linguagem com regras próprias de crescimento e adaptação ao meio social mais amplo.

A demanda do setor agroindustrial por mão-de-obra mais capacitada e a ampliação e modernização das estruturas de ensino são processos que aparecem relativamente independentes um do outro. Os vínculos só são aprendidos isoladamente, sob diversas formas (os convênios, por exemplo).

Finalmente, cabe considerar que a história da UFRGS (do modo como foi investigada por nós) guardou uma racionalidade própria, autoreferente, porque está enraizada numa tradição mais antiga, na pré-existência da agronomia, "autônoma", que era anterior às fases modernizantes da economia agrícola da Região nestas últimas décadas.

Criar uma universidade numa cidade como Pelotas (no interior e com um "passado") tinha mesmo um caráter de "conquista", que alguns grupos certamente queriam deixar como seu mérito exclusivo.

Até que ponto havia uma ancoragem disso com a realidade sócio-econômica da cidade é um dos aspectos a ser buscado na análise do processo da criação da universidade. Mas é uma pergunta difícil de responder.

É claro que os grupos que promoveram a universidade rural beneficiaram-se dos condicionantes pré-existentes, da estrutura de ensino superior anterior à universidade, projetando-a como universidade, no futuro que queriam atingir. Era como se fosse a realização de uma "vocação": o destino da agronomia, do Instituto Agrônomo do Sul, era "evoluir" para uma Universidade. Fosse lá o que fosse uma universidade, isso não importava muito. Parece que prevaleceu um ufanismo imediatista de realizar de uma vez por todas aquela aspiração. Aliada a isso, a expectativa de carrear

recursos do governo estava presente. Muitas carreiras profissionais e políticas brilhantes se devem a esses recursos. [15]

II.6. AS TRÊS ÚLTIMAS ADEÇÕES REPUBLICANAS

II.6.1. A Faculdade de Medicina -- A "Leiga"

Ao pesquisarmos a história da Faculdade de Medicina, hoje integrada à UFPel, utilizamos métodos "pouco ortodoxos", em termos de ciências sociais, para obtermos as informações. O que queríamos saber não estava à disposição na Biblioteca da Faculdade, documentado e organizado. Foi através da história do prédio que conseguimos chegar mais perto da verdadeira origem da atual instituição. Contamos com um "feliz" levantamento, elaborado por alunos do Curso de Arquitetura, em 1983 (Marques, 1983). Com estes dados, portanto, nos foi possível "voltar" à República Velha, compreendendo (e confirmando) que o enraizamento da atual UFPel na sociedade pelotense possui ramificações que quase invariavelmente remetem àquele período. Essas ramificações, por seu turno, são de natureza variadíssima. Há ainda muitas peças no quebra-cabeça das relações universidade-sociedade em Pelotas que certamente ficaram fora da nossa capacidade de fazer disso uma imagem coerente; é ainda uma história com "descontinuidades". Algumas de nossas ilações, portanto, são relativamente hipotéticas. Mas, de qualquer modo, pensamos ter chegado mais próximos de uma síntese inteligível de alguns fatos esquecidos ou aparentemente desconexos da história da universidade.

Se alguém merecia a qualificação de "ilustre", no início do século em Pelotas, este era Carlos Ritter (1851-1926). Não sabemos quando ele se desloca de São Leopoldo, onde nasceu, para Pelotas. Sua fábrica correspondia aproximadamente, à metade da "mesa de rendas do município".

[16]

Era industrial e cientista "diletante". Colecionava insetos, empalhava animais, interessava-se por botânica e arborizou uma avenida da cidade. Possuía uma plantação de eucaliptos que era considerada uma das maiores do Brasil.

Mas a importância desta personagem quase "humboldtiana" em Pelotas para a Faculdade de Medicina é por causa do seu palacete. Começou a obra em 1908, concluiu em 1913. O prédio é neo-clássico. A deformação (alongamento) exagerada das colunas do pórtico principal o assemelham às mansões sulistas norte-americanas, embora os materiais (alvenaria e apliques em estuque, bem como azulejos e pisos) e os elementos arquitetônicos usados ("loggias" e balaustradas) tornem o prédio muito mais "latino"; sutil e imponente ao mesmo tempo. O parque que circundava o prédio infelizmente foi destruído por completo. Havia um lago natural, pomar, herbário com estufas, orquidário e outros tantos equipamentos.

Em 13 de outubro de 1926 morre Ritter. O Dr. Oscar Echenique (um dos futuros fundadores da Faculdade de Medicina) era o seu médico até então.

Após a morte de Ritter seus herdeiros vendem o prédio para a Prefeitura a um preço irrisório (300\$000 - trezentos contos de réis). Não havia ninguém na cidade que pagasse mais pela propriedade. Deveria ser caríssima a manutenção de tamanha "herdade". Não sabemos o que aconteceu com sua família. Ao que tudo indica, não tiveram aptidão para continuar com os negócios do patriarca. Isso, se assim realmente ocorreu, não seria um tema novo na sociologia brasileira. É comum encontrarmos referências à incapacidade dos primeiros capitalistas brasileiros da República Velha de transferir o seu patrimônio e seu capital produtivo às gerações seguintes. A "vida ociosa", como descreveria Veblen (1965), não preparava os jovens para se dedicarem aos negócios, principalmente os produtivos. Não se formou, ao que parece, na ideologia da classe capitalista brasileira, uma mentalidade que valorizasse a poupança e o investimento em setores produtivos (ver Touraine, 1989, cap.I passim).

Enfim, a Prefeitura de Pelotas, seja lá como for, praticamente é quem "herda" a propriedade. Fazia parte, nessa época, do "programa administrativo" da prefeitura (de linha "borgista", é de se supor), a criação de um "Instituto de Hygiene" em Pelotas. Havia problemas de acondicionamento de vacinas para animais e contra epidemias (tifo, varíola, etc...) na época. O "poder público" intervém e cria o "Instituto de Hygiene Borges de Medeiros", ou melhor, transfere o Instituto (que já havia se desvinculado do Butantã em 1920) para a "Vila Augusta", o prédio de Ritter, em 1928.

Então, já modificaram o prédio e o parque. Construíram mais um prédio para prática veterinária (em cima do "lago", aterrado), e um serpentário (que fabricou o soro anti-ofídico durante um ano, 1937-38). Ali funcionava uma espécie de "Centro de Saúde". Seria até interessante, num outro trabalho, verificar as diretrizes de saúde pública da administração borgista e até confrontá-las com as atuais.

Não encontramos registro de como o Instituto atravessou o Estado Novo. As informações começam a aparecer novamente em 1946. Podemos supor que a administração cai nas mãos de "liberais", com a queda de Getúlio, mas não podemos afirmar. De modo semelhante ao Instituto Agrônômico do Sul, é provável que tenha ocorrido uma "desgetulização" (nem que de fachada) do órgão. Isso parece ter ocorrido em muitos órgãos públicos em 1946, embora não tenhamos encontrado estudos específicos a respeito.

Em 1946, um médico, o Dr. Mário Menegetti, começa a administrar o Instituto e passa a residir na parte superior do palacete. Em 1952, Menegetti se torna (se elege?) prefeito de Pelotas e um outro médico toma conta do Instituto. Mas o estabelecimento acaba fechado em 1957, por falta de recursos. Durante a administração de Menegetti na Prefeitura, a propriedade do Instituto de Hygiene havia sido doada em 1955 para uma entidade mantenedora (que estava em formação) de uma futura [17] Faculdade de Medicina, com a promessa de que a faculdade fosse construída/equipada até 1960. Ao que tudo indica, conseguia-se

mais uma vez "dar um destino" àquela organização e seus equipamentos.

É muito interessante observar, em Pelotas, esse lento esboroar das estruturas públicas e privadas da República Velha, no início da República Populista. Observamos, por exemplo, um crescimento da estatização de todos os equipamentos urbanos que prestam serviços à população: saúde, educação, lazer, transportes, comunicações, etc., em maior ou menor grau, conforme a cidade. Observamos que o município perde em autonomia e capacidade financeira, o Estado também, mas a Federação (União) se fortalece. Em Pelotas, por exemplo, consegue-se "federalizar" a antiga escola de artes e ofícios, que se transforma numa das mais importantes "Escolas Técnicas" do país. A Escola Técnica Federal de Pelotas, é um dos poucos estabelecimentos no gênero que ficou sob administração financeira da União. A "desmontagem" das estruturas da República Velha e seu prolongamento na República Populista é muito seletiva. Em Pelotas a Agronomia é um setor que ganha fôlego, juntamente com o Instituto Agrônomo do Sul.

[18]

De fato, o que queremos colocar é o seguinte: o fim da República Velha não significou o colapso da economia pelotense em todos os setores. Alguns conseguem resistir e até crescer. O que nos parece evidente, de qualquer forma, é que a cidade não se industrializa. Os setores que crescem são o primário e o terciário (agricultura e comércio e serviços, respectivamente). Até seria de se supor que a cidade se "desindustrializa".

Aqui, resta-nos colocar a questão: por que "tardou" em Pelotas uma Faculdade de Medicina? Ou então: pode-se estabelecer uma relação entre a fase "desenvolvimentista" da República Populista com o "surgimento" da Faculdade de Medicina em Pelotas?

Skidmore (1982:113) nos fornece algumas possibilidades de "entrarmos" nesta questão. Ao comentar a nova era getulista (1951-54), este autor aborda o papel político das classes médias urbanas no período. A classe média estaria "dividida" em dois grupos. O primeiro, "formado pelos burocratas cujo status

econômico resultava mais da urbanização e do crescimento do poder federal do que da industrialização per se. A sua mentalidade e os seus empregos eram (...) a herança do mundo patriarcal brasileiro antes de 1930. Não viam (...) a sua posição como dependente de uma contínua transformação no papel tradicional do Brasil como exportador de produtos primários. (...) tendiam a se identificar com os valores sociais (...) da classe dos plantadores e do grupo comercial de exportação e importação que haviam dominado a política brasileira desde meados do século XIX." (Skidmore, 1982:113). Essas características, praticamente sem variações se ajustam aos políticos pelotenses de linha borgista, por mais contraditório que isso possa parecer: Pelotas, com suas "tradições liberais", sempre teve elites aliadas à política borgista (Osórios, Echeniques, Simões Lopes e quejandos). Os setores de classe média locais ficaram tendencialmente ligados a estas elites.

O segundo grupo era composto por "administradores e profissionais liberais que encaravam a industrialização e a expansão de métodos e técnicas "modernos" como indispensáveis para o futuro do Brasil. (...) identificavam-se, bem como as suas próprias carreiras, com esse processo e viam com suspeita, senão algumas vezes com hostilidade, os valores tradicionais prevalecentes na era anterior a 1930." (Skidmore, 1983:113).

Este segundo grupo tendia a ser menos expressivo em Pelotas. Mas podemos enquadrar aí pelo menos um grupo de imigrantes europeus (judeus) que encontram certa expressão na prática médica em Pelotas. A imigração judia em Pelotas se dá no período entre guerras. Após 1950, os filhos dos primeiros imigrantes, que haviam estudado em outras cidades (Porto Alegre, Rio) estavam "prontos" para assumirem funções liberais na cidade. Citamos o grupo judeu como exemplo, pois é claro que nem todos os médicos de Pelotas eram judeus. Mas este é um grupo "típico" que não encontra lugar nas atividades "oligárquicas" da cidade, dedicando-se ao comércio e às profissões liberais. Também conta o fato de que numa cidade relativamente menor os grupos de culturas

e religiões diferentes da católica tendem a ficar mais "perceptíveis".

A "desprivatização" da Faculdade de Medicina, desligando-se da IPESSE, é também uma história interessante.

[19]

Até 1975 a faculdade era mantida pela IPESSE. Era cara para os alunos. Como em qualquer instituição privada, se o aluno ficava "devendo" mensalidades, ou atrasava o pagamento, havia sanções. Por volta de 1976 houve problemas com alunos "inadimplentes", proibições de prestar provas, exames, etc... Entre os estudantes mais "pobres" (que seriam a maioria) surge um movimento "pró-federalização", o que significava, na época, tornar a faculdade gratuita. A federalização era vista como um "milagre", visto que naquele período já não se federalizavam mais escolas. O período das "federalizações" havia passado (v. Cunha, 1983 e Oliven, 1980).

Mas havia alunos naturais do estado do Paraná que eram ligados a famílias importantes e com bons relacionamentos no governo federal. Em 1977 a "Turma Médica" lança uma campanha pública pela federalização, através de um jornal acadêmico, "O Ronco". A campanha encontrou eco em outros meios acadêmicos pelotenses.

Nesta época era reitor da UFPel Ibsen Stephen, ex-diretor da Faculdade de Odontologia. O vice-reitor, Gastão Pureza Duarte havia também sido diretor da Odonto e era muito influente no Conselho Universitário. Graças a sua influência, a UFPel "acolhia de bom grado" uma Faculdade de Medicina. Um dos nossos entrevistados também menciona isto de passagem.

Fora este acordo "interno" e local, houve pressões políticas em Brasília. Deputados federais paranaenses, motivados pelos alunos, entram em contato com Edson Machado de Souza, na época ligado ao Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC. Era Ministro Ney Braga. Edson Machado de Souza veio a Pelotas e participou de uma reunião para acertar com a direção local a inclusão da instituição na UFPel (no MEC). Foi feito um

processo, encaminhado pelo deputado ao Conselho Federal de Educação. O processo foi deferido em 1977.

Ao que tudo indica, a direção da Faculdade não era totalmente favorável à federalização. Isto era sentido como uma perda de controle sobre o estabelecimento, embora desonerasse a IPESSE da manutenção da Faculdade. Certamente que deveria haver temores de perda de prestígio da Faculdade na disputa por verbas no meio de uma instituição maior (a UFPel) em que o equilíbrio de poder e influências no Conselho Universitário era bastante distinto dos "hábitos" da IPESSE.

O surgimento da Fundação de Apoio Universitário (FAU), por parte dos dirigentes tradicionais da IPESSE, representa uma tentativa de recuperar uma parcela de autonomia e controle da Faculdade "perdidas" com a federalização. Chama a atenção uma particularidade: a FAU, como "fundação", tem ainda uma autonomia paralela com relação à administração/direção "federalizada", esta sim, presa à "vala comum" do Conselho Universitário da UFPel. Pessoal, recursos, equipamentos, convênios e a administração do hospital universitário ficam sob o controle da FAU.

Recentemente, distorções administrativas da própria UFPel, acabaram determinando que os funcionários do restaurante universitário (e alguns outros serviços, gráficos, "xeróx", por exemplo) fossem administrados/contratados pela FAU. Enfim, de modo "político", a FAU expandiu-se na UFPel.

[22]

Agora procuraremos sintetizar mais alguns elementos determinantes do "surgimento" da Faculdade de Medicina. Ressaltamos que trabalhamos com "tendências" no que vem a seguir.

Após a "desgetulização" de 1945-46 o "positivismo populista" tende a diminuir nas cidades brasileiras. O governo Dutra eliminou o "trabalhismo de esquerda" (Skidmore, 1982:94). A versão deste veio político (positivismo/castilhismo/borgismo/getulismo/trabalhismo) no nível local sempre esteve ligada aos setores "progressistas" da oligarquia. Pode até parecer grosseiro que coloquemos todas essas tendências num mesmo parêntese, mas para nós elas são profundamente aparentadas: decendem de um único

ancestral político, o Partido Republicano Rio Grandense e sua digestão do positivismo comteano. Essa pluralidade de tendências é resultado de uma complexa sucessão de mimetismos político-ideológicos, em que foram se ajustando os diversos "herdeiros políticos" do tronco Castilhos-Borges-Getúlio-J.Goulart-Brizola. Se formos desnudando os discursos dessas correntes ou tendências, encontraremos uma concepção de sociedade hobbesiana-comteana, tendendo à coletivização, à administração de várias esferas da vida pelo Estado, este um instrumento de progresso até que... a humanidade atinja o "estado positivo" (a Humanidade é o único ser real, o indivíduo é uma "idéia" que desapareceria).

Mas há um enfraquecimento desta tendência política após 46. Pelo menos na burocracia do Estado. A debilitação da máquina estatal getulista favorece os setores neoliberais da sociedade civil, que haviam ficado de certo modo contidos durante o Estado Novo. Setores que dependiam de investimentos públicos da máquina estatal getulista ficam enfraquecidos, como por exemplo o "Instituto de Hygiene". Serviços públicos são parcialmente sucateados, mas alguma coisa "deve" ser feita com eles. Nestes momentos de "fragilidade" das instituições é que elas podem ser acaparadas, se for conveniente, por novos grupos "arrivistas". Os setores de profissionais liberais, em especial os médicos não católicos, não haviam ainda encontrado seu "lugar ao sol" em Pelotas. Foi então sua oportunidade. Os dentistas já tinham, há bastante tempo. As estatísticas apresentadas por Oliveira e Carvalho (1960, já citados) mostram que não havia dentistas empregados no serviço público, até 1960, pelo menos. Supomos que elas sejam válidas para Pelotas. "Curiosamente", em todo o Brasil, sempre houve médicos empregados no serviço público, as mesmas estatísticas confirmam isso. O que mostra apenas que a estrutura "liberal" do emprego não absorvia totalmente este ramo, talvez por ser mais caro.

Estamos sugerindo, portanto, que uma Faculdade de Medicina, de orientação liberal, interessava ao grupo de médicos pelotenses. Especialmente àqueles "excluídos" pela iniciativa do

Bispo Zattera, em 1960, que criou a Faculdade Católica de Medicina.

[23]

Tudo favorecia isso, inclusive a promessa de doação da "herdade dos Ritter" para a instalação do estabelecimento. Queremos deixar bem claro que isso tudo acontece num contexto de enfraquecimento do Estado getulista, embora alguns agentes do processo, que mantinham alianças com a política getulista, continuem na liderança do processo. O corporativismo dos médicos, que poderia encontrar lugar na Sociedade de Medicina de Pelotas, teve uma participação decisiva no processo, assim como o Estado: em 15.12.1958 o prefeito Adolfo Fetter promulga a lei municipal que concede dotação orçamentária para a Faculdade, que seria mantida pela "Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado" (IPESSE). A "decisão" do prefeito não foi tomada subitamente. O processo de pressões daqui e dali já havia começado desde 1954, com a fundação da própria IPESSE. Poderíamos até dizer que os pelotenses ilustres não eram "apressados": a IPESSE é fundada em 1954 e a Faculdade é fundada em 1959, começando a funcionar regularmente em 1963, formando sua primeira turma em 1968.

A "história" da Faculdade de Medicina que está documentada e datada pela IPESSE (à disposição na biblioteca da faculdade) é bem "asséptica", portanto, nada mostrando dos interesses que envolvem sua criação, como, de resto, tende a acontecer nesse tipo de processo. De nossa parte concluímos que chegamos um pouco mais perto do movimento real do processo, mas faltam ainda elos particulares, de esfera quase interpessoal entre os agentes, que acreditamos ter-nos escapado completamente.

Mas voltaremos novamente à história do prédio (da herdade), que nos conduzirá a mais algumas conclusões interessantes.

No levantamento do prédio é mencionado que o Dr. Oscar Echenique consegue verbas, em 1959, para fundar a faculdade, do governador Leonel Brizola (Marques, 1983). Ou seja, tiveram que esperar que o Instituto de Hygiene ("positivista" ou lá o que fosse) fechasse em 1957, e que um governador "da mesma linha"

apoiasse um outro empreendimento com verbas (para equipamentos, segundo Marques, 1983). Afinal, de 1955 a 58 quem governara o Estado era Meneghetti (pelo PSD, contra Brizola, que era PTB), então o instituto, que provavelmente era identificado como obra dos opositores do governo, podia muito bem ser preterido com relação à outras instituições, em termos de recursos de assistência.

É interessante notarmos a aliança quase "orgânica" entre Echenique e Brizola. Essa aliança era, de certa forma, também "herdada". A família Echenique era antiga aliada de Borges e de Getúlio. Por que não seriam "amigos" de Brizola também? Na verdade eram: a verba foi concedida.

Em 1963 a Faculdade foi então instalada. Marques (1983) conta no seu trabalho sobre a propriedade, que já em 1964 uma parte do parque ao lado do prédio foi doada para a prática de esportes do "9º Batlhão Tuiuti". O espaço físico, nas suas múltiplas finalidades, neste exemplo, servia já para ilustrar um novo ciclo da história brasileira que se iniciava.

Em 1971 foram construídos novos blocos para a Faculdade. Arquitetonicamente, o conjunto que existe hoje no local é muito ruim e muito feio. O terreno que "sobrou" ficou exíguo e a "desordem arquitetônica" impera. O palacete carece de uma cuidadosa (e cara) manutenção, mas a harmonia do conjunto não existe mais: lago, parque, jardim, etc... desapareceram completamente. O "prédio da medicina" (no palacete funcionam a administração e a biblioteca) erguido em 1971, é um lamentável exemplo de "filistinismo arquitetônico", cuja presença mostra que a tentativa de concretizar uma razão "humboldtiana" (mesmo que criticável por elitista) foi soterrada completamente. Fica na frente do prédio antigo, que "desapareceu". O resto da ambientação reflete apenas o descaso das administrações com a qualidade dos seus ambientes de trabalho. Um ambiente limpo e organizado, aparentemente, não pode ser pensado no Brasil, uma vez que seja um espaço público, i.e., do poder público. Para alguns, espaço público no Brasil significa quase invariavelmente espaço de ninguém: não tem memória, não tem identidade, não tem

nada. Os prédios novos para a Faculdade refletem, no domínio da arquitetura, fragmentos dessa mentalidade. O argumento "falta de dinheiro" para construções de melhor qualidade mostra-se muito frágil no caso em questão.

[24]

O que se segue é a história asséptica de uma Faculdade, que era particular, e em 1977 (provavelmente porque não dava mais lucro para a IPESSE, nem prestígio para seus administradores) acaba por ser incorporada à UFPel.

Mas do folheto de 25 anos atrás devemos recolher algumas frases especiais:

[25]

"O começo foi no Instituto de Hygiene Borges de Medeiros, cujo prédio clássico é hoje o símbolo desta faculdade."

É, sem dúvida, uma frase corajosa, embora haja aí um aspecto positivo: o prédio escapou a uma demolição, de qualquer modo.

Em seguida segue-se no texto a história do "modesto hospital da escola", construído em área cedida pela Beneficência Portuguesa. Na penúltima gestão, que terminou em 1989 a capacidade do hospital escola ampliou-se de 35 para 105 leitos.

Há também uma "inflexão", no texto, que é bem interessante:

"Durante vários anos a Faculdade de Medicina, manteve (...) convênio com a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Foi um período de saudável convivência entre ambas as instituições, que permitiriam o engrandecimento da Medicina na nossa Região. (...) Entretanto, por razões de ordem conjuntural esta Faculdade foi transferida para as dependências da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, em abril de 1987. O resultado dessa mudança foi a ampliação do número de leitos (...)"

de 105 para 170, podendo ser internados 6.000 doentes por ano no Hospital Escola Atual. Além disso, a Escola passou a ser responsável pelo Pronto Socorro da Santa Casa (...). Mais uma vez a Faculdade cumpre seu importante papel social (...). Deste modo, preencheu-se uma lacuna existente no currículo do médico, que é o ensino de Medicina de Urgência."

Há uma identificação da atividade médico-docente como assistencial, que de certo modo compensa o sentimento de que as atividades médicas exercidas de modo "liberal" (depois da formatura) não se coadunam com os compromissos de uma "faculdade pública", que deveria orientar-se para alguma coisa do tipo "medicina social". Aí misturam-se as "questões crônicas" brasileiras, entre as quais a da "saúde pública".

"Sem dúvida alguma, os ambulatórios, o Hospital Escola e outros órgãos suplementares da faculdade, desempenham o fundamental trabalho de extensão, mas sobretudo servem de suporte básico para o ensino médico. Esse é o objetivo primeiro da Faculdade de Medicina, cuja função é entregar à comunidade, a cada ano, um significativo número de médicos de alta qualidade." (grifos nossos).

O questionamento exaustivo da parte grifada foge ao campo deste trabalho. Mas embora "qualidade" seja a última palavra citada, parece que a intenção subjacente a todas essas passagens é a de ampliar quantitativamente o sistema. Uma outra coisa, então, também se torna evidente: a ampliação que se fez teria sido possível sem a "ajuda" do Estado? Quando a Faculdade se incorpora à UFPel celebra-se um convênio entre MEC e INAMPS: amplia-se o número de leitos de 35 a 105. Uma faculdade privada em Pelotas

teria "fôlego" para fazer tudo isso e manter um corpo de professores remunerados às suas próprias expensas?

Ao fazermos essas críticas temos que tomar cuidado para não levar a faculdade e a figura do médico à uma condenação por qualquer ângulo que se examine a questão: liberal ou "socializante", não é a atuação médico-pedagógica que resolverá sozinha os problemas de saúde do país. Estes continuarão à espera de políticas públicas coordenadas entre si. E para que estas possam ser implantadas os equipamentos coletivos (escolas, hospitais, etc.) ainda serão essenciais. Chamamos a atenção apenas para o fato de que aquilo que Coelho (1989, citado) chamou de "sinecura acadêmica" pode ser ampliado para fora das academias. Até que ponto as faculdades públicas fomentam a medicina privada, ou até que ponto pode ou deve ser privada e privatizada a medicina? Até que ponto as faculdades servem como "sinecura social", atuando em benefício de minorias?

É puramente contingencial que tenhamos tocado nesse assunto com relação a Faculdade de Medicina. O problema do público e privado não se limita só a esse campo. A universidade se defronta com a questão, assim como todo o sistema educacional brasileiro.

Não possuímos e nem queremos possuir "a fórmula" para a solução. Apenas ocorreu que nos discursos da Faculdade de Medicina o problema "apareceu" um pouco mais.

II.6.2. O Conservatório de Música de Pelotas

O Conservatório de Música de Pelotas foi fundado oficialmente em 4 de junho de 1918, segundo Osório (1922:229). A "idéia" teria partido do Maestro Guilherme Fontainha, de Porto Alegre, em visita a Pelotas. Recolhemos dois artigos d'O Diário Popular de Pelotas, de 15 de setembro (não assinado) e de setembro de 1978 (de Heloisa Assumpção Nascimento). Nestes artigos confirmamos nossas inferências quando examinamos os trechos de Osório. Servem para caracterizar como e quem exercia a cultura oligárquica em Pelotas. Não resta dúvida que seus

fundadores eram todos ilustres, basta mencionarmos alguns nomes de sua primeira diretoria e fundadores: Francisco Simões (presidente), Francisco A. Gomes da Costa, Dr. Gonçalo Marinho, Baldomero Trápaga e Zorrilha, Alexandre Gaustaud, Pedro Luiz Osório e Manuel Luiz Osório, Leopoldo de Souza Soares e Miguel de Souza Soares, Victor Russomano, Affonso Gastal, Francisco Rheingantz e outros, todos pertencentes à famílias importantes e de prestígio na cidade e na Região. Nomes que vão aparecer na UFPel também.

Em 25 de junho de 1918 foi feita a elaboração de seus estatutos por seus fundadores. Em 18 de setembro do mesmo ano começam a funcionar os primeiros cursos: piano, teoria e solfejo. A direção técnica cabia a Antônio Leal de Sá Pereira (nascido em Salvador, 1888, estudara na França, Alemanha e Suíça). As matrículas no primeiro ano de funcionamento do Conservatório foram abundantes: 78 alunos (22 em piano, 6 em canto, os restantes 50 em teoria, supomos). Em 1919 havia 139 inscritos (40 em piano, 6 em canto, 6 em violino e 87 em teoria e solfejo). Havia sido contratado um professor austríaco para lecionar violino.

Em 1919 o Estado e o Município decidem auxiliar financeiramente o Conservatório. O Município lhe doa um prédio (supomos que seja o atual).

Em 1920 há um novo crescimento das matrículas para 189 estudantes (74 em piano, 11 em violino, 10 em canto e 94 em teoria e solfejo). No mesmo ano assume a diretoria Bruno Gonçalves Chaves (havia sido diplomado na Itália). Com essa gestão o Conservatório ganha muito em projeção, são promovidos diversos eventos musicais e sociais. É interessante mencionar a homenagem feita à Zola Amaro, soprano nascida em Pelotas que fez sucesso numa montagem da ópera "O Guarani", em Vicenza na Itália. A tradição operística, como bem observou Lucas (1980) era forte naquele período.

O Conservatório, na década de 20, talvez tenha vivido seus momentos mais gloriosos. Foi visitado por personalidades estrangeiras e ampliou consideravelmente o seu número de músicos.

Confirmando uma observação de Lucas (1980, cit.) o Conservatório de Pelotas, em 60 anos, mas especialmente nos anos trinta, quarenta e cinquenta, trouxe diversos professores europeus que lecionaram os seus cursos.

Notamos que à medida que o conservatório ia-se tornando cada vez mais "público" (começou por iniciativa autônoma dos pelotenses ilustres e vai paulatinamente sendo encampado pelo Estado), é que ia adquirindo suas melhorias materiais. Começou modesto, como escreveu Nascimento (1978, cit.), com um piano vertical. Em 1921, na gestão Rheingantz (1921-31), adquire um piano de cauda estrangeiro (norte-americano) e em 1926, um piano Bechstein, alemão.

Em 1927 insituiu-se um curso de pintura no Conservatório. Chamou-se então o estabelecimento de Instituto de Artes, até 1937. Neste ano **municipalizou-se** o instituto sob o nome de Conservatório, novamente. A municipalização pode ser considerada um reflexo da expansão e fortalecimento do Estado (em termos gerais) que o Brasil experimenta no período.

Consideramos que a transferência do estabelecimento para o âmbito público também reforça e reflete uma idéia mais ou menos generalizada no Brasil inteiro, de que o Estado tem que ser o patrono da cultura. Em se tratando de equipamentos que lidam com a cultura de elite, no caso a música erudita, isto significa, ao mesmo tempo um "subsídio" imenso do Estado para esta cultura, ou seja, um descompromisso muito grande das elites com os cuidados necessários à própria reprodução da cultura erudita. No conservatório de Música de Pelotas isso aparece de forma bemclara. Os "destaques em atividades artísticas" mencionados na artigo do Diário Popular de 15 de setembro de 1978 mostram como as elites pelotenses usufruíram, graças a um conservatório subsidiado pelo Município (autarquizado em 1965), de uma vivência musical, segundo padrões europeus, de nível internacional. A

Sociedade Artística do Conservatório, criada em 1940, promoveu espetáculos musicais com personalidades mundialmente famosas. O seu concerto inaugural foi com o pianista Claudio Arrau. Rubinstein, Madalena Tagliaferro, Guiomar Novaes, Bidu Sayão entre outros, passaram pelo Conservatório deleitando as elites pelotenses. Perguntamos se isso teria sido possível se o Conservatório não houvesse ficado sob os auspícios do poder "público". A mesma elite que organizou o estabelecimento estava organicamente ligada ao Estado.

Em 1943 foi fundado o Coral do Conservatório que participou de vários festivais, inclusive fora do Brasil.

O Conservatório é agregado à UFPel em 1969-70. Alivia-se o Município de um compromisso, transferindo-o para a União. Não podemos esquecer que isso sem dúvida representava mais uma vantagem para o Conservatório. A UFPel, recém criada, segundo o professor Delfim, possuía um orçamento duas vezes e meia maior que o do Município. Além disso, depois de 1964, os Municípios "perdem poder" (e dinheiro) na nova organização do Estado que se inicia a partir de então. A agregação, de qualquer ponto de vista que se queira julgar, foi altamente benéfica.

Em 28 de setembro de 1970, data do decreto federal nº 67289, o Conservatório tem seus cursos de graduação em instrumentos e cantos reconhecidos pelo MEC. O Instituto de Letras e Artes através do Departamento de Música e Artes Cênicas da UFPel, assume o "ciclo básico", e o Conservatório o "profissionalizante", dentro das diretrizes da Reforma Universitária.

O Conservatório mantém ainda um curso de iniciação musical para crianças de 6 a 8 anos, e curso preparatório fundamental de piano, violino, flauta, canto e matérias teóricas.

Agregado à universidade, o Conservatório mantém ainda vínculos com o Município. Conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação em diversas promoções culturais.

A questão da agregação à universidade é, portanto, complexa. Assim como o Conservatório existem outras unidades que

possuem uma identidade e uma memória próprias em Pelotas. Aquilo que se pode criticar como elitismo e isolacionismo da instituição com relação às demais unidades universitárias é, de certa forma, o preço que a UFPel paga para que a identidade das suas instituições se conserve. O Conservatório é muito mais de Pelotas do que da UFPel. Por outro lado, a questão não se resolve "deixando como está". Como integrar essas unidades na universidade sem dissolvê-las? Esse é um problema futuro que a UFPel terá ainda que enfrentar. A integração de unidades deste tipo apenas em termos administrativos e de contratação de pessoal não é suficiente para que a universidade atinja um processo de maturação homogêneo e integrador de todas as instituições, mas uma vez "agregadas", essas unidades tradicionais passam a ser componentes de um sistema maior que ainda não desenvolveu sua própria identidade de forma completa.

Essa questão da identidade de unidades isoladas encontra respaldo no modo como se escreve sobre elas. Mencionamos anteriormente a identidade entre os textos de Osório e o de Nascimento: seu tom glorioso, romântico e ufanista. Mas sem dúvida alguma, os prédios, as placas comemorativas, os retratos nas paredes tem um valor simbólico ainda muito grande não só para os grupos de elite, que aí se vêem espelhados, mas para a memória e identidade da cidade em geral. Quando se quer integrá-las num todo maior, isso não implica em destruir sua memória. Imaginamos ser possível democratizar essa memória, rompendo com sua limitação de caráter muito mais iconográfico do que propriamente histórico. Revelar sua história para além dos retratos na parede pode ser um caminho para a integração que se pretende ainda possa ser atingida na UFPel.

II.6.3. A Escola de Belas Artes "Dona Carmem Trápaga Simões"

Se para o Conservatório de Música de Pelotas foi relativamente fácil fazer uma "história-social", o mesmo não aconteceu com a Escola de Belas Artes (EBA). No primeiro caso, nosso trabalho ficou facilitado graças às vinculações explícitas

do Conservatório com as estruturas e pessoas vinculadas com o poder local. No caso da EBA, isso não é nem um pouco evidente, ou pelo menos não é tão facilmente revelado pelos poucos documentos disponíveis.

A Escola de Belas Artes já não é tão antiga quanto o Conservatório. Sua trajetória começa dentro daquele período que chamamos República Populista: 1945-1964.

Se as estruturas educacionais herdadas da República Velha em Pelotas mantiveram sempre, mais ou menos expressas, suas vinculações com a legitimação política e com a hegemonia cultural da oligarquia, a EBA tem uma origem que "abstrai" esse processo.

Seu nome, como não poderia ser diferente, está, em primeiro lugar, vinculado a **pessoas**, personalidades. Na maior parte dos "documentos", nenhuma das instituições "tradicionais" de Pelotas aparece ligada a uma estrutura burocrática ou a algum tipo de **organização coletiva**. Quando isso acontece (e aconteceu) a história "oficial" dos estabelecimentos procura sempre um patrono, ou uma personalidade dominante, para glorificar. É como se a história, neste particular, funcionasse à semelhança de uma religião totêmica. De fato, em alguns estabelecimentos de ensino se verificou a hegemonia, em determinados períodos, de verdadeiras "clãs" (os **nomes** familiares presentes nos relatórios ou os registros de efemérides deixam isso bem claro). Mas é nesse "totemismo" que conseguimos, em diversos casos, e não só para o EBA, estabelecer conexões com o poder político local. As parentelas pelotenses, descendentes da oligarquia agrária, sempre mantiveram representantes em posições de destaque em todos os estabelecimentos de ensino, especialmente naqueles que hoje integram a UFPel. Se, indo um pouco mais adiante nessas considerações, assumirmos que os laços de consaguinidade são "mais fortes" do que outro tipo, uma segunda via de acesso ou participação nas instituições seria determinada por alianças entre grupos da mesma classe social. Esses tem identidade de interesses. As estruturas que produzem dentro da cultura em que se incluem funcionam até como "mediações" entre seus interesses, em diversos domínios.

Neste sentido, a EBA não foge à regra dos outros estabelecimentos que analisamos aqui. Nos artigos de jornal que tratam de sua história, assim como em outros documentos que examinamos, aparecem frequentemente os mesmos nomes que constam nas estruturas de poder e de ensino, principalmente. Poderíamos falar, guardadas proporções, é obvio, em tribo.

O primeiro nome que temos que mencionar é da professora Marina Pires. Segundo artigo no *Diário Popular*, de 22/01/1984 (não assinado), a professora Marina lecionava desenho no Instituto de Educação Assis Brasil, estabelecimento bastante tradicional em Pelotas, não estudado neste trabalho (apesar disso, pelas características arquitetônicas do prédio, tudo indica que sua origem é da década de 30; os governos Vargas sempre tiveram certa preocupação com a cultura e a educação). A professora Marina, portanto, em 1948-49, teria sido movida pela "idéia" de criar uma escola de artes plásticas. A idéia ganhou adeptos. Um deles, de significativa importância na cidade foi o bispo D. Antônio Zattera, cujo nome está ligado à UCPel. Segundo o artigo de jornal (citado), o bispo "não pôs nenhum obstáculo" a [26] que o pintor italiano Aldo Locatelli, que trabalhava na Catedral na ocasião, assumisse funções de professor.

Nestes momentos os atores sociais mais eminentes precisam da participação dos seus liderados. A professora Marina, "contando com o apoio de uma comissão", conseguiu montar uma escola. Agrupou-se uma primeira turma e começaram a ministrar aulas na Biblioteca Pública Pelotense. Era o momento em que a "iniciativa privada" precisava de respaldo "público". De qualquer modo, a EBA, além de Aldo Locatelli, contou com professores de pintura de destaque da cidade. Começou como escola de pintura.

A criação da EBA marca uma transição importante na cultura artística de Pelotas. A semelhança do que acontecera com a música nos anos dez e vinte, a Escola possibilita a **profissionalização** do artista plástico em Pelotas. A cidade dispunha de artistas profissionais, importantes inclusive, mas

que não haviam recebido uma formação local. O diletantismo era a prática corrente.

Poderíamos analisar o retardo das artes plásticas em Pelotas com relação à música, em termos de ser possível criar estruturas de reprodução cultural nesses domínios. Sugerimos que a música requer um mercado de consumo menos desenvolvido do que as artes visuais. Pelotas, graças ao teatro e a religião, assim como a quantidade de pianos da cidade (confirmado por um artigo de jornal, em que se afirma que praticamente toda a residência [de classe média] de Pelotas possuía um piano no início do século), já tinha uma certa vivência musical. Com as artes visuais já era diferente. O seu produto, em primeiro lugar, é mais "material", mais facilmente convertido em mercadoria, apropriável por um único indivíduo, se for o caso. Isso pressupõe um mercado desenvolvido e culto a partir de um certo nível, abaixo do qual os padrões estéticos burgueses (mesmo acadêmicos) não podem ser codificados. Pelotas só atinge esse nível mais tarde, é o que tudo indica. Com a música podia ser diferente, porque os códigos sociais burgueses em torno dela eram também diferentes. Os pianos, principalmente, faziam parte do mobiliário burguês. As telas não, porque eram mais caras, se tivessem qualidade. Sua qualidade era sua unicidade (não reprodutibilidade) e a autenticidade (devia ser de autor famoso). A reprodutibilidade da música se dá numa dimensão diferente. A repetição das peças torna os autores conhecidos, mas esses tem suas obras publicadas em série sob forma de partituras impressas. A reprodutibilidade é muito barata, portanto.

É no período populista, então, que o público pelotense atinge o ponto de maturação para justificar a existência de uma escola de artes visuais. Claro que isso fica fácil de afirmar se abstrairmos o caráter de "empreendimento civilizatório", de que essas tentativas se revestem. Algumas formas de arte burguesa têm, no Brasil, ocasionalmente, se imbuído da missão de civilização. Normalmente adotaram-se linguagens estéticas européias. A própria estética modernista, que causa espanto em 1922, a despeito de suas propostas "democratizantes" de tom

crítico ao academicismo burguês, converteu-se também numa estética de elite, repetindo de certo modo o padrão evolutivo do movimento moderno nos demais países capitalistas.

Não é difícil, portanto, enquadrar o surgimento da EBA dentro da esfera de cultura de elite em Pelotas. O período populista em Pelotas não produziu modificações substanciais na sua estrutura social. Durante este período a estrutura da renda no Município se mantém concentrada em torno do setor de comércio e serviços. Não há, praticamente, alterações muito significativas deste quadro até os dias atuais (cf. *Renda Interna Municipal do RS 1939-1980*, FEE, 1986).

Consideramos isso como um indicador para a "estabilização" de grupos médios e superiores na cidade, uma vez que a população da cidade apenas dobra de 1949 a 1980, enquanto que em Porto Alegre praticamente quadruplica. O crescimento dos setores médios e superiores em Pelotas foi predominantemente do tipo vegetativo.

O público para as artes visuais (o mesmo para a música erudita) teria, portanto, experimentado o mesmo tipo de crescimento, não evoluindo "quantitativamente". Podemos supor, contudo, que tenha sofisticado seus padrões de exigência no consumo de obras artísticas. Evidentemente que as próprias escolas, conservatórios, teatros e outros equipamentos culturais, de que a cidade sempre dispôs, também representaram um papel "moldador" de demandas cada vez mais sofisticadas. Não é à toa que, no Estado, Pelotas goza a fama de ter "tradição cultural".

Passamos agora aos setores em que a EBA contribuiu, então, com essa "tradição cultural".

A EBA tem por data oficial de sua fundação 19 de março de 1949. A mudança de denominação, de Escola de Belas Artes de Pelotas para Escola de Belas Artes D. Carmem Trápaga Simões sugere a época em que recebe o atual prédio como doação, provavelmente em 1950. Seus primeiros estatutos são de 27.02.1950. Além disso, seu segundo presidente, Dr. Francisco

Simões, assume em 1º de julho de 1952. Não há mais nenhuma notícia da mudança de prédio da Biblioteca Pública para a atual localização.

Em 1955 foi firmado com o Governo do Estado um convênio, através do qual a EBA começa a receber auxílio financeiro anual e a manutenção de cinco professores. É interessante observar que, de 1954 até 1961, quem ocupa o cargo de presidente é Guilherme Echenique Filho. Conhecemos as ligações da família Echenique com setores da política estadual, especialmente aqueles que poderiam, em 1955, estar ligados ao PSD ou ao PTB. O vínculo que os unia era anterior a esses partidos, provém do PRR, passando por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas. O convênio é firmado no governo de Meneghetti (PSD). Não deve ter sido muito "difícil" conseguir esse patrocínio com a ligação "Echenique-Meneghetti", mas não temos dados sobre o assunto.

O Governo Municipal, de qualquer modo, também passa a conceder auxílio, não sabemos a partir de quando, e mantém uma professora como funcionária administrativa.

Em 1972, a EBA é "extinta" (sic) e passa a integrar o Instituto de Letras e Artes da UFPel. Seus cursos de desenho, pintura e escultura são reestruturados em departamentos e cursos de graduação, segundo as possibilidades da Reforma Universitária.

Não conseguimos informações sobre as "causas", ou em que condições a Escola pôde ser incluída na UFPel. Pela boataria da cidade descobrimos que houve um homem (já falecido) que cumpriu o papel de "articulador". Seu nome, no entanto, pouco aparece ou não aparece em documentos oficiais. Contudo, sabe-se que se organizaram comissões, grupos de pressão, etc..., para que a estrutura atual da UFPel chegasse onde e como está. Nada nos faz duvidar que nos idos da década de sessenta não tenham sido fortes alguns procedimentos não oficiais, mas eficazes, no que concerne a ampliar ou consolidar a burocracia acadêmica, não despedindo ninguém, é claro, e, se possível, até ampliando a quantidade de pessoal contratado.

Este "estranho silêncio" que cerca a "agregação" desses estabelecimentos na UFPel representa, para nós, um resguardo desses setores da oligarquia local frente a uma crítica que alguns de seus filhos e netos acabam se fazendo mais ou menos conscientemente. (ver capítulo III).

A crítica seria no sentido de que não podiam mais manter seus equipamentos de hegemonia cultural sem ter que entregá-los aos governos (Estado, Município ou União). Isso, sem falar que o empreguismo, que também os favoreceu enquanto grupo, pode ter sido encarado de forma humilhante pelos setores mais proeminentes. Sua dependência, sua incapacidade de manter um "desenvolvimento auto-sustentado" para as estruturas que criavam com tanto empenho ficaria então à mostra. Suas tentativas de romper com as amarras da periferização, da sua dependência econômica e cultural dos centros mais avançados do Brasil podem ter produzido este silêncio, cuja revanche aparece às vezes como bairrismo.

Em 1969, ou no início dos anos setenta, federalizar uma instituição, graças ao ufanismo da época, era garantir o futuro. Atualmente, uma instituição de ensino superior federal, para quem tinha expectativas grandiosas, é fonte de intermináveis decepções e dores de cabeça. É compreensível que nosso trabalho, cujos dados foram recolhidos muito mais tarde, depois dos governos militares, no momento de colapso da "Nova República", tenha esbarrado numa lacuna deste tipo. Deixamos para um outro historiador a tarefa de juntar essas peças, que não achamos nesse quebra-cabeça. Sob a desculpa de que com os militares no poder tudo se fazia conspirativamente, reveste-se hoje parte da história da UFPel com algum tipo de segredo. Talvez por isso a UFPel é, sem nunca ter sido. É uma estrutura que está aí, sem história. Sua história? "Ah, é muito comprida, começa em mil oitocentos e...".

[26]

II.7. A ILUSTRE PELOTENSE - A UFPEL

Conforme já vimos demonstrando neste trabalho, a aglutinação de unidades é o "processo de produção" da UFPEL. Dois grupos em Pelotas conduziram este processo. A oligarquia tradicional (charqueadores, estancieiros, militares), representada por seus "intelectuais orgânicos" (os "bacharéis", os agrônomos e os dentistas).

Essa oligarquia possuía "subdivisões", mais ou menos nítidas, entrecruzadas com o sistema de parentelas locais. Havia católicos e leigos, maçons, positivistas, espíritas, liberais, republicanos, etc... As mentalidades se interpenetravam neste grupo, como em qualquer outro. A pequena burguesia urbana, que chamaremos de "novos grupos médios", se fixa na cidade à medida que esta vai se modernizando. Há subdivisões: católicos, judeus, libaneses e palestinos (estes, mais recentes, do período pós-guerra) que se diferenciam ou se interpenetram. Vão adotando, tendencialmente, as ideologias e mentalidades dos grupos dominantes e também, principalmente na esfera pública, acabam por constituir um bloco relativamente homogêneo na cidade. Formam uma cidade predominantemente de classe média, em que os setores econômicos mais importantes são o comércio e os serviços ("comodidades urbanas").

É em grande parte para que as classes médias possam reproduzir-se coletivamente que se criam os estabelecimentos de ensino superior. A literatura sobre o assunto é abundante. Mas vimos que esta não é a única razão. E mesmo como razão, permanece desconhecida da maioria dos atores sociais que lutaram pela criação dos estabelecimentos. Os atores sociais propugnaram sempre causas culturais, ou a fé cristã (no caso da UCPel), ou o engrandecimento moral da comunidade, e outras bandeiras legitimadoras de grande abrangência. São essas bandeiras que conferiram as particularidades de cada curso. A homogeneidade "ilustrada" dos discursos salvacionistas é que sugere uma identidade interna à UFPEL, nos termos do que se poderia definir, com certa liberdade, como um "discurso de classe média".

A UFPel é uma síntese, ou melhor, uma aglutinação que tende a uma síntese. Síntese de discursos, e por isso mesmo, síntese de desejos, aspirações de ascensão social, de vontade de prestígio, etc..

Desde 1964, a julgar pela leitura dos jornais da cidade ("*O Diário Popular*"), a classe média mostra-se hegemônica em Pelotas. O adesismo ao governo militar foi quase completo. O subdesenvolvimento era uma "vergonha" para uma cidade de 150.000 habitantes e com tão ricas tradições. Desde então já se tornavam claras as articulações entre as classes médias do período e os "aparelhos" educacionais. Uma nota n' *O Diário Popular* de 01.07.1969 (p.3) mostra bem isso:

"Iniciativa das mais oportunas vem de ser tomada pelo prefeito Edmar Fetter no terreno da assistência social. Visa, o chefe do Executivo Local, a mobilizar recursos materiais e humanos, no sentido de enfrentar os problemas dos marginais em nossa cidade. E, para tanto, foi buscar a colaboração da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Católica de Pelotas, propondo-se, a posteriori, gestionar junto às diferentes esferas administrativas do País, e até no meio Exterior, a fim de obter os meios financeiros necessários para a objetivação do plano em elaboração. (...)"

A filantropia católica, tradicional em Pelotas, torna-se "científica", graças a sua conversão em "função" de um equipamento educativo.

O desenvolvimentismo de classe média, que vai se convertendo em ufanismo até os governos Costa e Silva e Médice, vai ser o signo que guia a aglutinação da UFPel. Costa e Silva, gaúcho de Taquari, havia comandado o 9º Regimento de Infantaria em Pelotas. Sempre manteve ótimas relações com os setores dominantes locais, em especial com a Universidade Católica. É

muito difícil avaliar se houve realmente "progresso econômico" em Pelotas durante o seu governo. Mas o ímpeto desenvolvimentista que aparece nos discursos (na universidade, nos "relatórios") certamente é um "reflexo" deste estreito relacionamento.

Em 1968-69, quando Tarso Dutra é Ministro da Educação, completa-se o contexto para que a UFPel seja organizada definitivamente. Contaram as afinidades entre o ministro e o prefeito (Louzada da Fonseca), ambos da ARENA, e o prof. Delfim Mendes Silveira (na época diretor da Faculdade de Direito de Pelotas e membro do Conselho Universitário da URS, em Porto Alegre). O professor Delfim, desde 1968, já estava comprometido, na URS, com a tarefa de implantar a Reforma Universitária. *O Diário Popular*, de 20.05.69, publica: "Delfim adianta em primeira mão os detalhes da Reforma da URS".

Enfim, estavam "prontas" todas as condições para que se trouxesse para Pelotas o seu maior equipamento público. A UFPel tinha um orçamento 2,5 a 3 vezes o orçamento do Município. [27]

Ampliar a Reforma Universitária, incorporar instituições, significava ampliar a base legitimadora do "governo revolucionário", principalmente junto às camadas médias (fossem estas católicas, leigas, liberais, etc.). Educação superior, para o desenvolvimento, era um trunfo importantíssimo para um regime que, a despeito do adesismo das camadas médias, sempre teve sua legitimidade contestada (v. Alves, 1984).

Juridicamente a Universidade Federal de Pelotas foi criada pela fusão da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul com as unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, "agregada (...) a área de ensino superior leigo nesta cidade" (MEC/UFPel, *Normas*, Pelotas, 1977, p.10).

A "área de ensino superior leigo", refere-se principalmente à Faculdade de Medicina. As demais instituições foram dissolvidas na estrutura da UFPel (Escola de Belas Artes e Conservatório de Música).

Sabemos que para a criação da UFPel ter saído como saiu, sob a forma de decretos, houve uma "preparação" junto aos

dirigentes das instituições que a antecederam. A fusão tinha que ficar acertada de modo conveniente. Houve, portanto, reuniões, comissões, discussões, etc., até que a estrutura nova pudesse ser "fixada" num texto de decreto. Além disso, sabemos também que muito da estrutura da UFRGS foi copiado na UFPel. Isso nos foi informado por um dos seus organizadores no plano administrativo. Não quer dizer que a UFRGS tenha sido um modelo, pois se trata também de uma universidade "não projetada"; insistimos aqui nesta questão de modelo e projeto: são coisas diferentes. Por modelo entendemos uma coisa já pronta, um produto. Num projeto ressaltamos os aspectos de processo de criação de uma coisa nova, que podem, pelo menos teoricamente, contemplar um modo também novo de nos relacionarmos com as coisas e uns com os outros.

Um outro aspecto que está presente no Decreto-Lei nº 750, de agosto de 1969, que "cria" a UFPel, é a linguagem da Reforma Universitária (de que já falamos, e será discutida no capítulo III). Aspectos como: "universidade de campo (do saber)"; "universidade de funções de ensino e pesquisa" e "a instituição isolada de ensino superior somente será permitida a título excepcional e transitório", marcam esta linguagem. A racionalidade implícita dessa linguagem vai tentar instrumentalizar a racionalidade administrativa da UFPel, esbarrando com as "tradições" consolidadas nos estabelecimentos que a antecederam.

A UFPel ficou, então, constituída, pelo Decreto-Lei nº 750, das seguintes unidades (art. 4º):

- Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel;
- Faculdade de Ciências Domésticas;
- Faculdade de Direito;
- Faculdade de Odontologia;
- Faculdade de Veterinária;
- Instituto de Sociologia e Política.

O parágrafo 1º diz: "passam a ser instituições particulares agregadas a UFPel, o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes "Dona Carmem Trápaga Simões" e a

Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE).

A Universidade Federal Rural do Sul, como se vê, foi "desmanchada". Estranhamente não é mencionado no decreto o conjunto agrotécnico Visconde da Graça (C.A.V.G.), que "pertencia" à UFRRGS. Desta Universidade "fundidas" na UFPel aparecem apenas três: a Faculdade de Agronomia, a de Ciências Domésticas e a de Veterinária. Isso talvez explique por que o C.A.V.G. tenha, até os dias atuais, mantido uma identidade tão "independente" da UFPel. Provavelmente na época da URS e UFRRGS tenha muito mais "emprestado seu nome", e com isso conseguido mais recursos, federalizou-se, o que era visto como um progresso.

Tampouco no Decreto nº 62511, de 09 de abril de 1968, que fixa a nova estrutura da UFRRGS, o C.A.V.G. é mencionado. Na verdade, o C.A.V.G. fica "escondido" na UFRRGS desde o Decreto nº 62178, de 25 de janeiro de 1968, que transfere os estabelecimentos de ensino agrícola para as universidades, em cada região do Brasil onde os houvesse. Santa Maria e Pelotas são "atingidas" por este decreto.

Em resumo, os decretos nº 60731 de 19 de maio de 1967 (transfere para o MEC os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura), nº 62178 (25.01.1968) e nº 62511 (09.04.1968) são como uma espécie de "prelúdio" jurídico articulado por Tarso Dutra, que culminaria com a criação da UFPel. Não importavam os fins de se ter uma universidade em Pelotas, o importante é que a trajetória jurídica desse objetivo fosse feita com a maior lisura.

Examinando-se a sequência dos decretos vai ficando claro o seu caráter de "cartada", de manobra tática, que era empreendida pelo jurista na consecução dos seus objetivos, mesmo que isto demorasse. Aqui podemos entrar com uma outra consideração: a própria Reforma Universitária (da qual Tarso Dutra foi um dos agentes "jurídicos" principais) foi "usada" para que a UFPel pudesse ser criada; emprestou-lhe, pelo menos, a linguagem. A Reforma, como sabemos, tinha objetivos muito

diversos do que "criar" universidades pelo país (v. Cunha, 1988, cit.). Em última análise, esses "instrumentos jurídicos" (ou "diplomas", como diria o professor Delfim) tinham, no contexto dos governos militares um amplo espectro de aplicações, em termos de "jogadas" burocrático-administrativas. Foi, talvez, um período de satisfação plena para a mentalidade jurisdicista brasileira.

Há quem confunda esse processo com planejamento. Isso só é possível se entendermos planejar como uma espécie de maquinação, em que os fins são limitados à conquista de posições cada vez mais vantajosas num jogo político de legitimação, ou de manutenção de poder. Num tal contexto, todos os jogadores conhecem as regras e também tramam, cada um por si, participando de um mesmo universo de poder. Mas este esquema (jurídico-tecnocrático, ou como se queira chamá-lo) apresenta um descolamento das estruturas concretas que são simbolizadas nos seus decretos, portarias, etc... Por isso não podemos identificá-lo como planejamento, porque lhe falta a ação coordenada entre os idealizadores e os executores num mesmo sentido, consensualmente consentido. Se o que pretendemos por planejamento se assemelha a um processo simplesmente gerencial "idéia-ordem-execução", ele é na verdade mais que isso, diferenciando-se deste modelo pela identificação entre executores e idealizadores, aparecendo participação e compromisso entre as pessoas e com sua ação, num nível mais intenso do que o "normal". Participação e compromisso, num tal processo (ideal), tampouco aparecem como fins em si mesmos.

De uma forma geral, embora já tenhamos criticado até aqui o caráter jurisdicista (bacharelesco) das ampliações da burocracia estatal brasileira como um todo, e da UFPel em particular, temos que reconhecer que foi efetivamente este, e não outro, o esquema adotado. As instituições da UFPel formaram-se muito mais como figuras jurídicas, do que por sua práxis educativa concreta. Primeiro as criavam na lei, depois se viam quais as condições para que o ensino e a pesquisa (naquele tempo não se falava em extensão) pudessem ser realizadas na prática. No caso destas atividades já estarem sendo realizadas em cada

instituição, procurava-se então compatibilizar a prática pedagógica com a estrutura jurídica "nova". Preenchiam-se assim as figuras. A pedagogia tinha que assumir a forma do novo recipiente que a acomodava. A criação da UFPel é um processo típico desta natureza. Pouco, ou nada, se fala em pedagogia, em ensinar em aprender, em educar, se falam, eventualmente em "campos do saber" em "domínios do conhecimento". Estas expressões, quando muito, revelam apenas adoção da retórica da razão moderna: o homem domina a natureza e a sua própria razão (o conhecimento) num esquema de progresso. Só que esta utilização era, na maior parte das vezes, involuntária e inconsciente e misturada com os componentes ideológicos mais diversos entre si. Nada mais eclético do que este intróito às "Normas" da UFPel, de 1977:

"Na vida das universidades, dois diplomas há que são essenciais: o Estatuto e o Regimento Geral. O primeiro é a constituição definindo a estrutura, a forma jurídica, os direitos e deveres. É, por assim dizer, o elemento substantivo da instituição. O segundo, obediente ao primeiro, estabelece as normas de procedimento adjetivo. Um é estático; o outro, dinâmico."
(MEC/UCPel, Normas, 1977, p.9).

A análise de conteúdo destes decretos, em resumo, remeteria a praticamente todos os pensadores que tiveram alguma coisa a ver com o Direito, de Aristóteles a Comte, passando principalmente por Kant, como se verá no capítulo III, quando trataremos dos discursos do professor Delfim Mendes Silveira, autor da citação acima.

II.7.1. A Estrutura da UFPel, Faculdades, Cursos e Departamentos

Em 1977, após a incorporação da Faculdade de Medicina da IPESSE, a UFPel fica estruturada da seguinte forma, que já

"atualizamos" e suprimimos alguns cursos e figuras jurídicas que foram transformadas. Apresentamos aqueles Institutos que possuem uma unidade "burocrático-espacial", isto é, identificam-se com o prédio que ocupam.

- 1) Instituto de Letras e Artes (ILA)
- 2) Instituto de Biologia (IB)
- 3) Instituto de Ciências Humanas (ICH)
- 4) Instituto de Física e Matemática (IFM)
- 5) Instituto de Química e Geociências (IQG)
- 6) Instituto de Sociologia e Política (ISP)

Os cinco primeiros foram criados pelo Decreto nº 65881 de 1º de dezembro de 1969. O ISP resulta da transferência das unidades da URGs à UFPel (1969).

Faculdades:

- Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1983), no Campus;
- Faculdade de Odontologia (1911), na cidade;
- Faculdade de Direito (1912), na cidade;
- Faculdade de Veterinária (1968), no Campus;
- Faculdade de Ciências Domésticas (1968), no Campus;
- Faculdade de Medicina (1963, 1977, na UFPel), na cidade;
- Faculdade de Educação (1976), na cidade;
- Escola Superior de Educação Física (1971), na cidade;
- Conservatório de Música; Curso de Licenciatura em Música (1971), 1972. Funciona na cidade;
- Faculdade de Arquitetura (criada em 1989); o Curso foi criado em 1971, funciona em 1972, (na cidade);

Órgãos de Segundo Grau:

- Colégio Agrícola Visconde da Graça (na cidade, mas fora do centro);

- Colégio de Economia Doméstica Rural (na cidade, fora do centro);

Órgãos Suplementares:

- Estação Experimental de Piratini;
- Estação Experimental de Palma;
- Centro de Treinamento do Sul (CETREISUL), Campus;
- Biblioteca Central (desativada);
- O Museu (na cidade);
- Refeitório Estudantil (na cidade);
- Coral da Universidade;
- Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), no Campus;
- Rádio Cosmos (no Campus);
- Hospital Veterinário (inaugurado em 1972);

A burocracia da Universidade se expandiu muito, mesmo depois de 1977, quando se consolidou na estrutura de forma muito próxima a atual. De alguns departamentos, cuja listagem completa não incluímos aqui, derivaram alguns cursos:

- Engenharia Agrícola (1972);
- Estudos Sociais (funcionando a partir de 1973);
- Nutrição (desde 1975);
- Enfermagem e Obstetrícia;
- Meteorologia (desde 1979).

Na verdade, a criação de cursos sempre dependeu da sua possibilidade de reconhecimento pelo MEC. Para isto eram necessárias providências e arranjos internos à instituição, e evidentemente, a abertura de canais de negociação no Ministério.

Cursos de Pós-Graduação

- Fruticultura;
- Fitotecnia;
- Produção de Sementes;

- Produção Vegetal;
- Odontologia: Cirurgia, Traumatologia; Prótese Buco-Maxilo-Facial; Prótese; Endodontia (1976);
- Produção Animal (1977) (mestrado);
- Patologia Animal (mestrado);
- Tecnologia em Sementes;
- Educação (especialização - 1978).

Em 1979 havia 16 cursos de pós-graduação.

As Gestões:

1969/1977 - Delfim Mendes Silveira
 1977/1981 - Ibsen Wetzel Stephen
 1981/1984 - José Emílio G. Araújo
 1984/1988 - Ruy Antunes
 1989/ -- - Amilcar Gigante

Das gestões nos limitaremos em nosso trabalho apenas a uma breve análise. A UFPel não se constituiu através do caráter desta ou daquela gestão, até que muito pelo contrário. A organização engendrada pelo professor Delfim, resguardada juridicamente num plano bastante simbólico, é o que oportunizou que as "gestões" assumissem um mínimo de identidade.

De 1969 a 1977, quando o professor Delfim era Reitor, ocorreu a fase de articulação ou de estruturação da universidade. Às instituições pré-existentes adaptou-se o modelo da Reforma Universitária (institutos básicos e profissionalizantes), compatibilizando no plano jurídico as figuras de faculdades e departamentos (a universidade não chegou a possuir centros, que era uma das propostas de Rudolph Alcon). Mas na prática, continuou-se ensinando e aprendendo como vinha se fazendo até então. Houve, é claro, uma ampliação dos conselhos, comissões, secretarias, etc.. A atividade burocrática administrativa distancia-se cada vez mais da prática pedagógica, propriamente dita.

Uma vez que destacamos o contexto dos governos militares como pano de fundo da gênese da UFPel, vejamos então quais eventos da universidade aparecem como pontos de ligação com esses governos. As informações procedem de MEC/UFPel, "*O Desenvolvimento da UFPel*", Pelotas, 1980. p.42-89.

Em 1969 o decreto-lei 750 é assinado por Costa e Silva, é uma contingência. Médice, em 16 de dezembro do mesmo ano, aprova por decreto (nº 65881) o Estatuto da Fundação, outra contingência. O Ministro Tarso Dutra empossa o Reitor. Já não se trata de mera casualidade. No capítulo III o próprio professor Delfim conta como sua posse foi tratada.

Ainda nesse ano, a Universidade de Santa Catarina, menina dos olhos de Atcon (v. Cunha, 1988, citado), treina administradores da UFPel, em seminário (1969).

Em 1970, Tarso Dutra envia telegrama cumprimentando a UFPel pela implantação da Reforma Universitária. Médice recebe título de "Doutor Honoris Causa", sendo esta Universidade a primeira a conceder esse título ao presidente. (*O Desenvolvimento da UFPel*, 1980:45).

Em 1971 a UFPel participa da "Ação Cívico Social do Exército" (*O Desenvolvimento ...*, 1980:46). Não há mais informações sobre o evento (ou eventos). No mesmo ano a universidade "é considerada prioritária pelo Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho, para o recebimento de equipamento do convênio com a Europa Oriental" (*O Desenvolvimento*, p.48), recebendo também a visita do Ministro. Visitam também a UFPel Celso Barroso Leite, diretor da CAPES, e Guilardo Martins Alves, presidente do CRUB. Um elo importante universidade-governo era Mozart Victor Russomano, da Faculdade de Direito, que neste ano (1971) é eleito para o Tribunal Administrativo da DEA, admitido na Academia Nacional de Direito e eleito Vice-Presidente do Superior Tribunal do Trabalho.

Em 1972, Luiz Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura, profere aula inaugural da Universidade e inaugura o Hospital de Veterinária. Ocorre uma nova visita do novo diretor

da CAPES, Celso Barroso Leite, juntamente com assessores de Imprensa da Presidência da República e do Governo do Estado. Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça, vem a Pelotas e profere palestra sobre "Os Lusíadas" na Faculdade de Direito. Médice vem a Pelotas, visita a Universidade e recebe (pela segunda vez, segundo o Relatório; em 1970 também registrou-se uma visita deste presidente à UFPel) o título de "Doutor Honoris Causa" (*O Desenvolvimento...*, 1980:50). O mesmo título também é conferido ao Ministro Jarbas Passarinho. O vice-governador do Estado, Edmar Fetter e o Coronel Oliveiros Lana de Paula, comandante do 9º B.I.M., recebem a "Medalha do Mérito Universitário". Mozart Victor Russomano passa à presidência do Tribunal Superior do Trabalho.

Em 1973 é eleita a lista sêxtupla para Reitor. O professor Delfim é empossado novamente, por Jarbas Passarinho e Médice. Numa solenidade no Itamarati, o professor Delfim recebe de Médice a "Medalha Nacional do Mérito Educativo"; no plano municipal, o professor recebe o título de "Cidadão Pelotense". Jarbas Passarinho recebe também, no mesmo ano o título "Doutor Honoris Causa" da UFPel. O professor Mozart V. Russomano recebe três condecorações: Grande Medalha da Ordem da Inconfidência (Minas Gerais); Ordem do Rio Branco (Brasília) e Grã-Cruz da Ordem do Mérito (Brasília).

Em 1974: o professor Delfim é eleito presidente do CRUB e é convidado para a recepção oferecida pelo presidente Ernesto Geisel, recém empossado, no Itamarati. Delfim é homenageado no Club Comercial de Pelotas com um banquete, pela sua nomeação como presidente do CRUB. O Tenente-Coronel Wilson Caminha D'Ávila, ex-comandante do 9º Batalhão de Infantaria Motorizada (também comandado por Costa e Silva, anos atrás), recebe a "Medalha ao Mérito Universitário da UFPel".

Em 1975: o professor Delfim Mendes Silveira recebe a "Ordem Nacional do Trabalho", no grau de Grande Oficial, em Brasília. A UFPel recebe a visita do Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, que profere palestra sobre o II PND. O Ministro

da Agricultura Allyson Paulinelli assina com a UFPel e a EMBRAPA novo convênio. Ocorre audiência especial entre Delfim e Geisel, [29] que tratam de assuntos referentes à gestão do CRUB. Francisco Louzada Alves da Fonseca, ex-prefeito de Pelotas, que em 1969 tivera seu nome cotado para ser Reitor da UFPel (ver capítulo III) recebe a "Medalha do Mérito Universitário". Nos surpreende que não houvesse sido homenageado antes disso.

Em 1976: o Procurador Geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, profere a aula inaugural na Faculdade de Direito.

Em 1977: Edson Machado de Souza, Diretor do DAU/MEC, profere a aula inaugural da Faculdade de Medicina, como parte do ritual de incorporação definitiva da faculdade à UFPel. Ney Braga, Ministro da Educação, visita a UFPel e lhe é conferido o diploma de "Doutor Honoris Causa". É empossado novo Reitor, Ibsen Wetzel Stephen.

Destacamos aqui apenas um tipo de interrelacionamento entre os representantes da universidade e do governo. Essa troca mútua de gentilezas e agrados, que em Pelotas muito lembra as relações entre a burguesia agrária imperial e a corte, é muito freqüente nas duas gestões do professor Delfim. Estava, afinal de contas, sendo estruturada uma nova universidade e era importante (essencial, na verdade) que houvesse uma identidade, ou fidelidade de ambos os lados (Brasília e Pelotas) com relação aos mesmos princípios. A união faz a força, diz o ditado. A UFPel, repetimos, sempre foi encarada como um equipamento imprescindível para a cidade, e muito supervalorizada.

A gestão do professor Delfim foi não só promotora, como também ampliadora de todos os equipamentos de ensino superior públicos na cidade. Alargou, de qualquer modo que se possa encarar os fatos, a base governamental local. Com isso criaram-se também laços de dependência, que a universidade até os dias atuais não conseguiu ultrapassar. Em que pese a lisura jurídica da insitucionalização da UFPel, ela toda foi realizada num quadro centralizador do poder do Estado. Alguns juristas, na época,

referiam-se eufemisticamente ao "Estado de exceção", para caracterizar o quadro do poder estatal no país.

Apresentamos apenas o lado ritualístico das relações UFPel-governo. É claro que houve muito mais vínculos. Os convênios, em especial, marcaram uma penetração muito mais intensa do governo no controle da sociedade, principalmente nas esferas econômicas (agropecuária) e assistência social (serviços social e saúde). Listamos alguns convênios mencionados na mesma publicação apresentados nos Anexos deste trabalho.

Como se pode observar pelo exame desses convênios, a UFPel realiza, no nível local, uma série de objetivos postulados pela euforia desenvolvimentista do Estado, mostrando que este não vive apenas de ideologias. Existe um mínimo de "concretização", uma certa sensibilidade ideológica visíveis em ações, sem o qual esse esquema simbólico entraria em colapso. Em Pelotas, periférica, não é difícil imaginar que todas essas atividades tivessem uma forte repercussão nos setores médios urbanos. Afinal, o "desenvolvimento" era um pouco a expansão dos próprios equipamentos em que as classes médias se capacitavam para trabalhar.

A UFPel das duas gestões Delfim é um equipamento em expansão e realmente muito atuante. Curiosamente, os convênios maiores e mais importantes são na área agrícola, utilizando uma estrutura embrionária (a parte da UFRRGS) que o professor parece não ter inclinações a valorizar. Sua gestão amplia e melhora esses equipamentos, com efeito, mas de qualquer modo, eles já existiam. Sendo assim, pensamos que cabe creditar às gestões do professor Delfim um outro processo muito mais sutil, que ocorre em paralelo ao grande e entusiástico aumento da instituição. Nas suas gestões o leque de cursos oferecidos se estende, mas num sentido muito mais urbano. É como se a universidade pressentisse inconscientemente que a gestão do capitalismo brasileiro já havia se urbanizado. Sendo assim, a UFPel realiza uma parte que faltava na "transferência de hegemonia". Mesmo conservando uma parte ampliada que atua nos setores rurais, a universidade diversifica sua burocracia, seus equipamentos, intensificando

suas ligações com a vida da cidade. A Reitoria é construída no campus, o que é, aparentemente, um paradoxo. Não havia prédios disponíveis na cidade que a acomodassem e era parte das diretrizes da Reforma Universitária que as universidades deveriam ficar nos campi. O professor Delfim sempre agiu segundo essas diretrizes. Além disso o que deveria ser mesmo administrado era a Universidade Rural e seus convênios, bem como os novos "filhotes da UFPel" (os Institutos Básicos), que começaram a ser construídos, ou melhor, a configurar o campus, onde estava apenas a FAEM e o IAS. Então a Reitoria deveria ir para lá. No início até pode ter funcionado, hoje é a marca do "mundo rural" administrando (no sentido figurado) o "mundo urbano". A UFPel, embora "tradicional" (possui um forte ramo agrário - a Agronomia) e o Direito (a expressão já urbana da dominação rural imperial-oligárquica) é hoje uma universidade urbana. Não foi à toa que muitos dos seus cursos "deslocaram-se" do campus para a cidade.

De 1977 a 1981 era Reitor Ibsen Wetzel Stephen, que havia sido diretor da Faculdade de Odontologia de 1971 a 1975. Sua gestão, embora represente uma continuação em muitos domínios da anterior, assume um caráter muito mais "interno". A troca de gentilezas com o governo (Geisel-Figueiredo) é praticamente interrompida. A UFPel é deixada à sua própria sorte, deixando de ser a "preferida" do MEC, como sugere o histórico da gestão anterior.

A administração da universidade parece ser a grande atividade que absorve o cotidiano da instituição. São registradas homologações, reconhecimentos de cursos, enfim, tudo aquilo que caracterizaria uma burocracia "normal".

Dos convênios, destacamos um, com o FINEP, no valor de 6 milhões de cruzeiros, para a conservação de frutas.

A pós-graduação é o que praticamente se "instituiu" na UFPel a partir desta gestão, embora alguns cursos já tivessem sido organizados na gestão anterior.

Chama a atenção, no Relatório (*O Desenvolvimento da UFPel*, 1980) em que baseamos nossas análises, o orgulho com que a

"pressão" alunos por vaga é apresentada na maior parte das tabelas. Ampliaram-se os cursos e as vagas nas gestões anteriores, mas o que o Relatório faz questão de mostrar é que a "demanda" aumentou. Isso, no espírito da época era visto como algo muito positivo: "justificava" a instituição, esta era então algo útil. De um modo geral todo o Relatório reflete uma visão incrementalista do que poderia se chamar "planejamento" da UFPel. É importante salientar, nesta gestão, que de algum modo houve a preocupação com o planejamento. O "Plano de Desenvolvimento Físico" da UFPel é um dos seus produtos. Foi concluído em 1980 pelo Escritório Técnico de Planejamento da UFPel. Sobre a institucionalização deste escritório temos pouco a dizer. O fato não é registrado na seção "principais eventos ano a ano" do Relatório (*O Desenvolvimento da UFPel, 1980*). Parece-nos que, como a UFPel se consolida nesta gestão e são afrouxados seus vínculos com o MEC, a tentativa de planejá-la do modo que fosse possível, partia da necessidade de apresentar a própria instituição como "racional" junto ao Ministério. Isso conduzia, normalmente, à concessão de verbas e à consecução do "atendimento" que o MEC deveria prestar às universidades por todo o país.

De alguma forma, algo havia mudado na UFPel. Nas gestões Delfim Mendes Silveira, Brasília "vinha" à Pelotas. Agora isso não mais acontecia. O Reitor deslocava-se e dirigia-se ao Ministério de Educação para tratar de todos os assuntos da UFPel. A dependência, gerada pela centralização, estava consolidada.

Interpretamos, portanto, a introdução do "planejamento" na UFPel como um meio de comunicação com o MEC. A Universidade, como pôde, teve que elaborar um código para uma interlocução que agora se fazia necessária para sua sobrevivência.

Concordamos com um aspecto que é salientado no Relatório (*O Desenvolvimento...*, 1980): a UFPel nos seus primeiros dez anos (de 1969 a 79) insere-se na Região.

Mas, de qualquer maneira, a criação, o impulso desenvolvimentista é resultado das gestões anteriores. A UFPel

move-se agora como que por inércia, resultado da grande impulsão que recebeu das gestões de Delfim.

De 1982 até 1984 era Reitor José Emílio Gonçalves Araújo, agrônomo, ex-diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1950-1951) e do Instituto Agronômico do Sul (1952 a 1955), ex-diretor do CETREISUL (integrante da antiga Universidade Rural do Sul [1960-61]). Detalhamos um pouco mais os cargos e seu "perfil profissional pessoal", porque sua gestão guarda peculiaridades da história da UFPel que, no nosso entender, estão relacionadas a isso.

Uma das suas "características" principais: não é de Pelotas. Acreditamos que isso pode sempre ter representado uma espécie de "ruído" nas avaliações dos pelotenses quanto a sua gestão como Reitor da UFPel, principalmente nos aspectos negativos.

Sua formação foi feita no Rio de Janeiro. Formou-se em 1945 e já em 1951 dirigia a Faculdade de Agronomia, vinculada ao Instituto Agronômico do Sul e ao Ministério da Agricultura. Sua carreira ascende a partir dessas vinculações. Estuda nos Estados Unidos (Cornell University, New York, USA, de 1953 a 1954) e liga-se ao IICA (Instituto Interamericano de Ciências Agrárias), de que foi o Diretor Geral durante os anos setenta. Suas visitas à UFPel "emergem" nos eventos importantes da história da gestão Ibsen, anterior a sua.

Fez o "Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia", da Escola Superior de Guerra, em 1957, no período do governo Juscelino Kubitschek. Era a época do desenvolvimentismo e do Plano de Metas. Traços dessa natureza encontramos na sua entrevista. Mas de algum modo, no período em que foi Reitor (de 1982 a 1984), esse aspecto de seu passado, que acreditamos mal conhecido de muitos de seus opositores, granjeou-lhe a fama de "Reitor dos Militares", identificando-o não com o período Kubitschek, mas sim com a ditadura. É, na verdade um liberal, e quando teve filiação política, pertenceu à UDN. Em nossa opinião, teve o "infortúnio", de certo modo, de ser o Reitor de uma

instituição de "origem militar" exatamente num período em que a ditadura chegava ao fim, sofrendo todo o tipo de críticas. Nesta mesma época emerge uma esquerda "muito atuante" no País, e setores dentro da Universidade promovem uma reviravolta nos discursos. Onde estavam e o que faziam esses setores durante as outras gestões seria o motivo para especulações num outro trabalho.

Mas a história de sua gestão tem que ser contada a partir de outros documentos, os "Relatórios da UFPel". Sua gestão tem este caráter: produziu papel e documentou bastante. Tentou falar em planejamento e racionalização, mas também era criticado por isto.

O seu plano de desenvolvimento da UFPel previa a concentração da Universidade no Campus. Já estava alerta para a tendência (que considerava inconveniente) à dispersão física da Universidade. Foram feitos então modificações nos equipamentos existentes. Construíram-se 2 blocos para o Instituto de Biologia, prédios novos para os Institutos Básicos e o prédio da Arquitetura (mais ou menos 2400 m²).

Continua o processo de expansão quantitativa de vagas. Sempre teve a preocupação (que menciona até na sua entrevista, em 1989) com a "relação alunos/professor". Para ele isto é um índice da eficiência da instituição educativa.

Algumas irracionalidades da localização da Universidade no Campus já começam a incomodar. Em 1982 a Reitoria suprime o subsídio ao transporte cidade-campus, por determinação do MEC.

Os principais e mais vultosos convênios continuam no campo das ciências agrárias. Em 1982, destaca-se um convênio com o Ministério da Agricultura, no valor de 50 milhões de cruzeiros, para a implantação do CETREISEM (Centro de Estudos e Treinamento em Tecnologia de Sementes e Mudas. O CETREISUL continua atuando, o CRUTAC também.

As realizações, apresentadas em cada relatório da gestão José Emílio, vão aproximando cada vez mais na sua linguagem da atual, utilizada pelas instituições de ensino superior de todo o

País. Siglas conhecidas nossas, como PICD, CAPES, CNPq, FINEP, etc... começam a aparecer nos relatórios da UFPel.

A área das ciências agrárias, contudo continua sendo a mais expressiva. Seguida pela Medicina e Odontologia. A primeira amplia suas residências médicas, a segunda continua os seus cursos de pós-graduação. A área de ciências humanas também se amplia. É criado o curso de Letras, e reconhecidos pelo CFE os cursos de Estudos Sociais e Pedagogia. Também se reconhece o curso de Meteorologia. O curso de Mestrado em Tecnologia de Sementes e Fruticultura é credenciado pelo CFE e a CAPES reconhece os cursos de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Sanidade Animal (Relatório UFPel, 1983).

A sua gestão ampliou matrículas, oferta de vagas e elevou o número de cursos regulares de 42 para 56.

De uma forma geral, a gestão também foi marcada por uma organização interna, de lotação de docentes e funcionários, enfim, concretizando certos princípios jurídicos de lisura e impessoalidade administrativa. Este é um dos pontos, talvez, que tenha ferido alguns brios pelotenses, no sentido de muitos caracterizarem sua gestão como autoritária, dando a entender que as demais não o eram.

Aparece sempre, em todos os relatórios, uma preocupação com a contagem, ou inventariamento, de todo o que foi feito, ou que pudesse ser contado. Para afirmar que havia ocorrido melhora qualitativa na instituição, se afirma, no Relatório de 1984, que a CAPES reconheceu cursos, etc.. Precisava-se de um índice, sempre.

Em termos de planejamento, podemos afirmar que, talvez movido por sua formação "tecnocrática", adquirida no tempo de Plano de Metas do governo Juscelino, José Emílio teve, concretamente, uma intenção de institucionalizar processos deste tipo: criou a Pró-Reitoria de Planejamento (antes era apenas uma assessoria). Projetiva, incrementalista, ou o que fosse, existia, pelo menos, a idéia de dotar a Universidade de uma racionalidade gerencial interna e lançá-la com algum propósito mais definido

nas suas "tarefas" formadores de quadros superiores na Região. A Universidade aparece não mais como uma necessidade em si para Pelotas, mas sim mostra-se mais claramente sua potencialidade de tornar-se um serviço (urbano) para a Região que já vinha atendendo.

Na sua entrevista, José Emílio deixa claras pelo menos duas de suas idéias: a universidade deveria promover o desenvolvimento "auto-sustentado" da comunidade e de si própria (embora esta idéia não tenha ficado muito definida) e a consciência (clara e declarada) de que "a universidade usa o dinheiro do povo em benefício de uma minoria". Podemos entender que sua preocupação com a racionalização da UFPel, que descontentou muitos, poderia ser, na sua visão um meio para atingir o desenvolvimento e, quem sabe, frear o segundo processo, fazendo com que a comunidade, que sustenta a universidade, pudesse usufruir dos seus serviços de uma forma muito mais ampla.

Seremos breves com a gestão 1984-1988, de Ruy Barbedo Antunes. Em primeiro lugar, porque esta gestão não produziu muito papel. Seus relatórios são sumários e limitam-se a tabelas e registros estatísticos. Quase não são feitas análises.

Foi extinta a Pró-Reitoria de Planejamento. Foi extinto o Escritório Técnico de Planejamento. A área física foi um dos problemas que emergiu junto com tantos outros, com muita força.

Na verdade esta gestão foi a gestão da "transição democrática". O Brasil "sai" da ditadura militar e "entra" na Nova República, do governo Sarney. O clima nacional sobredeterminou de modo muito evidente esta gestão. A Universidade, aparentemente, se desativa. É o período da "corrida para a cidade", a gestão da desagregação e até certo ponto da retaliação das estruturas deixadas pelo período "autoritário", utilizando uma expressão que se tornou corriqueira no linguajar da universidade.

Foi uma gestão de administração de problemas, de improvisos e de incompletudes deixadas pelas anteriores. Não pode ser caracterizada como voltada para o planejamento. A sociedade

brasileira via-se perplexa no fim da ditadura, a UFPel também. Não se tinha a quem acusar de coisa alguma. A UFPel se viu, e ainda assim se encontra, **sem projeto** para si, ou para sua inserção na sociedade. Continua na rotina daquilo que podia ser rotinizado.

Sem planejamento global, foi "cada um por si". Cada unidade pleiteou aquilo que necessitava da Reitoria. Quando houve consciência de que a UFPel já estava "abandonada" pelo MEC há alguns anos, houve greves. Há que mencionar que o movimento docente local, identificado com bandeiras democratizantes e esquerdizantes tem um fortalecimento significativo nesta gestão.

A gestão anterior foi identificada por grande parte da comunidade universitária como uma espécie de "inimigo comum", já que era a época da "abertura" do governo Figueiredo. Mas a gestão 84-88 é assinalada pela conversão total da maioria dos docentes e funcionários (e alunos também) para um discurso de esquerda ou esquerdizante. Este processo praticamente se consolida no final da gestão, com a campanha eleitoral para a seguinte (a atual), cujas assembléias acompanhamos como "estudiosos". Poucas questões de conteúdo pedagógico, ou administrativo foram debatidas, mas a campanha tem uma função catártica muito importante. Aqueles setores "reprimidos" da esquerda docente encontraram respaldo na organização estudantil para práticas por vezes francamente retaliatórias contra as chapas identificadas como "reacionárias".

Nossa pesquisa com entrevistas, visando uma análise de conteúdo (ver capítulo III), se encerrou com esta gestão.

O processo iniciado em 1989 só será mencionado neste trabalho quando necessário para algum esclarecimento, ou fundamentação de natureza crítica.

II.7.2. A UFPel e o Planejamento

Planejamento e racionalização são dois termos bastante interrelacionados neste trabalho. Significam, contudo, coisas diferentes.

Genericamente, o planejamento é um processo. Significa trabalhar com planos, ou meios de coordenar e conduzir "trocas humanas" (operações) com algum sentido. Este sentido está vinculado a uma racionalidade, que pressupõe entre outras coisas, um modo específico de ponderar e julgar as ações humanas e a realidade.

A racionalização, de que muito falamos neste trabalho, é entendida em relação à facilidade e à simplicidade de processos comunicacionais dentro das instituições, tornando mais eficientes (ou mais rápidas) diversas ações programadas pelos diversos grupos organizados dentro delas. Pensamos também que num processo racional os grupos (mesmo que movidos por interesses conflitantes) podem ter asseguradas, pelo menos, condições de "interlocução".

Em Marx podemos encontrar uma fundamentação para um conceito de plano e planejamento, embora os termos lhe sejam estranhos. Em Max Weber podemos embasar uma conceituação de racionalidade.

Sem querer misturar as idéias desses pensadores, para o nosso trabalho é importante que se vincule o planejamento mais ao pensamento marxista, e a racionalidade ao weberiano.

Em termos universais o próprio termo planejamento fica "reservado" ao pensamento marxista até praticamente a Segunda Guerra, quando então os países capitalistas começam a planificar setores de suas economias, tendo o Estado como agente "interventor". Mas a produção capitalista (a produção das "sociedades de mercado") continua no nível da fábrica, ou até mesmo do próprio Estado, buscando uma racionalidade (que sempre pode ser reduzida aos termos weberianos). Muitos autores vão vincular essa racionalidade irreversivelmente ao conceito de modernidade, cujo termo utilizaremos também neste trabalho.

Esta preocupação terminológica é importante para nós, porque precisamos reconhecer que, em muitos aspectos, a "modernidade" (e a sua racionalidade) ainda precisa ser atingida pela UFPel. Ou então, o que é a mesma coisa, que os "planos" que

a UFPel teve, na verdade não passam de tentativas (mais ou menos bem sucedidas) de racionalizar a administração da Universidade. O que determina isso é a impossibilidade de dotá-la de um modelo que precisaria ser atingido como universidade. A atitude "liberal", segundo a qual a universidade terá que ser o que tiver que ser, combina muito bem com o populismo das elites locais, do Império à Nova República. Ao caráter "irracional" dessas elites nos basta contrapor uma crítica que nem precisaria ser irrigada pela artéria do "planejamento", admitindo-se que esta fosse uma forma "mais avançada" (independentemente de sua remota vinculação com o marxismo) de encarar um projeto de universidade. O caráter "realista", e continuista, e por fim imobilista, dos "planos" da UFPel esbarra na própria racionalidade weberiana. Simplesmente porque não se permitem definições precisas dos fins da instituição. Os fins que são "definidos" nos "planos" ou são completamente abstratos (apelando para o incrementalismo matemático) quando não se limitam a repetir o indefinido discurso da Reforma Universitária de 1968: ensino, pesquisa e extensão, os quais, ironizando com a linguagem jurídica "tradicional", até hoje "não foram regulamentados" para nenhuma instituição. [30]

Além disso, mesmo que nós não tenhamos uma fórmula para planejar a UFPel, podemos questionar se são estes mesmos os "fins" da universidade, ou se a universidade se esgota aí. Evidentemente, enquanto um questionamento mais profundo não for empreendido (para qualquer instituição) aliado a uma forma mais detalhada de conhecimento das instituições e sua inserção nas comunidades locais, nada poderá ser sequer racionalizado ou planejado.

Trataremos de examinar, brevemente, os "planos" da UFPel.

Em 1980 o Escritório Técnico de Planejamento produziu um "Plano de Desenvolvimento Físico". Uma análise sumária do conteúdo deste plano nos mostrou que este foi uma tentativa de "arrumar a casa", que a despeito de sua "coerência interna", não pôde surtir nenhum efeito. A administração da universidade, de certa forma, não "apoiou" o plano.

O seu ponto de partida é o reconhecimento da dispersão física da universidade. Propõe-se a adotar medidas a médio e longo prazo para "corrigir" e "orientar" o desenvolvimento da universidade.

Este desenvolvimento, dentro dos moldes do discurso tecnocrático "normal" no Brasil de dez anos atrás, era visto basicamente de modo quantitativo, exclusivamente. Queria-se, em resumo, aumentar o número de vagas da universidade, ou então assumia-se, para fundamentar o plano, que os números cresceriam em ritmos e proporções projetadas tendencialmente ("planejadas", portanto).

A resenha histórica da universidade que consta no plano, supomos, serviria para uma espécie de inventariamento, e mesmo verificação das tendências (sendo "realista"), escolhe-se a área do Campus (55,28 ha, distante 14 Km da cidade) para sediar a UFPel. Na verdade, do modo como está escrito, o histórico é supérfluo para o próprio plano.

Nas "metas e objetivos" é fixado para a UFPel uma população (ideal?) de 10.000 alunos. O plano em si, não se auto define metas e objetivos (mas isso até seria uma particularidade secundária). Propõe-se um desenvolvimento "natural" (o termo é muito instigante) para a universidade caso se mantenham as taxas de crescimento e as "necessidades". O plano também diz, literalmente, que não quer um desenvolvimento "incoerente e ao acaso", mas também não busca imposições de padrões rígidos. Quer que os espaços novos se "harmonizem" ao existente (outro termo que seria interessante discutir).

[31]

A parte "técnica", ou sua metodologia é rigorosa e matematicamente precisa. Princípios adotados pela arquitetura racionalista consciente ou inconscientemente estão aí embutidos. A "matemática" tem um efeito de tornar o documento bastante impessoal. Parte de fórmulas, parâmetros e normas que, supomos, devem já ter sido testados empiricamente em algum lugar. Ao mesmo tempo, a metodologia quer assumir a "óbvia conotação do planejamento como processo, contínuo e flexível".

Na verdade, a "flexibilidade" desejada pelo plano acaba sendo divisada como perfeitamente factível, porque, no fundo, muito poucas intervenções são propostas.

No item "procedimentos básicos" é mostrada uma pesquisa, uma análise e um diagnóstico. É feita uma projeção de números: calculam-se os espaços necessários, as áreas das atividades, etc... O plano tem uma característica "material", ou seja, são atribuídos pesos a valores "qualitativos" e num procedimento parecido com uma "pontuação" de cada valor, elaboram-se diretrizes de zoneamento das atividades da UFPel, bem como prioridades para o sistema viário, o paisagismo, a infraestrutura, tipos de prédios mais adequados e uma estimativa de custos para todas as medidas previstas.

Há uma tendência muito forte a consolidar o já existente, melhorando, racionalizando, em suma.

O que nos intriga é a seguinte questão: por que o plano ficou "em suspenso", ou por que suas medidas não foram implantadas de fato e completamente.

Por algum motivo suas propostas fáceis e harmoniosas não puderam ser adotadas pela instituição. Acreditamos que alguns alegariam "problemas políticos", outros "mudança de gestão", ou ainda "falta de recursos", etc... Pensamos que todas essas razões são plausíveis, e inclusive que não tem muito sentido fazer a ligação entre cada uma delas e os detalhes técnicos do plano, ainda mais dez anos depois.

Na verdade suspeitamos é que tenha existido uma vontade (não manifesta, mas ao menos deliberada), por parte de alguns administradores da UFPel e do CEDATE/PREMESU também, de deixar [32] tudo como estava. Do plano "ideal": nada precisa ser feito e ninguém precisa se incomodar com coisa alguma.

No contexto da universidade, naquele momento (gestão Ibsen Stephen), um documento como esse plano servia para cumprir com algumas funções "significantes". Os administradores podiam mostrar ao MEC, ou a qualquer outro órgão de administração

pública, que a universidade "crescia", tinha uma área física "concreta", e "tinha um plano de desenvolvimento". A gestão Ibsen foi uma espécie de prolongamento das Gestões Delfim. Por isso falava-se em "consolidar".

De resto, o plano apresenta medidas mais administrativas do que "planejadoras", no sentido transformador que o termo pode ter. Levanta, contudo, os problemas "endêmicos" da UFPel: deslocamento excessivo de alunos entre ciclos básico e profissionalizante e outras experiências da instituição. Em seguida trabalha com "variáveis", a que são atribuídos pesos numéricos etc.. Uma delas, que ilustra bem o conteúdo e metodologia do documento, é o "cálculo do esforço departamental" (fundamentado num perfil de "aluno padrão", que cursa o departamento "X" no regulamento e não "sai fora" do currículo completo no tempo previsto). Deduzem-se fórmulas, arbitram-se parâmetros, etc.. Há também o "cálculo de áreas por departamento", atribuindo-se, com um rigor que lembra Adam Smith, áreas ideais para professores, gabinetes, circulações entre os espaços, etc... Se fazem "cruzamentos" de variáveis (esforço X áreas), estimam-se "déficit" e "superavit" de áreas.

O plano define também o que já estava concretamente definido: a estrutura física da UFPel ficará na cidade e no Campus (mas serão cortados os deslocamentos excessivos). Propõe que se unam as "áreas afins", o que, de certa forma, já estava na própria gênese da UFPel, pois os novos cursos, desmembraram-se de departamentos e cursos antigos).

No final, o resultado da decisão algébrica (que consiste na "mão invisível" do plano), é o seguinte:

a) permanecem na cidade:

- Faculdade de Medicina;
- O Curso de Enfermagem (junto à Medicina);
- O Curso de Nutrição, idem;
- A Faculdade de Odontologia;

- A Faculdade de Direito;
- O Instituto de Letras e Artes (uma parte dele é transferida para o campus);

b) são transferidos para o Campus:

- O Instituto de Ciências Humanas (atualmente está no centro da cidade, ocupando parte do antigo prédio da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel);
- A Faculdade de Educação (na verdade nunca foi para o Campus);
- O Curso de Arquitetura, (troca de prédio na gestão José Emílio; atualmente, transformado em Faculdade, está na cidade);
- A Veterinária, que seria removida da área da EMBRAPA.

Os pós-graduandos ficam juntos aos departamentos que pertencem.

Resolve-se fazer melhorias nos prédios existentes: um grande projeto de reformas localizadas. Para o Campus, o plano prevê um centro desportivo, Biblioteca Central, RU e lancheria, estacionamentos, etc.. Estuda-se o clima, controle ambiental natural das edificações (até detalhes técnicos comparecem no plano).

É um plano que visa uma "solução correta" (uma espécie de "razão sensata") para o que já se tinha. Com tudo isso, pairam as dúvidas quanto aos recuos do MEC em conceder os recursos para sua implantação e quanto às condições administrativas ("políticas") internas da instituição para sua implantação concreta. A "suspensão" do plano e a mudança de gestão sugerem que a instituição possa até mesmo ter ficado um pouco intimidada com tanta racionalidade e sensatez, consubstanciadas em tantos cálculos matemáticos.

A "continuação" desse plano é bastante interessante. Estudamos os "Anais do Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Físico da UFPel", de 1984, portanto no final da Gestão José Emílio.

O seminário foi proposto para que se avaliassem três propostas de localização da Universidade, que aparecem "condensadas" no documento final do seminário.

Da leitura do documento entendemos que essa gestão praticamente quase não considerou o plano existente. Vale a pena atentarmos para este trecho do seu discurso no seminário:

"A Universidade federal de Pelotas surge pela agregação de unidades isoladas. Posteriormente a isso vai se dando até a criação de novas unidades, que continuam também funcionando sob a figura de unidades isoladas; não se desenvolve o conceito de Universidade propriamente, e tanto é assim que, ao decidir-se utilizar o Campus que vinha ocupando a Universidade Federal Rural do Sul, como base para o Campus Universitário, não chega a desenvolver-se um Plano Diretor do Campus. Essa uma das figuras bastante curiosas e importantes de serem analisadas, ou seja, essa Universidade se desenvolve até o início do ano de 1982, sem um Plano Diretor, e só em fevereiro de 1982, quando já estava decidida a nomeação de um novo Reitor, terminado o mandato daquele que terminara em 1981, que se apresenta ao Conselho Universitário um primeiro, ou quase diria, pelo que pude entender do assunto, um esboço de um Plano Diretor, porque não era mais do que redesenhar o que estava no Campus, sem nenhuma projeção para o futuro, e incluir uma série de unidades isoladas na cidade, unidades isoladas essas que, em sua grande parte, estavam dependendo de áreas alugadas (...). Hoje em dia a Universidade tem vinte e uma unidades, cada uma delas com a sua Direção, com uma séria complexidade de distribuição de recursos, e alguns casos até quase que eu diria absurdos; há, por exemplo, uma das nossas Unidades que tem dois departamentos localizados perto do Campus, mas em

áreas e propriedade de outras unidades federais e que nos obriga, inclusive a ficar às vezes dependentes de problemas que esse unidade federal tem que decidir e que na qual nós não temos acesso direto, como um famoso caso de uma ponte que, para atravessá-la, nós temos que depender de que a Instituição Federal que é dona dela, possa decidir se vai ou não vai consertá-la. A nós não é permitido usar recursos do Governo Federal, do Ministério da Educação, para fazer obras naquilo que não é nosso e assim, por exemplo, é que não podemos reformar prédios alugados."

[José Emílio Araújo, nos "Anais do Seminário..."]

Os anais mostram que os técnicos do CEDATE/MEC vêm a Pelotas para dar uma palavra de árbitro sobre a situação física da UFPel. Para isso seus técnicos argumentam e fazem uma exposição sobre reformulações de teorias urbanísticas "modernas". Bastante interessante. Mas o que acontece no seminário é uma nova "suspensão teórica": é final de gestão e Ruy Antunes está prestes a assumir a Reitoria. Este Reitor apóia a iniciativa de se discutir a ordenação física da Universidade.

Os pareceres das unidades, no entanto, mostram bem como está estruturada a "federação" de instituições.

Manifestam-se as seguintes unidades:

- a) Pró-Reitoria Administrativa: opina que deve haver um Campus, mas não sugere ou define onde;
- b) A Pró-Reitoria Acadêmica e de Assistência opinava em favor de um único Campus, no C.A.V.G.;
- c) Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão propunha que a saúde ficasse em área concentrada e pleiteava por soluções imediatas;
- d) A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação sugeria que se arrumasse o Campus atual e requeria obras imediatas;

- e) O Gabinete do Reitor posicionou-se em favor da consolidação do Campus atual e do Campus da área de saúde;
- f) O ISP queria um prédio próprio;
- g) O IQGC queria que a Universidade se concentrasse no atual Campus;
- h) O IB era favorável ao Campus atual localizado no município de Capão do Leão, o restante poderia ficar como estava;
- i) O IFM opinava que se deixasse tudo como estava;
- j) O ILA queria vir para o centro, opinava que a Universidade deveria ampliar sua atuação na cidade;
- l) A Faculdade de Medicina insistia na necessidade de construção de seu Hospital Universitário;
- m) A Odontologia não se posicionou definitivamente pelas alternativas "possíveis" (v. em anexo);
- n) A Veterinária não acha conveniente opinar sobre os problemas gerais, mas insiste na resolução da sua localização;
- o) A Faculdade de Ciências Domésticas quer vir para a cidade, abstendo-se de opinar sobre o geral;
- p) A Faculdade de Direito defende uma postura "racional": sugere que toda a Universidade se aloje no C.A.V.G.;
- q) A Faculdade de Agronomia sugere outro semiário para discutir a questão;
- r) A Faculdade de Educação quer ficar onde está, em prédio alugado, até que se definam novas condições para o conjunto da Universidade;
- s) A ESEF quer ficar junto à Medicina;
- t) O Conservatório opina que a Universidade deve ir para o C.A.V.G.;
- u) O C.A.V.G. faz um longo arrazoado demonstrando não poder acolher nenhuma outra unidade, e solicita atendimento para suas carências;
- v) A Enfermagem quer ficar junto a Faculdade de Medicina;
- x) O Curso de Nutrição idem;

- z) O Curso de Arquitetura é contra a permanência no Campus, defende a idéia de quatro núcleos (agrário, bio-médico, ciências humanas, ILA e Arquitetura), tudo que for possível colocar no centro da cidade, preservando melhor o patrimônio histórico da mesma;
- A) A Engenharia Agrícola quer ficar no Campus atual e defende a idéia;
- B) ASUFFfel (associação dos servidores), postula a transferência para o C.A.V.G.;
- C) O DCE, sugere outro seminário, pois foram como que surpreendidos por este; os estudantes querem RUs e Casa de Estudantes "decentes" (sic), sugerem que os equipamentos existente tem que ser arrumados, para isso solicitam comprovação do montante de recursos que o MEC deve enviar.

Os pareceres dos grupos de trabalho não diferem muito dos pareceres das unidades individuais. Em resumo, não se decide coisa alguma, como bem ilustra o documento final.

NOTAS - CAPÍTULO II

- [1] A expressão é de Marx, que dedica um capítulo do *Capital* sobre o assunto. Evidentemente que o processo que é analisado por Marx não ocorreu de forma idêntica no Brasil. "A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (...). A estrutura econômica da sociedade [capitalista] nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para formação daquela. (...). O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba de ser escravo ou servo de outra pessoa. (...) um dos aspectos desse movimento histórico que transformou os produtores em assalariados é a libertação da servidão e da coerção corporativa (...). Mas os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhe roubaram todos os seus meios de produção (...). Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, (...) constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que (...) nos servirá de exemplo." (*O Capital*, São Paulo, Difel, 1982, p.829-830-831). No caso brasileiro, com relação aos grandes proprietários, estancieiros e charqueadores, ocorreu um processo análogo, mas muito mais complicado: eram escravocratas e capitalistas ao mesmo tempo. Com relação aos escravos poderia-se falar até em "expropriação original (primitiva)", porque estes não chegaram nem mesmo a se tornarem "pequenos proprietários" (de que fala Marx), e sua situação era também pior que a de servos da gleba. Enfim, o processo brasileiro é diverso. Além disso, a acumulação de origem agropecuária nunca se converteu em capital industrial da mesma forma e com a mesma intensidade do que na Europa, no período analisado por Marx. A expressão, contudo, resguardado o conteúdo apenas analógico, nos parece apropriada para a situação de Pelotas.
- [2] Fundamentamos essa culpa de classe pela insistência de Osório em afirmar a figura idealizada dos proprietários de terra, sendo ele próprio descendente desta categoria social.

- [3] Quanto à industrialização em Pelotas ver: Osório (1922), citado, Singer (1977), cit. e Pesavento (1988[B]), citada. Nenhum dos dois autores, à exceção de Osório, aborda exclusivamente a questão, mas pelo menos encontram-se alguns dados e informações sobre o assunto.
- [4] Pesavento (1988[B]) confirma isso plenamente.
- [5] Esta portaria, que complementa o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, é talvez um dos documentos mais importantes da história da universidade brasileira. Por isso é "desconhecida", e como os historiadores tendem a preocuparem-se mais com o passado do que com o presente (que implica avaliações mais compromissadas por parte do historiador), ela ainda não encontrou um lugar na história da universidade, que certamente vai ter: marca, define, ou melhor remunera a diferenciação (social inclusive) entre os que lidam com o saber e o poder dentro da universidade. A "sinecura acadêmica", utilizando a expressão de Coelho (1988), fica definitivamente institucionalizada, regulamentada, etc.: às "funções comissionadas" são acrescidos percentuais de 20% à 80% sobre o **salário base** do professor melhor remunerado (o Titular, com Dedicção Exclusiva e com o adicional de Doutorado). Um Reitor recebe este salário mais 80% (os reitores, normalmente, no Brasil, não dão aula), um vice-reitor conta com o "salário-base" mais 65%, os pró-reitores com 55%, os diretores de unidades 40% etc...; lamentamos pela figura de "chefe de Departamento Acadêmico", cuja gratificação não faz parte da portaria, sendo fixada pela instituição, sem nenhum salário base como o de professor titular; o problema é que o chefe de departamento é que realmente "está com a mão na massa", em termos da concretização dos decantados objetivos das instituições: o "afinamento" administrativo-pedagógico do famoso tripé "ensino-pesquisa-extensão". Gianotti, à pagina 53 da *"Universidade em Ritmo de Barbárie"* (São Paulo, Brasiliense, 1986), se engana redondamente colocando um chefe de departamento entre os "sabidos" das universidades. Pode ser que tenham sido em algum momento, mas a portaria 474 os excluiu desse rol. Os "sábios" de Gianotti, lamentavelmente não encontram lugar na portaria: estão ocupados realmente com o saber, e isso não é valorizado numa sociedade "desintelectualizada" como a nossa. Saber não é uma "mercadoria" com procura no Brasil de hoje. A própria imagem social do professor (em qualquer nível) é desvalorizada. É daquelas profissões que não valem um investimento de pais conscienciosos de classe média para os seus filhos. Na universidade ele se converteu na figura de "empregado da família", que presta serviços auxiliares à inclusão do jovem de classe média num mercado de trabalho cada vez mais complexo e competitivo. Já um reitor, nem tanto. Este aparece como um cargo "remunerado pelo contribuinte" (como se os professores não fossem), mas cuja produtividade é mais difícil de avaliar.

- [6] Destacamos muito pouco, neste trabalho, o caráter da pecuária pelotense (sempre em crise, dependendo de mercados, cotações de gado, custos de transporte, etc.), porque nossa preocupação foi enfatizar a opulência em que a cidade pretendia viver. A opulência era só para alguns, é verdade, mas o ufanismo era para todos. Cardoso, 1977, citado, detalha perfeitamente o caráter "subsidiário" da economia pecuária com relação à economia nacional; destaca as crises, os períodos de pico dos lucros etc..
- [7] Algumas dessas expressões foram tomadas emprestadas da própria imprensa pelotense no período. "*O Diário Popular*" oferece uma boa imagem do cotidiano da cidade naquela época. É interessante pelos anúncios de mercadorias de empregos, etc... Nos chamou a atenção um deles: "perdeu-se uma pulseira de brilhantes". Uma aposta tão incontida como esta na cidadania é inconcebível atualmente, soaria humorística ou delirante.
- [8] Sobre a estrutura da renda municipal é interessante ver: FEE(RS). *Renda Interna Municipal: 1939-1980*, Porto Alegre, 1986. Observamos que o setor de comércio e serviços em Pelotas sempre concentrou mais renda do que os outros (agricultura e indústria).
- [9] Aqui falamos de relatórios da UCPel e da Universidade Rural do Sul.
- [10] Sobre o período de Juscelino Kubitschek são muito interessantes os textos de Santos e Kohlsdorf (1976) e de Tomelin e Kohlsdorf (1976) sobre a história do planejamento no Brasil, especificamente sobre a questão do desenvolvimento e a ênfase no crescimento econômico.
- [11] Na verdade, isso nos parece mais um deslocamento da questão mercantil para uma questão de conteúdo (de "orientações do ensino").
- [12] Além da opacidade, a escassez conta negativamente. Contamos, praticamente, com um único relatório da URS. O resto das informações foi resultado dos depoimentos de nossos entrevistados, assim como alusões à URS nos documentos da UFPel.
- [13] Sobre o populismo cristão ver um texto de Vanilda Paiva: "Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(151):595-622, set./dez. 1984.
- [14] É obrigatória aqui a referência à Octávio Ianni e ao seu "*Colapso do Populismo no Brasil*", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

- [6] Destacamos muito pouco, neste trabalho, o caráter da pecuária pelotense (sempre em crise, dependendo de mercados, cotações de gado, custos de transporte, etc.), porque nossa preocupação foi enfatizar a opulência em que a cidade pretendia viver. A opulência era só para alguns, é verdade, mas o ufanismo era para todos. Cardoso, 1977, citado, detalha perfeitamente o caráter "subsidiário" da economia pecuária com relação à economia nacional; destaca as crises, os períodos de pico dos lucros etc..
- [7] Algumas dessas expressões foram tomadas emprestadas da própria imprensa pelotense no período. "*O Diário Popular*" oferece uma boa imagem do cotidiano da cidade naquela época. É interessante pelos anúncios de mercadorias de empregos, etc... Nos chamou a atenção um deles: "perdeu-se uma pulseira de brilhantes". Uma aposta tão incontida como esta na cidadania é inconcebível atualmente, soaria humorística ou delirante.
- [8] Sobre a estrutura da renda municipal é interessante ver: FEE(RS). *Renda Interna Municipal: 1939-1980*, Porto Alegre, 1986. Observamos que o setor de comércio e serviços em Pelotas sempre concentrou mais renda do que os outros (agricultura e indústria).
- [9] Aqui falamos de relatórios da UCPel e da Universidade Rural do Sul.
- [10] Sobre o período de Juscelino Kubitschek são muito interessantes os textos de Santos e Kohlsdorf (1976) e de Tomelin e Kohlsdorf (1976) sobre a história do planejamento no Brasil, especificamente sobre a questão do desenvolvimento e a ênfase no crescimento econômico.
- [11] Na verdade, isso nos parece mais um deslocamento da questão mercantil para uma questão de conteúdo (de "orientações do ensino").
- [12] Além da opacidade, a escassez conta negativamente. Contamos, praticamente, com um único relatório da URS. O resto das informações foi resultado dos depoimentos de nossos entrevistados, assim como alusões à URS nos documentos da UFPel.
- [13] Sobre o populismo cristão ver um texto de Vanilda Paiva: "Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(151):595-622, set./dez. 1984.
- [14] É obrigatória aqui a referência à Octávio Ianni e ao seu "*Colapso do Populismo no Brasil*", Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

- [15] É importante salientarmos este ponto, porque normalmente a história das instituições nos é apresentada, de uma forma muito simplista, da seguinte maneira: [a] as instituições "crescem naturalmente" (uma faculdade agrega outras instituições e transforma-se em "universidade", algo "maior"; [b] as instituições são obras de pessoas eminentes, das elites, próceres (por vezes "mártires", também). Isso possibilita uma fusão entre uma forma de contar a história baseada nos "fatos" (registrado pelo "crescimento", ou "evolução" das instituições, positivamente avaliados) e outra, baseada no registro das qualidades morais dos líderes das elites. Essa fusão permite ocultar que a história é feita pelos homens (e não pelas instituições), socialmente organizados, num contexto de luta de classes (em diversas instâncias, não apenas na econômica), uma vez que as instituições e seu crescimento são apresentados como "dados". E além disso, o enaltecimento dos "vultos" da história cristaliza, de certo modo, uma visão de que as elites são "indispensáveis", para que a própria história possa ser feita, já que as elites são os estrados sociais que produzem "maior número" de próceres, etc... Existe, portanto, uma luta pela hegemonia dos discursos sobre a história também. Essas observações, à margem deste trabalho, não significam que temos algum compromisso de "desmistificar" a história das instituições e de seus ilustres patronos, mas sim que as visões "consagradas" estão ainda em conflito, em "diálogo". Esse nosso reconhecimento do confronto não assegura, por seu turno, que este trabalho pretenda algo como "ultrapassá-lo".
- [16] O capital da fábrica, em 1921 ou 22 (provavelmente), divulgado por Osório (1922:243) era de 1.500.000 \$000 (mil e quinhentos contos de réis). Em 1920 a receita municipal (também divulgada por Osório, à p. 249) fora de 3.209.591 \$320 (a despesa de 2.913.726 \$660). Em 1915 a cervejaria transforma-se em companhia, efetivamente. Foi ampliada e produzida cerveja, gasosa e água mineral. Interessante é observar que as garrafas eram importadas da Alemanha, pois ainda não se fabricavam garrafas apropriadas no Brasil. Não sabemos em que data a companhia foi comprada pela Brahma. Ver Osório, 1922, citado.
- [17] A entidade era a "Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado" (IPESSE), fundada em 08.05.1954.
- [18] Em Pelotas, durante a década dos 40, como já mencionamos neste trabalho, ocorre uma modernização na agricultura. O cultivo capitalista do arroz engendra um novo fluxo de riqueza e de financiamentos, nos quais o Banco do Brasil se destaca. O setor "terciário" se expande também na cidade, uma vez que "circula" dinheiro por causa do arroz, mesmo que de forma muito concentrada. A tendência, de qualquer forma é de que o comércio experimente um crescimento, especialmente o setor de equipamentos agrícolas. Notamos também que nos relatórios do Instituto Agrônomo do Sul, as tecnologias relacionadas com sementes (especialmente

arroz) aparecem com muita frequência. A Faculdade de Agronomia de Pelotas esteve ligada ao IAS de forma indissociável, como mostramos no capítulo I.

Um dado, porém, é importante registrar aqui: a maior parte dos agrônomos se empregavam nos anos 40 até os 60, no setor público, principalmente nas agências de assistência e financiamento da produção (o Banco do Brasil era um órgão em que o quadro de agrônomos era significativo). Na Odontologia, outro curso existente em Pelotas, verifica-se exatamente o contrário: o contingente formado pelas faculdades ia trabalhar quase que exclusivamente como profissionais liberais. No Direito, durante o período populista, os egressos "dividiavam-se" entre o setor público e privado, mas predominavam neste último. (v. Oliveira e Carvalho, 1960).

- [19] A história da desprivatização da Faculdade de Medicina nos foi contada por um médico da cidade. Nada sobre o assunto está documentado, ou se encontra à disposição do pesquisador. Fistas do que pode ter acontecido ficam por conta dos comentários informais da cidade.
- [20] A vinda de Edson Machado de Souza à Pelotas está registrada na seguinte publicação: MEC/UFPel: *O Desenvolvimento da UFPel* (Pelotas, UFPel, 1980).
- [21] A IPESSE é associada normalmente na cidade à memória do seu fundador, que teria controlado a instituição praticamente sozinho.
- [22] Embora não faça parte da nossa pesquisa, a última (atual) gestão eleita da UFPel, possui alguns aspectos peculiares que chamam a atenção. O atual reitor é proveniente da Faculdade de Medicina, teria sido convidado por um dos ex-diretores ("tradicionais") a vir do Paraná para Pelotas. Na campanha da eleição (em 1988) associou-se, subrepticiamente, uma imagem "de esquerda" a sua pessoa. Isto, dada a composição da chapa que o elegeu e dos grupos de estudantes e funcionários que a apoiaram, contou muito favoravelmente na eleição. A atual gestão tem um discurso que pode ser identificado como "esquerdizante". Todavia há ainda pontos obscuros neste vínculo Faculdade de Medicina, FAU, reitoria que poderiam ser objeto de um estudo monográfico detalhado sobre os agentes deste "jogo político" interno da UFPel. De uma maneira geral, evidente ou não, esse vínculo na atual gestão, indica que o processo de "aglutinação" da UFPel ainda não se completou. O processo, pode ser inclusive mais lento que o historiador pode imaginar à primeira vista. O vínculo atual, por trás de um discurso esquerdizante (portador de um certo "compromisso de identidade de discurso" com o movimento docente em nível nacional), ainda guarda tensões latentes, que são resultado da estrutura multifacetada em grupos e ideologias, retrato da "colcha de retalhos" que compõe a UFPel.

- [23] Temos que descontar, no falatório da cidade, que certos ataques feitos à IPESSE podem ser simplesmente "fofoca" do meio católico pelotense. O Bispo Zattera também tinha a "sua" faculdade de medicina, no momento em que surge outra pública e gratuita, a "concorrência" pode ter sido sentida como desleal. Não seria de estranhar que os grupos, divididos, se retalhassem mutuamente. Os alunos da IPESSE, não podendo "se queixar ao Bispo" dos problemas com mensalidades, etc., procuraram o Estado, que os acolheu, federalizando a Faculdade.
- [24] A estrutura física do "campus médico" não permite quase nenhuma argumentação racional quanto à sua qualidade. O resultado que lá está só poderia ser entendido com uma justificativa de tipo "freudiana": foram atos ("urbanísticos" e "arquitetônicos") falhos e inconscientes. Talvez um recalçamento (coletivo?) de não poder construir ou intervir num ambiente tão bem "racionalizado" como o antigo, leve os interventores a querer destruir o que não podem fazer igual. Nesse aspecto concordamos com alguns pensadores da chamada "escola de Frankfurt": por trás do filistinismo burguês se escondem traços de barbárie pura e simples. (v. Adorno, Horkheimer e mesmo Hannah Arendt). Temos que nos dar por satisfeitos, até, já que não demoliram o palacete da família Ritter.
- [25] "Obstáculo", aqui, significaria não compactuar com uma idéia "leiga". O bispo sabia muito bem que sediar algum curso na Biblioteca Pública significava uma ampliação do "poder maçônico" na cidade. Isso deve justificar o pequeno "lapso" no artigo de jornal, que abre uma brecha por onde escapam as querelas locais da cidade. Existem muitas provocações mútuas entre igreja católica e maçonaria em Pelotas: busto de José Bonifácio em frente a Catedral, lojas maçônicas em frente a igrejas, etc.. Existem também terrenos pertencentes à igreja, na praça Cel. Pedro Osório (a praça do "poder temporal", por assim dizer), sobre os quais a igreja jamais construiu alguma coisa, numa espécie de "represália": não queria, presumivelmente ser "vizinha" da Biblioteca Pública. Quem nos conta das vinculações maçônicas dos fundadores da Biblioteca é Osório (1922, passim). Seu livro tem muitas leituras possíveis, sempre "esclarecedoras" sobre a "República Velha Pelotense".
- [26] Alguns pelotenses, se interpelados sobre a história desta ou daquela instituição, responderiam de forma semelhante.
- [27] Sabemos isto através dos depoimentos do próprio professor Delfim, numa de suas entrevistas conosco. Nunca tivemos em mãos documentos (orçamentos) que comprovassem essa afirmação. Outros pelotenses, não "delfinianos" também afirmaram isso.
- [28] Há alguma coisa de "bismarkiano" no processo de criação da UFPel. É de Bismark a afirmação de que: "política é a arte do possível". Nossos pelotenses ilustres, em alguns casos, pensavam assim, sem utopia, sem projeto. Quem e como decidia

o que era "o possível"? A citação está em Gay (1986:32), ver Bibliografia.

- [29] Houve muitos convênios entre a UFPel e a EMBRAPA.
- [30] É obrigatória aqui a referência à Karl Marx (v. "*O Capital*", São Paulo, Difel, 1982, p.201-210) e a Max Weber ("*Economia y Sociedad*", México, Fondo de Cultura Económica, 1984, p.64-68, e *passim*). De resto, a questão da racionalidade tem sido trabalhada por diversos pensadores contemporâneos, entre os quais podemos citar, pelo menos, Habermas ("*Teoria de la acción comunicativa*", especialmente o volume I, ed. Taurus, Barcelona, 1987). Sobre o planejamento valem as críticas de Francisco Whitaker Ferreira em "*Planejamento sim e não*" (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983).
- [31] Os termos "natural" e "harmonizar" evocam o universo liberal-comteano, ou "kantiano", talvez, se considerarmos que alguns pelotenses falam em Kant de vez em quando, principalmente os de formação jurídica.
- [32] CEDATE quer dizer "Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação". Sua história deve ser um tema interessante para historiadores que pesquisam o MEC.

CAPÍTULO III
A RACIONALIDADE SUSPENSA

(AS FALAS DA UFPEL) :

Análise das entrevistas e das comunicações
escritas com os dirigentes da UFPEl

III.1. NOTA SOBRE A METODOLOGIA (ANÁLISE DE CONTEÚDO)

Para completarmos o quadro em que a UFPel foi criada e se desenvolveu, precisávamos chegar mais perto das mentalidades dos agentes e dos seus gestores. Para isso, conforme o nosso projeto de pesquisa, elaboramos um questionário (apresentado nesta seção) e o aplicamos efetivamente em 27 respondentes.

Havíamos pensado em entrevistar cerca de 30 pessoas (entre ex-reitores, diretores de unidades, etc.). Queríamos ter acesso, em especial, àquelas pessoas que possuíam certo destaque na vida cultural da cidade e da universidade. Sabíamos seus nomes de antemão, a partir da leitura de documentos e de conversas com nossos colegas da Faculdade de Arquitetura da UFPel.

Dois de nossos "entrevistáveis" mais importantes já haviam falecido quando começamos a pesquisa. Dois deles também recusaram-se a dar entrevistas: o atual reitor e um dos procuradores jurídicos da universidade. O primeiro não devolveu o instrumento de pesquisa. O segundo, alegando algo como "sigilo profissional", acabou nos concedendo involuntariamente uma entrevista: suas escusas duraram aproximadamente 45 minutos, durante os quais nos esclareceu alguns pontos sobre a universidade e nos indicou outros entrevistados.

Com a reunião de 27 depoimentos elaboramos um banco de dados. A entrevista com o professor Delfim Mendes Silveira, o primeiro reitor da UFPel, fugiu completamente aos padrões das demais, assim como do questionário. Com ele gravamos um depoimento de aproximadamente três horas e meia, deixando-o falar livremente. Ele "não se adaptou" à diretividade do instrumento.

Optamos por um questionário padronizado, porque queríamos que os gestores da UFPel falassem todos sobre os mesmos assuntos. Teríamos assim como cercar, aproximadamente, o "conteúdo latente" (a abrangência dos temas que as respostas atingiam).

Não tínhamos uma "hipótese" de partida, a não ser que, munidos desses depoimentos poderíamos chegar mais perto do que conceituávamos como mentalidades dos respondentes. Nossa

"categorização" para a análise nasceu, portanto do próprio conteúdo emitido pelos entrevistados. Nos apoiamos em certos "significantes" particulares das comunicações (expressões-chave e doxas) que eram muito repetidas nas falas de diversos [1] respondentes. Os "significados" (os próprios conteúdos) ficavam mais ou menos amarrados à pergunta do questionário, que funcionava como "questão geradora".

A questão central assumida por nós nessa análise de conteúdo é/foi a indagação sobre as "condições de produção" dos discursos emitidos. A nossa é uma leitura possível do banco de dados. Descartamos uma análise quantitativa, que não é, todavia, impossível de ser feita com o material que dispúnhamos.

Não se trata também de uma análise de conteúdo formal, elaborada à risca segundo os manuais disponíveis. As comunicações (os enunciados) foram recolhidos de modos diferentes, embora pelo mesmo questionário (em anexo), que forneceu a linha condutora da temática abordada. Organizamos, contudo, as comunicações escritas ou faladas no mesmo banco de dados, sistematizando de acordo com os temas afins, de acordo com a ordem das perguntas do questionário.

Madeleine Grawitz (1986) ressalta que as qualidades do analista (de conteúdo) devem ser, "pelo menos": intuição, imaginação, paciência, disciplina, perseverança e rigor (para "cortar", compatibilizar e verificar as "unidades de conteúdo"). Esta autora fala de métodos. Mas ao elaborarmos a "nossa" análise, ao trazermos a abstração metodológica para nosso material concreto, o "método" fica bem diferente. A metodologia da análise de conteúdo e de discursos, que é fundamentalmente o "encontro" das categorias apropriadas a cada unidade, foi aprendida e experimentada com a execução. Esperamos ter sido, pelo menos em alguns momentos, iluminados com as "qualidades" mencionadas acima.

Quanto à metodologia precisamos pagar nossa dívida com mais três autores ainda: Peter Gay, Roland Barthes e Laurence Bardin (ver bibliografia). O primeiro nos tornou acessíveis

algumas partes essenciais do pensamento de Freud (que está subjacente em toda análise de conteúdo e de discurso) além de esclarecer-nos algumas questões sobre a própria análise e a modernidade, chamando a atenção para o seu caráter histórico, como método de pensamento. Relacionamos história e discursos pela análise. O segundo nos serviu em diversas situações da análise: com Barthes se aprende que não é só o texto e o discurso que são importantes. Como por quem e com que fim eles são emitidos e em que contexto, são questões que devem acompanhar a sua interpretação. Barthes tem em toda a sua obra uma preocupação em decifrar tudo o que é perceptível numa comunicação. Laurence Bardin trabalha com todas essas questões, mas de forma mais sistematizada, mais técnica. Com ela treinamos a "leitura flutuante" (que esta autora elabora a partir da "atenção equiflutuante" de Freud), a "inferência" e outras tantas minúcias e possibilidades da análise de conteúdo, cuja exposição é irrelevante separada do próprio conteúdo analisado.

Finalmente, reiteramos aqui, que a interpretação que elaboramos dos discursos, documentos, falas, situações e outras "mensagens" é inteiramente de nossa exclusiva responsabilidade, mesmo quando nos apoiamos em discussões com a orientadora do trabalho e/ou outras pessoas. Um outro pesquisador poderia (e ainda pode) usar este mesmo material e produzir uma análise completamente diferente. Queremos com isso deixar claro que admitimos que nossa ideologia pode ter "selecionado" apenas aquelas informações que podiam encontrar resolução no seu próprio arcabouço.

III.2 A HISTÓRIA DA UFPEL NAS FALAS E NAS MENTALIDADES DE SEUS DIRIGENTES

NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS CAUSAS MAIS IMPORTANTES DA CRIAÇÃO DA UFPEL EM PELOTAS? HOUVE ALGUM FATOR DECISIVO? HOUVE PESSOAS QUE SE DESTACARAM LIDERANDO A CRIAÇÃO DA UFPEL? QUEM E EM QUE SETORES?

LEVANDO EM CONTA A ESTRUTURA PRÉ-EXISTENTE DA ANTIGA UFRRGS, QUAL TERIA SIDO A FORMA IDEAL DA ORGANIZAÇÃO DA UFPEL? (ESTABELECIMENTOS ISOLADOS, INSTITUTOS BÁSICOS, DEPARTAMENTOS AUTÔNOMOS, ETC...)

O QUE FUNDAMENTOU A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DA UFPEL? (ESTUDOS TÉCNICOS, INICIATIVAS DA COMUNIDADE, INICIATIVAS DO MEC, ETC.)

COMO AVALIA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968/1969 E SEUS EFEITOS SOBRE A RECENTE CRIADA UFPEL?

As respostas obtidas a partir do bloco "UNIVERSIDADE/HISTÓRIA" do questionário constituem um discurso peculiar sobre a formação da UFPel. Trata-se de um discurso que, além de ter características diferentes das demais comunicações escritas e documentos aos quais tivemos acesso, reserva uma espontaneidade quase coloquial, que, foi considerada significativa, apesar da sua motivação. Partimos do pressuposto que esse discurso, ou conjunto de comunicações, estaria permeado por termos e expressões que nos permitiriam acesso limitado a algumas construções intelectuais dos respondentes. Procuramos cercar o modo pelo qual eles procuram explicar, compreender ou justificar a gênese da instituição na cidade.

Procuramos, a partir da análise, inferir quais seriam os elementos-chave, em termos do que conceituamos como **mentalidade**, de que esses dirigentes estavam informados. Esses fragmentos de ideologia apareceram misturados com signos das atitudes pessoais

dos respondentes. Esses signos, na medida do possível, foram interpretados com relação à trajetória histórica da instituição no quadro local, regional ou nacional.

Este primeiro grupo de perguntas visava identificar qualquer elemento ou ocorrência que houvesse interferido no processo de formação da UFPel, que não aparecesse na reconstrução que fizemos a partir dos documentos escritos. Por outro lado, era fundamental saber como os dirigentes viam esse processo. As perguntas, portanto, deveriam induzi-los a falar sobre o assunto.

Na segunda questão tentamos descobrir se os respondentes tinham alguma idéia do que estavam construindo em termos de universidade, ou sobre o que seus antecessores já haviam proposto (ou deixado "engatilhado") em termos institucionais. A contraposição entre o "ideal" e o "real" nos pareceu como instigadora de manifestações das motivações dos agentes, assim como de suas eventuais concepções quanto à organização da universidade.

Com a terceira pergunta procuramos recuperar processos locais de formação de cursos da UFPel, situando-os no quadro da reforma e expansão do ensino superior verificados em 1969 e 1970. As respostas seriam também reveladoras das mentalidades que comandavam as ações dos agentes.

Com a quarta pergunta, dentro dos mesmos pressupostos e com os mesmos objetivos, procuramos ouvir os respondentes sobre as questões da reforma do ensino superior. A UFPel, entre outras marcas, leva também aquela de "filha da reforma", como veremos.

A) A CRIAÇÃO DA UFPEL, OS FATORES DECISIVOS E OS LÍDERES DO PROCESSO

Há um pluralismo nas respostas, que consideramos por si mesmo significativo. A universidade não é resultado de um "projeto" de um único grupo social, portador de uma ideologia homogênea. Apesar disso, nos sobra uma certa unidade no tom da

maioria das respostas. Há uma inflexão de desapontamento, e às vezes, até de indiferença.

Frente a essa observação, nos questionamos: seria mesmo a universidade uma espécie de escoadouro de ideologias, no qual estas perdem "eficácia" e são amortecidas pela rotina e pela burocracia? Qual o papel, então, que caberia a essas últimas forças? A linguagem da burocracia, às vezes oculta no discurso que obtivemos, parece, em alguns momentos, falar muito mais alto: é com sua inevitabilidade que as pessoas se conformam, é à sua existência jurídica que os diferentes grupos políticos se adaptam.

A UFPel é uma instituição que comporta duas tendências na sua organização interna. Uma de aglutinação, da qual é propriamente resultado, outra de pulverização ou autonomização de unidades, que lutam por atingir ou manter uma individuação estanque dentro da instituição. A imagem de um arquipélago serviria bem para designar esse estado. Nesse quadro, o planejamento institucional deveria desempenhar senão o papel de agente integrador, mas pelo menos construir algumas "pontes" entre as "ilhas" dentro da instituição.

Os respondentes, ao falarem da gênese da universidade, produziram um discurso que permite especular, portanto, com relação a essas tendências. Identificamos um forte traço **imobilista** na maior parte do discurso obtido. Algumas falas "desapontadas" ou "críticas" quanto à administração ou aos rumos da universidade não puderam, por sua vez, ser interpretadas como sinais de uma consciência "transformadora" na instituição. A razão para isso repousa no período em que foram realizadas as entrevistas, durante uma troca de gestão administrativa. No momento em que se sucediam reitores, a instituição foi relativamente questionada, e não foi possível evitar que elementos dos discursos dos grupos que competiam pelo poder "penetrassem" nas falas dos entrevistados. Esse é um viés que permeia toda nossa pesquisa.

Passemos agora ao que identificamos nas respostas como "causas" da fundação da UFPel:

Pelotas, uma Região Agrária

Para alguns entrevistados essa teria sido a principal razão para a existência da UFPel. Os cursos mais importantes são, ou seriam, os vinculados às ciências agrárias (agronomia, veterinária e afins), e não há mais o que questionar: "o resto é diletantismo e empreguismo" (Ia:01), como diria um deles.

Essa resposta, além de buscar apoio na "geografia econômica" da região (ou seja, algo bem concreto e observável), trai uma intenção "crítica" na interpretação da história e da gênese da universidade. Os "defeitos" sociais (empreguismo e diletantismo) é que seriam a verdadeira "causa" da existência da UFPel.

O aspecto agrário da região, que se confirma mesmo por uma análise sumária de sua economia, alterou-se, ora com a participação da universidade, ora sem ela. Certas análises conduziram até a afirmação de que a universidade mais contribuiu com o desenvolvimento agrário da região, do que consiste um resultado da evolução "agrária" da região. É de se presumir, pelo menos, que a quantidade de engenheiros agrônomos que a universidade formou, ou que as pesquisas para a elevação do padrão das sementes utilizadas na agricultura regional tiveram um impacto muito mais positivo no entorno "agrário", do que as contribuições dos agricultores ou empresários agrícolas para a universidade. Por mais tímida que tenha sido a contribuição da UFPel, ela teve um desempenho na elevação do padrão tecnológico e da produtividade do trabalho agrícola em geral.

Neste trabalho, mostramos que existe uma relação entre os estabelecimentos de ensino e a economia da região. Essa relação se deu no quadro cultural da cidade, mesmo que nem sempre houvesse historicamente uma correspondência entre as necessidades econômicas e a criação (ou fechamento) de estabelecimentos de ensino. Nem mesmo no caso da Escola de Agronomia Eliseu Maciel

essa relação é "evidente". Além disso, o quadro cultural da cidade na região deu origem não só a uma faculdade de agronomia, mas também a uma de direito, outra de odontologia, um conservatório de música e até uma escola de artes plásticas. Os desdobramentos urbanos da ocupação agrária na região ultrapassaram, já na República Velha, os limites de uma racionalidade puramente "econômica".

Seja lá como for, considerar as relações entre o mundo agrário e a universidade (um equipamento essencialmente urbano) encerra problemas para os quais ainda não temos, para o caso brasileiro, respostas detalhadas e definitivas. Para simplificarmos, no caso de uma universidade "rural", diríamos que, uma vez que ela faz parte de uma instância reprodutora no domínio da superestrutura, ela encerra pelo menos uma contradição: o mundo agrário encontra no urbano a sua instância de reprodução ideológica; a gestão da produção agrícola está no meio urbano, vulnerável às suas influências. Hoje esse processo se intensificou a tal ponto, que diríamos que o mundo rural depende mais do urbano do que o inverso.

Interpretamos, então, como um traço de apego ao passado essa visão que privilegia o aspecto agrário da região na gênese da instituição, apoiada num certo "economicismo".

O Brasil grande (1969)

"A idéia de Brasil Grande: toda a cidade que se preza tinha que ter edifícios e universidade." (Ia:01)

É difícil avaliar hoje como o "clima" da sociedade brasileira por volta de 1969 (ano de criação da UFPel) influia sobre as atitudes das pessoas. De um modo geral, o triunfalismo

"revolucionário" traduziu a mentalidade arrivista de novos grupos de classe média que se beneficiam com o regime militar instaurado em 1964. A "urgência de modernização" desses grupos se dá mais no nível de suas aspirações de consumo do que na sua disposição a produzir um padrão de vida elevado ("desenvolvido"). Valoriza-se a modernização em termos da equiparação do padrão de consumo atual ao padrão dos países "desenvolvidos". O automóvel, os equipamentos urbanos "modernos" (arranha-céus e viadutos) eram, entre outros, componentes da imagem do "país desenvolvido" que se projetava para o Brasil. Nem a limpeza pública urbana escapou ao "espírito revolucionário": formulou-se um slogan ("povo desenvolvido é povo limpo") para estimular a população a saltar, também pela higiene, ao patamar do desenvolvimento. O final dos anos sessenta e início da década dos setenta foi abundante em slogans: "prá frente, Brasil!"; "Brasil, ame-o ou deixe-o"; "ninguém segura este país"; etc. Era o início dos anos do "milagre".

Por tudo isso, somos inclinados a aceitar que este clima influiu significativamente no processo de organização da UFPel. Apagadas as doxas do regime anterior, ou absorvidas pelo novo discurso "revolucionário", a UFPel já nasce embebida num discurso salvacionista-desenvolvimentista. Seus documentos, relatórios e boletins surgem falando um discreto "planejamentês", misturado ao discurso da reforma universitária. A mesma retórica presente no **Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária** (Dec.nº 62937/68) passa a ser um componente importante do discurso produzido na UFPel daquele período (1969) em diante. As reminiscências desse discurso se fazem sentir até os dias atuais.

"Delfim, o Grande Articulador" (Ia:01)

Cesarismo "acadêmico" ou demiurgia? É entre essas categorias extremas que muitos respondentes divisam a atuação do primeiro reitor, o professor de direito Delfim Mendes Silveira.

Toda a cruzada tem que ter seus heróis. Se não há heróis, ou mesmo cruzada, eles precisam ser construídos. É o mito que se forma. Acreditamos, sem pretender explicar a natureza do mito, que sem ele haveria muita perplexidade por parte da "massa", que se assustaria com o fato de não ter pensado no que estava fazendo, enquanto a história estava sendo feita pelos seus líderes. Os líderes têm também essa função, portanto, de descarga, não da consciência, mas da inconsciência.

O professor Delfim é apontado em várias respostas como o indivíduo responsável pela gênese da UFPel. Foi seu primeiro reitor, com efeito, mas não fez a universidade sozinho. Além disso, nos parece que a UFPel não guarda nenhuma marca específica por ter sido "obra" sua.

Se um dos fatores decisivos para o surgimento da UFPel foi *"o trabalho realizado por alguns pelotenses ilustres, na sua maioria professores universitários"* (Ib:07), então muitos outros indivíduos contribuíram para que uma universidade mais "urbana" surgisse da UFRRGS e das unidades da URGs em Pelotas. Numa cidade em que a elite havia aplaudido o golpe militar e que agora relaxava sob os auspícios desse mesmo regime, a tarefa de transformar e criar uma universidade representava uma grande causa para aqueles cavalheiros e senhoras ávidos de progresso (e de desenvolvimento, evidentemente). Os porta-vozes da comunidade se reúnem, se articulam, confabulam, e finalmente num jogo onde contam com exclusividade as afinidades e fidelidades políticas (mesmo que se afirme o contrário), um dos participantes mais ativos, sem dúvida, é escolhido para "levar adiante" um projeto que é, a bem da verdade, coletivo. O cargo de reitor é, nesse caso, uma recompensa no mínimo "justa".

Mas há ainda duas qualidades pessoais que o "xamã" da organização acadêmica deve possuir: conhecimento jurídico e vaidade pessoal.

O conhecimento das leis e dos trâmites burocráticos necessários para a organização de cursos e da administração da universidade, assim como o encaminhamento de postulações ao MEC,

etc., era um requisito imprescindível naquele momento. A burocracia brasileira conservou sempre um traço também bacharelesco, nesse sentido. A estrutura e a codificação dos instrumentos jurídicos é de um tal bizantinismo, que os profissionais que se ocupam disso não raro assumem o papel de "iniciados". Confirmam a inversão da ação da realidade social sobre o plano jurídico: este último passa a ser criador de uma nova realidade (e não de mais um campo de "trocas comunicativas", parafraseando Habermas). Os "fatos da vida" acabam sendo resultados da lei.

A Lei Federal 1254 de 1950 federalizou as duas faculdades daqui (...)"

"A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul incorporou à Universidade de Porto Alegre as duas faculdades de Pelotas, (...)"

"(...) pelo Decreto 49.529 de 13 de dezembro de 1960, o Governo Federal criou a Universidade Rural do Sul (...)"

"(...) o Decreto 60.731 de 19 de maio de 67 (...) transferiu para o MEC os órgãos do Ministério da Agricultura e dá outras providências."

E também:

"em agosto de 69 surgiu o Decreto-Lei que criou, o 750, e cujo texto..."

Aqui temos pelo menos quatro exemplos de passagens da entrevista com o professor Delfim em que os instrumentos jurídicos são sujeitos das frases e, nesse sentido, da própria ação histórica. Há, na referida entrevista, dezesseis menções a decretos, leis ou outros instrumentos jurídicos. Isso de forma

explícita. Além disso, instituições, ou outras figuras jurídicas variadas, são citadas frequentemente como agentes, ou sujeitos de ação, que são, em última análise, produtos da vontade de agentes sociais, e não o contrário.

Ainda antes de abordarmos a questão da vaidade pessoal do professor Delfim, queremos transcrever aqui um trecho mais longo de sua entrevista, que ilustra muito bem o modo como eram utilizados os instrumentos legais. Além de "fazerem coisas acontecerem" os decretos e as leis também podiam servir como uma espécie de moeda, num outro contexto de transações: trocas afetivas, recompensas pelo mérito em algum empreendimento ou simplesmente como certificado de compadrio partidário.

O episódio narrado refere-se à escolha do primeiro Reitor da UFPel:

"Agora, por que que eu sai? Sai Reitor? (...) Criada a universidade, por que eu sai, por que que eu, e não outro?"

"(...) o professor Louzada da Fonseca, o prefeito, mandou uma lista, composta do prefeito anterior, que era o primeiro da lista, o Dr. Edmar Fetter, que não era professor da universidade, era apenas um portador de título superior, de administração, formado em Administração de Empresas, aí, na Católica."

"Então eram cinco nomes. Edmar Fetter, eu, do Direito, Renato Peixoto, da Agronomia, Gastão Pureza Duarte da Odontologia e Geni Russomano do ISP. Assim foi a lista."

"Mas o prefeito Edmar Fetter, apesar da insistência do Ministro... O prefeito Edmar Fetter disse para mim mesmo que não compreendia que numa universidade recém criada, onde havia mais de cem professores qualificados, que o Reitor não sáisse

de um deles. Bem, isso ele repetiu várias vezes de público. Não no jornal, mas... Até que criou-se aquela situação de indefinição, porque o Ministro Tarso Dutra insistia e queria fazê-lo Reitor. E sendo fundação não precisava passar pelo DASP, era só ele levar o Decreto com a nomeação para o Presidente da República e saía na hora o que ele quisesse.

"(...) houve uma comissão que se formou aqui em Pelotas para definir um Reitor. E foram a Brasília. (...) Foram todos ao Ministro Tarso Dutra.

"O Ministro ainda fez um último apelo ao Dr. Edmar Fetter. Pegou o telefone e fez um apelo demorado, derradeiro, exaustivo e apaixonado. E o Dr. Edmar Fetter novamente então disse que em definitivo não podia aceitar. Disse então pode avisar ao segundo da lista, que é o professor Fulano de Tal, do Direito, que ele amanhã estará nomeado, mas como homenagem minha, eu vou mandar o Decreto da sua nomeação com minha assinatura. E mandou.

"Mandou para o Dr. Edmar Fetter o decreto apenas com a assinatura do Ministro, e o meu veio com a do Presidente e a do Ministro.

"O Dr. Edmar Fetter me ligou o telefone (...) e ele me contou o fato, e disse assim: 'olha, de forma que amanhã ao meio dia tu estás Reitor da universidade.'

"E tava mesmo." (riso)

Narrado de forma assim tão modesta, o episódio espelha o clima da época. O ex-prefeito recebeu um decreto nulo como prêmio pelo seu desempenho: "em 1967, o então prefeito de Pelotas, Dr. Edmar Fetter, inscreveu no seu programa de governo na Prefeitura, (...) como plataforma eleitoral, já como projeto surgido em curso da administração, a criação de uma universidade federal em Pelotas. Partindo do (...) exemplo de Santa Maria (...)". Tarso Dutra e Edmar Fetter eram da ARENA e eram amigos pessoais. Mas como o professor Delfim chegou a ser o segundo da lista? Conta-se que havia ficado acordado em reuniões "intra muros", que os reitores da UFPel deveriam ser sempre escolhidos entre os professores das três unidades "tradicionais": o Direito, a Odontologia e a Agronomia. O professor Delfim era, na ocasião, diretor da Faculdade de Direito, no fim do seu mandato.

Notamos também que o professor cita o ex-prefeito Edmar Fetter muitas vezes ao longo de toda a entrevista, mas numa delas, sem o querer, desvaloriza-o (no início da citação), fazendo alusão à sua formação universitária. Por trás da modéstia expressada em não ser "o preferido" do Ministro, podemos suspeitar de um desejo de sê-lo, e no final, pela desistência do outro, sente que seu "mérito" ou qualificação para o cargo foi finalmente reconhecido. Embora só possamos tecer conjeturas a respeito, também sentimos que o professor poderia ter, de algum modo, "programado" o destino que o escolheu Reitor, embora ele nada tenha dito sobre isso. No ambiente da época, contudo, isso não seria de todo "anormal".

Quanto à referida vaidade pessoal do professor Delfim, notamos que ela entra também nessa rede de transações em torno da organização da universidade. Os empreendimentos coletivos precisam de certos elementos e motivações que os animem. A vaidade de um dirigente e sua capacidade de conquistar adesões à causa são elementos fundamentais neste processo.

Não interpretamos essa atitude de modo pejorativo ou "moralista". Apesar disso, seus adversários, quando querem criticá-lo, apontam para isso (foi o caso de certos professores). Aparentemente, em nossa cultura e em certos setores, a vontade

manifesta de ascensão ou elevação de status de um indivíduo é vista com reprovação pelo resto do grupo. Entendemos que esta reprovação, que por vezes assume formas de expressão entre o satírico e o puramente retaliatório, tem dois aspectos a serem considerados.

O primeiro refere-se à competição pura e simples, que sempre coloca o mérito do outro em questão. O segundo é mais complexo: numa ordem social em que as diferenças de posto ou de status criam assimetrias muito acentuadas, o destaque de um indivíduo pode chegar a ser visto como uma "deslealdade" com os seus pares. Aqui o fator agravante é a isomorfia que existe entre a organização da sociedade e da universidade. Na sociedade, fundada sobre uma desigualdade enorme, as formas de poder e os poderosos tendem a ser vistas com certo cinismo (porque nem sempre são totalmente legítimos e muitas vezes são ineficientes nas tentativas de superar desigualdades) e os dirigentes também passam por um processo de desvalorização. O mesmo acontece com a universidade. Para os fracos, em última instância, resta o humor (o anedotário político brasileiro é muito extenso). Acontece algo semelhante na UFPel.

A modéstia, nesse caso está intimamente associada à vaidade pessoal. Passa a ser uma "virtude", que tem, certamente, um componente funcional: alivia as culpas por quaisquer invejas (reais ou fantasiosas) provocadas nos outros.

Mas existem muitos outros indícios da vaidade pessoal do professor Delfim nos seus discursos. Ele se declara como "o fundador" da UFPel. Com exceção do prefeito Edmar Fetter e do Ministro Tarso Dutra, os nomes de outras pessoas que participaram no processo só são mencionados de passagem, embora tenha lhe sido feita a mesma pergunta sobre os indivíduos que se destacaram no processo. O professor fala quase que exclusivamente de si, e fala muito mais que os outros respondentes. Além disso, ao mencionar os nome dos outros, se refere sempre a passagens que confirmam a sua aceitação como líder daquele círculo: o prefeito, professores de renome, outros diretores de faculdades, etc. Também conta casos de como era próximo das autoridades, da sua atuação como um

dos ex-presidentes do CRUB. Além de exibir sua memória para decretos e leis, que cita com uma familiaridade "blasé".

De resto, o professor Delfim possuía todas as qualidades pessoais para enfrentar os requisitos do cargo. São qualidades presentes na maioria dos bacharéis e políticos brasileiros. E ele desempenhou-as com sucesso: exerceu dois mandatos consecutivos na universidade. O termo mandato, aqui, nos parece mais adequado do que gestão.

"Os Pelotenses Ilustres" (Ib:07)

O mito dos pelotenses ilustres é apontado como "causa" da criação da universidade. Os pelotenses que se empenharam nessa causa não tinham necessidade de ser designados como "ilustres". Por isso pensamos logo em mito. O termo produz uma "aura" em torno da criação da universidade, essa passando a ser um fato grandioso, como muitos pelotenses gostariam que tivesse sido.

De fato, foi um empreendimento importante. Mas destacamos o fato de que a universidade não era uma instituição desconhecida em Pelotas. Por mais precária que tenha sido, a UFRRGS, centrada na Escola de Agronomia, foi a instituição que consistiu a base física da UFPel, nos primeiros anos. E é provável que desde sua fundação, a cidade já se ufanasse dela.

Os pelotenses ilustres são uma espécie de símbolo da República Velha e Populista em Pelotas. A cidade perdeu importância econômica no Estado, mas conservou sua "ilustração".

A Universidade e a Evolução Natural

Muitas vezes foi empregada a expressão "natural" nas respostas sobre a origem da universidade em Pelotas. Esse termo foi interpretado de dois modos diferentes, conforme o emissor. Foi entendido como uma recorrência ao positivismo, em um dos casos:

(A universidade) Se impôs como decorrência natural (...) e de outra parte, sendo Pelotas um pólo de atividade de cultura, uma universidade deveria caber, e até se impor, para o desenvolvimento dessa área. (Ia:04)

Du então ao simples evolucionismo:

"Obedeceu a uma evolução natural. Partindo de escolas isoladas a evolução natural levou à criação da universidade".(Ic:16)

Os respondentes, em nenhum dos casos, fazem referências às suas concepções de sociedade, ou mesmo de história. Inferimos que esses termos, comuns ao positivismo, ou ao jus-naturalismo, comparecem nesses discursos, porque seus emissores foram direta ou indiretamente informados com essas teorias durante a sua formação de bacharéis em Direito.

Além da "evolução natural" há outras expressões que revelam o entrelaçamento de diversas concepções diferentes da história e da sociedade. Queremos, contudo, ressaltar o caráter legalista ou jurisdicista desses discursos. Essa forma (que recorre sempre às citações de leis) foi utilizada não só por respondentes com formação em Direito. Professores de outras áreas também formularam algumas respostas desse modo. Poderíamos dizer que até demonstravam certo orgulho com fato de "conhecerem a lei".

Esse traço legalista foi reconhecido como mais um sinal da origem urbana da universidade, em oposição àquela visão que privilegia o ruralismo da instituição. As instituições que formam essa mentalidade são próprias ao meio urbano, obviamente.

A Universidade "Foi uma Reivindicação Geral da Comunidade"
(Ic:16)

Essa foi uma resposta também bastante presente. Apareceram também: "*vontade continuada*", "*empolgação*" e "*apoio*" da comunidade. Somos levados a crer que deve ter mesmo havido uma mobilização bastante intensa na cidade em torno da criação da UFPel. Mas a variação dos termos que se associam à "*comunidade*" pode ser indicativa de outras idéias que circulam pela universidade.

Ao termo "*reivindicação*" associamos uma combatividade e um empenho coletivo que certamente não ocorreu. O professor Delfim menciona, inclusive, uma desmotivação da comunidade. Além disso, a UFPel foi criada num período de intensa tutela por parte do Estado em assuntos, tais como a educação, que faziam parte de um projeto de modernização da sociedade já no governo anterior à ditadura militar. Muitas das reformas pensadas no período da República Polpulista passaram a fazer parte da política de governo dos militares, como instrumentos de legitimação. Mas de qualquer modo, não são certamente esses os fragmentos de discurso com que estamos lidando aqui, embora tenham efetivamente aparecido falas "*populistas*" nas entrevistas. O termo "*reivindicação*", em nossa leitura, foi identificado como uma fala de momento, produzida por aquele desvio a que já nos referimos, isto é, o fato de que as entrevistas foram realizadas durante o período de troca de gestão na universidade. Havia grupos que se posicionavam favoravelmente quanto à uma "*abertura*" da universidade às causas da comunidade, etc. Esse grupo fora identificado como progressista. Uma vez que os cargos administrativos da universidade passaram a ser preenchidos por eleições diretas e universais, ninguém queria ser identificado como "*reacionário*". Acreditamos que muitas expressões combativas nas falas do grupo por nós entrevistado podem ter suas origens nesse contexto.

Em seguida temos "*vontade continuada*", "*empolgação*" e "*apoio*". Os três estão associados ao significado que uma universidade maior pode assumir numa cidade interiorana como

Pelotas. Duas universidades, totalizando cerca de 10.000 matrículas, representam uma conquista de muito mais peso para a população do que em Porto Alegre, por exemplo. Por isso, consideramos que não é tampouco à toa que essas expressões aparecem frequentemente associadas a "desenvolvimento". Esta resposta, nesse sentido, foi considerada como um paradigma:

[AS CAUSAS MAIS IMPORTANTES DA CRIAÇÃO DA UFPEL FORAM...]

"Ajudar a desenvolver a região".

[O FATOR DECISIVO FOI ...]

"O apoio da comunidade".

[A PESSOA QUE SE DESTACOU NO PROCESSO FOI ...]

"O professor Delfim Mendes Silveira".

(Ib:10)

Por fim, encerrando este primeiro bloco de respostas, identificaremos abaixo mais alguns conteúdos que consideramos significativos nos "discursos da UFPel" sobre sua própria história:

- 1) *"o interesse do MEC nas fundações"* (Ic:17), combinado com a "expansão do ensino superior"; confirmamos esse "interesse" bem como a "expansão" com a leitura do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, assim como outros exemplos da historiografia do ensino superior do período dos governos Costa e Silva e Médici; essas respostas podem ser interpretadas como "objetivas", mas têm um certo tom simplista e acrítico;
- 2) *"tradição em ensino superior"* (Ib:07), reforçando a idéia de Pelotas como uma cidade tradicional;
- 3) *"os interesses políticos"* (Id:18); esta resposta, não infrequente, pode ter mais de uma interpretação (inclusive pejorativa). Fundada numa certa concepção de que a universidade seria algo de mais "puro", ou mais "nobre", para ser objeto de plataforma política, ou para estar de alguma forma ligada aos conflitos

- políticos da sociedade, alguns respondentes poderiam estar fazendo uma "crítica" à "contaminação" política da universidade; como um fato "natural", para alguns respondentes que se "habituarão" a conviver com essa realidade a partir de sua experiência na administração (aqui podemos ver quer uma outra "crítica", ou um fragmento de uma espécie de "razão cínica");
- 4) "*servir à aristocracia falida*"; um protesto também "crítico": há setores dessa mesma "aristocracia" (bisnetos da oligarquia da República Velha) presentes na universidade, que assumiram posições "progressistas", favoráveis às causas populares e emancipatórias de um modo geral; esses respondentes têm, levando em conta o tom constante de suas respostas e algumas atitudes tomadas em público, algo semelhante a uma "culpa de classe", que constitui um forte elemento dos seus discursos;
- 5) "*a questão da manutenção da Faculdade de Medicina*" (Ie:27); esse fato, mencionado em apenas uma resposta, aponta para um elemento que, aparentemente "desconhecido" da maioria dos entrevistados, possivelmente tenha influenciado bastante na forma de articulação de interesses para a organização institucional da UFPel, principalmente no nível das motivações dos agentes; não é difícil compreender que uma faculdade de medicina (pública) pudesse ser ao mesmo tempo uma forte aspiração da comunidade, bem como uma garantia (e uma vantagem corporativa) para certo grupo de médicos de prestígio em Pelotas, em termos de abrir ou ampliar o campo de trabalho na cidade.

A história da UFPel, causas de sua criação, acontecimentos decisivos, pessoas de destaque, etc., têm conteúdos bastante diversificados nas falas **declaradas** dos respondentes. Há, certamente, conteúdos não declarados nas entrevistas, mas que são às vezes comentados por pessoas diversas no dia-a-dia da universidade. A pluralidade das respostas

confirma o que já afirmamos em outras passagens deste trabalho, que a universidade não pode ser abordada separadamente com relação ao movimento social da cidade.

B) A FORMA IDEAL DA UFPEL

"Não se pode desconhecer a tradição" (IIa:01)

"[...] a universidade decente seria com base em unidades isoladas e independentes." (IIa:01)

"Forma realista: institutos e faculdades. Forma ideal: grandes centros." (IIb:17)

"Forma 'ideal' é altamente subjetiva. A organização dada foi consequência da história e das circunstâncias." (IIb:18)

"A estrutura adotada funciona, desde que bem administrada." (IIb:21)

A Tradição e a Decência

É uma expressão recorrente à problemática da cidade e sua história, assunto bastante comentado ao longo deste trabalho. A universidade brasileira como um todo parece ter ficado sempre presa a tradição de faculdades isoladas, que formaram a base do ensino superior brasileiro. Aqui temos um caso em que essas características da universidade superpõem-se à uma situação local, bastante particularizada, como a de Pelotas (cidade tradicional), enraizada nos hábitos culturais da República Velha ainda.

O teor das respostas, apesar de tudo, remete a uma outra problemática, "latente" com a relação a todo o bloco de respostas. Trata-se da dificuldade dos representantes das unidades existentes de atingir um denominador comum em termos da

organização da universidade. Nos vinte anos de vida da UFFel as questões de organização da estrutura acadêmica quase nunca tiveram um tratamento visando uma solução coletiva.

Aqui somos obrigados a nos deter nesta questão. Se é que houve uma visão do que poderia vir a ser o todo da universidade, a estrutura administrativa teria que ser ao mesmo tempo muito "distante" (i.e. "imparcial") dos departamentos e livre de qualquer dificuldade financeira. Uma tal estrutura administrativa poderia "atender" as unidades filhas sem qualquer delonga. Estas, então gostariam de ser completamente "autônomas" e estanques entre si. Uma resposta desse gênero: "A estrutura adotada funciona, desde que bem administrada".

Aparentemente, para um grupo de professores a universidade ideal seria um agrupamento de "feudos" (uma expressão bastante frequente no linguajar de alguns professores), vinculados à uma rica administração. Um outro sinal desta vontade "secreta": frequentemente os representantes dos cursos (diretores, por exemplo) sentem-se "agredidos", quando alguns problemas internos de suas unidades têm que ser levados à apreciação da administração central. Isso se dá quando a solução do problema fica dependente da maior ou menor influência do portador das exigências junto ao administrador, ou então, quando o problema fica relegado à "vala comum". De qualquer modo, é evidente o entrosamento incompleto da administração central com as "unidades filhas".

O prolongamento dessa situação está intimamente ligado a uma situação de acomodação. Os conflitos, principalmente durante os governos militares, não poderiam em hipótese alguma surgir, tal era o perigo de serem imediatamente identificados com "subversão". Numa situação de "acomodação forçada" foi provavelmente muito mais fácil manter um estado divisionista naquilo que se pretendia chamar universidade. O fim do regime militar deu início ao período do "excitamento participativo" dentro das instituições. Neste período surgem os primeiros questionamentos em torno da "unificação" da universidade. Os desapontamentos com a mudança também encontram aí um lugar para

se expressarem: formam um pano de fundo "sensato" (cauteloso, moderado) atrás do discurso mais inflamado e "democratizante".

As respostas "cautelosas", que privilegiam a tradição, o bom senso administrativo, ou que simplesmente procuram ser "realistas", foram identificadas com o discurso mais conservador. Quando se apela para a "subjetividade" do ideal (ver resposta citada anteriormente), revela-se a crença na impossibilidade de que possa haver um consenso sobre o tema.

Os Centros

Se o existente já é o ideal para alguns, um outro grupo manifestou uma outra posição, embora de modo mais tímido: "[...] tudo indica (que o ideal seria) em estabelecimentos isolados, mas se deveria lutar pelos centros." (IIa:11).

Nenhum dos respondentes que mencionou o termo "centro" especificou, ou deu detalhes de como seria sua organização. Sabemos que há alguns anos, durante a gestão José Emílio (1982-1984), houve um grupo de professores da área de comunicação artística que se empenhou em organizar um "centro", localizado na cidade, e não no campus. Este grupo chegou a solicitar verbas junto a representantes do MEC para a aquisição de prédios na cidade que pudessem acomodar os cursos que então "viriam" para o centro. A idéia, ao que se sabe, não encontrou apoio junto à reitoria. O projeto, frustrado, ficou fazendo parte do acervo de desapontamentos daquele grupo que se opunha (veladamente) aos reitores do período da ditadura militar. Até hoje esses desapontamentos estão presentes nas falas de alguns professores, embora nem todos tenham manifestado isso nas entrevistas.

O que acabou ocorrendo, na prática, é que muitas unidades de natureza mais "urbana", i.e., que não pertencem às ciências agrárias, acabaram se deslocando para a cidade de forma individualizada, sem coordenação, dependendo de "favores" da reitoria em diversas conjunturas particulares, conforme cada caso. Mas mesmo assim, ocasionalmente, alguns grupos de professores, mais provavelmente unidos por afinidades e

necessidades comuns do que por um princípio universal para a universidade, mobilizaram-se em torno dessa concepção de "centros". A aspiração de ter a universidade localizada dentro do perímetro urbano misturaram-se algumas concepções organizacionais e, de certa forma, pedagógicas, uma vez que se pensavam os centros como aglomerados de disciplinas e cursos afins. Mas o fator propriamente "aglutinante", em nossa interpretação, poderia ter sido mais a necessidade de distribuir os locais de trabalho dos professores o mais próximo possível do centro da cidade.

A essas concepções, mais recentemente, também se associaram ideais de preservação do "patrimônio histórico" da cidade, como que numa tentativa de buscar mais uma justificativa "racional" para o deslocamento das unidades para o centro. Segundo essas concepções, alguns conjuntos arquitetônicos, avaliados como de valor histórico e artístico, poderiam ser objeto de medidas de preservação através do seu uso pela universidade. De fato, a UFPel alugou alguns imóveis com tais características, mas isso não constitui garantia alguma da preservação dos mesmos. Apenas enquanto for conveniente para os locatários, esses imóveis serão mantidos a salvo de uma demolição com finalidade especulativa, que foi o destino de grande parte dos conjuntos arquitetônicos mais antigos de Pelotas. Mas dentro da universidade, onde a causa da preservação desse patrimônio foi identificada por alguns grupos como uma causa pública e também democratizante, partiram algumas propostas de alternativas de localização de unidades em zonas centrais. Tentou-se fundir ideais preservacionistas com concepções pedagógicas também identificadas como democratizantes, dado que eram integracionistas e propunham, através da elaboração de projetos de assentamento, realizar na prática o princípio da "indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão".

O processo de transformação desse princípio num chavão da retórica do movimento docente nacional é muito mais amplo que as querelas internas da UFPel, fugindo ao âmbito deste trabalho. O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa já constava no **Anteprojeto de Lei sobre Organização e Funcionamento**

do Ensino Superior (artigo 2o.), incluído no *Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária*, de 1968, do Governo Costa e Silva. Não conseguimos rastrear como a "extensão" agregou-se ao princípio. Todavia, acreditamos que muito em função da formalização que esses projetos tiveram na universidade (eram encaminhados como "projetos de extensão"), bem como convênios feitos com órgãos municipais, não foi difícil agregar mais em termo ao que hoje constitui o famoso tripé. Há que considerar também, que o tripé já pertencia, há algum tempo, à retórica do movimento docente nacional, ao qual (também) estavam ligados alguns defensores das idéias preservacionistas em termos locais.

De resto, ressaltamos que houve uma significativa participação de arquitetos (do então Curso de Arquitetura e Urbanismo) nesses movimentos, o que pode explicar a ênfase aos aspectos de ordenação espacial que lhes foi dada, até ofuscando um pouco os aspectos pedagógicos. É provável que muitas pessoas que participaram desses grupos de trabalho tivessem uma concepção, um tanto embaralhada, de que os problemas pedagógicos poderiam ter alguma forma de solução imediata através da ordenação espacial dos estabelecimentos.

Por fim, "*centros*" como concepção de Rudolph Atcon (o mais célebre dos consultores estrangeiros no âmbito dos acordos MEC/USAID) serão abordados no final da análise deste primeiro bloco, na seção correspondente à Reforma Universitária.

C) A CRIAÇÃO DOS CURSOS DA UFPEL

O QUE FUNDAMENTOU A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS DA UFPEL? ESTUDOS TÉCNICOS? INICIATIVA DA COMUNIDADE? INICIATIVA DO MEC?, ETC.

A razão da pergunta era investigar como os dirigentes podiam encontrar justificativas para a expansão do leque de cursos oferecidos.

De acordo com as hipóteses de Oliven (1980), o caso da expansão do ensino superior em Pelotas seria alguma coisa do tipo "clássico". Segundo esta autora, após 1964 começa a crescer a demanda por pessoal qualificado, em conjunto com a concentração de capital favorecida pela nova burocracia estatal. Nas áreas de maior crescimento econômico o setor público procura suprir a demanda por pessoal. A demanda social dos setores médios urbanos por ensino superior começa a ser atendida pela multiplicação (ou crescimento) de estabelecimentos isolados. A lógica desse processo não é perceptível num primeiro momento. A hipótese central da autora é que a expansão do ensino superior no Brasil reflete o processo de pressão-cooptação característico do relacionamento entre a classe média e o Estado, no modelo sócio-político adotado após 1964 (Oliven, 1980:52). A caracterização que a autora faz da classe média brasileira encaixa em vários pontos no desenrolar de muitos fatos ligados às universidades em Pelotas, tanto a Católica como a UFPel. É sob o termo *paroquialismo*, empregado por esta autora, que poderíamos agrupar uma série de empresas individuais e coletivas que ocorreram em Pelotas, com o objetivo expandir a estrutura das instituições de ensino superior existentes. A entrevista do professor Delfim (já citada) ilustra isso muito bem.

O quadro geral do país na época em que foram criados novos cursos na UFPel estava marcado pelo desenvolvimentismo, de que já falamos anteriormente. Nesse sentido, nossa pergunta também pretendia detectar até que ponto os respondentes eram mais ou menos conscientes desse processo, ou seja, em que medida podiam ser enquadrados nos limites do paroquialismo local.

O que obtivemos como respostas, no final de contas, é alguma coisa como "a fala do paroquialismo". Esta fala muito pouco, é lacônica e quase "subverte a linguagem", utilizando uma expressão de Roland Barthes ao se referir à ausência de discurso. Esses sinais (o laconismo, a vaguidade das respostas) fizeram aparecer a questão do conhecimento, ou antes do desconhecimento, por parte dos agentes sobre as discussões nacionais, quanto à educação superior ou outro tema qualquer, naquele período. Ou os

respondentes pouco conheciam o teor dos debates nacionais, ou pouco se lembram deles, tal sua insignificância ou pouca penetração junto à comunidade local. Isso, aliás, seria típico do comportamento paroquial.

Respostas do tipo:

[...] o MEC se limitou a aceitar as solicitações feitas nesse sentido pelos dirigentes, que à medida que queriam novos cursos, buscou-se oficializá-los. Decorrencia das necessidades locais." (IIIa:04)

ou

"A intenção de abertura do leque universitário as necessidades e as pressões sociais da região, as condições existentes na UFPel e na região, alguns cursos, com muitos estudos técnicos." (IIIc:25, grifos do respondente)

são bastante óbvias, não incluem nenhuma novidade, nem tampouco demonstram qualquer traço paroquialista.

Mas algumas respostas, mesmo que induzidas pela expressão "estudos técnicos" constante na pergunta, revelaram que existe uma certa preocupação em fundamentar a expansão da UFPel com algum tipo de racionalidade, e é aí que encontramos, por contraste, os contornos do paroquialismo.

Uma resposta cautelosa:

"Iniciativa da própria universidade - geralmente com poucos estudos técnicos."

ou:

"Iniciativa de grupos de professores (alguns detentores de cargos) outros, iniciativa de MEC. Em alguns houve jogo de interesses pessoais. Há cursos criados, na década de 70, que ficaram a nível de criação burocrática (...)." (IIIa:14)

ou esta, mais "crítica":

A maioria não foi criada por estudos. Pressões de emprego: resolver problemas de parentes de lideranças da universidade." (IIa:01)

ou então, uma "síntese":

"Interesses particulares de grupos, sem embasamento técnico."

Por fim, queremos observar que não somos partidários de alguma "razão técnica" como forma superior de racionalidade. Reconhecemos que a expressão "estudos técnicos" teve um caráter indutor quanto às falas dos respondentes, mas sem esse artifício teríamos ficado sem respostas que evidenciassem o caráter casuístico da criação de alguns cursos da UFPel. Esse caráter constitui um dos muitos impedimentos à formação de uma racionalidade globalizante para a universidade, que poderia ter rompido com a atual e tradicional estrutura atomizada que conhecemos. Por outro lado, ficamos com a impressão de que esse casuismo está combinado com o contexto de adesão ao regime militar, constituindo uma forma possível de agir, de modo que a cidade ficasse "em dia" com o tão propalado "desenvolvimento", parte indissociável do discurso do Estado naquele período.

D) A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A UFPel

E a Reforma Universitária já estava consolidada?

"Totalmente, já estava até em processo de desandamento..."

E o Sr. acha que desandou muito?

"Total."

(Da entrevista do professor Delfim Mendes Silveira)

Seria de se supor que a UFPel, como uma "universidade nova", criada em 1969, já deveria ter surgido completamente "adaptada" ao espírito modernizador contido na Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Se fosse assim, a pergunta sobre os efeitos da Reforma sobre a UFPel nem precisaria ter sido feita.

Além disso, sabíamos que a Reforma não constituiu um projeto com coerência interna, capaz de dotar a universidade brasileira das características "modernas" que se pretendiam atingir com a Lei 5.540. Tampouco a aplicação das medidas encontrou solo fértil na própria estrutura de ensino superior que lhe antecedia.

Um Breve Exame da Reforma Universitária e seus Desdobramentos em Pelotas

A Reforma Universitária, ou como ficou conhecido o processo de modernização do ensino superior da década de 60 até a formulação da Lei 5.540/68, é um dos temas mais complexos da história da universidade brasileira. Nele se entrecruzam as crises que a sociedade viveu em conjunto. As universidades, que constituíam na sua maioria "federações" de estabelecimentos mais ou menos estanques entre si, foram, no mesmo período, frontalmente atingidas pelos conflitos entre o Estado de Segurança Nacional (cf. Alves, 1984) e sociedade civil. Esse

contexto, segundo Luiz Antonio Cunha (1988:10-11), foi determinado pelo binômio *modernização-imperialismo*.

O movimento estudantil constituiu o elo de ligação no "diálogo" entre o Estado de Segurança Nacional e a Universidade. Naquele período, logo da tomada do poder pelos militares, vivia-se no País uma intensa agitação no meio dos estudantes. A universidade era um dos principais focos de oposição ao regime militar, o que explica, em parte, a truculência (mas também sutileza) com que este regime a reformou. O movimento estudantil constitui às vezes um interlocutor "oculto" (mas não menos eloquente) do discurso governamental sobre a Reforma Universitária. O Relatório do GTRU (Grupo de Trabalho pela Reforma Universitária) está cheio de alusões à luta estudantil. Há desculpas do tipo *não foi possível assegurar a participação dos estudantes*" (Relatório GTRU, 1968:13), e até uma suave condescendência dirigida aos estudantes:

"O movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema universitário e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva." (Relatório GTRU, 1968:21)

ou então:

"Há [...] que levar em conta as legítimas aspirações culturais de uma juventude que procura situar-se no mundo moderno e compreender o sentido de seu momento histórico." (cit., p.25)

Ao tentar apaciar a rebeldia estudantil, cuja energia provinha em grande parte de aspirações de ascensão social próprias à classe média no período populista, o governo militar utilizava o discurso desenvolvimentista:

"[...] num mundo em que a vida humana está tão profundamente centrada na ciência e tecnologia, a universidade tem de preparar os cientistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento." (cit., p. 25)

A inserção da universidade no "mundo moderno", a ciência e a tecnologia são o que poderia superar as contradições sociais do "país subdesenvolvido" (expressão que não aparece no Relatório, mas era parte da doxa do movimento estudantil naquela época).

Não há como falar da Reforma Universitária sem considerar, portanto, clima da época: a renúncia de Janio Quadros (7 de setembro de 1961); o sistema IPES-IBAD de propaganda ideológica (v. Dreifuss, 1987); os estudantes cantando a canção "Subdesenvolvimento" de Carlos Lyra e Francisco de Assis (v. Ribeiro, 1986:1723); as reformas tentadas por João Goulart e sua desarticulação pelo golpe militar de 1964 (cf. Ribeiro, 1986:1725-1763); a entrada em cena de Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões (o primeiro teve um papel importante junto ao Conselho de Reitores Brasileiros CRUB idealizado por Rudolph Atcon, apoiando os convênios MEC/USAID, v. Cunha, 1988:222) nas pastas do Planejamento e da Fazenda, instituindo o Plano de Ação Econômica do Governo; a demissão maciça de 210 professores da UNB em 1965; a Lei Suplicy de Lacerda, de 1965, que legaliza a intervenção nas universidades e a expulsão de professores e estudantes; os convênios MEC/USAID: junho de 1966, marco de 1967 e junho de 1968, que praticamente fundamentam a Reforma Universitária; a "sétima" ocupação do Campus da UNB em 1968 (v. Alves, 1988). Para descrever o clima de confronto entre o Estado de Segurança Nacional e certos setores da sociedade civil poderíamos usar uma alegoria "brechtiana", dizendo que as águas de um rio não se revoltam por acaso, mas porque margens estreitadas as oprimem. A Reforma Universitária, nesse sentido vem "de cima para baixo", como disse um dos nossos entrevistados,

para aplacar os conflitos mais nevrálgicos da agitação estudantil.

A Reforma Universitária nunca constituiu um projeto acabado. Nem mesmo a Lei 5.540, que atingiu todas as universidades, contém um projeto reconhecível de organização acadêmica e administrativa que vá além do princípio de **aglutinação de unidades de ensino**. A Lei reforça a tendência "federativa" que o ensino superior brasileiro havia herdado da República Velha.

Sem projeto, portanto, a Reforma consiste num processo reconhecível antes de tudo nos seus desdobramentos. A modernização tentada nas universidades:

- a) extinguiu as cátedras;
- b) permitiu a organização de universidades segundo a figura jurídica "fundação de direito público", até então pouco comum, senão nova, na tradição jurídica brasileira;
- c) instituiu a matrícula por disciplina, o regime de créditos apenas formalmente, enquanto os currículos tinham (e continuam tendo) pouca ou nenhuma flexibilidade de opções de disciplinas a serem cursadas, o que constitui até hoje uma das maiores aberrações e incoerências que permanecem nas universidades;
- d) permitiu um fortalecimento das administrações centrais, a burocracia amplia-se e torna-se mais opaca, fragmenta-se o processo de tomada de decisões administrativas e pedagógicas em diversas instâncias (conselhos, colegiados, câmaras, "assistências", "assessorias", "serviços", etc.);
- e) permitiu, na época, desvincular a administração do pessoal da ingerência da DASP "populista", o pessoal "estatutário" vai sendo paulatinamente substituído pelo pessoal administrado pelo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que não possui **estabilidade** no emprego;

- f) permitiu um controle muito maior do MEC e do próprio SNI sobre as universidades, principalmente no tocante à triagem de professores, funcionários e estudantes;
- g) colocou um freio no movimento estudantil;
- h) possibilitou que algumas universidades fossem afastadas ou construídas distantes dos centros urbanos, embora a maior parte dos "campi" tenha deficiências no seu planejamento (que não foram muito questionadas, porque ou eram considerados "dívidas do desenvolvimento", ou porque não havia realmente abertura para qualquer contestação), o caso de Pelotas é um exemplo adequado;
- i) acabou por consolidar, na prática, em diversas universidades, o modelo tentado na UNB, com institutos básicos e faculdades profissionais;

entre outras novidades para o ensino superior brasileiro.

Todas essas medidas foram tomadas de forma fragmentada e descontínua, quer no tempo ou no espaço.

De uma maneira geral, as razões pelas quais os planos dos consultores norte-americanos, especialmente de Rudolph Atcon, não foram aplicados integralmente na prática, fogem à compreensão detalhada do processo histórico da Reforma Universitária. Cunha (1988, cit.) menciona resistências "internas" à universidade reformada (por parte de professores e administradores), assim como "externas" (especialmente o movimento estudantil e a "persistência de alguns UDNistas liberais", à página 318). Mas este autor examina a questão de modo muito amplo, dando margem a que tentemos preencher as lacunas deixadas por essas generalizações.

Cunha dedica 18 páginas de seu estudo ao "périplo universitário de Rudolph Atcon", mostrando-nos, fundamentalmente, que as idéias do "autodenominado especialista em planejamento de universidade" (p. 203) eram as seguintes: a) as universidades

deveriam ser organizadas em centros, compostos por departamentos sem correspondência com qualquer curso profissional específico, "ficando todas as instâncias universitárias obrigadas a cooperarem para o desenvolvimento dos currículos" (p. 320); b) deveria-se partir da divisão do curso superior em dois ciclos, o que foi traduzido nas universidades como ciclos "básico" e "profissionalizante". Cunha conclui que : "é difícil exagerar a importância de Rudolph Atcon na assimilação das novas idéias voltadas para a reforma da universidade, bem como na criação de condições institucionais para sua implementação" (p.324).

Deixamos de lado, neste trabalho, a questão da privatização do ensino, que preocupa Cunha como sendo o principal aspecto negativo das idéias do consultor. Para nós é importante ressaltar o modelo de universidade que se tentava implantar em Pelotas, segundo os princípios adotados pelo MEC "pós-Acton", e se este modelo esbarrou ou não nas "irrationalidades" próprias a cada universidade em particular, ou na própria forma seccionada e centralizada com que se tentou sua implantação. Somos inclinados a acreditar, que em Pelotas ocorreram as duas coisas.

A criação da UFPEL confunde-se com a Reforma Universitária na URGS e na UFRGS. Um dos artigos da Lei 5.540/68 previa que as Universidades Rurais fossem incorporadas às federais existentes na mesma região; uma vez que fosse verificada em doze meses, a partir de 28/11/1968, a impossibilidade de a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (sobre a qual incidiu o artigo) organizar-se de acordo com os padrões de "racionalidade" constantes na Lei, no seu artigo 11.

Por isso é que o professor Delfim insiste em afirmar que a Universidade Rural "nunca funcionou, ficou só no papel". Com esse "não funcionamento", comentário informal local que irrita até hoje alguns professores, o professor obteria mais unidades, assim como um campus, para a "sua" universidade. Vista desse ângulo, a grande tarefa do professor Delfim foi a de "angariar" unidades, para que da sua aglutinação, é claro que "de acordo com a Lei" (no caso a mesma 5.540), surgisse a UFPel.

Os aspectos organizacionais da universidade são considerados em segundo plano pelo professor, tanto que ele não dá muita ênfase ao assunto (conta até anedotas a respeito), mas sim, acentua que todas as unidades e cursos novos foram criados como figuras jurídicas previstas em lei, e isso, tendo em conta sua formação pessoal, era o bastante. Da Reforma Universitária, propriamente dita, valeu para UFPel o princípio de aglutinar unidades universitárias: a Faculdade de Medicina, a Universidade Federal Rural, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Colégio Agrícola Visconde da Graça, a Escola de Belas Artes, o Conservatório de Música, às quais se anexariam alguns "institutos novos" e alguns cursos (Educação Física, Enfermagem, Arquitetura e outros), desde que estivesse tudo contemplado dentro das "diretrizes do MEC", assim mesmo denominadas por vários entrevistados.

Essa aglutinação, "perfeitamente legal", e a participação de várias personalidades como a do professor Delfim no processo foram, em nosso modo de ver, a garantia, no nível local, de que o sistema universitário idealizado por Atcon fracassasse em Pelotas. Atcon podia ser especialista em planejamento de universidade, em racionalização de recursos humanos, em privatização do ensino superior, ou seja lá o que fosse, mas certamente não o era em tratar com questões tão "tipicamente" brasileiras, como os fortes resquícios das visões de mundo da República Velha (acentuadamente formalistas e regressistas) e da República Populista (a idéia de uma super tutela do Estado sobre a sociedade, combinada com um sinecurismo marcante), tão amalgamados numa cidade periférica como Pelotas. Talvez sejam essas as razões para que setores da UFPel tenham permanecido durante tanto tempo impermeáveis às visões modernizadoras (sem entrar no seu mérito) que estavam contempladas, de qualquer modo, na proposta tecnocrática ativada por Atcon. Acreditamos que situações semelhantes devem ter ocorrido em diversas universidades por todo o Brasil.

Consideramos que o "fracasso" da Reforma Universitária deve ser entendido em termos da não modernização das universidades, especialmente no tocante à sua racionalização, nos termos do que poderia ser designado como "uma máquina de ensinar". Sendo assim, o cumprimento do artigo 11 da Lei no. 5.540, alínea "d" ("As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:...racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos") jamais seria um realidade. A racionalidade, tecnocrática ou "modernista", esbarrou na racionalidade "republicana" brasileira, mais antiga e arraigada em tradições avessas à qualquer modificação, no conservadorismo generalizado, em última análise. (v. Dreifuss, 1989).

Agora, voltando à UFPel, lembramos que em 1969, o ano em que foi criada, estavam em plena vigência o AI-5 e o Decreto 477. Estes dois "instrumentos legais" parecem não ter sido jamais acionados na UFPel. Se o foram, não aparecem mais nos discursos dos entrevistados, sugerindo uma plausível brandura do clima de exceção em Pelotas. Não nos deteremos aqui nos aspectos "repressivos" da questão, mesmo porque não inquirimos nossos entrevistados a respeito. Apenas um entrevistado comentou superficialmente alguns expurgos ocorridos no Instituto Agrônomo do Sul, mas por volta de 1966 (alguns, poucos, professores teriam sido demitidos sob a acusação de "corrupção" um dos finca-pés do regime militar no período "pré" AI-5). De um modo geral, portanto, concluímos que, pelas características da cidade, naquele momento político, a UFPel nascia praticamente "limpa" de elementos "subversivos". Se houve alguma divergência entre grupos políticos-ideológicos conflitantes, esta teria sido apagada pelo adesismo desenvolvimentista com que a "comunidade universitária" (na expressão dos entrevistados) assumiu a universidade que se estava criando.

Dentro das possibilidades de ampliação do leque de cursos oferecidos pela Reforma Universitária (aqui confundida de propósito com a Lei 5.540), houve margem para que muitos professores se motivassem para criar as novas unidades e cursos.

Um dos exemplos seria o Curso de Ciências Domésticas, ou mesmo o de Engenharia Agrícola. Nesse sentido a conjunção Reforma-Lei 5.540-Decreto Lei no. 750 (este último "cria" a UFPel) pode ser vista como um salto ou talvez um dos mais importantes empreendimentos para a modernização do ensino superior da cidade, senão da própria cidade como um todo. A UFPel, segundo o professor Delfim, ao ser criada movimentava uma quantidade de recursos duas vezes e meia maior do que o movimento da "mesa de rendas do município". Só isso parece ser o suficiente para aplacar muitas divergências político-ideológicas, seja lá qual tenha sido o valor em dinheiro desses recursos (não conseguimos nenhum dado confiável).

Parece ter havido apenas um "empecilho" ao se começar a fusão das unidades pré-existentes numa única instituição, que foi um protesto (não conseguimos saber se formal ou não) dos estudantes de Direito que não queriam fazer parte de uma nova universidade, **sem qualquer prestígio**, sem reconhecimento nacional, como era a URGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre), que abrangia a Faculdade de Direito de Pelotas. Não queriam deixar de ser "estudantes da URGS", para tornarem-se "estudantes da UFPel", isso era visto como perda de status.

A UFPel representa, portanto a presença efetiva da Reforma em Pelotas. Tardamente em relação aos primeiros arroubos modernizantes do golpe militar, a rede de ensino superior local ampliou-se. Mas a antiga estanqueidade entre as unidades fez sentir seu peso na nova estrutura acadêmica. Nunca foi possível implantarem-se os "centros", idealizados por Atcon (o que os pelotenses, mesmo os "de esquerda", parecem desconhecer, ou ter esquecido completamente). Se a Reforma, que pretendia integrar a universidade ("não duplicando meios para atingir um único fim") teve um efeito "brando" sobre a universidade de Pelotas, o estudo mais detalhado do processo revelou, por outro lado, algumas peças que faltavam para o entendimento das condições da própria criação da UFPel. A marca do arrivismo local, a urgência de modernização das lideranças da cidade, explicam como frases feitas da retórica

da Reforma foram parar nos Relatórios da UFPel, não importando se os princípios ali contidos eram seguidos ou não; explicam também, senão introduzem a questão, de que o tom unísono das respostas dos entrevistados com relação ao tema não seja outro que o **negativismo** dos decepcionados.

As Respostas sobre a Reforma Universitária

As respostas que obtivemos, mesmo que o grupo tenha sido de pessoas que em sua maioria já estava vinculada às antigas Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à URGS, são hoje bastante negativas com relação à Reforma. Além da **decepção**, que paira sobre o grupo como um todo, encontramos mais três possíveis causas para o seu tom crítico e negativo.

Em primeiro lugar, colocaríamos que o grupo revelou um certo **desconhecimento** do que teria sido o próprio processo chamado de "Reforma". O professor Delfim talvez tenha sido a única exceção no grupo. Em segundo lugar, notamos a presença de um certo "rancor", embora não muito bem delineado, que aparece nas falas de alguns indivíduos que teriam sido "prejudicados" com certas medidas reformadoras (a extinção da cátedra é um dos exemplos mais evidentes, e talvez o principal), ou com a perda de privilégios desfrutados no sistema anterior. E em terceiro, uma tentativa (consciente em alguns casos e provavelmente inconsciente em outros) de **ocultar** o envolvimento de administradores e professores da instituição com o aparelho repressivo ("necessário", ou não, para Pelotas) do Estado durante o período em que a Reforma foi implantada.

Na primeira categoria enquadramos certas respostas que apelavam imediatamente para as críticas já "consagradas" que se fazem à Reforma, a partir do que acabou sendo consolidado como senso comum. Incluímos aí até mesmo respostas que utilizam fragmentos da "doxa" de setores atuais do movimento docente, uma vez que a reforma é às vezes apontada como "a" causa de todos os males da universidade brasileira, o que revela, sem dúvida, um desconhecimento do processo.

Um exemplo:

"(A Reforma) veio em prejuízo da universidade e sua qualidade de ensino, na medida em que isolou os alunos e os cursos." (IVa:05)

Como se os cursos não fossem até muito mais isolados antes da reforma, ainda mais em Pelotas.

Outro exemplo:

"Simplesmente terrível, com efeitos desastrosos para toda a universidade brasileira. Sobretudo para a UFPel. [...] os cursos criados após 69 até hoje não conseguiram um desenvolvimento adequado. Constituídos de um corpo docente comprometido com o 'status quo', descompromissado de repensar a sociedade portanto politicamente alienado e sobretudo pouco qualificado e bastante irresponsável." (IVc:22)

Aqui, as críticas feitas se referem a situações que independem do conteúdo das medidas da Reforma. Para que tudo isso acontecesse não seria necessária a Lei 5.540.

Na segunda categoria, em que os "rancores" são mais ou menos pronunciados, evidencia-se principalmente a babilônia em que o assunto "Reforma" se converteu. Aqui não o desconhecimento, mas sim o esquecimento, acreditamos, misturou-se ao conteúdo das respostas. Foi a categoria em que encontramos o maior pluralismo, ou heterogeneidade nos depoimentos.

Um administrador se queixa da "desorganização":

"A Reforma desastrosa: miscelânea de Institutos e Faculdades. Foi para adaptar a Reforma que se criaram essas figuras esdrúxulas; se fez uma miscelânea: duas estruturas dentro da mesma universidade." (IVa:Ø1)

A queixa, apesar de tudo, ao empregar a expressão "essas figuras esdrúxulas", pode soar como uma espécie de "como é difícil administrar isso". Para alguns administradores, a boa organização administrativa, tomada como um fim em si, é um signo de uma universidade mais prestigiosa e "séria". Neste caso, como em outras respostas, o ataque à Reforma (apresentando-a como um estorvo pela "desorganização" que causou) parece ter adquirido uma certa eficiência: ao mesmo tempo que nega uma herança do passado autoritário, projeta uma imagem mais aceitável dos "críticos".

Ainda no grupo dos "rancorosos", destacamos a seguinte resposta, bem mais "clássica":

"(A UFPel) criada em plena fase da reforma, adotou desde logo seus preceitos básicos. Pretendendo extinguir a figura da cátedra, acabou criando super-cátedras, que são os departamentos, verdadeiros feudos, impenetráveis." (IVa:16)

Poderíamos supor que se trata de um indivíduo ou com uma experiência traumática em relação aos departamentos, ou um "catedrático em potencial" que lamenta a perda de pretendidas regalias. Agora teria que dividir com outros docentes a pobreza e a má administração da universidade pseudo-modernizada.

A terceira categoria se apresenta muito mais fluída e difícil de captar. Há respostas que convergem para os "problemas da má aplicação" da Lei 5.540, ou de outras medidas modernizadoras.

"Considero que a idéia foi boa. A aplicação deixou a desejar, permitindo a inchação dos corpos docentes e provocando a baixa proporção atual de (da relação) professor/aluno. Apenas 7 alunos por professor, quando nos países desenvolvidos é 1 para 20 ou mais". (IVd:29)

Aqui ressurge um certo "quantitativismo", bem como o modelo dos países "desenvolvidos", partes essenciais na retórica dos agentes da própria Reforma, no âmbito dos acordos MEC/USAID e CRUB (ver Cunha, 1988, citado).

Ou uma resposta bem mais simples, e muito frequente:

"Realmente a idéia foi boa, mas fracassou na sua aplicação."

Até aqui, aparentemente, não encontramos nada propriamente "evidente" com relação ao adesismo que anunciamos anteriormente para este terceiro grupo. Dois fatos, porém, são suficientemente intrigantes para que se desconfie que há um pouco mais a dizer, que as falas não fazem. Um deles são alguns fragmentos da inesgotável entrevista do professor Delfim, que denuncia involuntariamente esse grupo como de certa forma "arrependido" de

um passado não totalmente isento de qualquer desdouro. Outro fato é o "deslize", uma espécie de "ato falho coletivo", que ocorreu na maioria das falas dos respondentes. Não reconheceram que a configuração "ideal" que defenderam para a UFPel é aquela mesma proposta por Atcon, a dos "centros" (que os respondentes não definem com precisão; o esquecimento ou desconhecimento são aqui desvios perfeitamente aceitáveis, pois lá se vão vinte anos...) e a divisão entre institutos e faculdades, que poderia ser lida como a divisão em ciclos, básicos (já que nenhum deles falou em pesquisa) e profissionalizante.

É importante, então, levarmos em consideração os traços do "respondente típico" das entrevistas. Repetimos que são pessoas que há vinte anos não desconheciam o quadro político nacional, nem tampouco o alcance das medidas que estavam sendo propostas, ou ainda "a forma" com que eram implantadas.

Este grupo parece aceitar que a modernização das universidades nos termos da reforma era necessária. Seja porque se identificavam politicamente com o grupo que havia tomado o poder em 1964, seja porque eram portadores daquela "urgência de modernização", que poderia ver na antiga estrutura das URS e URGS alguns sinais de obsolescência, que bem oportunamente poderiam ser vencidos.

A anuência de que a "implantação" não foi boa decorre em parte, a nosso ver, do momento em que a pergunta foi feita. Um dos respondentes termina, de certo modo, "traíndo" os demais nessa questão: *"penso que (a Reforma) trouxe mais prejuízos do que vantagens, reforma de cima para baixo"* (IVb:89, grifos nossos). Se a reforma houvesse ocorrido "de baixo para cima" ia estar tudo bem? Trata-se, provavelmente, de um respondente relativamente consciente do clima de adesismo em que a UFPel foi criada: sem adotar as diretrizes do MEC, simplesmente não haveria recursos (foi o que disse um outro respondente, não enquadrado em nenhum dos grupos).

No fundo o que tem sido criticado é o caráter não democrático desse processo, num momento, como o atual, em que

esse caráter é evidente e é alvo de críticas por todos os lados. O conteúdo das críticas também acabou por se esvaziar, assim como foi esquecido o conteúdo das próprias medidas da Reforma, se foram boas ou ruins. Na dúvida, se diz que foi simplesmente ruim. Isso acaba por criar a impressão que a Reforma e a sua aplicação, para alguns respondentes, constitui uma espécie de "culpa", que eles de bom grado esqueceriam, ou gostariam de expiar, para não figurarem como "reacionários".

Agora, para concluir, vejamos o que tanto nos "intrigou" na entrevista com o professor Delfim. Perguntamos ao professor sobre a participação de Rudolph Atcon no CRUB, mencionando que a própria criação da entidade estava ligada a esse homem em 1966, assim como a própria implantação da Reforma. O professor Delfim então respondeu: *"Eu ouvi alguma coisa a respeito. Mas ouvi na minha época comentários a respeito, talvez não com essa intensidade. Mas eu queria frisar apenas o seguinte, que o conselho de reitores se fundou em 1966 e eu assumi a presidência em 74, portanto 8 anos depois. Enquanto eu assumi o CRUB não havia nem rastro da passagem dele, nada, absolutamente nada que tornasse presente a pessoa dele e não me foi dado verificar nada a respeito, nem documentos, nada. [...] Não senti nunca, em momento algum, pressão de ninguém para fazer ou não fazer alguma coisa. Não, o CRUB não estava vinculado a nada. Bem, eu nunca senti nada. E eu às vezes fico duvidando que isso ... (não completou a frase) Agora o CRUB é uma entidade absolutamente privada ... Então ... se ocorreu alguma coisa eu não senti."* (grifos nossos).

Acreditamos. Mas o professor Delfim foi membro do CRUB desde 1969, só assumindo a presidência em 1974. Por isso, sua intenção e insistência em negar a atividade de Atcon no órgão é, pelo menos, intrigante.

Sabemos, segundo Cunha (1988, citado) que em 1968 Atcon deixa de ser secretário do CRUB, porque era um alvo político muito evidente, entre outras razões, mas suas idéias haviam se propagado pelo MEC, inclusive entre alguns membros do CFE, sem falar de diversos reitores de todo o País. O último convênio

MEC/USAID/CRUB não evidenciava a participação do CRUB nas medidas reformadoras, mas na prática muitas reformas em várias universidades, de forma isolada, foram executadas graças a iniciativa deste órgão. Houve uma tentativa, deliberada, de ocultar a participação do CRUB na Reforma Universitária (ver Cunha, 1988).

Em razão de tudo isso, achamos bem pouco plausível que o professor Delfim, homem informado e participante da vida política nacional, com contatos pessoais com o Ministro da Educação, mesmo que intermediados por Louzada da Fonseca (o prefeito e "amigo" de Tarso Dutra), não soubesse que naquele momento político era necessário que o CRUB agisse com discrição, mas, acima de tudo, e de qualquer modo, agisse. O professor Delfim não guarda nenhuma característica do que se poderia designar como "testa de ferro" para qualquer empreendimento. Sua insistência em tornar opacas as relações CRUB/Atcon/Reforma Universitária/Tarso Dutra/CFE é absolutamente condizente com sua prática e experiência de "articulador". Por mais legalista (no sentido de "neutro") que soe seu discurso, ele demonstrou que não ignorava o aspecto polêmico que a Reforma assumia, na época, junto à opinião pública, e mesmo junto aos estudantes.

É pela discreta (ou involuntária) tentativa de omitir, de não esclarecer, que a fala do professor Delfim nos mostra que certos pontos ligados à Reforma Universitária e à própria criação da UFPel constituem ainda uma malha muito próxima, que envolve muita gente, e que há muitos fios que "devem" permanecer, por ora, invisíveis.

E) COMENTÁRIO SOBRE O PRIMEIRO BLOCO DE RESPOSTAS

Procuramos avaliar a gênese da UFPel no contexto da cidade de Pelotas, no que diz respeito às mentalidades de seus dirigentes, fundadores e administradores. O nosso estudo sobre a história da cidade e da universidade (capítulos 1 e 2) serviu de base para que pudéssemos avaliar algumas respostas, situando o papel dos entrevistados no seu próprio contexto.

Observamos, neste primeiro bloco, que nem todos os entrevistados, mesmo aqueles que se envolveram intimamente com a criação da universidade, tinham uma noção precisa do que estava sendo construído. Isto é, não tinham uma concepção clara de universidade, que fosse além de uma "federação" de faculdades e cursos subordinada à uma única administração superior.

A UFPel pode ser considerada, sem dúvida, como uma universidade de "filha da Reforma Universitária" de 1968. Guarda características bem definidas do "modelo" que a Reforma legou às universidades brasileiras: estanqueidade entre os cursos, inchamento da burocracia administrativa e um discurso oficial "modernizador-desenvolvimentista", além da estrutura acadêmica padrão: institutos básicos e faculdades. A tensão entre os padrões de comportamento dos agentes tem oscilado, ao longo dos vinte anos de sua história, entre os limites definidos pelas mentalidades impregnadas de valores da República Velha e Populista e pelas mentalidades "desenvolvimentistas", que assumiram várias configurações durante os anos da ditadura militar. O próprio fracasso das medidas reformadoras tecnocráticas, impostas pela Lei 5.540, em termos do que poderia resultar em alguma forma eficiente ou racional de administrar a universidade, também ficou limitado a este mesmo estreito círculo de mentalidades.

Ao serem inquiridos sobre as condições de criação da universidade, os entrevistados acabaram por exibir certa dose de indiferença e acomodação (os conflitos tendem, e sempre tenderam, a ser amenizados). Mesmo aqueles entrevistados que responderam aos questionários no período de eleições para uma nova gestão demonstraram igualmente o mesmo "grau" de

conservadorismo/imobilismo nos seus discursos, apenas matizando-os com expressões que não os apresentasse de forma excessivamente "reacionária". Isso do ponto de vista daquilo que passava pelos discursos das assembleias da campanha eleitoral, ou das greves, ou de quaisquer outras reuniões em que a "comunidade universitária" comparecesse mais numerosamente.

Alguns resíduos das mentalidades "antigas" foram bastante evidentes nos discursos. Interpretamos a "justificativa" do imobilismo pelotense (incluindo a universidade) sob o pretexto de que Pelotas faz parte de uma "região agrária" como um desses resíduos mais evidentes, apenas para citar um exemplo.

Retomando a seção final do bloco, que trata exclusivamente da Reforma Universitária, podemos observar ainda: a situação local reflete o panorama nacional: a racionalidade tecnocrática, conjuntural no País, esbarrou e foi absorvida apenas no discurso pelos agentes sociais. Estes estavam, na sua maioria, muito mais informados pelas mentalidades da República Velha e Populista, e às vezes, até mesmo por alguns resíduos tardios do ethos imperial, no caso de Pelotas. A "impessoalidade burguesa", no dizer de Dreifuss (1989), que seria um pressuposto para a implementação da racionalidade tecnocrática e sua reprodução, não era uma realidade em Pelotas em 1969, e nem tampouco se desenvolveu de maneira dominante até os dias atuais. Por isso, graças as formas personalistas dos pelotenses se comunicarem entre si, a universidade como um todo desenvolveu uma tendência a rejeitar a ação planejada e racionalizadora, nos moldes dos centros "difusores" do moderno capitalismo no Brasil. Ainda não conseguiram deslocar o próprio aspecto impessoal e "tecnocrático" da centralização real, com a qual sempre conviveram na universidade, para um nível mais abstrato, que pudesse conduzir a uma racionalidade coletiva. Marginalmente em relação à centralização, a maior parte dos agentes procurou sempre agir individualmente, o que (considerando o "clima" acelerado de implantação da tecnocracia da época) conduziu a decepções, negativismo e conformismo.

III.3. A ATUALIDADE DA UFPel: A ORGANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Sob o tema "atualidade da UFPel" reunimos as respostas de quatro perguntas. Os entrevistados foram inquiridos quanto aos descompassos entre a "universidade real" e a "ideal", porque queríamos saber até que ponto eram conscientes da realidade da universidade, como formulavam isso, se é que formulavam.

Em seguida, perguntamos aos entrevistados como viam o futuro da UFPel. Queríamos confrontá-los com seu (suposto) imobilismo, uma vez que este foi um traço de suas mentalidades que identificamos várias vezes ao longo de toda a pesquisa.

Com uma pergunta sobre o crescimento da universidade tentamos descobrir se algum vestígio do desenvolvimentismo de vinte anos atrás ainda permanece "pressionando" as atitudes dos dirigentes. Ou então queríamos saber até que ponto isso poderia ser traduzido em termos do crescimento e desenvolvimento da instituição, tomando este último do ponto de vista incrementalista. Essa ótica foi bastante normal no período do "milagre brasileiro", assim como frequente nos discursos oficiais.

Por fim, encerrando o bloco, perguntamos a respeito dos novos cursos, criados para que realmente "houvesse" universidade. No período de criação da UFPel, em que também o paroquialismo foi mais acentuado, abriam-se cursos com muito mais facilidade. Se não havia demanda, forjava-se a demanda. Isso explica por que alguns entrevistados responderam que houve cursos que "não passaram de criação burocrática". Alguns cursos foram criados com base em "estudos técnicos", conforme foi respondido no bloco anterior, mas, curiosamente, nunca tivemos acesso a eles. Parece que as cópias que ficaram em Pelotas se perderam. Não é o fato de não termos visto esses estudos que "comprova" que eles tenham sido superficiais ou até mesmo inexistentes. Insinuações à parte, acreditamos que não se deve ter dado muita importância a eles de qualquer modo. O que parece ter importado, na época, era crescer,

aumentar o leque da oferta de vagas, e das possibilidades de demanda de recursos ao MEC.

Há alguns depoimentos (colhidos fora das entrevistas) que apontam para alguns fatos, tais como a colocação de placas indicativas em portas de salas, dizendo "curso tal", etc., para cursos que não existiam de fato, apenas para impressionar inspetores ("impressionáveis", por seu turno) do MEC. Queria-se "ter cursos" na universidade, assim teriam-se também mais cursos reconhecidos pelo MEC. A universidade seria então maior e teria "mais força" junto ao Ministério, especialmente no tocante aos pedidos de recursos.

Com esta última pergunta, portanto, tínhamos a idéia de rastrear se no grupo dos entrevistados ficava algum resíduo desta mentalidade incrementalista ou não. Na verdade, "atiramos verde" para colhermos alguma informação desgarrada com relação ao que havíamos coletado a partir de comentários informais, fora das entrevistas.

A) OS DESCOMPASSOS

QUAIS SÃO OS DESCOMPASSOS ENTRE O QUE A UNIVERSIDADE DEVERIA SER E O QUE É HOJE?

Não foi fácil estabelecer categoria para os discursos sobre os "descompassos" entre o que a UFPel é o que "deveria ser".

De um modo geral, houve uma certa **decepção** com relação ao estado e ao modo de ser da universidade no momento atual. Nenhum dos respondentes apresentou uma visão do que seriam os descompassos, apontando-os claramente. A pergunta, antes disso, parece ter-lhes instigado muito mais a fazer críticas à instituição, que talvez não fizessem (ou jamais tenham feito) enquanto eram detentores dos cargos de gestores.

Se a pergunta não obtém nenhuma resposta que toque o "pensamento utópico" dos gestores da UFPel, isso também não é sinal absoluto de que ele não tenha existido. É bem provável que alguma forma idealizada de universidade tenha, em algum momento, povoado a mente dos seus dirigentes, caso o contrário não teríamos como encontrar justificativas para a crítica e a decepção, por mais que estas possam estar relacionadas com as situações pessoais dos respondentes. A UFPel seria "ruim" até para fazer carreira pessoal, quer na docência, quer, principalmente, na administração.

Os Realistas

Começemos então pelos mais "realistas", que externaram seu conformismo ou até certa amargura ao constatar que tanto "a cidade" como seus colegas não puderam alçar-se em vãos mais altos do que permitiam aquelas condicionantes determinadas, quer pelos recursos, quer pelas mesmas mentalidades dos seus pares. Sentimos, em algumas respostas, uma espécie de "desejo latente" de retaliação (voltado para a instituição ou para os colegas).

Temos dois "laxistas" ou "conformistas" (levando em conta também algumas características pessoais):

"(A UFPel) Apenas reflete o descompasso existente entre o que é e o que deveria ser a nação." (VB:1B)

"São os descompassos da própria cidade".
(Vc:2B)

Temos os "amargurados", mas não menos realistas:

"Esta história do 'deveria ser', da existência de paradigma, de vontade ou projeto político para a universidade, ainda não saiu do discurso ou não

encontrou consenso, qualquer outra coisa é exercício de imaginação." (Vc:27)

Até aqui constatamos o mesmo que eles, a universidade existe, é assim mesmo e provavelmente não se transforme tão cedo. Mas guardemos as expressões "discurso", "consenso" e "imaginação, na fala deste último respondente, que retomaremos adiante.

Os Críticos

Este grupo é limitado pelo próprio conteúdo das críticas que emitiram: a) a falta de unidade física da UFFel; b) a falta de "espírito universitário" (que ninguém definiu) e "entusiasmo" na universidade; c) a alienação e o enclausuramento do ensino superior; d) a falta de planejamento e a acomodação.

Alguns exemplos:

a) *"Deveria ter estrutura acadêmica de grandes unidades universitárias e está muito fragmentada em numerosas faculdades; deveria ter um campus e está dispersa fisicamente."* (Vb:17)

b) *"Deveria haver maior entusiasmo e entrosamento entre professores e alunos. Acatamento maior das autoridades universitárias e docentes. Menos interferência de política partidária gerando greves constantes e descontinuidade do ensino."* (Va:07)

"Falta um verdadeiro conhecimento acerca do espírito universitário, o que só seria conseguido com a integralização do campus, amparada por boa administração." (Vc:21)

c) *"Hoje está alienada e enclausurada [...]."* (Va:01)
"O principal (descompasso): a quem a universidade serve? O produto da universidade não está voltado para as necessidades da população em geral." (Va:02)

d) "As acomodações citadas, a ausência de planejamento mais aprofundado e a falta de projeções mais seguras, aliadas às dificuldades das universidades brasileiras, impedem a UFPel de oferecer a resposta social almejada." (Vc:25)

"A falta de planejamento e conseqüente improvisação contínua, seja da base física, seja da seleção e preparo do corpo docente. A universidade atual tem um pequeno número de professores titulares." (Vc:29)

Além destas, aparecem outras críticas, mas não são tão "típicas" têm caráter mais difuso e por isso não as transcrevemos. Elas se referem principalmente a "falta de concorrência" (ou competição interna, vista como uma forma de acomodação), o que associamos muito mais ao espírito "liberal" desses respondentes, do que a uma visão do "conflito" como uma forma de avanço ou superação da situação presente.

Como comentário sobre estas respostas (dos "realistas" e dos "críticos") é importante, acima de tudo, não esquecermos que estas foram as respostas dos gestores da UFPel. Isso significa que poderíamos esperar algumas formas mais carregadas de compromisso no lidar com a instituição.

Apesar de tudo, o inverso das críticas que fizeram poderia configurar, embora de forma pouco nítida, o "ideal" que a UFPel deveria atingir. Esta universidade a UFPel "utópica" não existe no Brasil. É a mesma pela qual se batem os candidatos às reitorias, prometendo-a em populosas assembleias, aos "professores, alunos e funcionários".

A UFPel deveria ser, então, uma universidade unificada em termos de área física, onde reinariam o entusiasmo e um espírito universitário (que não temos elementos para definir qual seja, algo como solidariedade acadêmica ou coisa parecida, ou um ambiente de trabalho estimulante, segundo as percepções dos nossos respondentes). A universidade seria "consciente e aberta à comunidade". Seria também administrada com rigor e racionalidade,

"sem demagogias" (um dos respondentes usou esta expressão). Nela se fariam muitas pesquisas, formariam-se profissionais competentes, e, acima de tudo, não faltariam recursos. A extensão, sempre indissociada do ensino e da pesquisa, seria atuante na comunidade. Além disso, pensaria sobre si mesma, se fariam várias reflexões, e, democraticamente, mas sem democratismo, encontraria saídas para eventuais impasses no seu processo de racionalização e crescimento permanentes.

Essa formulação é possível em termos utópicos (fora a contraposição àquilo que chegou até nós como "real") porque os respondentes não pensam e nem pensaram em realizá-la. A própria utopia não está formulada nos seus discursos, quanto menos as rupturas e os conflitos com a situação presente, que certamente seriam necessários para a transição até o ideal.

Agora é o momento de retomarmos aquelas expressões (**discurso, consenso e imaginação**) e relacioná-las um pouco mais com o presente da instituição, e especialmente nas situações de exceção: assembleias de greves e de campanhas para a última troca de gestão. São situações que fogem ao "dia-a-dia" da UFPel, mas em que alguns conflitos internos eclodem os se revelam, às vezes, numa espécie de "ato falho" coletivo, empregando livremente este conceito.

A acomodação (entendida como evitação de conflito) é a forma concreta dos aparentes "consensos" obtidos nas **assembleias**. É bem verdade que em certos casos poderia se falar em supressão dos conflitos, conseguida através dos efeitos intimidatórios de vaias, principalmente por parte dos estudantes, postos a serviço (como uma espécie de "massa de manobra") de grupos que competem pelos cargos de poder da instituição. O grupo dos estudantes tem funcionado como um tipo de "cortesã", abordada por vários candidatos, que tentam seduzí-la com promessas materiais e ideológicas, buscando ser eleitos. Essa situação ficou praticamente consolidada, conforme pudemos observar, desde que a "conquista" pelo chamado "voto universal" foi consumada. O grupo local autoidentificado como "esquerda" assumiu o controle da instituição, aparentemente, graças a modificação no critério

numérico do cômputo de votos assim como pelas "afinidades ideológicas" com o movimento estudantil. A categoria dos chamados funcionários, também parece ter afinado com a tendência atual.

Mas essa questão se torna pertinente aqui, para podermos entender e interpretar certos discursos de alguns entrevistados, porque esses "consensos" das assembleias tendem a ocultar algumas **contradições** pendentes na UFPel, algumas, quem sabe, **fundamentais**, como as classificaria Habermas (apud Alves, [2] 1984:23).

Acreditamos que a racionalidade que fundamenta esses consensos (mesmo que estes tenham resultados eleitorais concretos) se apóia em alguns pressupostos, relativamente frágeis, de que as três categorias (professores, alunos e funcionários) tenham interesses comuns, principalmente no que diz respeito à própria racionalidade administrativa da instituição, e em alguns aspectos, também no tocante a certas questões pedagógicas.

Faremos aqui uma tipificação grosseira, mas necessária para fundamentarmos essa hipótese. Assumimos, baseados, em parte, na nossa prática em sala de aula com os estudantes de arquitetura da UFPel, que um dos interesses fundamentais dos estudantes seja o de "passar" e credenciar-se com o diploma para o mercado de trabalho profissional. Existe também um empenho, muito presente *nos discursos* dos estudantes, em lutar pela melhoria da qualidade do ensino. Por outro lado, muitas reivindicações concretas dos estudantes referem-se apenas à melhoria das condições materiais das escolas e faculdades (inegavelmente necessária). Outras reivindicações podem ainda ser interpretadas em termos de se melhorar as condições em que se efetuam as avaliações, requerendo mais brandura. Observamos que existe um desejo de alívio de "intimidações intelectuais", ou mesmo afetivas, nas suas relações com os professores, uma espécie de alívio para o que poderíamos chamar aqui, "bancariamente", de pressões de "rendimento" escolar. Entre outras, essas reivindicações tendem a absorver grande parte das energias daqueles estudantes que se preocupam

com o contexto da universidade em que estudam. Esse comportamento foi interpretado por nós como um dos múltiplos reflexos do processo de "desintelectualização" das camadas médias brasileiras, muito acentuado durante o regime militar. O "saber" perdeu muito do seu valor numa sociedade que valoriza mais a rápida ascensão econômico-financeira individual. Professores e intelectuais, de um modo geral, foram, e continuam sendo muito desvalorizados na sociedade brasileira. Os "modelos" que se apresentam aos adolescentes, principalmente pela cultura de massas, destacam muito mais traços agressivos e arrivistas nas personalidades do que propriamente as faculdades intelectuais reflexivas, ou mesmo "empreendedoras" (no sentido amplo). O consumo, o usufruto (e não a geração) da riqueza das camadas abastadas é o que se apresenta como ideal para cada indivíduo. A essas formas de embotamento, como se sabe, associaram-se a quase total despolitização da população durante o regime militar. A geração que tem agora vinte anos cresceu neste ambiente.

Por parte da categoria dos funcionários observamos que estes se inclinam, a grosso modo, a procurar formas de atuar que os desobriguem progressivamente dos encargos que lhes são confiados. Suas lutas e reivindicações tendem a ficar mais distantes da problemática pedagógica, que fica concentrada na relação professor-aluno. As instituições não tendem a valorizar o seu trabalho, cada vez mais sentido como atividade "meio". Por isso é fácil entender que os discursos que produzem não se estendam fora dos limites da melhoria de salários, planos de carreira, redução de jornadas, etc., que evidenciam que o seu trabalho foi até muito mais "coisificado" do que o dos demais grupos (estudantes e professores) dentro da instituição.

Mas talvez seja nos discursos emitidos pelo assim chamado "movimento docente" onde encontremos as contradições mais profundas. O discurso presente nos boletins da ANDES e, no nível local, da ADUFPEL, pode ser descrito, a grosso modo como "democratizante". Se um professor estrangeiro, que não conhecesse nossa realidade, se inteirasse do conteúdo de certos boletins, poderia julgar que nos encontramos num processo semelhante ao

"maio de 68" na França. O discurso tende a ser inflamado, combativo e crítico, e em alguns casos até panfletário. Mas há uma discrepância muito grande entre discurso e prática. A mobilização dos docentes pelas reivindicações de "melhoria da qualidade de ensino", "indissociabilidade da pesquisa/ensino e extensão", não encontra uma ancoragem assim tão firme no cotidiano do professor. Observa-se, no nível dos "departamentos", uma espécie de "fuga às aulas": todos os professores querem fazer pesquisa e extensão, não importa como. Existem "planos de trabalho" que nem sempre espelham o trabalho concretamente executado. Encontramos muitas horas, não importa se cumpridas ou não, atribuídas às "atividades meio", administrativas, ou "consultivas" (existe uma quantidade bastante grande de comissões, colegiados e conselhos prontos a "absorver" uma boa parte do tempo que o professor dedica à instituição, quer em regime de dedicação exclusiva ou outro). Nesse esquema, o tempo dedicado ao ensino, ao contato direto com os alunos, o contato que realmente lida com o saber ("transferindo-o", simplesmente, ou "produzindo-o") fica muito restrito. É a este processo que chamamos "fuga às aulas". Isto ainda foi muito reforçado pelo "plano de cargos e salários", onde a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão pretende ser atingida pelo "estímulo" representado pelos critérios de progressão do professor. Uma vez que ensino-pesquisa-extensão forma um bloco indissociável, o professor tem que "repartir" sua pontuação (é atribuída uma "nota" a cada atividade desenvolvida pelo professor) entre essas três modalidades de trabalho. Evidentemente, como praticamente nenhum colega ou "conselho" se atreve (ou tem competência para) entrar no mérito da qualidade da pesquisa-ensino-extensão do outro, ou/e da sua relevância, esse sistema não pode produzir resultados confiáveis e sérios, degenerando num sistema puramente cartorial de "avaliação" do professor. Como qualquer sistema cartorial, ele tem meios de ser burlado. Presta-se muito bem, é verdade, para ser instrumento de retaliações entre grupos rivais, ou até mesmo em rixas pessoais, quando um determinado professor é "avaliado" por uma "comissão inimiga".

Concretamente, muitas vezes ocorre que em alguns departamentos fiquem mesmo disciplinas sem professor, mas o total de horas em ensino-pesquisa-extensão "fecha" muito bem. A UFPel do presente já está com este "princípio de indissociabilidade" em plena fase de aplicação, e aparentemente com muito entusiasmo por alguns setores da "esquerda docente" local.

Essa brevíssima exposição de algumas possíveis bases de fundamentação dos discursos de alunos, professores e funcionários da UFPel tem por objetivo mostrar que podem coexistir interesses particulares a cada grupo e incompatíveis entre si. Mas nas assembléias ou reuniões coletivas são empregados discursos que não permitem uma discussão aprofundada e suficientemente detalhada das questões envolvidas. É como se procurasse um "consenso" imediato (ou imediatista), que evite qualquer forma de conflito de interesses, pois isso pode comprometer a "unidade do movimento" (fragmento da **doxa** "luta pela universidade pública e gratuita", etc.). Como a universidade brasileira, de uma maneira geral, é uma instituição relativamente frágil, historicamente e em termos de "poder de barganha" junto a outras instituições federais (mesmo que consuma maior quantidade de recursos que o primeiro e segundo graus), ela se vê constantemente ameaçada em relação aos casuísmos do próprio Ministério da Educação. Este fato faz com que haja uma necessidade de coesão entre os movimentos organizados (docentes, estudantes, servidores), seja qual for a orientação político-ideológica do grupo de comando. A maioria dos regulamentos institucionais, além disso, vem sendo elaborada em situações críticas e de exceção (greves, campanhas para eleições de novas gestões, etc.), que colocam uma série de dificuldades ao aprofundamento das reflexões possíveis sobre diversas questões pedagógicas do **cotidiano da universidade**. É por isso que muitos problemas concretos, que carecem de soluções simples até, ou não encontram lugar nos discursos emitidos pelos grupos "participantes", ou servem de elemento de barganha entre os movimentos e o Ministério, ou entre os grupos, evitando conflitos. As assembléias são o lugar para onde convergem os problemas, as propostas e as frustrações dos grupos. Os discursos

encontram consenso apenas em questões muito genéricas, casuísticas, porque os interlocutores sabem que nem tudo vai ser cumprido na prática. É como se existisse uma hipocrisia compartilhada e consentida.

Com tudo isso, nossos "realistas-céticos" poderiam ser interpretados como um grupo revoltado e ao mesmo tempo decepcionado com essa discrepância entre o falado e o feito. Essa consciência difusa do problema tampouco os isenta de comodismo, e torna-os presas fáceis de um certo oportunismo dentro da universidade.

Esses respondentes, se falassem também pelo inverso, diriam que se o País fosse melhor, a universidade também o seria, não existindo então os tais "descompassos". Se a cidade não apresentasse descompassos, a universidade também não os apresentaria, de forma mecânica.

A cidade, o país, a universidade, aparecem como entidades prontas, muito grandes e, portanto, nada fáceis de mudar. Isso pode justificar qualquer desestímulo.

Mas um terceiro respondente deste grupo nos fala que o ideal seria uma vontade ou um projeto político para a universidade, que, infelizmente, *não saiu do discurso, não encontrou consenso ou é exercício de imaginação* (ver citação Vc:27).

Discurso, consenso, e imaginação, como núcleos de suas idéias, são as componentes mais importantes, senão essenciais, de uma ação racionalizadora, à qual se poderia dar qualquer sentido, inclusive transformador.

O respondente em questão parece perturbar-se com a pergunta. Para ele o ideal, ou um paradigma, seriam "exercícios de imaginação". Uma ação vista como estéril, se não há consenso ou legitimação. Lembramos apenas que em certos momentos "legitimação" (para não mencionar "consenso"), não era necessária para guindar alguém à um cargo administrativo de uma instituição.

Atualmente há uma tendência a se falar em consenso, onde antes se falava em autoridade. O regime militar permitiu que autoridade fosse facilmente confundida com arbítrio. Algumas propostas de planejamento (em termos gerais) fracassaram às vezes por falta de autoridade e de compromissos com as ações projetadas. Autoridade implica consenso, em um certo nível. Mas atualmente essa expressão (autoridade) não é mais empregada. É um termo, a bem da verdade, que, no contexto dos discursos da universidade, requer muita moderação no seu emprego. Consenso passa a ser uma expressão mais leve. Contudo, pode "abrigar" descompromisso, inclusive na própria autoridade.

B) O FUTURO DA UFPEL

QUAL O FUTURO DA UFPEL, COMO AVALIA SUAS TENDÊNCIAS ATUAIS?

Em primeiro lugar, os entrevistados não levaram o "susto" que lhes queríamos pregar. Falaram cautelosamente muito mais das tendências atuais do que propriamente se arriscaram a fazer previsões. Aparentemente não lhes ocorreu que "governaram" (e muitos vêm governando) uma universidade, sem ter para ela um projeto ou uma proposta definidos.

Ao agruparmos as respostas por suas afinidades em conteúdo, notamos que o futuro não é muito importante para os respondentes, não consistindo um objeto de especulações muito detalhadas. As respostas tendem a refletir suas próprias experiências passadas na administração da universidade. Aí contam suas decepções, dissabores e rancores.

Também a idade dos respondentes não é um fator que possa ser desconsiderado como fator de "desvio" dos conteúdos esperados das respostas, principalmente quanto ao tema futuro.

Aqui as questões pessoais de cada indivíduo podem encontrar um canal de manifestações (inconsciente, inclusive), sobre o qual o pesquisador não tem qualquer controle, ou mesmo acesso. Mas se não temos nenhuma "evidência" de que os velhos

podem ser mais pessimistas que os jovens, também não podemos afirmar o contrário.

A faixa etária do grupo entrevistado vai dos 34 anos até 71. O nosso entrevistado "médio" estaria na faixa dos 50 anos. Poderia-se ter alguma base para inferir sobre o que pode pensar hoje uma pessoa de 50 anos, de curso superior, numa cidade como Pelotas, compromissada com o pensar e o fazer de famílias de classe média à alta? Além disso, durante a ditadura militar, fizeram parte da burocracia estatal. Essa pessoa pode ser otimista? Pode ser pessimista?

Resumindo, o que encontramos como "essência" das respostas:

Um certo setor dentro deste grupo, relativamente "jovem de esquerda" (se é que se pode utilizar essa categorização) preocupa-se com aquilo que caracterizou por "desmonte" da universidade. Coloca a questão de uma nova reforma, em termos **conflitantes** com a situação presente. O conflito, no conteúdo das respostas, tem uma superação não muito nítida, e é forte a impressão de que é sentido como um fim em si. Há um certo "revanchismo" no ar.

*"A médio prazo, enquanto não houver uma mudança radical da forma como é encarado o ensino, o futuro é igual a universidade pública mais fraca, menos condições materiais, menos capacitação profissional, **desmonte acelerado**. Está ligado questão estrutural geral do País. **Não poderia mudar a educação sem mudar o País.**"*
(Via:Ø2, grifos nossos)

O setor jovem mais "à direita", segundo o perfil dos respondentes, preocupa-se em colocar mais a questão da "deselitização" da universidade, enquadrando-a na "realidade". Só um "choque de realidade" poderia salvar a UFPel. A questão da

legitimidade das administrações, a democratização do acesso aos cargos ficam, nas respostas desse grupo, não como uma necessidade essencial à universidade, inclusive aparece desvinculado da própria deselitização. O discurso da deselitização nos pareceu muito mais um discurso de adesão e de adaptação de certos grupos às doxas mais recentes da UFPel, produzidas com a última troca de gestões.

Entre os grupos mais velhos, não importando se a UFPel tem ou não um bom futuro, foi apontada como necessária uma espécie de "expição" em termos éticos, morais e, de certa forma, também de racionalidade administrativa.

"A cada momento há sempre uma esperança, mas a esperança não pode ser de expectativa. Com o cumprimento exato do dever de cada um, do Reitor ao mais modesto dos funcionários. Numa palavra, deve haver honestidade. Honestidade é o cumprimento do dever, amplo e irrestrito."
(V1a:04)

Apareceu também a idéia de competência, como solução para o futuro. Esta vista como um fim em si mesma. Outros pensam que a institucionalização da universidade deve ser melhorada (não sabemos em que termos), outros se queixam de que os problemas da universidade são consequência do conflito entre políticas centralizadoras e regionalizadoras. Outros falaram ainda em autonomia. Em tudo isso, sentimos muito (também em função dos perfis dos respondentes) vestígios ou inclinações às idéias liberais, difusas.

Mas a idéia mais forte que esse grupo nos passou: a de que a universidade sempre foi, e deverá continuar sendo, "tocada adiante" pelo casuísmo administrativo e pela rotina.

"Se contiuar com as características de estrutura acadêmica e de espaço físico atuais, a

UFPEl terá cada vez maiores problemas para manter e melhorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão". (VIb:17)

ou

"Dependendo da atuação dos atuais dirigentes, somada a atuação das outras várias gestões que virão no futuro, a UFPEl poderá se tornar uma boa universidade..." (VIa:06)

ou ainda:

"Boas (as tendências), desde que parta para maior respeito, estudo, concursos docentes, maior dedicação dos funcionários ao trabalho." (VIa:07)

Até aí, nada de novo ...

Há respostas que reivindicam ainda uma nova reforma, até com certa nostalgia em relação a uma racionalidade pretendida há vinte anos, e ainda não conseguida.

"Com a perda de autoridade natural dos professores titulares, em face do número maior das outras classes, e por isso decisivo na atual democratização de eleições, tudo é possível, mas as perspectivas não são boas." (VIc:24)

"A UFPEl, como a universidade brasileira, precisa de sérias reformas. Há resistência à ampliação das matrículas, e a universidade teria muito melhor aproveitamento para a sociedade, e portanto para o País, se utilizando melhor seus espaços e equipamentos, recebesse mais alunos com

o mesmo número de professores (estes sim, melhor preparados)." (Vic:29)

Temos também o nosso otimista e também o nosso cético. O primeiro, já aposentado, apesar idade, não mostra nenhum sinal de "decrepitude" em sua resposta. O cético, bem mais moço, produziu uma resposta bastante recorrente aos últimos acontecimentos de troca de gestão da UFPel:

"Tenho fé, que a UFPel com os elementos novos, pós-graduados, principalmente, depois que democratizamos o País e que nos conscientizamos que nomeamos os piores políticos,..., a universidade está adormecida, mas se levanta."
(Vic:24)

"É explícito atualmente, 'que vão fazer desta universidade democrata' em oposição à meritocrata e clientelista. Quem chega ao poder pela primeira vez acha que ninguém antes pensou a universidade, eles são os primeiros, se dizem dialéticos e atropelam a história. Mas como sempre há de se ajustar, no futuro, o pretendido e o realizado, pois nunca se leu um relatório em que alguém se autodeclara incompetente. Há sempre presente a idéia de que cada governo é a redenção, o que espalhará as luzes. E o processo segue realejando sua trajetória espiralóide." (Vic,verso:27)

C) O CRESCIMENTO DA UFPEL

A UFPEL PODE CRESCER? EM QUE SETORES? POR QUÊ?

Um tanto fora do que havíamos pensado em obter como resposta (sinais de "desenvolvimentismo" nos discursos dos entrevistados), o aspecto mais significativo das respostas a esta pergunta recaiu sobre a **vocação** da UFPEL.

Observamos que o "desenvolvimentismo heróico" do tempo da Reforma Universitária passou por uma crítica. Esta não é formulada explicitamente, mas revela algo sobre a natureza mesma do "período heróico": o crescimento quantitativo. Agora os gestores querem lutar pela qualidade. Esta estaria incorporada nos seguintes "valores" que a universidade deveria buscar atingir: a) estreitamento dos seus vínculos com a região; b) incremento à pesquisa e à extensão; c) melhorar a eficiência; d) liderança e produção. Como se pode observar, fala-se ainda um discreto "planejamentês", próprio à época de criação da UFPEL.

Mas a vocação fica sendo a questão de fundo.

"Teria que se fazer um diagnóstico da região"
(VIIa:01)

"Sim a Universidade Federal de Pelotas tem condições de crescer, um binômio é indispensável para o crescimento: liderança e produção."
(VIIa:06)

"Sim, pesquisa e extensão. Melhor atender as aspirações da comunidade" (VIIa:09)

"Deve crescer no sentido da eficiência. Agropecuária pela origem (rural). Humanística, pelo grande número de cursos e pela ausência, não vivência, humanizadora." (VIIa:11)

Se trancrevêssemos aqui todas as respostas a essa questão, ficaria mais claro perceber que o nosso "entrevistado médio", num linguajar um tanto vazio, se dá conta aos poucos, que trabalhou em alguma coisa cujos propósitos nunca foram muito claros. Esta resposta talvez sintetize essa idéia:

"Deve crescer verticalmente, ou seja, qualificar as áreas já existentes, aproveitando o potencial de alguns cursos com grande vocação regional e com massa crítica de elevado nível de conhecimento. A UFPEL necessita (já com muito atraso) decidir o que pretende ser como universidade." (VIIa:08).

D) OS NOVOS CURSOS DA UFPEL

DEVEM SER ABERTOS NOVOS CURSOS? POR QUÊ?

As necessidades da região:

"De momento não. Os que tem já funcionam mal. Por desconhecimento: e as necessidades da região?" (VIIIa:01)

"Quando diagnosticada sua necessidade em âmbito regional, o respectivo curso deve ser aberto." (VIIIa:12)

As necessidades de mercado:

"Devem. Nas áreas de Administração, Estatística e Computação. Necessidades de mercado." (VIIIa:17)

O último entrevistado, pelo visto, já "avaliou" a situação atual.

A quantidade de respostas negativas, por outro lado, mostra o "ponto de equilíbrio" que a UFPel atingiu.

Aqueles que responderam afirmativamente fazem, por seu turno, algum tipo de ressalva. Estas ressalvas apontam para questões que têm a ver com **racionalidade** ou **planejamento**, este último visto como uma fundamentação à própria racionalidade administrativa da instituição. Esta, ao que parece é um **objetivo** na percepção de muitos respondentes.

Um outro tipo de ressalva que fazem é a questão do compromisso da universidade com as tais **características regionais**.

Esse segundo aspecto, se é importante no que diz respeito à crítica ao processo de centralização, reforçado pelos governos militares, assume então uma característica bem mais polêmica.

Não se pode dizer que a centralização do Estado no Brasil tenha sido um mal em si mesmo. Enquanto processo que contribuiu para uma concentração de renda e de poder nas mãos das novas elites (associadas à especulação financeira, setores "de ponta" da produção industrial e burguesia agrária exportadora), a centralização do Estado teve mesmo um lado de instrumento estratégico necessário à lógica concentradora. Por outro lado, mantemos dúvidas a respeito de que, caso não tivesse havido centralização alguma, a situação em Pelotas (e na UFPel, em particular) não teria ficado pior do que está. Para uma cidade, e para uma região, que "funciona", de certo modo, ainda em termos de valores característicos da República Velha, a autonomia, tão decantada pelos bacharéis liberais do local, não teria representado nenhum avanço. Pelo contrário, tudo leva a crer que o discurso modernizador não teria sido adotado nem mesmo a nível de retórica.

Ao ficar "dependente" do governo federal a UFPel começa por adotar alguns princípios jurídicos, ao menos, que têm muito mais a ver com um difuso projeto de "impressoabilidade burguesa"

que se tentou implantar no País. Isso para acompanhar a modernização da máquina administrativa estatal no mesmo período. A UFPel foi obrigada a engolir certos preceitos "impessoais", que num primeiro momento ficaram restritos apenas aos discursos. Essa obrigação foi em grande parte um resultado da "centralização", que acabou por se transformar num processo que acelerou o rompimento com o paternalismo oligárquico do local dentro da universidade. Reconhecemos, apesar disso, que pela sua implantação cartorial, a centralização pode conviver com muitos vestígios da oligarquia por bastante tempo, e muito bem, por sinal.

A UFPel tem agora que pleitear recursos e a atenção do Ministério da Educação partindo da lógica de influências do próprio Ministério, que escapa em grande parte ao controle dos enfraquecidos epígonos da oligarquia local.

É de se presumir que assim possam entrar em questão alguns princípios de racionalidade até então ausentes na prática burocrático-administrativa da UFPel, se houver alguém no Ministério que possa assumir tarefas de "interlocução" com as universidades. Aqui a impessoalidade requerida é maior do que qualquer tratamento direto e sem intermediação. O lado "ruim" da centralização é portanto o risco de que as reivindicações ou solicitações da UFPel possam cair na "vala comum" do Ministério, em que a parcialidade no tratamento dos assuntos foge à ingerência das lideranças locais da cidade e da universidade. Atualmente, por exemplo, todas as universidades estão (ou deveriam estar) submetidas ao SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira) que, instalado no Ministério da Educação, permite que se verifique imediatamente, por terminais interconectados de computadores, qualquer empenho financeiro de qualquer universidade pública do País. A questão que se coloca, "quem controla o SIAF?", foge também à ingerência de parentelas e oligarquias locais, e mesmo de agrupamentos políticos ideológicos também locais. Evidentemente que existem muitas "vantagens" e muitas "desvantagens" nesse sistema, para ambos os lados, o centralizador e os "centralizados"; a discussão dessas vantagens

e desvantagens não nos ocupará neste trabalho. Queremos chamar a atenção, isso sim, para o fato de que, mesmo vista com resistências no nível local, alguns aspectos da centralização, podem ser considerados como **um avanço** para Pelotas.

Não é à toa que setores que se opuseram aos protetorados oligárquicos na UFPel reconheceram ou que "era conveniente estar em boas graças com o MEC" (algum dos nossos respondentes empregou exatamente essa expressão), ou assumiram **também** fragmentos do discurso tecnocrático, como uma forma mais ou menos inconsciente de aderirem à sua "impessoalidade".

Se nem tudo funcionou com lisura não foi por causa da centralização. Reconhecemos que os processos que ela atingiu **não foram suficientemente fortes** para impedir que a razão "oligárquico-populista" freasse a almejada "lisura burguesa" que já estava presente nos discursos. Nos interessa, aqui, mais uma vez, é chamar a atenção para a **ruptura entre discurso e prática**. Essa ruptura que nos instiga a formular o principal fundamento de natureza **moral**, que nos permite julgar algumas incoerências administrativas da UFPel como "retrógradas". Essa ruptura é um reflexo do modo incipiente com que a ética burguesa entrou ou foi "digerida" na universidade.

Por mais óbvio que isso possa parecer, **ruptura entre discurso e prática** tem sido, na UFPel o principal obstáculo à institucionalização e à rotinização do planejamento.

Finalizando a questão dos **novos cursos da UFPel**, observamos que os respondentes não relacionam questões de natureza mais especificamente pedagógica, quanto as necessidades de transferir ou produzir um saber complementar ou suplementar ao que já vem sendo trabalhado na UFPel. A questão que paira nas respostas é o binômio **autonomia/centralização**, o qual, concordamos, representa um problema que ainda terá que enfrentar uma série de questionamentos. Mas apontar para isso, o aspecto **não definido, polêmico**, e não "descer" ao nível de questões mais concretas, parece ser uma atitude "típica" dessa faixa dos administradores da UFPel, que serve de escudo, de certo modo,

isentando-os ou de compromissos com a instituição, no sentido de encará-la como uma construção coletiva (que depende, portanto, de alguma racionalidade também conquistada coletivamente). A separação, mesmo que reforçada pela nossa pergunta, entre o pedagógico e o administrativo-gerencial dentro da universidade, nos parece também consolidada nas percepções desta faixa dos respondentes.

III.4. PLANEJAMENTO E RACIONALIDADE NA UFPel

"Sim, desde que ..."

O planejamento da instituição, seja da estrutura acadêmica ou da área física, no dizer de nossos entrevistados tem condições de ser implantado na UFPel. Ao mesmo tempo, na reunião de suas respostas no banco de dados, entre 27 respostas, 13, pelo menos, empregaram expressões "adversativas". O planejamento da UFPel é possível "desde que", "ainda que", "entretanto", "no entanto", "se", "mas", "não apenas", "de certa forma", etc. Isso se alguém procurar (e foi mesmo tentado de diversas formas) motivar a chamada "comunidade universitária" neste sentido.

Como dificuldades foram apresentadas desde questões de motivação dos administradores até problemas de capacitação técnica: "a possibilidade do planejamento é uma questão de quadros capacitados". (XVIb:18).

Acreditamos que a resposta abaixo oferece uma síntese das percepções dos respondentes, aqui apresentada com muita franqueza: "[...] porque a comunidade não quer. Mantém-se tudo como está para não arriscar a piorar. O conceito de ninguém mexer com ninguém." (XVIa:01). Essa franqueza tem um certo tom crítico, o que não foi comum no conjunto das respostas.

O grosso das respostas aparece num modo já nosso conhecido, à esta altura da análise. Falam com "naturalidade", com calma e muita moderação. A UFPel passou por momentos relativamente "críticos" por causa de certos procedimentos gerenciais, que sob o título "*planejamento*", caracterizaram, segundo alguns depoimentos, um modo bastante autoritário de conduzir a gestão da universidade. A cautela com que praticamente todos os entrevistados respondem, portanto, pode ser interpretada como sinal de desconforto, até, por mexermos em velhas feridas e frustrações dos dirigentes.

Um dos rancores (ou frustrações) típicos:

"[...] Devido ao fato da UFPel nunca ter decidido se teria um campus ou instalações definitivas na área urbana, jamais apresentou um plano global físico como tal. Isso gerou o não financiamento pelo MEC de recursos para a construção de prédios, além de concomitantemente não concluir um planejamento de criação de cursos. Esse descompasso gerencial, em minha opinião, foi a razão definitiva para o estado atual. [...]"
(XVIa:08, grifos nossos)

Note-se que a questão é encarada como um "descompasso gerencial". Não importava, como não importa ainda, se a comunidade (que na verdade não o é) universitária tinha ou não alguma aspiração ou desejo.

Há vinte anos, o maior desejo era "ter universidade". O professor Delfim (também um dos nossos entrevistados, que parece fugir desse assunto) caracterizou, na sua entrevista, o clima de expectativa da comunidade pelotense na época. Mas planejar o que se queria ter era outra história bem diferente.

De um modo geral, nessas falas da UFPel, vem se tornando progressivamente mais evidente um traço, que chamaremos aqui de *intimidação frente à ação racional*, com tudo que implica aí a expressão *racional* em termos de discussão, argumentação e consenso possíveis.

O gerenciamento mais tecnificado e centralizado interno da UFPel, entendido como um elemento de motivação coletiva para as ações gerenciais, administrativas e mesmo pedagógicas, nunca existiu. Isso sempre significou "interferência em assuntos privados". Por isso que a expressão "feudo" apareceu algumas vezes nas falas dos entrevistados.

Por outro lado, a falta desse gerenciamento, por parte de alguns respondentes, foi sentida também como uma "deficiência" da instituição.

A ação coletiva para o planejamento, e isso os entrevistados "sabem" muito bem, demanda muitos esforços, abandono de posições comodistas e individualistas, etc. Além disso, os entrevistados também "sabem", que aquilo que chamamos de planejamento é uma *forma possível* de ação racionalizadora, que pode envolver um mínimo de coletivismo e cooperação. Mas, ao que tudo indica, têm um grande temor de que as contradições existentes de modo latente entre os grupos (e mesmo indivíduos) envolvidos num tal processo possam tornar-se explícitas. Nesse caso, diversos fatores, quer convicções ideológicas ou motivações pessoais e individuais, têm conduzido na UFPel apenas a ações retaliatórias.

Após algumas experiências dessa natureza, alguns respondentes comportam-se como "gatos escaldados", quando ouvem falar de planejamento, fora todas as conotações negativas que o termo ganhou, especialmente após 1985. A partir deste ano, e mesmo um pouco antes, remexeram-se nas doxas da ditadura militar. Falar em planejamento, portanto, passou a assegurar o rótulo de "reacionário", ou "autoritário", àquele que fizesse isso em público.

Esse desvio, portanto, que retirou da palavra planejamento conotações de racionalidade, manifestou-se nas respostas dos entrevistados, na nossa interpretação, pelo tom cauteloso, mas que nem por isso deixa de ser comodista.

A) A GRANDE QUEIXA

QUAIS FORAM AS DIFICULDADES PARA SE FAZER UM PLANO PARA A ESTRUTURA ACADÊMICA DA UFPEL?

Esta talvez tenha sido uma das questões "mais difíceis" que apresentamos aos nossos entrevistados. Todas as respostas apresentaram alguma queixa sobre algum aspecto da universidade.

Alguns respondentes acham, em tom crítico, que o imobilismo é muito grande nas mentalidades dos dirigentes (de certo modo eles próprios) da instituição. Mas algumas queixas são, de toda maneira, significativas:

O individualismo:

"Cada grupo defende seus interesses e não há uma ação coletiva voltada para o fim maior da universidade." (XVIIIa:05)

"O individualismo o sentir-se dono o querer mostrar o que não se é. Não querer dividir." (XVIIIb:11)

"Nossas últimas reitorias não serviram à universidade e sim a interesses de grupos e indivíduos." (XVIIIb:22)

O imobilismo:

"Nunca entendi por que nunca foi discutida; é melhor deixar como está." (XVIIIa:01)

"O contexto da política educacional leva ao imobilismo das categorias, a comunidade sofre o imobilismo da política educacional maior, a UFPel está estruturada para colocar profissionais no mercado. Não há consciência de que deve mudar." (XVIIIa:02)

A Reforma Universitária reaparece:

"Poucos conheciam a Reforma Universitária, muitos não acreditaram nela, alguns estavam aliçados do processo." (XVIIIa:10)

"Quiseram implantar a Reforma Universitária numa "junção" de faculdades isoladas." (XVIIIc:28)

Com todos esses "defeitos", que os respondentes imputaram à instituição, a impressão que nos fica é de que a UFPel, a universidade pública em Pelotas, foi criada como quem dá um "brinquedo" muito sofisticado a uma criança que não domina ainda a capacidade de brincar com ele. O importante era possuir o brinquedo, era ter uma universidade na cidade. Um sinal de progresso.

Dadas a "herança cultural" e a "tradição" de Pelotas, a universidade configurou-se como um equipamento enorme: um campus, unidades espalhadas na cidade, um estabelecimento de segundo grau (bastante tradicional e com área física maior que o campus), estações experimentais, etc. Isso colocou dois grandes problemas aos dirigentes da universidade, que guardadas as proporções e as possibilidades da época, até que foram melhor "solucionados" do que seriam nos dias atuais. Um deles era assegurar a "coerência

interna" da instituição, isso só seria possível fortalecendo a administração central. O outro problema era criar e manter um nível de excelência que pudesse colocar a universidade num padrão próximo das suas irmãs pelo País. Afinal, buscava-se, via universidade, romper com a situação "periférica" de Pelotas, ou pelo menos diminuir os efeitos dessa situação. É um pouco a questão do "desenvolvimento auto-sustentado". Muitos acreditaram nisso, muitos acreditaram no MEC. Mas a estrutura acadêmica "autóctone", ao que tudo indica, esbarrou na "tradição", nas formas arcaicas de administrar, de pensar e equacionar o que estava se criando na cidade.

A estrutura acadêmica esbarrou, portanto, nos *"feudos, interesses de professores, espaço físico, muitos currículos para um mesmo curso, [falta de] banco de dados organizado, etc."* (XVIIIC:27), conforme responde um entrevistado "amargurado". O imobilismo, o individualismo, a Reforma de 68 e o fechamento político fizeram o resto: ajudaram a produzir uma universidade no mínimo confusa.

A confusão serve para justificar, por seu turno, um ceticismo bastante acentuado, na maioria das respostas, quanto às condições de superação da situação atual.

B) O PROBLEMA DA ÁREA FÍSICA DA UFPEL

"Acho que há intencionalidade de que as universidades não tenham órgãos efetivos e atuantes de planejamento, fica mais fácil desmontá-las e privatizá-las." (XIXa:02)

Neste ponto do trabalho, temos que inverter um pouco nossa posição ao analisarmos a questão das dificuldades para se fazer um plano (físico) para a UFPEL). Temos apontado insistentemente para as querelas locais, que têm impedido consensos que fundamentem uma solicitação de verbas ao Ministério da Educação, para que qualquer plano possa ser feito. Com relação

a área física, parece que se tornaram evidentes algumas dificuldades que iam além das querelas locais.

Não houve, por parte do Ministério de Educação, segundo as informações que pudemos colher, disposição de apoiar com verbas a elaboração de um plano global para a UFPel. Além disso, pelos conteúdos das respostas dos entrevistados, ficou mais ou menos evidente que essa era uma expectativa generalizada na chamada comunidade universitária pelotense.

Isto é o que pode explicar o tom de decepção constante em todas as respostas. Só há decepção onde houve expectativas frustradas.

C) "O DESCREDITO DA COMUNIDADE" (XIXa:01)

Segundo alguns depoimentos, até a gestão José Emílio (1982-1984) não havia uma preocupação maior da comunidade universitária com questões relativas a planejamento, quer físico, quer de outra natureza. Este reitor foi quem tentou introduzir na UFPel a prática do planejamento, nos moldes da "consciência possível" na UFPel, naquela época. É da gestão anterior à sua que provém o "*Plano de Desenvolvimento Físico da UFPel*". Como a instituição não conseguia mobilizar-se para implantar o plano, resolveu promover um seminário (v. capítulo II). Sem entrarmos aqui na discussão detalhada deste plano, notamos que é a primeira vez que a universidade é encarada como um todo, ou melhor, como possuindo a capacidade de se tornar um todo. O plano, pelo menos, tem o mérito de "inventariar" as unidades de forma mais ou menos abrangente. Também é nesta gestão que se cria uma "Pró-Reitoria de Planejamento", extinta na gestão seguinte, de Ruy Antunes. Estes órgãos deveriam elaborar planos em diversos domínios para a UFPel. Os mais importantes: introduzir modificações institucionais e definir uma ordem para o crescimento físico da universidade.

A gestão de José Emílio foi também pródiga em relatórios e documentos oficiais. Os relatórios administrativos são

relativamente mais completos do que aqueles das demais gestões, e buscam fundamentar-se numa linguagem que usa o planejamento, a racionalização (embora o termo seja raro ou ausente dos textos) e o crescimento. A expressão "desenvolvimento", típica da primeira fase dos governos militares, é, assim, atenuada e substituída por "avanços", "aperfeiçoamento", etc.

Apesar de tudo, essa gestão adquiriu na UFPel uma fama de "autoritária", foi a *gestão autoritária* por excelência, no vocabulário corrente da universidade. Muitos respondentes, assim como não-respondentes (outros professores com quem mantivemos conversas) têm essa versão dos fatos. Alguns identificavam esse reitor como "agente dos militares", em várias ocasiões. O perfil pessoal deste reitor, apesar de tudo, não é nem mais nem menos conservador do que a "média" dos demais reitores e administradores que a UFPel experimentou.

Supomos que em grande parte devido às suas tentativas racionalizadoras em alguns setores da UFPel, o emprego de métodos próximos à "tecnocracia" e, talvez, a tentativa de dotar a universidade de planos, *independentemente de consensos*, sua gestão ficou mesmo caracterizada como "autoritária".

Mas aqui entra um fator importante: por que na sua gestão esse processo de rotulação se acentua especialmente? Acreditamos que o período histórico que o País atravessou contribuiu muito para isso. De 1982 a 1984, no governo Figueiredo, portanto, era o período em que ainda "se prendia e arrebetava" quem fosse **contra a democracia**. O Brasil estava, de certa forma, em algumas esferas, sofrendo um processo de "democratização forçada". Todos viam naqueles que estavam ocupando cargos de confiança na burocracia estatal um "autoritário", um "agente dos militares", etc. O reitor da UFPel, na ocasião, era um homem, sem dúvida alguma, comprometido com o regime. Isso, somado às suas tentativas racionalizadoras numa estrutura caracteristicamente "irracional", granjeou-lhe esta fama de forma mais acentuada ainda.

Sem pretendermos fazer uma avaliação demasiado "branda" da situação, pensamos que a "objetividade" e a impessoalidade com que certas questões foram abordadas nos planos e nos relatórios, assim como na prática administrativa, foi o que mais deve ter "chocado" os setores letárgicos da comunidade universitária daquele momento, habituados a receber recursos, e não ter que construir uma racionalidade (ou outra estratégia) para gerá-los ou buscá-los.

Conservadores ou não, ou (já) progressistas apenas no discurso (afinal todos sabiam que o regime militar estava para chegar ao fim), muitos pelotenses ilustres não devem ter gostado de serem considerados como membros de "uma unidade universitária qualquer", dentro de um corpo coletivo, agora chamado de "universidade". A figura do professor José Emílio, que emanava eficiência e lisura moral, segundo alguns, deve ter sido para certos indivíduos o pretexto para "mudarem de lado", isto é, não mais apoiarem o governo, o regime, e voltarem-se, sob a égide de tamanho "autoritarismo", para a oposição. Uma figura vista como autoritária era a "deixa" que precisavam para efetuar sua conversão.

Isso não aparece, evidentemente, escrito em lugar algum, e constitui, quem sabe, uma das nossas mais frágeis intuições. Sem embargo, pelo modo com que muitas perguntas foram respondidas, a conversão de afogadilho se nos afigurou como perfeitamente plausível. A um grupo que produz um discurso em que as expressões "*feudos*", "*tradição*", "*interesses de grupos*", "*empenho pessoal*", "*pelotenses ilustres*" e "*dificuldades criadas por interesses de grupos e pessoas*" (XIXb:18), contrapõe-se, repentinamente, uma linguagem que utiliza uma terminologia técnica, matemática e "racional". Essa linguagem técnica (típica dos relatórios da gestão José Emílio) se opõe franca e abertamente a um esquema viciado em personalismos e rapapés, mesmo que tenha havido uma "conversão" política, e agora todos sejam "contra" o regime. A conversão, justamente, encontra um lugar perfeito neste conflito de linguagens. Se esta nossa intuição é verdadeira, ela pode servir como explicação parcial

para muitos fenômenos na UFPel. Até mesmo para a "combatividade" de setores da "esquerda" universitária que dura, de certa forma, até os dias atuais. Não se pode compreender, sem apelarmos para o comportamento intermediário de uma conversão, que de uma universidade tão "tradicional", franca e abertamente adesista aos governos militares, tenha brotado uma "esquerda" tão crítica e combativa, sem que tenha havido, no mesmo período, uma renovação no plantel de docentes e funcionários.

Isso tudo, então, nos permite avaliar por que brotaram depoimentos deste tipo, ao se falar da área física da UFPel, ao se inquirir sobre as dificuldades de se fazer um plano para a área física da UFPel:

"O centralismo das decisões em muitos momentos" (XIXc:28)

"Não entendo qual possa ter sido. As áreas físicas construídas depois da criação da UFPel, no meu entender foram totalmente improvisadas. Quem planejou não estava capacitado para tal."
(XIXc:29)

Ou seja, houve mesmo um conflito de linguagens: uma "racionalizadora" e outra apegada ao "tradicional". O planejamento (como discurso e incluindo certas práticas administrativas) e a centralização / autonomia funcionaram na sua maior parte como operadores retóricos neste conflito. Não se "desceu" ao plano concreto das transformações administrativas ou da área física.

D) O PROBLEMA DO CAMPUS DA UFPel E A "CORRIDA PARA A CIDADE"

"E na realidade teve que se improvisar. Como o MEC se contentava com uma boa apresentação e com uma boa linguagem, embora com pouca substância..."
(extraído da entrevista com o professor Delfim)

Nossos respondentes também foram inquiridos sobre os motivos que teriam levado os dirigentes da universidade a construir prédios no atual campus da UFPel, distante do centro e carente de infraestrutura. Não houve projeto para o campus. E provavelmente por isso mesmo a sua construção aumentou todos os problemas que já temos discutido até aqui.

Além desses problemas, existem as questões do campus "fora" ou "dentro" da cidade, isto é, do perímetro urbano.

Na época de criação da UFPel circulava pelo Brasil uma publicação de Rudolph Atcon, intitulada *Manual sobre planejamento integral do campus universitário*, editada, evidentemente, pelo CRUB. O livro é medíocre. Utiliza uma linguagem destinada a impressionar reitores e assessores de planejamento, porque emprega bastante termos "técnicos" e, para a época, "novos". Mas do ponto de vista técnico propriamente dito, o livro, as propostas e os métodos são, ou melhor, já eram naquele tempo, completamente obsoletos e superficiais. Além disso, não havia lugar para a estética em qualquer desdobramento das indicações contidas ali. A expressão de Caetano Veloso ("se vocês forem em política o que são em estética, então estamos feitos") proferida num festival nos anos sessenta, caberia com perfeição para caracterizar o livro e suas propostas.

O campus é pensado como uma máquina, mais próxima a um quartel do que a uma organização que lida com atividades artísticas, científicas e culturais. Além disso, normatizava tudo: climas regionais, particularidades locais, qualidades da paisagem, etc., não encontram lugar ali.

Por cima de tudo isso, o "Manual" ainda se mostra completamente "irrealista": são previstos como normais e necessários muitos equipamentos de alto custo, que nem todas as universidades, com seus orçamentos, poderiam construir. Mas o sr. Atcon e suas publicações parecem ter mesmo influenciado bastante as mentalidades de reitores e administradores universitários, dentro do espírito dos acordos MEC/USAID. Dizia-se, na época, que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. Esta frase, atribuída a um dos ministros da época (final dos anos sessenta), foi assumida como norma em alguns órgãos e instituições pelo Brasil inteiro.

Em Pelotas, segundo um depoimento:

"[...] achei que os prédios que estavam sendo construídos não eram adequados para o clima. O material não era muito bom. Faltou planejamento. Ackermann [um construtor que ganhou as concorrências] planejou um prédio onde seria melhor fazer um açude. Delfim aceitou a crítica e tirou. [o prédio]" (XXb:24)

Essa situação ilustra muito bem o que ocorreu na UFPel. As fotografias poderão esclarecer o resto.

Discordamos, em certos termos, deste respondente, quando este afirma que faltou planejamento. A linguagem da época era fundamentada no planejamento, de acordo com o modo que se entendia planejamento naquele período: normativo e modernizador, vendendo uma imagem de eficiência imediata.

Quem acompanhou um pouco as **doxas** do planejamento no Brasil, poderá perceber que num primeiro momento ele é normativo e modernizador. Era um discurso para afirmar a eficiência de um Estado centralizador. Num segundo momento, quando a legitimidade do Estado começa a ser colocada em questão, o planejamento começa já a auto explicar-se como "neutro", distanciado da política,

assim como os técnicos que a ele se dedicavam. À medida que vão aparecendo cada vez mais as falhas do regime militar, principalmente no equacionamento das políticas públicas, os inúmeros órgãos de planejamento, a esta altura espalhados por todo o País, começam a adotar linguagens mais adocicadas: aparece, pelo menos na literatura, o "comprehensive planning" (planejamento compreensivo, melhor dito abrangente), as abordagens "sistêmicas" do planejamento, o "planejamento matricial", etc. A linguagem dos planejadores vai ficando cada vez mais sofisticada, cada vez mais asséptica e também mais difícil. Timidamente, ainda, nesta segunda fase fala-se em "planejamento participativo", que nunca conseguiu ser institucionalizado no Brasil, é óbvio. Por fim, com o término do governo Figueiredo, alguns redutos de planejadores em certos ministérios, órgãos estatais, órgãos municipais e estaduais, e também nas universidades, ainda insistiam em falar um pouco de "planejamentês", que havia incorporado muitos neologismos participativos e muitos "mea-culpa".

O planejamento como discurso de governo havia se esgotado, chegando, em certas ocasiões, a ser encarado como um dialeto escuso entre os próprios planejadores: quem falasse em planejamento era identificado imediatamente como "reacionário", tamanha era a decepção dos "técnicos", tão isentos, com relação aos "políticos" do governo militar.

Essa decepção dura, de certa forma, até hoje, e foi reforçada pela expressão "dívida social", muito empregada no início do governo Sarney. A expressão nos permite avaliar a culpa de muitos técnicos e administradores. Mas o discurso do planejamento foi tão rapidamente desgastado que ninguém mais ousou falar nele. O Brasil, que tinha criado até um Ministério de Planejamento, passou a não mais se planejar, tomaram-se medidas "urgentes", planos "sazonais", ou que levavam nomes de ministros, para resolver problemas imediatos.

Duas coisas, ainda, precisam ficar bem esclarecidas com relação ao planejamento no Brasil (em todos os domínios, do econômico ao educacional): primeira, se falou e se produziu muito

mais papel do que propriamente se planejou e implantou; segunda, ao se abandonar o planejamento como discurso, "jogou-se fora a criança com a água do banho", não se aproveitou nada de uma faísca de racionalidade que havia nestes planos, nem mesmo para criticá-la. Em resumo, não houve praticamente avanço algum.

A decisão de levar a reitoria da UFPel para o campus foi assim descrita por um dos nossos entrevistados: "*decisão como o Médici: vai ser aqui.*" (XXIa:01). Um outro afirma simplesmente: "*...o interesse da reitoria era o crescimento, e porisso teria que implantar o campus, e a reitoria teria que estar lá.*" (XXIa:02).

Mas há um grupo de respostas que vêem um "significado político" no campus, talvez maior na consciência local que na nacional, representada pelo MEC. Mantemos dúvidas se o MEC achava tão importante que a UFPel tivesse campus ou não. Mas enfim essa questão é hoje muito difícil de avaliar.

"Intenção, por parte do governo federal, de isolar as universidades das áreas urbanas." (XXIa:05).

"A orientação do MEC, na época, de criação de campi universitários." (XXIa:13).

"A Reforma, que trazia em seu bojo o isolamento até mesmo físico da universidade com relação a comunidade." (XXIb:22).

"Política sessentoitista (sic) de aplacar a febre estudantil e sua influência urbana, cabendo à reitoria o controle do campus." (XXIb:27).

Alguns respondentes argumentaram que o MEC praticamente "impunha" os campi: "*Na época o apoio econômico do Ministério só permitia obras em campi.*" (XXIa:07). Mas em nossa opinião, esse tipo de resposta, agora com jeito de crítica, fala muito mais do adesismo aos governos militares, que foi bastante forte em

Pelotas. Uma resposta, de um indivíduo até bem mais comprometido com as ideologias dos militares, não é tão simplista, e coloca a questão de modo mais "real" até: "...decisão do primeiro reitor, querendo aglutinar em áreas físicas, já que na época havia tendências de definição pelo campus." (XXIa:08, grifos nossos).

Apesar de tudo, pensamos que a questão determinante do campus em Pelotas foi a própria disponibilidade da gleba, onde foram construídos, de um modo geral, **sem racionalidade**, muitos prédios. Alguns são até verdadeiras aberrações arquitetônicas e técnico-construtivas.

As doxas da Reforma, de Atcon, etc., serviram apenas de pretexto, algum tempo depois, quando certos setores que começam a se tornar "críticos" ao regime, e à universidade, precisam buscar argumentos para fundamentar suas novas posições.

Em nossa pesquisa, tivemos a impressão que os discursos governamentais foram tomados de empréstimo pelas lideranças locais para justificar ações isoladas, táticas e imediatistas. Isso ocorreu de modo também eventual, porque tampouco havia a possibilidade real de se criticar, nos governos militares, as medidas que se tomavam. Elas se acreditavam produto de um consenso.

Consideramos secundária até mesmo a idéia de Rudolph Atcon, de quem o professor Delfim apenas ouviu falar, de transformar a universidade brasileira num super colégio de terceiro grau, eficiente em termos de formação de mão-de-obra e ineficiente em termos de crítica, senão ao menos reflexão social, e além de tudo fora dos centros urbanos importantes. Para Pelotas, como acaba se revelando pelas falas dos entrevistados, isso foi apenas uma "moda". Os pelotenses ilustres vestiram essa moda, porque lhes era conveniente, embora o resultado não se lhes ajustasse muito bem. É possível que tenha havido ingenuidade de muitos e casuísmo e um certo oportunismo (mais ou menos consentido pelos demais) de poucos. Não é nosso problema explicar por que e como a "razão ingênua" encontrou terreno tão fértil em Pelotas, que assumiu a linguagem do planejamento como sua. Os

norte-americanos sempre venderam uma imagem pragmática e eficiente que os brasileiros sempre (aparentemente) compraram de bom grado. A literatura sobre planejamento (educacional, urbano, econômico, etc.) de inspiração norte-americana ou anglo-saxônica produzida no Brasil, para "resolver" problemas brasileiros, guarda um forte traço de grosseira ingenuidade. O "discurso" do planejamento sempre teve a capacidade de absorver visões ingênuas da realidade.

Acreditamos que o voluntarismo, típico de nossas mentalidades de tradição oligárquica, é um dos elementos que mais foi capitalizado no discurso planejador brasileiro, fundindo-se com ele e deixando uma marca "inocente" nos planos. Planeja-se um campus, mas não se examinam as condições concretas que se têm de implantá-lo e mantê-lo, ao mesmo tempo que se diz estar sendo "racional" e "realista". "Mau planejamento", diria um técnico asséptico qualquer em planejamento. Mas concretamente, em Pelotas, não houve planejamento para o campus.

Responde um ex-reitor, sobre o que teria fundamentado a decisão de lavar a reitoria para o atual campus: "*Não entendo qual tenha sido se não havia um plano de desenvolvimento feito. Foi obra da improvisação, no meu entender.*" (XXIb:29, grifos nossos).

A improvisação de construir um arremedo de campus, que nem mesmo atendia os preceitos do Manual de Atcon, no Município de Capão do Leão, gerou um dos maiores problemas para a UFPel. Não seria exagero afirmar que foi uma espécie de suicídio do que poderia ter sido seu crescimento racional. A universidade não vai conseguir tão logo resolver as múltiplas consequências da sua pulverização na estrutura física. Transporte, espaços para trabalho e desintegração, fora a falta de cuidados com a manutenção dos imóveis, são normalmente endêmicos na UFPel. Mas de qualquer modo, nos parece sempre bastante instigante a questão de que, *apesar disso* a universidade vem funcionando. A sua desorganização do espaço físico é muitas vezes apontada como desculpa, por parte de seus críticos, de que a universidade "funciona mal". Deduzimos que a questão do espaço físico é

secundária na UFPel: mantém-se a universidade como um espaço ruim, até para que a desculpa possa ser usada, porque então o compromisso com a eficiência dos seus profissionais passaria para o primeiro plano, e isto, seria "aconselhável" evitar. A universidade bem projetada obrigaria a uma produção científica de qualidade (não automaticamente), a um ensino de nível excelente e a um entrosamento transformador com a comunidade. Para que isso se atingisse, seria necessário, além de recursos financeiros e equipamentos, *muito trabalho*. Esse trabalho, voltado essencialmente a um produto coletivo, é muito difícil de obter. Por isso é, até certo ponto, conveniente, que se mostre uma universidade "carente" à comunidade. Na história dessa carência, no caso da UFPel, se escondem as histórias das suas irracionalidades.

Em termos de "corrida para a cidade" de várias unidades que abandonaram o campus, na gestão anterior à atual, não houve sequer uma estratégia para alugar prédios que pudessem abrigar mais de uma unidade ou curso, com condições, digamos, ao menos "razoáveis" de funcionamento. Cada curso, ou unidade, deslocou-se do campus "como pôde", individualmente, "liberalmente". Houve um imediatismo que acarretou a situação atual: prédios ruins, alugados (sem garantia de permanência), péssima manutenção, falta de espaços (espaços inapropriados para as atividades) e finalmente uma "desrazão" nos deslocamentos, causando uma sangria de recursos em transporte cidade-campus (há unidades que permaneceram no campus, bem como a própria reitoria, sem que se desfizessem os "laços acadêmicos" com as unidades que foram para a cidade). Existem disciplinas de um mesmo curso ministradas em prédios diferentes, quer na cidade quer no campus.

Talvez a última e exemplar circunstância do espaço irracional da UFPel seja o transporte de refeições da cozinha do campus para o Restaurante Universitário, no centro da cidade. A cozinha deste restaurante teve que ser desativada devido a problemas de inadequação do espaço com relação à atividade, segundo normas de segurança do Município. As refeições seriam, então, preparadas na cozinha do RU do campus, e transportadas até

a sala de refeições do "RU-Urbano" em panelas térmicas, adquiridas pela universidade especialmente para este fim.

Enquanto aguardava-se a aquisição das panelas, o transporte, mesmo que já tivesse preço subsidiado, campus-cidade, foi declarado gratuito, porque então eram os estudantes da cidade que eram levados para comer no campus. Não nos importa aqui colocar a questão do transporte e das refeições gratuitas ou não (as refeições, atualmente são gratuitas), mas sim a irracionalidade do procedimento, num primeiro momento consistindo a "única saída". Com isso se perde a noção das "improvisações sucessivas" que têm sido a constante na UFPel.

É importante acrescentar que, se a racionalidade não encontra lugar na UFPel, as "irracionalidades" (que acabamos por designar entre aspas, por serem os processos reais, que ocorrem na prática) têm-se mostrado muito "racionais", principalmente em termos de **cooptação do movimento estudantil**.

A cooptação tem sido um procedimento fundamental para a nova "casta" de docentes-administradores que começa a vicejar nas universidades. Essa casta foi altamente incentivada pela relativamente "desconhecida" portaria nº 474, de 26 de agosto de 1987. Ao mesmo tempo, mais ou menos, a democratização da universidade consegue praticamente institucionalizar o uso do "voto universal" para qualquer cargo na UFPel. Os estudantes (aproximadamente 5.000) são o maior plantel de eleitores. Têm sido objeto de agrado por isso.

Para finalizarmos esta seção sobre o espaço físico da UFPel, falta-nos ainda mencionar o trabalho do já extinto Grupo de Trabalho de área Física da UFPel (GTAF-UFPEL). A história do GTAF-UFPEL foi resumida na *"Proposta de pesquisa para dissertação"* (p.29-32), que antecedeu este trabalho.

O fracasso do trabalho do GTAF-UFPEL consiste um dos melhores exemplos de que a chamada comunidade universitária da UFPel tem outros interesses, que tratar dos seus problemas (graves) de área física. Os trabalhos do GTAF tiveram que ser abandonados por diversos motivos, mas em nossa opinião, os

seguintes teriam sido os principais: a) falta de pessoal disponível, ou disponibilidade de tempo dos docentes envolvidos insuficiente para um trabalho de tal envergadura; b) falta de apoio do Conselho Universitário, do qual o grupo consistia uma "assessoria"; c) falta de interesse nas unidades, por parte de professores-alunos-funcionários, de que se tratasse de "planejamento físico" como um componente essencial do trabalho da universidade, não o convertendo como um fator de cooptação ou de barganha por parte de grupos que "polarizavam eleitores" de qualquer lado que se tratasse, num momento em que o que era importante era a "sucessão" do reitor.

Na verdade, embora crucial, a estrutura física da UFPel pode ser considerada um assunto "desinteressante" para a comunidade de professores, alunos e funcionários.

Além disso, os problemas que a UFPel tem enfrentado, oriundos de sua própria estrutura, não se fazem sentir imediatamente como consequências de um espaço físico caótico. Mesmo que em primeiro lugar se admita como prioritária uma estrutura acadêmica coerente, simples e flexível, e que a questão institucional da universidade é (ou seria) o ponto de partida para isso, etc., o espaço físico, que é *apenas um meio*, pode, se deixado ao sabor dos casuísmos burocráticos e administrativos, converter-se num poderoso fator de estrangulamento (inclusive financeiro), como aliás, já é.

O problema da área física da UFPel talvez não seja o seu ponto de estrangulamento essencial. As particularidades da universidade, contudo, obrigam que o mesmo seja encarado de forma individualizada dos demais.

De nossa parte, pensamos que uma nova estrutura física para a UFPel deve ser ainda projetada. Mas isso só ocorrerá quando os problemas atuais atingirem um nível tão mais crítico, que tornem quase impossível que a universidade atenda suas demandas por ensino (a pesquisa e a extensão constituem partes do tripé que não são "cobradas" com veemência pelos "clientes" da UFPel: estudantes de classe média, na sua maior parte, e a

comunidade, que na expressão do ex-reitor, "paga" a instituição). Portanto, quando na universidade, em qualquer um dos seus pontos, não for mais possível ensinar, ou exercer seus outros desdobramentos, por deficiências de espaço físico, então pode ser que a comunidade local procure reconhecer esse problema como um problema coletivo. Terá que se renunciar aos bizantinismos administrativos e aos particularismos, e analisar a estrutura que existe como se fosse um todo. Para nós, isso, aparentemente, não se afigura como possível a curto, ou mesmo, a médio prazo (5 a 10 anos). Mas nosso prognóstico tem mais um elemento a ser mencionado: provavelmente será a população fora da universidade que vai acabar produzindo a crítica da instituição. Especialmente aquele estrato da população que aspira a uma carreira universitária. Aparentemente, em Pelotas, esses setores de classe média, na sua maior parte, estão relativamente "satisfeitos" com a situação atual. Mesmo porque as possibilidades de uma carreira promissora que dependa de um diploma universitário estão cada vez mais difíceis. Os estudantes também, não questionam abertamente a qualidade do ensino que recebem (por falta de parâmetros de comparação e porque sabem que se assumissem compromissos com uma crítica, isto lhes consumiria uma energia que no momento não estão dispostos a dispender), nem tampouco questionam a desvinculação da formação universitária que recebem com as oportunidades profissionais. As oportunidades profissionais, na nossa sociedade, e ainda mais em Pelotas, não são distribuídas "apenas" com base em critérios de competência e credenciamento universitário.

Vivemos um período na universidade, coincidentemente, semelhante ao que o professor Delfim afirmou na sua entrevista: *"todos esses cursos foram criados com a absoluta e total indiferença do meio comunitário."* Provavelmente quando a sociedade puder acumular energias através da "rebelião estudantil", possa, talvez, ocorrer uma modificação nas universidades. Se a UFPel "for na onda", então, pode ser que alguma coisa se altere. Avaliar essa questão, porém, não é objeto deste trabalho.

Acreditamos, portanto, que a área física da UFPel só será reestudada num momento em que a universidade pública brasileira como um todo seja repensada. As mentalidades locais, avessas ao planejamento e à racionalização, seriam, quem sabe, então motivadas para alterar seus procedimentos, a tendência que observamos é que Pelotas será, mais uma vez caudatária de processos centrais (como o seria se ocorresse uma nova "reforma universitária" do tipo "de cima para baixo). Mas se tal caso ocorrer, para Pelotas, a comunidade universitária deverá então preocupar-se em "pegar o lado certo da onda", caso contrário, pagará um preço bem alto por um novo cochilo.

E) O PAPEL DA ÁREA FÍSICA PARA A UNIVERSIDADE, PRIORIDADES, PLANEJAMENTO E CONFIGURAÇÃO IDEAL

Nos depoimentos de nossos respondentes sobre esses assuntos ficou bastante evidente uma certa confusão, ou dificuldade de diferenciação, por parte dos mesmos, daquilo que seria a análise de um fato concreto, isto é, a situação atual da área física da UFPel, e as aspirações, difusas, que esses respondentes têm, ou tiveram com relação a área física. Por essa mesma razão, já que isso não foi uma dificuldade *nossa*, mas sim presente nas falas de diversos respondentes, foi novamente necessário evitar categorias excessivamente estanques e absolutas. Trabalhamos aqui não sem uma boa dose de ambiguidade.

Alguns respondentes encaram o espaço da UFPel como uma figura da desordem da instituição: [a área física] " ... *contribuiu para manter a desordem reinante, a universidade deveria ter uma proximidade, convívio e pesquisa multidisciplinar.*" (XXIIa:01).

Outros tendem a encarar o espaço como um *meio*, mas mostram que pairam alguns problemas sobre essa questão:

"... *dar condições básicas para as atividades e integrar a universidade com a comunidade.*"
(XXIIa:02)

"O espaço como um meio: a dificuldade não deve afastar, deve transformar-se em objetivo pertinaz para realizar-se." (XXIIa:04)

Aparecem aqui, pois, "pairando", a integração universidade-comunidade, que é muito difusa na maioria das falas dos docentes, a julgar pelo modo como é sempre reclamada, praticamente por todos. Também as "dificuldades" mencionadas no segundo depoimento, apontam, provavelmente, levando em conta o perfil do respondente, para as intermináveis querelas internas da instituição que envolvem a área física.

Para outros respondentes, o espaço aparece como "vital". Aqui há poesia e realidade:

"Vital, tudo tem seu desenvolvimento no espaço, e se este é constantemente mutável, como tem sido, há um desestímulo, o material estraga." (XXIIa:11)

"Vital. A distribuição adequada da área é fundamental para o desenvolvimento das atividades fins." (XXIIa:12)

Uma linguagem "patriótica", ou "valorosa", com alguns resquícios das **doxas** da Reforma.

A temática da "integração da universidade com a comunidade" (ver XXIIa:02, citada anteriormente) e consigo mesma foi um tema bastante frequente neste bloco de respostas. Considerando o grupo dos respondentes como um todo, pode-se falar sem exagero que há uma certa dose de "fantasia" por parte deste, quando colocam a expectativa da integração da universidade como dependente da integração física. Achamos que o oposto da integração na imaginação dos respondentes não é representado pela situação atual, de dispersão física. Quando sonham com

"integração", é bem possível que estejam imaginando uma universidade sem desunião, sem a fragmentação do pessoal docente, principalmente, em grupos não raro oponentes entre si, e que tecem inúmeras querelas. Aqui, em nosso questionário, sonharam que com a aglutinação física da universidade, esse processo (em si muito desgastante) acabaria. Contudo, obtivemos também uma resposta francamente "provocadora": [a área física] "*Não é importante.*" (XXIIb:18). Não conseguimos avaliar por que exatamente o entrevistado produziu esta resposta. Se estava tentando ser "original", se a resposta é um produto de sua experiência como reitor, se prega o primado do espírito sobre a matéria, etc. Na verdade, pensamos que falou "sinceramente" o que muitos respondentes pensam, mas que não afirmam numa entrevista, até por medo de se exporem: a área física da universidade não é importante, o que importa é que as instituições existam e com elas os empregos e os cargos, eventualmente ela (a área física) pode ser convertida num cavalo de batalha de algum grupo que aspire o poder dentro da universidade, nesse caso, é conveniente que o tema seja entesourado para ser utilizado conforme as conveniências.

Aquele nosso respondente "amargurado", de outras respostas, considera que a área física tem desempenhado "*um triste papel, o do bandido. É uma questão de morte ou vida. Por causa dela, os poucos cruzados de OCC ("Outros Custeios de Capital") desaguam pelo ladrão dos transportes e dos aluguéis.*" (XXIIb:27).

A racionalidade de alguns agentes manifestou-se, contudo, seja reconhecendo que: "*para as características da UFPel, a racionalidade e o dimensionamento da área física são importantíssimos, podendo comprometer a disponibilidade de recursos para atividades essenciais.*" (XXIIb:25). Ou então, falando ainda um pouco com o sotaque da Reforma: "*talvez a integração dos setores e evitar a duplicação de esforços.*" (XXIIb:15). Um outro, já aposentado, analisa a questão à distância: "*acho que o que precisa maior área física são áreas para o meio rural. Para a agronomia, para a engenharia agrícola.*

Acho que as demais poderiam ser no sentido vertical." (XXIIb:24)
De qualquer modo, em todas as respostas evidencia-se uma visão um tanto simplista da questão. Talvez nenhum desses respondentes tenha se perguntado muito sobre o assunto "área física", e nem imaginassem que um dia também alguém os poderia inquirir a respeito. Foi essa, de um modo geral, a impressão que tivemos. Acostumados com o espaço que tinham, nunca se questionaram a respeito. Porisso, talvez tenham empregado tantas "frases feitas" e utilizado tantas **doxas**.

Além disso observamos que o papel da área física da UFPel é visto por vários modos, mas todas as posições são um tanto fundamentadas *idiossincraticamente*. Nesse caso, a argumentação [3] entre quaisquer elementos que procure esclarecer o assunto e buscar um consenso, tende a se tornar impossível.

A vontade, e antes disso, o projeto ou pré-figuração do que se quer como universidade não estão claros nas mentalidades dos docentes-administradores. Talvez nem eles próprios queiram ter uma imagem definida sobre o assunto.

Área Física, Prioridade?

Ao analisarmos as respostas desta pergunta, nos deparamos com a seguinte situação: aqueles mesmos docentes-administradores que são ou foram imediatistas ao tratar com as questões da área física não a consideram prioridade. Isso confirma, ou até certo ponto justifica, por que a área física da UFPel, no estado (de irracionalidade) em que se encontra, tem causado tantos problemas.

"Acho que é importantíssimo, mas não é o fundamental. O fim da universidade não é esse. É enquanto meio, não enquanto fim." (XXIIIa:01)

"Antes da área física, o ensino e a pesquisa e a extensão devem encabeçar a lista de prioridades." (XXIIIa:06)

"Não. A prioridade fundamental continua sendo a do conhecimento e a da criação do conhecimento." (XXIIIb:18)

"Sim, mas só depois da qualificação do corpo docente e amparo à pesquisa." (XXIIIb:21)

"Acho que não. Acho que a prioridade deveria ser o ensino, que está muito ruim. Professores não gabaritados para as disciplinas." (XXIIIb:24)

Um outro grupo de entrevistados, bem mais enebriado pelo "espírito universitário", reconhece alguma prioridade para a área física, analisando-a sob seu aspecto de "deseconomia".

"Sim, porque através da concentração há a utilização racional da área física." (XXIIIa:05)

"Pela indefinição vem crescendo a tendência de deslocamento para Pelotas, o que acarreta uma despesa enorme em locações." (XXIIIa:08)

"Sem dúvida, porque é caótica a nossa situação. Não há racionalização e as pessoas perdem em eficiência." (XXIIIa:11, grifos nossos)

"Esta universidade, nos seus 20 anos de existência não conseguiu arrumar a sua casa, porque o dinheiro que as unis (sic) usavam vinha do Banco Mundial, que exigia planejamento a médio e a longo prazo, o nosso foi deficiente." (XXIIIb:27, grifos nossos).

Mas alguns associam a área física a uma concepção "abstrata" de universidade: [o papel da área física] "é fundamental, pela própria concepção de universidade". (XXIIIb:29, grifos nossos).

A concepção de universidade, contudo, permaneceu até agora difusa. Não integrou o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (esta não integração pode até ter sido um dos principais obstáculos à unificação), e esse assunto sempre ficou pendente em várias discussões entre os pelotenses.

As questões da universidade que podiam ficar resolvidas "no papel" acabaram, ou mal ou bem, "consolidadas" (normas, estatutos, etc.). A universidade é um todo no papel. Na área física e nas práticas ("ensino, pesquisa e extensão") é que sua fragmentação se torna mais evidente.

O "ideal" para a área física ficou representando uma espécie de "figura de horror" para a maioria dos administradores da UFPel. Essa questão teria que ser enfrentada com a energia de um Bismarck, e nunca foi. As irracionalidades e incoerências da organização interna (herdada ou não, isso se tornou irrelevante) da UFPel tornaram-se sempre muito evidentes pela área física. Já mencionamos o exemplo do transporte da "comida quentinha" para os alunos do campus para a cidade, mas há outros exemplos igualmente caricatos. Os alunos do curso de arquitetura têm aulas de física na cidade, e não no campus. Mas quando têm que prestar provas, são então obrigados a ir até o campus: as salas são maiores e eles ficam mais afastados entre si, evitando a "cola". Não colam em física, mas em compensação perdem as aulas que se sucedem à física, no mesmo turno, por causa do "deslocamento". Isso ilustra um pouco em que condições alguns cursos foram deslocados para a cidade: espremendo-se em prédios inapropriados. O deslocamento era inevitável, por outro lado, uma vez que o campus também nunca ofereceu uma infraestrutura para que todos os cursos pudessem funcionar lá.

Foi nesse sentido que afirmamos, portanto, que mexer com a área física significa também tornar públicas muitas incoerências dessa natureza. Algumas são realmente inevitáveis, outras anedóticas, e assim por diante, mas apontam todas para uma racionalidade jamais tentada na UFPel, por razões que já temos apontado ao longo desta análise.

6) O PLANEJAMENTO NA UFPel COMO UM TEMA GENÉRICO (DA TECNOCRACIA A KANT)

O que é planejamento? É uma codificação da ação racional? E o que fundamenta a ação racional, por seu turno, especialmente numa instituição de ensino superior? Essas são questões ligadas ao grupo de perguntas, cujas respostas de nossos entrevistados analisaremos a seguir. Algumas considerações sobre este último trecho da análise serão também retomadas nas "conclusões" deste trabalho.

Nos deteremos agora no último bloco de perguntas (ver questionário em anexo), Perguntas XVI, XVII, e as finais, XXV, XXVI, XXVII e XXVIII. (ver o questionário).

O objetivo de todas essas perguntas era captar as formas como os respondentes lidavam com o que batizamos aqui de "discursos do planejamento". Forçamos sempre a expressão "planejamento" em cada pergunta, aparecendo também as palavras "planejar" e "plano". Queríamos ter contato, pois, com os enunciados produzidos pelos entrevistados, à medida que estes eram "motivados" por esse tema, ou então, dito de outro modo, como esse tema ativava o seu "léxico", o qual interpretaríamos com relação aos problemas da universidade.

Surgiram, evidentemente, uma série de "migalhas ideológicas" que serão comentadas, à medida que algumas respostas permitam ou façam espontaneamente associações a outros temas periféricos ao planejamento.

Na pergunta XVI os respondentes falaram sobre suas avaliações das condições de se planejar ou não a universidade.

As respostas foram bastante variadas. Alguns pensam que não há condições de se planejar coisa alguma na UFPel: *"não há, porque a comunidade não quer. Mantém-se tudo como está para não arriscar a piorar. O conceito de ninguém mexer com ninguém."* (XVIa:01).

Um outro grupo, mais "flexível", acha difícil: *"Nunca é tarde para se fazer o certo, ainda que difícil, muito difícil"*

[...]", (XVIa:04). Aqui encontramos um certo sotaque "comteano", que veio parar na fala deste respondente graças a uma formação "jurídico-militar-espírita" do mesmo.

Como não poderiam deixar de faltar, aparecem respostas utilizando *doxas* do movimento docente ou aquelas falas "pasteurizadas" que apareceram dentro da universidade nos últimos anos:

"Sim, desde que o planejamento seja feito a partir do movimento integrado pelos diferentes setores envolvidos." (XVIb:12)

"Sim, devem ser planejadas [a área física e a estrutura acadêmica] para atender os objetivos fins da instituição, Ensino, pesquisa e extensão." (XVIb:09)

Chamamos essas falas de pasteurizadas, porque elas resistem à qualquer contaminação de natureza argumentativa. Já são o resultado terminado e engarrafado de operações retóricas, prontas para serem empregadas em assembléias e reuniões de grupos (de médios a grandes). Nos anos de 1987, 1988 e 1989, inclusive durante as reuniões para a campanha eleitoral da última troca de gestão, tudo o que se ouvia nas instituições era: "ensino/pesquisa/extensão", "indissociabilidade", "ensino público e gratuito", "participação", "professores/alunos/funcionários", "as três categorias" e "reflexão".

As universidades públicas, nos anos oitenta, têm sofrido um processo muito sério de desgaste, quer institucional, quer financeiro, quer de paradigmas de comportamento das "três categorias".

Os anos oitenta assistem o aparecimento de um "discurso sindicalista" dentro da universidade. O arrocho salarial continuado e as tentativas de "racionalizar" o Estado brasileiro via privatização da educação (muitas vezes tentado através do simples "abandono financeiro" das universidades), projetos

"GERES", e outros expedientes governamentais, estão bastante relacionados com esta adoção de discurso dentro das universidades. Um pouco ele (o discurso atual) é "reativo", outro pouco foi tomado de empréstimo a movimentos sociais mais amplos, que encontraram eco em alguns setores universitários. Não desenvolvemos, neste trabalho, investigações mais detalhadas sobre esse assunto, que poderia até resultar uma pesquisa de grande envergadura.

Aqui, sem entrarmos no mérito dos conteúdos, portanto, queremos fazer uma ressalva "técnica": qualquer análise de conteúdo (ou de discurso) feita numa universidade, atualmente, tem que dar conta, de algum modo desses "desvios" na linguagem do cotidiano das instituições. No cotidiano, proferidas em assembleias em que as possibilidades de argumentação são restritas, afastadas as possibilidades de uma contextualização mais concreta, repetidas e distanciadas das problemáticas individuais, as falas entram em processo de **despolitização**, mesmo que seus conteúdos falem de política, isto é, convertem-se em **doxas**, essa perspicaz noção de Roland Barthes.

No caso da UFPel, por se tratar de uma universidade relativamente menor do que a UFRGS, por exemplo, mas relativamente mais destacada na cidade (é "a federal") de Pelotas, os grupos que questionam as medidas do governo Sarney também destacam-se num "fundo" relativamente amorfo. Por isso, em nosso entender, esses fragmentos da doxa do movimento docente nacional, ao qual se associaram e se identificaram os grupos que se (auto) definiram como contestadores, foram incorporados pelo coletivo da UFPel. Houve uma certa "imposição de discurso", sem que se soubesse, ou se analisasse sua proveniência e pertinência. Algumas expressões utilizadas como a tríade "ensino/pesquisa/extensão", fazem parte, ou já estavam embutidas no discurso da Reforma Universitária, de vinte anos atrás. Os grupos "falantes" nunca deram mostras de terem sequer "desconfiado" disso. Em nosso entender, não desconfiaram mesmo, mas esses discursos foram empregados, porque utilizavam expressões "conhecidas" e que já tinham uma penetração ou impacto

"positivos" no público, graças à sua "racionalidade", ou ao adesismo aos governos militares. Ensino, pesquisa, extensão, indissociabilidade, etc., são expressões que causam a impressão de que se estão tratando seriamente de questões especificamente acadêmicas. Uma linguagem "intelectual", que não tem nada a ver com os problemas sociais reais, nem com o distanciamento também real da universidade com relação à comunidade (esta só aparece nos discursos). Esse distanciamento, assim como os compromissos não assumidos, mas impostos pelo próprio discurso adotado, podem ficar escondidos atrás dessas falas "assépticas". Por isso que, apesar do seu conteúdo, essas falas são despolitizadas. Apesar de tudo são falas "politizantes", graças ao seu poder de cooptação. A cooptação, ou em certos casos, legitimação, numa universidade, se dá em grande parte pela adoção de um discurso "que encaixa" no momento certo. Foi isso que aconteceu, em parte, também nesta última troca de gestão. As falas despolitizadas, as doxas, são importantes então, porque asseguram o descompromisso entre discurso e prática coerente por parte dos grupos dirigentes da instituição. Revela-se aí, nesse caso, uma outra situação: próxima do oportunismo, ou do arrivismo. Se, contudo, as expressões aparentadas com "oportunismo" são demasiada e rançosamente moralistas, as doxas empregadas podem ser descritas então como "estratégicas". As doxas, na nossa interpretação, podem ser, além de despolitizadas, as "falas do oportunismo".

Para nós, que acompanhamos este processo com relativo distanciamento (somos "forasteiros" na cidade e, de certo modo, também na universidade), foi relativamente fácil por em evidência o atropelo com que esse discurso com matizes "sindicalistas" foi adotado pelo grupo mais "progressista" da universidade. Até no acordo MEC/USAID se falou nas assembleias. O resultado era uma mistura babilônica de doxas da Reforma Universitária, de partidos políticos, de movimentos sindicais, de questões pedagógicas, de propostas "ISEBianas" (até nisso se remexeu) de universidade, e muitos outros discursos "sem dono", como ficaria melhor descrevê-los.

Acreditamos que o processo que assistimos, acelerado em 1988 com a campanha pela posse da reitoria da UFPel, assim como em algumas assembléias durante as greves de 1987, 1988 e 1989, na sua essência é, "*mutatis mutandis*", análogo à adoção do discurso positivista pelos políticos castilhistas-borgistas, ou ao aparecimento de questões liberais, rousseaunianas e comteanas nas falas e nos escritos daqueles pedagogos pelotenses da República Velha, quando estes se referiam à "modernização" dos estabelecimentos de ensino da época: o Patronato Visconde da Graça, o Colégio Pelotense, as primeiras faculdades de Direito e Odontologia, etc. No primeiro e segundo capítulos apresentamos uma descrição mais palpável deste processo, com os discursos escritos dos pelotenses ilustres da época.

Assim como naquela época (República Velha), esse processo de adoção de discurso resulta de uma confusão de doxas que só é decifrável pelo conhecimento histórico e pelo conhecimento semântico (também histórico) de certas expressões. A contextualização dos discursos é então fundamental. A chave está [4] na história e nos discursos, mas mesmo assim precisamos estar conscientes que estamos sempre lidando com fragmentos.

Atualmente os processos de "adoção de discurso" são muito mais acelerados porque parte da mídia está ao seu serviço. Isso, apesar de tudo, garante menos ainda a "pureza" das idéias que são veiculadas (seja da Reforma Universitária, seja do ISEB, etc...), porque a mídia é infestada de diversos "vírus ideológicos" da comunicação. Assistimos, pois, na UFPel, como idéias de Alvaro Vieira Pinto vieram parar em fragmentos num panfleto ou discurso, o mesmo acontecendo com outros pensadores (Paulo Freire, por exemplo, tem sido muito empregado como um "operador retórico" em assembléias). De panfleto em panfleto, certas idéias acabam virando caricaturas dos originais, são aceitas muito mais por motivos "gregários", emocionais, de cooptação, etc., que por uma reflexão (termo também gasto, aliás) mais detalhada sobre sua pertinência ou não no aqui e agora da universidade.

Em resumo, se achamos em muitos pontos caricata a conversão liberal-comteana dos charqueadores e estancieiros nos discursos dos estabelecimentos de ensino da República Velha, porque eles eram "acadêmicos" em excesso, estavam "fora da realidade" e tentavam mascará-la, pelo mesmo ângulo poderíamos criticar uma grande quantidade de escritos e falas que a universidade tem produzido.

Na base desse processo está a falta de paradigmas, de projeto, quer de sociedade, quer de universidade. Constrói-se uma instituição, trabalha-se e educa-se nela (como se pode) sem realmente saber por que ou para quê. Isso faz com que se veja, uma vez ultrapassada a cortina de discursos, uma universidade sem muita consistência, de aparências, de rapapés, para constar. Associado a isso, está a manutenção no poder, quer na cidade, quer na universidade pública, dos epígonos daquelas classes dominantes e das classes médias "tradicionais". Por isso que as crises atuais da universidade têm a tendência a serem vistas como crises "morais", ou então a "culpa" recai toda no distante MEC e no governo federal. É um modo bastante inteligente de filtrar os conflitos de classe locais e sua presença, mais ou menos pronunciada, na universidade. Essa filtragem, atualmente, é feita pela adoção de um discurso que usa Marx, Engels, Lênin e Gramsci com frequência, mas "na prática, a teoria é outra".

Ao serem inquiridos se há setores da UFPel que podem se desenvolver (palavra indutora, também) sem planejamento, o efeito foi mais ou menos semelhante ao da pergunta anterior. A pergunta, de alguma forma, atingiu uma região de incerteza da maioria dos respondentes. Essa vacilação pode ser interpretada por nós como um ponto de articulação, um nó flexível daquela adoção de discursos que observamos acima.

Os respondentes são unânimes no reconhecimento do planejamento como uma prática necessária à administração (pelo menos nesse nível) da universidade. A não ser nosso planejador "amargo". Este considera que o "pensar lógico" já significa planejamento. Parte de um pressuposto, ao que podemos rastrear, de que existe uma racionalidade imanente ao pensar lógico, que

fundamentaria, em princípio, qualquer ação administrativa prática. Reconhecemos aqui uma forte influência racionalista "cartesiana", e até muito sutilmente "kantiana", nessas idéias.

O restante dos respondentes, enquanto reconhecem a necessidade de planejamento, também associaram "lógica" a ele, assim como racionalidade (uso da razão, em sentido amplo):

"É óbvio, nada deve ser feito sem planejamento" (XVIIa:07)

"A instituição só será eficiente se o planejamento for constante, isto é, programando, avaliando, reprogramando. Na parte administrativa há necessidade de [...] computação, para tornar mais racional a máquina administrativa e permitir [...] que os administradores [...] tenham melhores condições de gerir a universidade." (XVIIa:09)

"Sim, pois é [o planejamento] uma atividade inerente ao pensar e agir, no mínimo, racionalmente." (XVIIc:27)

Uma resposta ainda vale a pena ser registrada aqui, porque retoma o aspecto do planejamento que muito foi explorado nas argumentações em torno da sua legitimação como procedimento administrativo (a sua neutralidade):

"Sim, porque só assim fica viabilizado um crescimento contínuo e organizado que não sofra com as mudanças político e ideológicas de cada gestão" (XVIIa:05)

Essa pretensão de neutralidade fez a cabeça de uma geração de "planejadores" no Brasil inteiro. Evidentemente,

manifestou-se também na UFPel. E de maneira inócua, como em muitas outras áreas do País, poderíamos ainda comentar.

Ao responderem sobre quem deveria se encarregar do planejamento da UFPel, os entrevistados produziram discursos cujo conteúdo ficou bastante centrado em torno dos seguintes tópicos: a) doxa dos três segmentos (professores, alunos e funcionários), que já não nos surpreende mais; b) um discurso pós-comteano difuso (e confuso): *"Todos que querem e amam a universidade participam do seu planejamento. Não vejo distinção entre os técnicos e o administrador. O título se apaga diante do ideal."* (XXVa:04), o coletivo e a "outridade" (servir a outrem) comteana é o que importa; c) o discurso da "competência técnica" ou dos "quadros de pessoal capacitado", há uma idéia difusa de que a pró-reitoria de planejamento "deveria" ser ativada, ninguém fala que já houve uma que não funcionou, porque não pôde implantar nenhum plano; d) a idéia de que a "comunidade" deve participar, e em segundo lugar, a reitoria; e) por fim, apareceram algumas manifestações do "planejamento participativo", mas numa versão "light" ("de leve", numa tradução livre): *"[...] o planejamento deve ser participativo e dimensionado às nossas características, definidos os níveis de participação em cada etapa, isso feito com critérios que respirem o ar de nossa realidade."* (XXVc:27); ou então numa versão absolutamente "radical": *"Todos, participativo."* (XXVc:28), o laconismo dá o tom combativo que faltava.

Ao serem inquiridos sobre os virtuais "setores prioritários" na universidade, os conteúdos que os respondentes trouxeram foram os seguintes: a) "só com diagnóstico" (XXIVa:01): surpreendentemente, agora se usam termos da linguagem tecnicizada do planejamento, quando a universidade tem se "recusado" a se autoplanejar por tanto tempo; b) novamente a doxa ensino/pesquisa/extensão; c) o problema da honestidade ou probidade da UFPel, que deve ter estado por muito tempo em questão, senão uma resposta como a seguinte não teria sido emitida como "prioridade": *"Sempre no honesto. A universidade não tem setores específicos. Porque o honesto filtra a verdadeira"*

necessidade, visando o objetivo útil, sem favorecimentos." (XXIVa:04); ultrapassando os fragmentos "comteanos" dessa fala, supomos que a "honestidade", para este respondente, não deve ter sido um valor muito fácil de atingir na universidade; d) a questão da redefinição das áreas de conhecimento (agrárias, saúde, educação, foram as mencionadas); e) alguns entrevistados observaram que existem alguns setores deficientes na UFPel, e que deveriam ser recuperados: bibliotecas, informática, laboratórios, equipamentos (de todo o tipo) e prédios. Mesmo assim, não pudemos determinar até que ponto estes respondentes reconhecem que o modo mais racional de superar alguns destes problemas seria a ação coordenada e planejada dentro, pelo menos, da administração.

Um outro aspecto que nos chamou a atenção, especialmente quando perguntamos sobre "prioridades", foi que alguns se "eximiam" de dar respostas mais concretas. Acreditamos que isso aconteceu, porque talvez nunca tenham se interessado sobre o assunto. De algum modo, bastante sutil, percebemos que a grande parte dos entrevistados tenta "não se expor", não se comprometendo com nenhuma prioridade. A fala da omissão, do descompromisso, ressurge.

Por fim, ao afirmar que o "pessoal" (recursos humanos) seria a prioridade, um dos respondentes "denuncia", sem querer, um aspecto do "espírito universitário" da UFPel. Graças a este respondente, com seu "ato falho", nos foi possível compreender um pouco melhor, por que eles são tão "descompromissados" como afirmarmos, e tão recalcitrantes em definir um projeto para a instituição:

"No pessoal. Precisa-se criar consciência de que a universidade somente alcançará seus objetivos quando todos tiverem consciência da importância do papel que a universidade deve desempenhar. Precisa-se remover a idéia que serviço público não é uma vantagem, é um compromisso com o futuro." (XXVIb:19, grifos nossos)

Pensamos que um grupo não sem expressão na UFPel (além de nossos entrevistados) pode ter um pouco de "má consciência" com relação a isso. De resto, o Brasil não é o "país do Gérson", um dos campeões da Copa do Mundo de 1970, que um comercial de TV caracterizou como a figura máxima do individualista/arrivista brasileiro, malgrado sua ingenuidade?

Um traço geral dos "discursos da UFPel" sobre o planejamento, que identificamos até aqui, é pois uma "culpa de classe".

O individualismo aparece nos enunciados, não de forma explícita, mas sim de forma alusiva: alguns respondentes apontam para isso nas suas respostas, quando, por exemplo, empregam expressões como "o conceito de ninguém mexer com ninguém", ou equivalentes. A situação social no Brasil, e particularmente em Pelotas, é tremendamente desigual. Há, de certo modo, uma guerrilha urbana em andamento em Pelotas, disfarçada pelo policiamento ostensivo, grades nas casas e nos edifícios e outros expedientes para garantia da segurança pessoal e material das classes médias e altas. Enquanto isso, formas coletivas de ultrapassar essa crise, no caso do Estado, também entram em falência. As "saídas individuais" são o estratagema que sobra. A participação das classes médias dentro da universidade traz um paradoxo para a "consciência social" da comunidade universitária, quando se supõe que a condição "remediada" dessas classes pode suscitar temores em relação à manutenção do seu status.

Culpa e individualismo já estavam presentes nos discursos abolicionistas e republicanos de Pelotas: é uma marca, pois, das falas das elites.

Encerrando nossa análise, abordaremos a questão do caráter permanente ou não da atividade do planejamento dentro da UFPel.

O "léxico" de expressões empregado mostra que os respondentes reconhecem, nos seus discursos, que o planejamento é um procedimento racional necessário à universidade. Aliás, são

unânicos ao afirmar isso, *Crescimento contínuo, competência, modernidade, atualização, desenvolvimento auto sustentado, objetivos* e outras expressões foram muito frequentes em todas as respostas.

A idéia de que o planejamento é uma atividade "racional", no sentido cartesiano, segundo interpretamos, marca muitas respostas.

"Sim pois é uma atividade inerente (ou deveria ser) ao pensar e agir, no mínimo, racionalmente."
(XXVIIc:27)

A resposta acima poderia ser interpretada como um paradigma.

E ainda há o professor Delfim, ex-reitor e fundador da UFPel.

Não podemos esquecer que o professor Delfim publicou, em 1960, uma tese em livro: *Orçamento e Planificação*. Lecionava nas cátedras de "Economia Política" e "Ciência das Finanças" ("nos idos de 1947 e 1949"). O livro desenvolve outras idéias, mas a conveniência ou não do Estado planificar seu orçamento parece ser a central. De qualquer modo não podemos escapar aqui de fazer alguns comentários sobre algumas passagens do livro, porque em termos do discurso empregado elas são importantes para fundamentar algumas interpretações que fizemos de sua própria entrevista. Destacamos, então, algumas passagens em que o tema *planificação* é desenvolvido. A substituição do significado deste termo na obra do professor Delfim precisa ser revestida de algumas precauções. Para que possamos entender planejamento e planificação como sinônimos, no caso da linguagem do professor, precisamos de saída eliminar qualquer pretensão utópica que possa ser associada ao termo planejamento. É como se o professor reduzisse a sua compreensão do planejamento a apenas uma das significações etimológicas da palavra *planificar*: tornar simples, tornar liso. Lembramos que o professor conhece o latim muito bem.

É provável que tenha tomado essa precaução ao escolher o termo mais apropriado para o que pretendia.

Delfim parte do pressuposto que o planejamento econômico é uma das tarefas dos Estados contemporâneos. Um dos aspectos da atividade financeira do Estado seria *"explorar e controlar setores econômicos que refogem à iniciativa particular por impróprios à fácil produção de lucro, do mesmo passo que fomentar, amparar, facilitar a produção rural e industrial"* (Silveira, 1960:11, grifos nossos). Em outro momento faz a ressalva que *"a planificação total da economia só é possível no mundo socialista"*, e que *"a planificação nos países subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento, é uma técnica que permite economizar tempo e possibilitar o crescimento harmônico"* (Silveira, 1960:313, grifos nossos).

Pensamos que isso é o bastante para caracterizar aqui seu embasamento liberal, mesmo que aceitando o intervencionismo estatal. O intervencionismo é muito bem argumentado com base num conceito de **racionalidade** que remonta a Kant, pelo que pudemos rastrear de suas idéias.

No final da sua entrevista o professor nos arrastou para um pântano filosófico-jurídico. Ao relermos sua entrevista descobrimos que ele utiliza, ou fundamenta alguns dos seus discursos em Kant, sem contarmos a sua observação, de que na sua opinião esse pensador teria sido o maior filósofo da humanidade.

O discurso kantiano, além de extenso e complicado, lhe permite argumentar em seu favor na questão de **não se comprometer com modificar as estruturas** sociais, institucionais, jurídicas, etc., se elas não se mostram adequadas a qualquer projeto (ou utopia) que se tenha em mente. Entendemos o pensamento kantiano como "não utópico". Isso faz parte da coerência interna da filosofia de Kant. Mas no discurso do professor Delfim entendemos que o subjetivismo kantiano, um pouco destorcido, pode servir como um argumento de reforço (e reforçado por) a essa não admissão de utopia. Seria um argumento em favor da manutenção do status quo, da Natureza (sabemos que Kant foi influenciado por

Rousseau). Para Kant não seria possível projetar ou "desenhar" (palavra aparentada com "desígnio") uma universidade, por exemplo, se os fins ou objetivos da instituição emergissem de um plano traçado previamente, como desígnio, na imaginação de um indivíduo ou grupo. Ou mais exatamente, seria apenas possível trabalhar com estruturas, hábitos, formas jurídico-institucionais que não entrassem em *desarmonia* com o status quo existente. Em Kant, ou "em Delfim", o Estado é uma idéia reguladora, que deve promover a harmonia no mundo, contratualmente, inclusive, como também para Rousseau (v. Silveira, 1960:9).

Na sua entrevista o professor Delfim nos devolve de modo fragmentado algumas dessas idéias:

"... o planejamento, eu concebo, tanto para universidade como para outro setor, é um planejamento sempre com os pés no chão."

"... o planejamento tem que partir de uma realidade, objetivando alcançar um estágio naquela realidade..."

"... o planejamento a prazo fixo tem que ser um planejamento muito racional, sempre com base em objetivos pré-traçados."

[da entrevista com o prof. Delfim, p. 32, grifos nossos]

A palavra chave aqui é *racional*. Podemos agora alinhar o professor Delfim com outros respondentes que são partidários, ou adotam, essa mesma razão. Se fundamentada em Kant, essa razão permite refletir, mas não que algo mude, que o desejo (ou desígnio) de alterar uma estrutura ou uma instituição, dotando-a de um fim, seja confundido com arbítrio (*Willkür*), que inclusive, para Kant **não é racional**. Para Kant o Direito é uma forma em que o arbítrio de cada indivíduo pode ser regulado, entrando em "harmonia" com os demais. O Estado de Direito possui um fim

Único, que é o de exercer a tutela do Direito, ficando, então, assegurada a *liberdade*.

Quando o professor Delfim afirma "[...] na *Crítica da Razão Pura*, que eu considero a obra fundamental do pensamento filosófico da humanidade, é onde eu estou radicado" (Delfim, entrevista, p.34), podemos ver que as idéias de Kant afinariam com a fundamentação de um posicionamento liberal de sua parte. E insistimos que esse "liberalismo" é uma forma de imobilismo, aplicado ao planejamento, à administração pública, ou seja lá ao que for.

De qualquer modo, temos também motivos para crer que o kantismo do professor Delfim, difuso ou não, pode ter funcionado como um "trunfo" com relação aos seus pares. Na época em que foi criada a UFPel o professor certamente destacava-se pela sua habilidade de argumentação, de lidar com a palavra e de exercer liderança. Um depoimento de nossos entrevistados diz: "Achei que haveria uma competição entre as unidades em tomar as rédeas da universidade. Achei que o Direito ia se impor. Com o professor Delfim não houve dificuldade." (XVIIIb:24). Tudo leva a crer que era uma liderança muito bem consentida.

Para encerrar essa questão dos discursos de Delfim ainda precisamos acrescentar que ele distinguiu-se de todos os outros entrevistados desta pesquisa num ponto fundamental: foi o único que assumiu incondicionalmente que "sabe" o que é a UFPel, e por isso, fala sobre ela. Apesar da sua idade concedeu-nos uma *série* de entrevistas, com uma preocupação fora do comum em **fundamentar** o mais rigorosamente possível suas posições, quer políticas, quer filosóficas. Não temos como avaliar até que ponto ele próprio se identifica com a figura de Kant, que trabalhou intensamente com normas de conduta individuais, além de ser um filósofo importante na esfera do Direito. Podemos afirmar com toda a certeza que nem todos os respondentes demonstraram preocupação desta natureza, ou mesmo (alguns) acharam sequer interessante ter que falar sobre a universidade. Poderíamos descrever a posição atual do ex-reitor com uma frase (traduzida livremente) do próprio Kant: "*discutam tanto quanto queiram*,

conquanto que obedecem". Delfim fala sobre planejamento na sua entrevista e no seu livro, mas nos passou a impressão de que no fundo "sabe" que a universidade que ajudou a fundar não se movimenta, que não há uma racionalidade ou razão que a fundamente, como se ela fosse "natural". Ou então, como conhecedor de Marx que é (nos mostrou *O Capital* na sua estante), aposta em que continuemos não nos dando conta de que fazemos história, queiramos ou não. Dentro ou fora da universidade, nesse caso, com ou sem planejamento.

[5]

NOTAS - CAPÍTULO III

- [1] **doxa:** existem vários significados para esse termo. Para Parmênides significava "opinião", e não o resultado do entendimento; seria uma espécie de "reconhecimento pelos sentidos"; para Platão ela representa uma situação intermediária entre saber e não saber, distinguindo **episteme** e **doxa** (v. Peters, 1983:56). Mas neste trabalho empregamos o termo na forma como Roland Barthes (1975:51-78 e 81) o faz: "a doxa é a Opinião Pública, o Espírito Majoritário, o Consenso Pequeno Burguês, a Voz do Natural, a Violência do Preconceito. Se pode qualificar de doxologia (palavra de Leibniz) toda forma de falar que se adapta à aparência, à opinião ou à prática." (p.51). Para nós a doxa, além do lugar comum de matiz autoritário, significou também, em muitos momentos da análise, fazermos (a nós mesmos) a pergunta de Barthes (repetida por Leyla Ferrone-Moysés, na sua "*Lição de Casa*", resposta à "*Aula*", de Barthes [São Paulo, Cultrix, 1978]): "*Aonde ir, se a Doxa passasse para a esquerda?*".
- [2] **Contradição fundamental:** "podemos falar em contradição fundamental de uma formação social quando seu princípio organizacional leva indivíduos e grupos a se confrontarem reiteradamente com reivindicações e intenções em última análise compatíveis [...]. Enquanto a incompatibilidade de reivindicações e intenções não for reconhecida pelos participantes, o conflito permanece latente. Tais sistemas de ação compulsoriamente integrados carecem, naturalmente, de uma justificação ideológica que oculte a distribuição assimétrica de oportunidades para a legítima satisfação das necessidades. [...]. Assim que a incompatibilidade se torna consciente, o conflito fica manifesto e os interesses irreconciliáveis são identificados como interesses antagônicos [Habermas, Jürgen, in "*Legitimation Crisis*, Boston, Beacon Press, 1973, p.27-28; apud Alves, 1984:23, citada na Bibliografia]. A universidade não é, evidentemente, uma **formação social**, mas o comportamento de certos processos dentro dela se assemelha muito à noção de Habermas. A idéia de "sistemas de ação compulsoriamente integrados" **sem** a "justificação ideológica" se encaixa em muitos setores da UFFel, por exemplo.
- [3] Sobre a fundamentação idiossincrática de argumentos, ver Habermas, 1987:43 e ss., que trata da "teoria da argumentação". (cf. Bibliografia).
- [4] Ver Pêcheux (1988).
- [5] Sobre essas questões "kantianas" ver Vleeschauer (1977:171-241) e Zingano (1989).

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Começamos este trabalho indagando quais os processos que entravavam o planejamento ou uma organização mais racional dos recursos da UFPel. Planejamento e racionalidade foram conceitos chave em toda a pesquisa.

Planejar, ou mudar uma estrutura para que esta atinja fins pré-determinados, mostrou-se um ato desconhecido na UFPel. Planejamento, na maior parte das vezes, não passou de um elemento retórico em períodos determinados, quando era conveniente tê-lo como discurso oficial. O emprego de sua linguagem poderia carrear recursos para a instituição em certos momentos. Pelo menos, alguns dirigentes gostariam que a "comunidade universitária" assim pensasse.

A racionalidade que mencionamos se refere a processos administrativos simples dentro da universidade. Entendemos um processo ou uma ação como racionais quando todos os agentes sociais envolvidos conhecem os fins e os meios para que tal ação seja executada. Na UFPel nem todas as ações que envolveram sua formação, organização e funcionamento são, ou foram, racionais, nesse sentido.

A UFPel é uma organização complexa. Os elos de ligação das unidades entre si e com a administração central não são canais perfeitos para uma comunicação que se pretenda racional. A organização coletiva (o conjunto de faculdades, cursos, departamentos, etc.) age de acordo com as contingências, desconhecendo sua finalidade (ou evitando formular um projeto, ou algo semelhante). Cada instituição vinculada à administração central tende a conhecer apenas seu lugar dentro da "máquina", mas não a máquina como um todo.

O espaço físico da UFPel traduz bem a sua história: uma história de aglutinação apenas no plano simbólico (jurídico), mas não no plano material. Sua estrutura espacial é desordenada. Para quem souber decodificar essa estrutura, ficará claro que o espaço físico reflete as tentativas de organizar a administração e a

prática pedagógica, em termos de resolver unicamente problemas imediatos. A estrutura espacial da UFPel não foi planejada de modo a atender as necessidades da instituição, mesmo porque as próprias necessidades, assim como os fins, não se encontravam formulados racionalmente.

Os compromissos da UFPel com a comunidade, em termos de atendê-la com os desdobramentos de seus serviços de ensino, pesquisa e extensão, não são reconhecíveis de forma explícita e claramente formulada pela comunidade universitária. O que predomina, ainda, é uma idéia difusa do que pode (ou poderia) ser uma universidade. Este "ser universidade" é, quando muito, entendido como um aglomerado de instituições, que por alguma razão, devem estar juntas ou ser "federais". Isso é garantido e reconhecido graças aos "diplomas jurídicos", os quais, de acordo com a tradição bacharelesca, são aquilo que faz a universidade "ser". A UFPel existe, porque existe um decreto que lhe concede existência. O sentido do decreto ou da própria existência material da instituição escapa ainda, em grande parte, ao conhecimento do grupo dos professores, funcionários e alunos. O nosso trabalho com os discursos dos dirigentes, leitura dos relatórios, boletins, entrevistas com colegas de outras unidades, bem como a reconstrução histórica que tentamos fazer da instituição, permite que se avalie como ainda é difusa a noção de "identidade" da instituição. Essa noção vem sendo formada lentamente.

O imediatismo que comanda a maior parte das ações dentro da UFPel coaduna-se com o imediatismo das ações sociais fora dela, ou do modo como ela se volta para fora. Uma universidade, no senso comum, **serve para formar gente**. Isso quer dizer: conferir diplomas de cursos superiores. Essa visão, projetada de fora para dentro pelas mentalidades dos agentes, faz com que a universidade acabe encarando-se como uma "máquina de ensinar", ou de conferir diplomas, desde que alimentada regularmente por alunos.

Em muitos momentos, por não poder ir coletivamente além do do senso comum, a UFPel não conseguiu se [auto] planejar. Graças às mentalidades locais, em Pelotas uma universidade não deve ser mais nem menos que a UFPel.

Essa conclusão é baseada na análise da história das instituições isoladas que formam a UFPel, assim como dos discursos de [ex] dirigentes da instituição. Essa história foi interpretada de acordo com a história da cidade, da região, ou mesmo do Estado e do País.

Pelotas vai perdendo a importância econômica gradativamente no Estado, desde o declínio do Império. As estruturas de dominação patrimonialistas, que caracterizaram aqui a República Velha, vão sendo desativadas com enorme lentidão. Algumas se transmutam (algumas famílias conseguem transferir seu capital da terra e da pecuária para outros setores, especialmente o financeiro), outras vão entrando em choque com o transbordamento da "modernidade brasileira" a partir do eixo São Paulo - Rio de Janeiro. Pelotas, faustosa na República Velha, hoje é interiorana, dependente e periférica. Não tem como promover um desenvolvimento autosustentado; aliás nunca teve, desde o tempo das charqueadas, como mostrou Cardoso (1977, cit.). Alguns setores buscavam fazer frente a esse processo, sentido como "atraso". Outros acomodam-se a ele, quer por impotência, quer baseados nos seus próprios privilégios.

Essa polarização de interesses é sentida dentro da universidade. Os dirigentes têm uma ambivalência muito grande quanto aos rumos que ela inevitavelmente vai acabar tomando: deterioração progressiva do espaço físico, isto é, seus equipamentos, associada à pauperização (com raízes internas e externas) em prejuízo da qualidade do "ensino/pesquisa/extensão".

Uma racionalização ("à Max Weber") é ainda sentida como uma agressão muito forte nos padrões estabelecidos do cotidiano administrativo e mesmo pedagógico da UFPel. Ela traria uma impessoalidade intolerável na execução de quase todos os

processos, chocando-se com hábitos de convivência, ou mesmo de intimidade, que ainda vigem na cidade e na universidade.

Se isso se verifica com relação a uma eventual racionalização do existente, nem é preciso ir além e falar de planejamento. Um processo que desenvolvesse um elemento utópico, idealizado, que implicasse uma transformação na estrutura existente para ser atingido, representaria o caos. Mudar a UFPel significaria romper com hábitos há muito arraigados. Implica dotar a universidade de um fim, explícito. A UFPel, pela sua história, não demonstra possuir condições de fazer tamanha autocrítica, sem escapar de retaliações entre grupos. Dotar a universidade de objetivos claros e formulados consensualmente implica correr o risco de admitir que ela não os possui. Isso retiraria o carisma de muitos dos seus dirigentes. Vemos aqui uma persistência muito grande nas formas de sociabilidade da República Velha, consolidadas nas mentalidades de muitos "pelotenses ilustres", como alguns que ainda se auto denominam.

A UFPel foi aglutinada de acordo com um decreto-lei (o nº 750, de 1969). Adotou-se a Reforma Universitária, outro "diploma legal" (não é à toa que neste País "legal" tenha se tornado sinônimo de "bom", ou mesmo "bacana"): institutos básicos para os "ciclos básicos" e faculdades (algumas pré-existentes) e cursos para os "ciclos profissionalizantes". Os centros, idealizados por Rudolph Atcon, nunca chegaram a ser implantados na UFPel. Era racionalidade demais. Contrariando os princípios da Reforma, acabou-se por duplicar muitos meios para os mesmos fins. Cada curso terminou por organizar-se de forma autônoma e independente um do outro. O corporativismo profissional ou de setores especializados do saber negou as possibilidades de interdisciplinaridade, ou mesmo de "racionalização", da Reforma. Este é, aliás, um tema pouquíssimo explorado, se não ausente, nas pesquisas sobre a educação superior: o corporativismo profissional.

No fundo a Reforma não passou de um catalisador jurídico-administrativo para a UFPel. As questões pedagógicas permaneceram praticamente intocadas, ganhando uma nova fachada jurídica. O

bacharelismo brasileiro não é privativo dos advogados. Ele se estende sobre o conjunto dos funcionários públicos de um modo geral. A burocracia confunde-se com o bacharelismo, ou dele se alimenta. Após a Reforma, a burocratização da UFPel tornou-se mais um fator de amortecimento dos "choques" modernizadores por mais paradoxal que isso possa parecer.

A burocracia serviu para dar uma forma jurídica aos conflitos da UFPel, em diversas ocasiões. O Ministério de Educação, uma ou duas vezes, "prometeu" recursos para a UFPel, caso esta desenvolvesse um projeto para a sua estrutura física. Independentemente de serem autênticos ou não os acenos do Ministério, a elaboração e aprovação de qualquer plano para a UFPel sempre, melhor seria dizer "tradicionalmente", esbarrou nas suas querelas internas. A burocracia interna respaldou-as.

Durante os governos militares foi empregado soltamente o discurso do planejamento, agregado ao desenvolvimentismo. Racionalização e planejamento se confundiam. Com o passar do tempo evidenciou-se que esse fenômeno era uma "conversão de discurso". A UFPel havia sido criada e recebera dotações orçamentárias importantes nos governos Costa e Silva e Médice. A correspondência entre o discurso do governo, baseado no "planejamento", e da universidade era essencial para esta última, principalmente para o provimento de recursos.

No fim do período militar (governo Figueiredo) opera-se outra conversão na UFPel. Abandonam-se os discursos desenvolvimentistas e do planejamento. A universidade deveria então caminhar até a comunidade. Pensava-se, provavelmente, que havia chegado a hora do "resgate da dívida social", contrída nos governos militares. Esse clima foi predominante no país por volta de 1985. Mas acontece que esse "resgate" não ocorreu. E "comunidade" nunca houvera sido um conceito completa e uniformemente esclarecido dentro da UFPel, a julgar pelos seus discursos. Cada grupo, a cada momento, entendia-o de modo diferente.

O planejamento, ainda neste período, servia para legitimar ações imediatas, que externamente se afiguravam como as mais racionais. Ou então é execrado, por um setor "de esquerda" (ou que sob esse signo apareceu no governo Sarney), que estava "incubado" dentro da UFPel. Essa execração se dá, em parte, pela associação do planejamento com o discurso da ditadura militar. De outra parte, a negação do planejamento fica sendo nosso objeto de interesse, porque com ela rastreamos as dificuldades de racionalizar a instituição (uma vez que planejamento implica sempre um certo nível de racionalização). A negação do planejamento foi a brecha nos discursos por onde vazaram "irrationalidades" que estavam represadas, mesmo que se pudesse identificar planejamento com o discurso "condenado" da ditadura militar. O pacto dos setores republicanos "tradicionais" com a nova classe média, que permitiu com que esta tivesse acesso à UFPel, não admitia grandes racionalizações. O enfraquecimento desse pacto permitiu, então, aqueles "vazamentos". Utilizamos a expressão "pacto" para caracterizar, em Pelotas, a aceitação por parte da oligarquia agropecuária dos setores enriquecidos e "cultivados" da classe média urbana pelotense. Na verdade não encontramos registrado nenhum conflito manifesto entre esses dois grupos. Na universidade as trocas de favores e boas relações interpessoais sempre garantiram alguns privilégios, que trespassavam a "impessoalidade" da burocracia pós-reforma.

Com tudo isso, perdeu-se, ou deixou-se em plano secundário, a noção do que representa uma universidade pública em Pelotas. Isso, principalmente no tocante aos compromissos que ela deve assumir consigo própria e com a cidade.

Ela é hoje um resultado de ações descordenadas ao longo da história da cidade. A antiguidade de algumas instituições e ao imprevisto da organização mais recente atribuímos o caráter não reflexivo e inconsciente na maior parte dos discursos sobre sua história. Os entrevistados desta pesquisa falam de uma universidade que não lhes é completamente conhecida. Ou então que lhes é conhecida na dimensão interpessoal. São amigos ou inimigos, vizinhos, frequentam os mesmos clubes, levam a mesma

vida social. A UFPel, nesse aspecto, não passa de mais um espaço dessa existência coletiva. Não importa muito o que ela é como universidade, menos ainda o que ela deveria ou poderia ser.

Pintamos, até aqui, um quadro completamente conservador daquilo que se pode chamar "comunidade universitária" na UFPel. Mas não é absolutamente assim. A sobredeterminação da situação da periferia da cidade na UFPel é realmente muito grande, assim como o arraigamento às mentalidades "republicanas" tradicionais. Mas há setores que, mais ou menos conscientes disso, tentam superar esse atraso, recriando uma "urgência de modernização". Sua atuação ainda é muito tímida na instituição. A última gestão (atual) elegeu-se com um discurso democratizante, enfrentando a oposição com um traço "jacobino" muito forte, em detrimento de propostas racionalizadoras ou modernizadoras. Resta saber quanta energia vai ser gasta com o "jacobinismo", e quanta com a racionalização ampla da instituição. A fustigação das instituições de ensino superior por parte do governo que agora se encerra tem sido uma desculpa consentida para o retardamento de medidas racionalizadas mais amplas. As pressões dos grupos médios pela ampliação de vagas, abertura de cursos, ou melhoria da qualidade do ensino superior são também muito tímidas ou inexistentes, deixando a universidade resguardada numa posição incômoda, embora sã e salva. É a "universidade desnecessária". Na imprensa o vestibular é o assunto mais próximo dela que ganha destaque, em segundo lugar vêm as greves. O acesso à Universidade é ainda considerado um privilégio. Pressões externas não têm, por essas razões, atingido a UFPel no sentido de "forçar" sua racionalização, ampliação, ou qualquer mudança.

Por fim, quanto à nossa análise, que partiu da história remota das instituições até chegar aos discursos recentes, evidenciamos que a UFPel é um depósito de ideologias, mas em lugar algum é explicitada sua razão de ser. Os respondentes se desviam deste problema, ocultando-se em mitologias. A universidade tem sua história, sua construção, atribuída a "pelotenses ilustres", é como uma dádiva para Pelotas, portanto. O que obtivemos como discursos da UFPel oculta em diversos pontos

seu contrário. O que ela realmente é constitui um de seus maiores silêncios, quase tão constrangedor como a resposta à pergunta "onde ela fica?". Não foi projetada como universidade em busca de algum modelo (interdisciplinar, de áreas de concentração, ou outro), não tem noção de si própria como um todo, nem tampouco assim se representa (o termo universidade já significou a pretensão de "fechamento" ou totalização dos saberes). Não é uma estrutura nem voltada para si nem para o seu entorno. O que ela não se nega, em momento algum, é o seu caráter "tradicional". Reunindo estabelecimentos antigos, vinculada às tradições da cidade de Pelotas, a UFPel quer ser um sinal de sua "ilustração".

NOTA FINAL

Há ainda uma observação a ser feita sobre este trabalho. Nos falta relacionar novamente história, análise e planejamento. A relação entre história e discursos, afirmada ao longo desta pesquisa, em que se evidenciou o caráter histórico dos próprios discursos, parece-nos satisfatoriamente explicitada, para os propósitos deste trabalho. Limitados ao Rio Grande do Sul e a Pelotas, acompanhamos as alterações mais significativas dos discursos produzidos em torno da educação superior, do império à recente transição, que se convencionou chamar de "Nova República".

Fizemos uma análise da UFPel, recorrendo aos aspectos da sua história remota e recente. Destacamos, em paralelo, aspectos ligados à racionalização administrativa da instituição, que foi mais ou menos intensa na UFPel, de acordo com o período. Nossa análise assumiu posições críticas quando confrontamos a situação recente com procedimentos convencionais de racionalidade administrativa e planejamento. Com relação à racionalidade, acreditamos ter fundamentado nossas críticas de forma suficientemente clara e evidente. Mas quanto ao planejamento, pensamos que ainda nos resta algo a dizer. Essa questão continua sendo muito importante para a UFPel. Criticamos seus discursos em termos da maior ou menor capacidade da instituição em adotá-lo como prática corrente, abstraindo as conotações que o próprio termo "planejamento" adquiriu ao longo da história brasileira, especialmente durante o período dos governos militares.

Planejar, a despeito de toda a parafernália retórica e ideológica que foi se agregando ao termo, reserva um elemento essencial no âmbito das realizações humanas, de um modo genérico. Esse elemento é a sua dimensão "utópica", como chamaremos aqui. É, de algum modo, um fragmento desse pensamento utópico que torna a própria análise da instituição uma tarefa relevante.

Aprendemos, com Moser (1976, cit.), que a análise institucional difere radicalmente da análise individual, exatamente pela posição da utopia com referência aos aspectos que são criticados no próprio processo analítico. Em se tratando de um indivíduo, a utopia concentra aspectos projetivos de sua realização pessoal, funcionando como uma espécie de referencial, que pode ser ativado pela energia das suas pulsões, concatenando seus desejos. Com uma instituição

ocorre algo completamente diferente, e, de certo modo, muito mais complexo. A utopia é necessária, porque é uma espécie de elemento balizador dos fins que a instituição deve atingir. Mas sua construção deve ser coletiva, o que a torna, em certos casos, uma projeção imaginária bastante difícil de ser atingida.

Rejeitamos, aqui, para evitar confusões, as associações que se fazem normalmente entre utopia e fantasia. As utopias possuem dois atributos, na sua versão "contemporânea", pelo menos: a) devem ser conhecidas racionalmente pelos agentes envolvidos, de forma que não signifiquem coisas diferentes, variando de indivíduo para indivíduo; b) um compromisso com a mudança da situação atual, incluindo a consciência clara de que poderão haver rupturas inconciliáveis e conflitos, para que se altere a realidade com o sentido que se quer.

A análise de uma instituição, nesse caso, não tem, óbvia e necessariamente, um compromisso "terapêutico" com a mesma, a não ser que sirva para identificar quais são as principais entranhas para que a realidade possa ser transformada, aproximando-se de alguma utopia. O planejamento, conforme o entendemos (independentemente de suas "metodologias"), não pode prescindir deste elemento utópico. De resto, a própria construção de uma utopia começa com uma reflexão sobre a realidade.

Com relação à modernidade, que apareceu algumas vezes neste trabalho, associada à racionalidade, acreditamos ter dado uma visão clara do que ela pode significar na UFPel: num primeiro momento, a superação dos irracionalismos; num segundo, a equiparação (em termos dos desdobramentos que se colocam como possíveis e atingíveis pelas universidades brasileiras atualmente) com as instituições de ensino superior mais qualificadas do País, uma vez observadas suas condições regionais. Com base nas nossas análises, acreditamos que esse nivelamento pode e deve ser buscado, uma vez que a UFPel consiga equacionar coletivamente sua realidade, esclarecendo seus conflitos e proavendo um clima de compromisso com a superação dos dilemas internos atuais. O planejamento poderá ser, possivelmente, um procedimento reativado na universidade.

Pelotas, 1º de março de 1990.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA, REFERIDA OU CONSULTADA

- ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. Lisboa, Edições 70, jan. 1982. 405 p. [orig. 1970]
- ADORNO, Sergio. *Os Aprendizizes do Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 266p.
- ALMANACH POPULAR BRASILEIRO. Pelotas, Echenique Irmãos & Cia. / Livraria Universal, 1901.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1987. 337p.
- ARANTES, Paulo Eduardo. O positivismo no Brasil. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, (21):185-94, julho 1988.
- ARANTES, Paulo Eduardo. Manias e Campanhas de um benemérito. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, (22):199-204, outubro 1988.
- ARENDT, Hannah (1906-1975). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987. (338p.).
- ATCON, Rudolph C. *Manual sobre o planejamento integral do campus universitário*. Brasília, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970. 107p.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- BARTHES, Roland. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Caracas, Monte Avila Editores, 1978. [orig. 1975].
- BOBBIO, Norberto, 1909 - *Dicionário de Política* / [2.ed]. Bobbio, Norberto; Matteuci, Nicola e Pasquino, Gianfrancesco. [trad. João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros]. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. 1328p. tit.orig.: Dizionario di politica.

- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. in.: FREITAS, Décio; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 303p.
- COELHO, Edmundo Campus. *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*. São Paulo, Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1988. 148p.
- COMTE, Auguste. *Cathéchisme positiviste*. [catecismo positivista]. Rio de Janeiro, Temple de l'HUMANITÉ. (edição comemorativa). 1957.
- CPM/BIRD, s.d. [Convênio] Cidades de Forte Médio / BIRD. *Relatório sobre Pelotas*. 1980(?).
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. O ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda* / Luiz Antônio Cunha - Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 332p.
- DILL, Aidé Capello. *Diretrizes Educacionais do Governo de Antônio Augusto Borges de Medeiros*. - (1898-1928). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Pós-Graduação em História da Cultura, [Dissertação de Mestrado], 1984.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5.ed. - Petrópolis: Vozes, 1987. 814p.
- DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na nova república*. 1.ed. - Petrópolis: vozes, 1989. 294p.
- FAORO, Raymundo. Aqui revolução era (e é) outra coisa. In: *A Revolução Francesa, 1789-1989*. ISTO É / SENHOR, [Volume em fascículos], p. 25 a 31.

- FARRET, Ricardo & KOHLSDORF, Maria Elaine. O Planejamento no Brasil. In.: PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL: ESBOÇO HISTÓRICO. Brasília, Curso de Mestrado em Planejamento Urbano, UnB, 1976. p.39-62.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo de permanente mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 157p.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2.ed. Porto Alegre, Ed. Universidade / UFRGS; MEC/SESU/PROEDI, 1988. 184p.
- GAY, Peter (1923-) *Freud, Juden und andere Deutsche; Herren und Opfer in der modernen Kultur*. [Freud, judeus e outros alemães; senhores e vítimas na cultura moderna]. Munique, Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1989. 344p.
- GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. 719p.
- BRASIL. GOVERNO COSTA E SILVA. *Reforma Universitária; relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto 62.937/68*. [Brasília], Ministério da Educação, 1968. 121p.
- GIANOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des sciences sociales*. 6.ed. Paris, Dalloz, 1986. 1104p.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid, Taurus, 1987. [vol. I: Racionalidad de la acción y racionalización social].
- JANTZEN, Sylvio A.D. *Universidade: planejamento e casuismo; um estudo histórico sobre a Universidade Federal de Pelotas e a sua área física*. [Proposta de pesquisa para dissertação]. [Porto Alegre], UFRGS/FAED - Curso de Pós-Graduação em Educação - datilografado, 1988. 34p.
- LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 254p. (Documenta, 19).

- LERENA, Carlos. *Reprimir y liberar: crítica sociológica de la educación y de la cultura contemporáneas*. Madrid, AKAL/UNIVERSITARIA, 1988, 643p. (Sociologia, 58).
- LÓBO Jr., Dácio Tavares. Sobre relações entre as questões da educação e do populismo: uma contribuição. In.: *Educação e Sociedade*, 8(24):49-60, agosto 1986.
- LUCAS, Maria Elizabeth. Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização. In.: *RS: cultura e ideologia* [por] Décio Freitas [et al.] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. - Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 168p. (Série Documenta, 3).
- MAESTRI FILHO, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. - Caxias do Sul, EDUCS, 1984. 203p.
- MAGALHÃES, Fernando Osório. [UFFPel]. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel* [ed. comemorativa] - 1883-1983. Pelotas, Editora da Universidade [UFFPel], 1983. 117p.
- MANCINI, Norma. *O Ensino em Pelotas*. [coletânea de recortes de jornais, almanaques, livros e outras fontes sobre a educação em Pelotas]. [Pelotas]. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1983. 2v. [não publicado].
- MARQUES, Adriana [et alii] *Reciclagem - Prédios Medicina UFPel*. [trabalho acadêmico]. - Pelotas, UFPel/ Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Disciplina Planejamento Arquitetônico VI [or. prof. Ana Lúcia Oliveira], 1º semestre 1983.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Difel, 1982. [livro primeiro: o processo de produção do capital].
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 474 de 26 de agosto de 1987. [Estabelece normas complementares sobre as funções de confiança do Plano Único de Classificação e

Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10/04/87, aprovado pelo decreto nº 94.664, de 23/07/87].

- MOREIRA, Angelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*; levantamento de fontes primárias da história de Pelotas. *Diário Popular*. Pelotas, nov./dez. 1986 e jan./ agosto 1987. [30 artigos publicados nas edições de domingo].
- MOREIRA, Angelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*: primeiros tempos e freguesia. Pelotas, s/ editora; ed. do autor, 1988.
- MOSER, Tilmann. *Lehrjahre auf der Couch*. [Anos escolares sobre o divã]. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1976. 240p.
- OLIVEIRA, Américo Barbosa de & CARVALHO, José Zacarias Sá. *A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico*. - Rio de Janeiro: CAPES [Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], 1960.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista*. [Porto Alegre], UFRGS-DAECA, 1974. 101p. (mimeo) (Debates Econômicos, 19).
- OLIVEN, Rubem George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- OLIVEN, Arabela. O Estudo da classe média na sociologia da educação. in.: *Educação e Sociedade*, São Paulo, 5(21):41-52, maio-agosto 1985.
- OSÓRIO FILHO, Fernando Luís. *A Cidade de Pelotas*: corpo, coração e razão. Pelotas, Tipografia do Diário Popular, 1922. 252p.
- PAIVA, Vanilda. Anotações para um estudo sobre o Populismo Católico e Educação no Brasil. in: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 65(151):595-622, set./dez. 1984.

- FÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (Coleção Repertórios).
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre, MOVIMENTO/IEL, 1980. 304p. (documentos, 18).
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 180. 192p. (Série Documento, 5).
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 216p. (Série Documento, 17).
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. *História do Rio Grande do Sul*. 4.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. 142p. (Série Revisão, 1).
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS:1889-1930)*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. 280p. (Série Documento, 24).
- PETERS, F. E. *Termos filosóficos gregos; um léxico histórico*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre, L & PM, 1986. 112p.
- POULANTZAS, Nicos. *Sociologia*. [org. Paulo Silveira]. São Paulo, Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais, 47).
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1986. 354p.
- REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1956-1965.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos; como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1985. 2.443 verbetes e parágrafos.

- ROMERO, José Luis. *Estudio de la mentalidad burguesa*. Madrid, Alianza Editorial S.A., 1987. 169p.
- SAES, Décio, 1942 - *Classe média e sistema político no Brasil* / Décio Saes. Tradução de Malu Gitahi - São Paulo: T.A. Queiroz, 1984. (biblioteca básica de ciências sociais; sér. 1.: Estudos Brasileiros; v.6). 235p.
- SAES, Décio. *A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. 364p.
- SILVEIRA, Delfim Mendes. *Orçamento e planificação* / Delfim Mendes Silveira. - Porto Alegre: Livraria Sulina, 1960. 337p.
- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1977. 378p.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 14.ed. São Paulo: DIFEL, 1986.
- TOMELIN, Mário & KOHLSDORF, Maria Elaine. O planejamento no Brasil. In.: PLANEJAMENTO NO BRASIL - ESBOÇO HISTÓRICO. Brasília, Curso de Mestrado em Planejamento Urbano, UnB, 1976. p.14-38.
- TOURAINÉ, Alain, 1925 - *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo, Trajetória Cultural / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. A América Latina pode se desenvolver? FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 18.12.1989, p. A-3.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Edição Comemorativa do 10º Aniversário, 1960-1970. [Pelotas], UCPel, 1970. 189p.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Edição Comemorativa do 15º Aniversário, 1960-1975. [Pelotas], UCPel, 1975. 172p.

- VEBLEN, Thorstein (1857-1929). *A teoria da classe ociosa*. (um estudo econômico das Instituições). São Paulo, Livraria Pioneiro Editora, 1965. 358p.
- VLEESCHAUWER, Herman Jean de. Kant. In.: *Historia de la Filosofia*. México, Siglo Veintiuno, 1977, (vol. 7, la Filosofia Alemana, de Leibniz a Kant, p.171-241).
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 415p.
- WEBER, Max, 1864-1920. *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva* / Max Weber. 2.ed. - México: Fondo de Cultura Económica, 1964. (7ª reimpressão 1984). 1237p.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 181p.
- ZINGANO, Marco Antônio. *Razão e história em Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 326p.

BIBLIOGRAFIA SOBRE A UFPEL, PELOTAS (CIDADE) E A UCPEL:

- ALMANACH POPULAR BRAZILEIRO. [Pelotas]. org. por Echenique Irmãos & Cia e Livraria Universal, 1902.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INSTITUTO AGRONÔMICO DO SUL. *Relatórios*. [Datilografados] - 1939/46/50. [Pertencem ao "Comodato EMBRAPA/UFPEL].
- Album de Pelotas. Edição comemorativa de 7 de setembro de 1922. [Exemplar Disponível na biblioteca da Faculdade de Agronomia da UFPEL].
- REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE PELOTAS. Porto Alegre, v. I. n.1, jan. 1956. [Resenha histórica da FDP p.95-104].
- REVISTA DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PELOTAS. Pelotas, 1954-64. (vol. 1 ao 5).

- RODRIGUES, 1895. [1900, 1902 e 1908]. ALMANAK LITTERARIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. [org. por. Alfredo Ferreira Rodrigues], Pelotas, Carlos Pinto & Cia. [ed.], 1895.
- SILVEIRA, Delfim Mendes. Entrevista. [gravada e datilografada em dezembro de 1988].
- UFPEL, Faculdade de Odontologia. Revista dos Odontolandos. Pelotas, UFPel, Fac. de Odontologia, v.3., n.3, 1981.
- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório Administrativo*. [Pelotas], 1968. 72p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. UFPel; seis anos de atuação. [Pelotas], 1975. 126p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Normas*. [Pelotas], 1977. 143p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Escritório Técnico de Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Físico*. Pelotas, 1980. 2v.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Assessoria de Planejamento. *O Desenvolvimento da UFPel; retrospecto, projeção*. [Pelotas], 1980. 262p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Oito Anos de Universidade*. [Pelotas], 78p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório*; 1982. [Pelotas], 1983. 123p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Plano de Desenvolvimento (1983/1986)*. [Pelotas], 1982. 162p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório*, 1983. [Pelotas], 1984. 145p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Relatório*; administração do Reitor José Emílio G. Araújo. [Pelotas], 1984. 59p.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO .
Seminário sobre o Plano de Desenvolvimento Físico da
UFPel; anais. Pelotas, 20 a 22 de novembro, 1984.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. FACULDADE DE MEDICINA. Projeto
Hospital Escola. - Pelotas UFPel/F.M., 1987.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. FACULDADE DE MEDICINA, 25 ANOS
[UFPel]. Boletim com histórico [folheto].
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. *15º Aniversário.* [ed.
comemorativa]. Pelotas, UCPel, 1975. disponível, BC
UCPel.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. *Estatuto e Regimento Geral.*
Pelotas, UCPel, 1985. Disponível BC UCPel.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. *Catálogo dos Cursos de
Graduação.* Pelotas, Gráfica UCPel, 1987. Disponível BC
UCPel.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Quadros:

- Nº DE GRADUADOS 1951 A 1982 DA EAEM
- CANDIDATOS INSCRITOS NO EXAME DE HABILITAÇÃO 1938/1950 DA EAEM
- MATRÍCULA GERAL E GRADUADOS 1937/1950 DA EAEM
- MATRÍCULAS E GRADUADOS NE EAEM 1981/1912
- POSIÇÃO DA UFPEL ENTRE AS DEMAIS INSTITUIÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM 1987
- MATRÍCULA UFPEL 1986 - GRADUAÇÃO
- MATRÍCULA UFPEL 1986 - PÓS-GRADUAÇÃO E SEGUNDO GRAU
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM 1986
- UFPEL - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM 1986
- UFPEL - BIBLIOTECAS
- UFPEL - CURSOS OFERECIDOS 1986
- UFPEL - ATIVIDADES DEPARTAMENTAIS - EVOLUÇÃO 1980/85
- CURSOS DE SEGUNDO GRAU - VAGAS E CANDIDATOS POR CURSO 1982-86
- UFPEL - ÁREA DE ATUAÇÃO DO CRUTAC 1979/1986
- UFPEL - EXTENSÃO
- UFPEL - CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 1979
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CANDIDATOS
- UFPEL - CONCLUSÕES DE CURSOS
- UFPEL - RELAÇÃO MATRÍCULA/CONCLUSÕES DE CURSO
- UFPEL - RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA VESTIBULAR 1979/1986

- UFPEL - CURSOS DE SEGUNDO GRAU - CRESCIMENTO DA MATRÍCULA, VAGAS, CANDIDATOS E CONCLUSÕES
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTEs
- UFPEL - CURSOS DE GRADUAÇÃO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS INICIAIS
- UFPEL - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - VAGAS E CANDIDATOS
- UFPEL - ÁREAS CONSTRUÍDAS EM M2 - 1986
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - CURSOS E MATRÍCULAS 1986

Fotos

Distrito Educacional 36

Mapa Região Sul

Decreto Lei 750 de 8 de Agosto de 1969

Decreto Lei 65.881 de 16 de dezembro de 1969

Currículo do Liceu de Agronomia e Veterinária - 1926 (Reformado em 1980)

Currículo do Liceu da Agronomia e Veterinária - 1901

Convênios da UFPEl (Seleção)

Fotocópias de Anúncios do "Gymnasio Pelotense" - 1903/1902

Fotocópias de Anúncios do "Curso Racional" - 1879

Fotocópias de Anúncio do "Lyceu Municipal" - 1879

A Forma das Citações do Capítulo III

O Questionário do Capítulo III

Quadro Geral dos Entrevistados do Capítulo III

Nº GRADUADOS 1951 a 1982 DA EAEM

1951 - 15	1961 - 22	1971 - 83	1981 - 50 e 68
1952 - 23	1962 - 29	1972 - 93	1982 - 56 e 83
1953 - 17	1963 - 43	1973 - 109	
1954 - 13	1964 - 34	1974 - 05 e 75	
1955 - 03	1965 - 57	1975 - 09 e 150	
1956 - 07	1966 - 52	1976 - 54 e 80	
1957 - 11	1967 - 62	1977 - 53 e 73	
1958 - 17	1968 - 58	1978 - 61 e 65	
1959 - 09	1969 - 71	1979 - 43 e 62	
1960 - 15	1970 - 69	1970 - 46 e 45	

Fontes: Relatório do IAS, 1950
Magalhães, 1983.

CANDIDATOS INSCRITOS NO EXAME DE HABILITAÇÃO 1938/1950 DA EAEM

ANO	NÚMERO DE CANDIDATOS
1938	01
1939	ZERO
1940	01
1941	21
1942	21
1943	07
1944	12
1945	15
1946	20
1947	24
1948	22
1949	41
1950	28

Fonte: Relatório do IAS - 1950

MATRÍCULA GERAL E GRADUADOS 1937/1950 DA EAEM

ANO	Nº MATRÍCULAS	Nº GRADUADOS
1937	16	04
1938	13	01
1939	11	06
1940	06	04
1941	14	-
1942	33	01
1943	37	-
1944	48	13
1945	46	18
1946	63	11
1948	67	11
1949	76	15
1950	77	16

Fonte: Relatório IAS - 1950

MATRÍCULAS E GRADUADOS NA EAM 1981/1912

ANO	Nº MATRÍCULAS	Nº GRADUADOS
1891	01	-
1892	02	-
1893	03	-
1894	02	-
1895	05	02
1896	03	-
1897	01	-
1898	ZERO	-
1899	04	-
1900	06	02
1901	04	01
1902	05	-
1903	08	03
1904	03	02
1905	01	01
1906	06	-
1907	10	-
1908	10	-
1909	22	08
1910	18	02
1911	34	07
1912	44	06

Fonte: Relatório IAS - 1950

Posição da UFPel entre as demais instituições de nível superior do Estado:

INSTITUIÇÃO	Nº MÉDIO DE MATRICULAS
PUC/POA	21.001
UNISINOS/SÃO LEOPOLDO	20.325
UFRGS/POA	15.093
UCS/CAXIAS DO SUL	8.685
UFSM/SANTA MARIA	8.537
UPF/PASSO FUNDO	7.450
UFPEL/PELOTAS	5.112
UCPEL/PELOTAS	4.332
FURG/RIO GRANDE	3.774

Fonte: RGS. SEC. ST. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITARIOS.
Estatísticas Básicas do Ensino Superior RS - 1986. Porto Alegre,
1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - CPD/SRI
CURSOS DE GRADUACAO OFERECIDOS - 1987

CURSOS DE GRADUACAO OFERECIDOS - 1987

N.º	CURSOS DE GRADUACAO E HABILITACAO	NIVEL			MODALIDADE DE FUNCIONAMENTO	DURACAO (h/AULA)	CONCLUINTE		INSCRITOS		VAGAS		RELA-CAO		MATRICULAS	
		LC	LP	BAC			1987		1987		1987		CAND.	1987		
							1. SEM	2. SEM	1987	1987	1. SEM	2. SEM		1. SEM	2. SEM	
01	ENGENHARIA AGRONOMICA			X	REG.	3720	61	74	637	75	75	4.24	740	735		
02	CIENCIAS DOMESTICAS			X	"	3540	7	13	76	40	40	.95	170	162		
03	DIREITO			X	"	3225	35	39	1079	60	60	8.99	704	706		
04	ODONTOLOGIA			X	"	3645	38	56	744	45	45	8.26	390	392		
05	MEDICINA VETERINARIA			X	"	3435	37	56	471	45	45	5.23	446	442		
06	MEDICINA			X	"	8739	4	63	998	45	45	11.0	442	418		
07	ENGENHARIA AGRICOLA			X	"	4260	14	15	98	40	-	2.45	103	143		
08	EDUCACAO FISICA	X			"	2310	8	58	409	50	-	8.18	211	186		
09	ARQUITETURA E URBANISMO			X	"	3930	20	15	256	20	20	6.4	250	240		
10	NUTRICAO			X	"	3165	18	13	118	40	-	2.95	176	141		
11	ENFERMAGEM E OBSTETRICIA			X	"	2895	-	26	143	50	-	2.86	185	163		
12	GRADUACAO EM PINTURA, ESCULTURA OU GRAVURA			X	"	2760	-	11	50	30	-	1.66	96	83		
13	GRADUACAO EM INSTRUMENTOS GRADUACAO EM CANTO			X	"	1690	-	-	-	-	-	-	29	23		
14	METEOROLOGIA			X	"	1860	-	-	9	7	-	1.28	17	11		
15	PEDAGOGIA			X	"	3375	6	10	40	20	20	1	108	87		
16	FILOSOFIA			X	"	3000	4	32	190	40	-	4.75	156	142		
	EDUCACAO ARTISTICA			X	"	2325	-	-	89	40	-	2.225	79	68		
17	HABILITACAO EM DESENHO	X			"	2955	1	2	27	20	-	1.35	73	62		
18	HABILITACAO EM ARTES PLASTICAS	X			"	3120	-	13	94	30	-	3.13	134	110		
19	HABILITACAO EM MUSICA	X			"	3000	-	1	40	20	-	2	54	49		
20	ESTUDOS SOCIAIS			X	"	1410	15	59	-	-	-	-	291	266		
21	ESTUDOS SOCIAIS LICENCIATURA EM HISTORIA	X			"	1380	11	12	-	-	-	-	97	96		
22	ESTUDOS SOCIAIS LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	X			"	1380	17	-	-	-	-	-	41	36		
23	LETRAS-HABILITACAO EM PORTUGUES E FRANCES	X			"	3120	-	-	20	15	-	1.33	48	38		
24	LETRAS-HABILITACAO EM PORTUGUES E INGLES	X			"	3120	-	-	-	-	-	-	-	-		
25	GRADUACAO DE PROFESSORES DA PARTE DE FORMACAO ESPECIAL CURRICULO 2. GRAU (ESQUEMA 1)	X			"	885	34	-	-	-	-	-	39	-		
26	(ESQUEMA II) SETOR DE TECNICAS INDUSTRIAIS	X			"	extinto	-	-	-	-	-	-	-	-		
	EDUCACAO ARTISTICA 1. GRAU	X			"	extinto	-	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL						78184	330	586	5680	757	350	5.13	5237	4663		

FONTE: Relatório da UFPel 1987

MATRÍCULA UFPEL/1986

NÍVEL/CURSOS	SEMESTRE	
	1º	2º
GRADUAÇÃO REGULAR		
Arquitetura e Urbanismo	250	248
Artes Plásticas - Licenciatura Plena	125	119
Ciências Domésticas	173	152
Direito	677	687
Desenho - Licenciatura Plena	74	65
Engenharia Agrícola	177	153
Engenharia Agrônômica	751	747
Educação Física e Técnico em Desportos	201	189
Enfermagem e Obstetrícia	86	173
Estudos Sociais - 1º Grau	264	285
Filosofia	49	40
Geografia - Licenciatura Plena	50	46
História - Licenciatura Plena	56	79
Instrumentos (Piano, Violino e Flauta)	40	32
Letras: Francês	36	32
Inglês	59	51
Medicina	540	551
Medicina Veterinária	472	451
Meteorologia	99	104
Música - Licenciatura Plena	56	40
Nutrição	69	162
Odontologia	387	389
Pintura, Escultura ou Gravura	96	83
Pedagogia	153	136
TOTAL GRADUAÇÃO REGULAR	4.940	5.014
GRADUAÇÃO ESPECIAL		
Curso de Licenciatura Plena para Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo de Ensino de 2º Grau (Ex-Esquema I)	43	38
TOTAL GRADUAÇÃO	4.983	5.052

FONTE: Relatório da UFPel, 1987

MATRÍCULA UFPEL/86

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO	SEMESTRE	
	1º	2º
Agronomia		
Fitomelhoramento	12	9
Fruticultura de clima Temperado	20	17
Tecnologia de Sementes	25	21
Produção Vegetal	15	13
Veterinária (ex Sanidade Animal)	22	17
Zootecnia (ex Produção Animal)	25	21
Odontologia		
Cirurgia Traumatologia Buco-Maxilo-Facial.....	15	11
Endodontia	3	3
Ciência e Tecnologia Agroindustrial	14	18
ESPECIALIZAÇÃO		
Artes	9	18
Ciências dos Alimentos	-	10
Ciências Sociais	32	13
Ciência Política	31	36
Educação	65	53
Educação Física	63	20
Endodontia	3	-
Matemática	45	5
PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA		
Ginecologia e Obstetrícia	10	-
Ortopedia e Traumatologia	1	-
Pediatria	10	-
Psiquiatria	10	-
TOTAL PÓS-GRADUAÇÃO	431	290
SEGUNDO GRAU		
Agropecuária.....	599	496
Alimentos	32	23
Economia Doméstica	42	33
TOTAL SEGUNDO GRAU	673	552
FUNDAMENTAL		
Canto	30	23
Flauta Doce	23	21
Piano	63	48
Teoria Musical	300	232
Violão	66	64
Violino	9	7
TOTAL FUNDAMENTAL	491	395
TOTAL GERAL UFPEL	6578	6289

FONTE: Relatório da UFPEL, 1987

CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS - 1986

Nº	CURSOS DE GRADUAÇÃO E HABILITAÇÃO	NÍVEL			MODALIDADE DE FUNCIONAMENTO	DURAÇÃO h/AULA	CONCLUINTE 1986		INSCRITOS NO VESTIBULAR 1986	VAGAS 1986		RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA	MATRÍCULAS 1986	
		LC	LP	BACH.			1º SEM.	2º SEM.		1º SEM.	2º SEM.		1º SEM.	2º SEM.
01	ENGENHARIA AGRÔNOMICA			X	REG.	3 720	68	66	586	75	75	3.9	751	747
02	CIÊNCIAS DOMÉSTICAS			X	"	3 540	07	12	48	40	40	0.6	173	152
03	DIREITO			X	"	3 225	36	15	714	60	60	6.0	677	687
04	ODONTOLOGIA			X	"	3 645	34	42	718	45	45	8.0	387	389
05	MEDICINA VETERINÁRIA			X	"	3 435	48	47	462	45	45	5.1	472	451
06	MEDICINA			X	"	8 739	16	71	1 065	45	45	11.8	540	551
07	ENGENHARIA AGRÍCOLA			X	"	4 260	10	10	56	40	-	1.4	177	153
08	EDUCAÇÃO FÍSICA		X		"	2 310	06	41	340	50	-	6.8	201	189
09	ARQUITETURA E URBANISMO			X	"	3 930	12	18	179	20	20	4.5	250	248
10	NUTRIÇÃO			X	"	3 105	03	19	98	40	-	2.5	69	162
11	ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA			X	"	2 895		30	130	50	-	2.6	36	173
12	GRADUAÇÃO EM PINTURA, ESCULPTURA OU GRAVURA		X		"	3 165		06	31	30	-	1.0	96	83
13	GRADUAÇÃO EM INSTRUMENTOS			X	"	2 760	01	02	25	20	-	1.3	40	32
	GRADUAÇÃO EM CANTO			X	"	1 690		01						
14	METEOROLOGIA			X	"	1 860		06	43	20	20	1.1	99	104
15	PEDAGOGIA			X	"	3 375	02	22	141	40	-	3.5	153	136
16	FILOSOFIA			X	"	2 325	-	-	37	40	-	0.9	49	40
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA				"									
17	HABILITAÇÃO EM DESENHO		X		"	2 955	01	05	34	20	-	1.7	74	65
18	HABILITAÇÃO EM ARTES PLÁSTICAS		X		"	3 120	01	10	82	30	-	2.7	125	119
19	HABILITAÇÃO EM MÚSICA		X		"	3 000	01	08	22	20	-	1.1	56	40
20	ESTUDOS SOCIAIS			X	"	1 410	35	54	456	40	-	3.0	264	285
21	ESTUDOS SOCIAIS LICENCIATURA EM HISTÓRIA		X		"	1 380	03	08	-	-	-	-	56	79
22	ESTUDOS SOCIAIS LICENCIATURA EM GEOGRAFIA		X		"	1 380	-	18	-	-	-	-	50	46
23	LETRAS - HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS E FRANCÊS		X		"	3 120	-	-	19	15	-	1.2	36	32
24	LETRAS - HABILITAÇÃO EM PORTUGUÊS E INGLÊS		X		"	3 120	-	-	100	25	-	4.0	59	51
25	GRADUAÇÃO DE PROFESSORES DA PARTE DE FORMAÇÃO ESPECIAL CURRÍCULO 2º GRAU (ESQUEMA I)		X		"	885	-	-	-	-	-	-	43	38
26	(ESQUEMA II) SETOR DE TÉCNICAS INDUSTRIAIS		X		"	Extinto	-	01	-	-	-	-	-	-
27	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA 1º GRAU		X		"	Extinto	-	01	-	-	-	-	-	-
	TOTAL						285	513	5 386	810	350	4.4	4 983	5 052

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO CURSO	CURSO DE GRADUAÇÃO Exigido	NÍVEL			MODALIDADE			DURAÇÃO EM HORA/AULA	CONCLUÍNTES 1986	MATRÍCULAS 1987	OBSERVAÇÕES
		Doutorado	Mestrado	Especializ.	Aperfeiçoam.	Regular	De Férias				
<u>Mestrado</u>											
1. Agronomia											
1.1 - Fitomelhoramento	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	1		As áreas de concentração em Fitomelhoramento, Fruticultura de Clima Temperado, Produção Vegetal e Tecnologia de Sementes, a partir de 1985, foram unificadas formando um único curso, o de agronomia.
1.2 - Fruticultura de Clima Temperado	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	1		
1.3 - Tecnologia de Sementes	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	8	66	
1.4 - Produção vegetal	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	7		
2. Veterinária (Saúde animal)	Graduação em Veterinária		x			x		Variável	6	14	
3. Zootecnia	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	5	25	
4. Ciências e Tecnologia Agroindustrial	Graduação em áreas afins		x			x		Variável	-	18	
5. Odontologia (Cirurgia e Traum.Buco-Max-Fac.)	Graduação em Odontologia		x			x		2178	-	13	
6. Odontologia (Edodontia)	Graduação em Odontologia		x			x		1170	-	-	
<u>Especialização</u>											
1. Artes	Graduação em áreas afins			x		x		720	6	15	
2. Ciência dos Alimentos	Graduação em áreas afins			x		x		450	2	06	
3. Ciências Sociais	Graduação em áreas afins			x		x		420	7	31	
4. Ciência Política	Graduação em áreas afins			x		x		630	-	26	
5. Educação	Graduação em áreas afins			x		x		615	27	60	
6. Educação Física	Graduação em Educação Física			x		x		390	15	16	
7. Edodontia	Graduação em Edodontia			x		x		735	-	03	
8. Matemática	Graduação em áreas afins			x		x		420	5	27	
9. Medicina	Graduação em Medicina			x		x		-	-	7	
<u>Residência Médica</u>											
1. Obstetrícia e Ginecologia	Graduação em Medicina			x		x		Variável	4	10	
2. Ortopedia e Traumatologia	Graduação em Medicina			x		x		Variável	-	-	
3. Pediatria	Graduação em Medicina			x		x		Variável	5	13	
4. Psiquiatria	Graduação em Medicina			x		x		Variável	3	10	
5. Nefrologia	Graduação em Medicina			x		x		Variável	-	01	
6. Clínica Médica	Graduação em Medicina			x		x		Variável	-	06	

FONTE: Relatório da UFPEL, 1987

FONTE: Relatório da UFPel de 1987

BIBLIOTECAS

1. ACERVO

ANO	FOLHETOS	LIVROS		PERIÓDICOS (TÍTULOS)	MICROFICHAS
		TÍTULOS	EXEMPLARES		
1981	17.604	43.333	75.948	2.068	1.030
1982	18.014	46.443	80.687	2.152	1.030
1983	18.590	48.056	84.297	2.249	1.162
1984	19.459	49.424	85.665	2.390	1.162
1985	19.671	50.783	87.717	2.662	1.162
1986	19.984	53.098	94.548	2.766	1.162

2. MOVIMENTO

ANO	CONSULTA LOCAL	EMPRÉSTIMO
1981	108.476	42.560
1982	124.779	60.518
1983	107.170	59.857
1984	113.575	69.707
1985	100.397	73.299
1986	127.071	90.132

3. USUÁRIOS INSCRITOS

ANO	ALUNOS GRADUAÇÃO	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO	FUNCIONÁRIOS	PROFESSORES	TOTAL
1981	3.414	183	104	265	3.966
1982	4.248	246	119	341	4.954
1983	4.685	169	100	281	5.235
1984	5.232	152	96	230	5.710
1985	5.604	149	100	212	6.065
1986	6.359	200	97	296	6.952

BIBLIOTECAS - 1986 - ACERVOS

UNIDADES	FOLHETOS	LIVROS		PERIÓDICOS (TÍTULOS)	MICROFICHAS
		TÍTULOS	EXEMPLARES		
GLOBAL	-	-	-	2.766	1.162
BIBLIOTECA FAEM	189	377	491		
BIBLIOTECA CAVG	-	120	130		
BIBLIOTECA ESEF	-	15	18		
BIBLIOTECA FAC. DIREITO	03	178	236		
BIBLIOTECA FAC. EDUCAÇÃO	23	369	582		
BIBLIOTECA FAC. MEDICINA	-	165	270		
BIBLIOTECA FAC. ODONTOLOGIA	09	40	51		
BIBLIOTECA I.C. HUMANAS	-	454	958		
BIBLIOTECA FAC. VETERINÁRIA	-	25	68		
BIBLIOTECA ISNT. BIOLOGIA	-	54	177		
BIBLIOTECA I.F. MATEMÁTICA	02	121	340		
BIBLIOTECA I.Q. GEOCIÊNCIAS	-	98	303		
BIBLIOTECA FAC. ARQUITETURA	85	114	513		
BIBLIOTECA F.C. DOMÉSTICAS	02	36	2.383		
BIBLIOTECA FAC. NUTRIÇÃO	-	149	311		
TOTAL	313	2.315	6.831	2.766	1.162

FONTE: Relatório da UFPel, 1987

CURSOS OFERECIDOS - 1986

2º GRAU

2º GRAU	MATRÍCULA		VAGAS 1986	CANDIDATOS	RELAÇÃO CANDIDATOS/ VAGAS	CONCLUSÕES
	1º SEM.	2º SEM.				
CURSOS						
ECONOMIA DOMÉSTICA	42	33	20	20	1.2	7
TÉCNICO EM ALIMENTOS	32	23	16	16	1.0	9
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	599	496	316	350	1.2	116
TOTAL 2º GRAU	673	552	352	386	1.1	132

FUNDAMENTAL

FUNDAMENTAL	MATRÍCULA		VAGAS 1986		CANDIDATOS		RELAÇÃO CANDIDATOS/ VAGAS		CONCLUSÕES	
	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.
CURSOS										
VIOLINO	9	7	-	1	15	9	1.7	1.3	-	1
CANTO	30	23	2	1	45	26	1.5	1.1	-	1
PIANO	63	48	3	2	100	61	1.6	1.3	-	-
VIOLÃO	66	64	15	12	150	80	2.3	1.3	-	2
TEORIA MUSICAL	300	232	90	88	300	232	1.0	1.0	-	1
FLAUTA DOCE	23	21	5	5	34	29	1.5	1.3	-	-
TOTAL FUNDAMENTAL	491	395	115	101	644	437	1.3	1.1	-	4

FONTE: Relatório da Ufpel , 1987

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REALIZADOS EM 1986

Nº	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	PRÉ-REQUISITOS	NÍVEL			MODALIDADE DE FUNCIONAMENTO	DURAÇÃO N/AULA	CONCLUÍTES 1986		MATRÍCULA 1986		VAGAS 1986		CANDIDATOS 1986
			Doutorado	Mestrado	Aperfeiçoamento Espec.			1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	1º SEM.	2º SEM.	
	<u>MESTRADO</u>													
1	AGRONOMIA	Graduação em áreas afins				Regular	Variável	-	01	12	09	05	-	57
	1.1. Fitomelhoramento	" " " "		X		"	"	01	-	20	17	07	-	-
	1.2. Fruticultura de Clima Temperado	" " " "		X		"	"	06	02	25	21	10	01	-
	1.3. Tecnologia de Sementes	" " " "		X		"	"	03	04	15	18	07	03	-
	1.4. Produção Vegetal	" " " "		X		"	"							
2	VETERINÁRIA	Graduação em Veterinária				"	"	01	05	22	17	06	-	15
	2.1. Sanidade Animal	" " " "		X		"	"	03	02	25	21	13	-	25
3	ZOOTECNIA	Graduação em áreas afins		X		"	"	-	-	14	18	07	4	10
4	CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROINDUSTRIAL	" " " "		X		"	"							
5	ODONTOLOGIA	Graduação em Odontologia				"	2178	-	-	15	11	07	-	10
	5.1. Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial	" " " "		X		"	1170	-	-	03	03	05	-	04
6	ODONTOLOGIA	" " " "				"	720	-	06	09	18	-	13	20
	6.1. Endodontia	" " " "		X		"	450	02	-	-	10	-	10	29
	<u>ESPECIALIZAÇÃO</u>						420	-	07	32	13	24	-	49
1	ARTES	Graduação em áreas afins		X		"	630	-	-	31	36	15	10	42
2	CIÊNCIA DOS ALIMENTOS	" " " "		X		"	615	01	26	65	53	36	-	146
3	CIÊNCIAS SOCIAIS	" " " "		X		"	390	11	04	63	20	63	-	73
4	CIÊNCIA POLÍTICA	" " " "		X		"	735	-	-	03	-	03	-	7
5	EDUCAÇÃO	" " " "		X		"	420	02	03	45	05	17	09	26
6	EDUCAÇÃO FÍSICA	Graduação em Educação Física		X		"								
7	ENDODONTIA	Graduação em Endodontia		X		"								
8	MATEMÁTICA	Graduação em áreas afins		X		"								
	<u>RESIDÊNCIA MÉDICA</u>													
1	OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	Graduação em Medicina				"	Variável	04	-	10	-	04	-	18
2	ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	" " " "				"	"	-	-	01	-	02	-	01
3	PEDIATRIA	" " " "				"	"	05	-	10	-	04	-	18
4	PSIQUIATRIA	" " " "				"	"	03	-	10	-	04	-	06
5	NEFROLOGIA	" " " "				"	"	-	-	01	-	01	-	01
TOTAL								42	60	431	290	240	50	557

ATIVIDADES DEPARTAMENTAIS
EVOLUÇÃO (%) NO PERÍODO 1980/85

ENSINO SUPERIOR

ATIVIDADE	ANO / SEMESTRE													
	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
ENSINO (TOTAL)	61	59	62	62	64	66	72	72	71	71	72	73	74	74
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	37	31	30	31	35	37	40	39	38	39	37	37	37	37
PESQUISA	15	13	14	14	13	12	12	12	12	12	11	10	10	9
EXTENSÃO	12	13	11	12	12	11	11	12	13	13	12	12	12	12
ADMINISTRAÇÃO	12	15	13	12	11	11	5	4	4	4	5	5	4	5

ENSINO MÉDIO

ATIVIDADE	ANO / SEMESTRE													
	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
ENSINO (TOTAL)	88	82	84	82	84	88	90	90	89	85	82	86	88	81
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	62	52	50	47	52	55	56	56	48	46	66	71	60	53
PESQUISA	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
EXTENSÃO	7	6	7	6	5	4	4	4	5	6	5	7	6	6
ADMINISTRAÇÃO	5	12	9	11	10	7	6	6	6	9	13	7	6	13

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA

ENSINO FUNDAMENTAL

ATIVIDADE	ANO / SEMESTRE					
	1984		1985		1986	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
ENSINO (TOTAL)	88	89	76	81	74	73
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	58	54	54	72	51	51
PESQUISA	-	-	-	-	-	-
EXTENSÃO	12	11	20	19	21	27
ADMINISTRAÇÃO	-	-	4	-	5	-

ENSINO SUPERIOR

ATIVIDADES	HORAS SEMANAIS									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
ENSINO (TOTAL)	17267	17242	17502	17468	16711	17027	18153	18153	19558	19526
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	9672	11029	10446	9434	8918	9708	9390	9511	9722	9829
PESQUISA	3561	3226	2855	2895	2835	2930	2744	2603	2563	2446
EXTENSÃO	3110	2970	2805	2884	2946	3054	3157	3177	3321	3298
ADMINISTRAÇÃO	2992	2786	1125	1257	1058	1068	1190	1230	1165	1216
ENCARGO TOTAL	26930	26224	24287	24504	23550	24079	25244	25554	26607	26486

ENSINO FUNDAMENTAL

ATIVIDADES	HORAS SEMANAIS									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
ENSINO (TOTAL)	-	-	-	-	407	371	344	310	327	288
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	-	-	-	-	267	225	243	280	228	209
PESQUISA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXTENSÃO	-	-	-	-	56	47	89	74	92	108
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-	20	-	24	-
ENCARGO TOTAL	-	-	-	-	463	418	453	384	443	396

ENSINO MÉDIO

ATIVIDADES	HORAS SEMANAIS									
	1982		1983		1984		1985		1986	
	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem	1ºsem	2ºsem
ENSINO (TOTAL)	1471	1472	1576	1601	1396	1432	1390	1300	1250	1344
ENSINO (ENCARGO DIDÁTICO)	911	911	975	997	764	764	917	1071	852	843
PESQUISA	12	10	-	-	-	-	-	-	-	-
EXTENSÃO	90	64	72	74	80	90	89	108	90	90
ADMINISTRAÇÃO	178	118	100	100	100	156	210	96	82	220
ENCARGO TOTAL	1751	1664	1748	1775	1576	1678	1689	1504	1422	1654

CURSOS DE SEGUNDO GRAU
VAGAS E CANDIDATOS POR CURSO

CURSO/ANO	1982		1983		1984		1985		1986	
	VAGAS	CANDIDATOS								
ALIMENTOS	16	40	22	33	31	11	37	12	16	16
ECONOMIA DOMÉSTICA	19	33	23	34	30	26	27	7	20	20
AGROPECUÁRIA	154	305	204	300	200	307	248	319	316	350

RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA
CURSOS DE SEGUNDO GRAU

ANO	CANDIDATOS	VAGAS	CANDIDATOS/VAGA
1979	327	224	1,5
1980	378	360	1,1
1981	408	317	1,3
1982	378	189	2,0
1983	367	249	1,5
1984	344	261	1,3
1985	338	312	1,4
1986	400	356	1,1

CURSOS DE SEGUNDO GRAU
VAGAS E CANDIDATOS POR CURSO

CURSO/ANO	1982		1983		1984		1985		1986	
	VAGAS	CANDIDATOS								
ALIMENTOS	16	40	22	33	31	11	37	12	16	16
ECONOMIA DOMÉSTICA	19	33	23	34	30	26	27	7	20	20
AGROPECUÁRIA	154	305	204	300	200	307	248	319	316	350

RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA
CURSOS DE SEGUNDO GRAU

ANO	CANDIDATOS	VAGAS	CANDIDATOS/VAGA
1979	327	224	1,5
1980	378	360	1,1
1981	408	317	1,3
1982	378	189	2,0
1983	367	249	1,5
1984	344	261	1,3
1985	338	312	1,4
1986	400	356	1,1

FONTE: Relatório da UFPel, 1987

ÁREA DE ATUAÇÃO DO CRUTAC

ANO	MUNICÍPIOS	NÚCLEOS DE ATUAÇÃO
1979	Pelotas Canguçu Arroio Grande	Santa Silvana, Sede de Pelotas. Rincão dos Marques, Coxilha do Piégas, Sede Canguçu. Santa Isabel.
1980	Pelotas Canguçu Arroio Grande	Santa Silvana, Colorado, Sede de Pelotas. Rincão dos Marques, Coxilha dos Piégas, Sede de Canguçu. Santa Isabel.
1981	Pelotas Canguçu Arroio Grande	Santa Silvana, Açoita Cavallo, Sede de Pelotas. Rincão dos Marques, Coxilha dos Piégas, Florida, Sede de Canguçu. Santa Isabel.
1982	Pelotas Canguçu Arroio Grande	Sede de Pelotas, Santa Silvana, Açoita Cavallo. Coxilha dos Piégas, Rincão dos Marques, Florida, Sede de Canguçu. Santa Isabel.
1983	Pelotas Arroio Grande Canguçu Capão do Leão	Sede de Pelotas, Açoita Cavallo: Santa Isabel. Sede de Canguçu, Coxilha dos Piégas, Rincão dos Marques, Florida. Sede do Capão do Leão, Passo das Pedas.
1984	Pelotas Capão do Leão Canguçu	Sede de Pelotas, Açoita Cavallo. Sede do Capão do Leão, Passo das Pedras. Coxilha dos Piégas, Rincão dos Marques, Florida.
1985	Pelotas Capão do Leão Canguçu Pedro Osório	Sede de Pelotas, Açoita Cavallo. Sede do Capão do Leão, Sítio dos Vasconcelos. Sede do Distrito, Coxilha dos Piégas, Rincão dos Marques, Florida, Coxilha do Fogo. Sede do Distrito, Vila Freire.
1986	Pelotas Capão do Leão Canguçu Pedro Osório Piratini	Sede de Pelotas, Açoita Cavallo. Sede do Capão do Leão, Sítio dos Vasconcelos. Sede do Distrito, Coxilha dos Piégas, Rincão dos Marques, Florida, Coxilha do Fogo. Sede do Distrito, Vila Freire. Cancelão.

EXTENSÃO: CRUTAC/UFPEL

ATIVIDADES	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
TOTAL DE ALUNOS ESTAGIÁRIOS	320	245	287	267	209	249	116	296
TOTAL DE DOCENTES	55	53	46	52	42	36	40	37
TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO	1814	2418	1944	1260	1296	1224	800	19646
TOTAL DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	44	38	43	33	31	20	14	24
TOTAL DE PARTICIPANTES DOS CURSOS	797	761	1128	619	561	571	191	373

TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS POR ÁREA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
SAÚDE	1031	9467	25835	18516	17427	17805	1020	4246
AGROPECUÁRIA	7380	10782	7495	11867	12158	15232	690	5865
SÓCIO-EDUCATIVA	8324	8628	33581	29159	37605	18228	41992	17603
TOTAL DE PESSOAS	25835	28877	66911	59542	67190	51265	44611	27714

OBS.: As áreas de conhecimento são constituídas pelas seguintes Unidades de Ensino:

ÁREA DA SAÚDE: Medicina, Odontologia, Nutrição e Enfermagem e Obstetrícia.

ÁREA AGROPECUÁRIA: Agronomia, Veterinária, Engenharia Agrícola e Conjunto Agrotécnico "Visconde da Graça".

ÁREA SÓCIO-EDUCATIVA: Ciências Domésticas, Letras e Artes, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Serviço Social, Educação e Direito.

FONTI: Coordenação do CRUTAC.

CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 1979

ANO	CURSO	NÍVEL
1979	- Meteorologia	Graduação
	- Pedagogia	Graduação
	- Educação Física e Técnico em Desportos	Pós-Graduação (Especialização)
	- Economia Doméstica	Pós-Graduação (Especialização)
	- Sanidade Animal	Pós-Graduação (Mestrado)
1980	- Ginástica Escolar	Pós-Graduação (Especialização)
	- Alfabetização	Pós-Graduação (Especialização)
	- Matemática	Pós-Graduação (Especialização)
1981	- Ciências Sociais: Economia	Pós-Graduação (Especialização)
	- Estudos Sociais: Habilitação de Geografia, História e Organização Social e Política Brasileira..	Graduação
1982	- Ciência dos Alimentos	Pós-Graduação (Especialização)
	- Nefrologia	Pós-Graduação (Residência Médica)
	- Medicina Geral e Comunitária	Pós-Graduação (Residência Médica)
1983	- Estudos Sociais: Licenciatura Plena (História)..	Graduação Pós-Graduação (Especialização)
1984	- Licenciatura Plena em Geografia	Graduação
	- Letras	Graduação
	- Canto - Flauta - Piano - Teoria Musical - Violão e Violino	Fundamental
1985	- Ciência Política	Especialização
	- Filosofia	Graduação
	- Ciência e Tecnologia Agroindustrial	Mestrado
	- Pediatria	Pós-Graduação (Residência Médica)
	- Nutrição Social	Especialização
1986	- Clínica Médica	Programa de Residência Médica
	- Medicina	Especialização

CURSOS DE GRADUAÇÃO
CRESCIMENTO DA MATRÍCULA INICIAL

ANO	REGULARES			ESPECIAIS		TOTAL	
	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL		TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)
		%	ABSOLUTO				
1979	3998	2	66	120	3	4118	2
1980	4321	8	323	65	-46	4386	7
1981	4453	3	132	43	-34	4496	3
1982	4630	4	177	55	3	4685	4
1983	4837	4	207	43	-22	4880	4
1984	4990	3	153	38	-12	5028	3
1985	5344	7	354	35	-8	5379	7
1986	5014	-6	-292	43	23	5057	-6

CURSOS DE GRADUAÇÃO
CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CANDIDATOS

ANO	REGULARES		ESPECIAIS		TOTAL	
	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL (%)
1979	4607	- 4	108	- 18	4715	- 5
1980	4312	- 7	64	- 40	4376	- 7
1981	5283	23	50	- 22	5333	22
1982	5927	12	-	-	5927	11
1983	5584	- 7	119	-	5703	- 5
1984	5425	- 1	192	61	5617	- 2
1985	5865	8	172	- 10	6037	7
1986	5386	- 8	-	-	5386	-11

FONTE: Relatório da UFPel de 1987

CONCLUSÕES DE CURSO

CURSOS	CONCLUÍNTES		
	1984	1985	1986
SEGUNDO GRAU			
01. Economia Doméstica	8	6	7
02. Técnico em Alimentos	16	12	9
03. Técnico em Agropecuária	83	82	116
TOTAL SEGUNDO GRAU	107	100	132

FUNDAMENTAL	1984	1985	1986
	01. Canto	2	-
02. Piano	1	1	40
03. Violão	-	1	50
04. Teoria Musical	19	11	8
TOTAL FUNDAMENTAL	22	12	116

CONCLUSÕES DE CURSO

NÍVEIS	CONCLUÍNTES		
	1984	1985	1986
TOTAL GRADUAÇÃO REGULARES	766	825	797
TOTAL GRADUAÇÃO ESPECIAIS	34	33	1
TOTAL GRADUAÇÃO	800	858	798
TOTAL PÓS-GRADUAÇÃO (COM E SEM TESTE)	163	46	102
TOTAL SEGUNDO GRAU	107	100	132
TOTAL FUNDAMENTAL	22	12	116
TOTAL GERAL UFPEL	1092	1016	1148

FONTE: Relatório da UFPEL de 1987

CONCLUSÕES DE CURSO

CURSOS	CONCLUINTES		
	1984	1985	1986
GRADUAÇÃO REGULARES			
01. Engenharia Agrônômica	149	147	134
02. Arquitetura e Urbanismo	34	36	30
03. Ciências Domésticas	10	15	19
04. Direito	74	74	51
05. Enfermagem e Obstetrícia	20	24	30
06. Engenharia Agrícola	15	19	20
07. Estudos Sociais: Licenciatura 1º Grau	56	56	89
08. Educação Física e Técnico em Desportos	53	59	47
09. Instrumentos (Piano)	-	02	02
10. Medicina	102	100	87
11. Meteorologia	8	10	8
12. Nutrição	25	16	22
13. Odontologia	75	87	76
14. Pedagogia	23	29	23
15. Pintura, Escultura ou Gravura	6	10	7
16. Veterinária	70	77	95
17. Educação Artística: Licenciatura (Desenho - Artes Plásticas - Música)	31	34	26
18. Educação Artística: Licenciatura 1º Grau	4	3	1
19. Educação Moral e Cívica: Licenciatura Plena	1	-	-
20. Licenciatura Plena História	10	26	11
21. Licenciatura Plena Geografia	-	-	18
22. Canto	-	1	1
TOTAL GRADUAÇÃO REGULAR	766	825	797

CURSOS ESPECIAIS	1984	1985	1986
01. Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Ensino de 2º Grau (Esquema I)	34	33	-
02. Esquema II - Setor de Técnicas Industriais	-	-	1
TOTAL GRADUAÇÃO ESPECIAIS	34	33	1

FONTE: Relatório da UFPel de 1987

CONCLUSÕES DE CURSOS

CURSOS	CONCLUINTES		
	1984	1985	1986
PÓS-GRADUAÇÃO			
Mestrado			
01. Agronomia	-	17	-
1.1 Fitomelhoramento	5	-	1
1.2 Fruticultura de Clima Temperado	5	-	1
1.3 Tecnologia de Sementes	10	-	8
1.4 Produção Vegetal	7	-	7
02. Veterinária			
2.1 Sanidade Animal	12	1	6
03. Zootecnia	12	3	5
04. Ciência e Tecnologia Agroindustrial	-	-	-
05. Odontologia			
5.1 Cirurgia e Traumatologia Bico-Maxilo-Facial	8	2	-
06. Odontologia			
6.1 Endodontia	-	1	-
Especialização			
01. Artes	13	2	6
02. Ciência dos Alimentos	-	6	2
03. Ciência Sociais	17	2	7
04. Ciência Política	-	-	-
05. Educação	25	16	27
06. Educação Física	19	2	15
07. Endodontia	7	2	-
08. Matemática	10	7	5
09. Prótese Dentária	3	-	-
Residência Médica			
01. Obstetrícia e Ginecologia	3	-	4
02. Ortopedia e Traumatologia	1	-	-
03. Pediatria	-	-	5
04. Psiquiatria	3	1	3
05. Nefrologia	-	-	-
06. Medicina Geral e Comunitária	3	-	-
TOTAL	163	62	102

FONTE: Relatório da UFPel de 1987

RELAÇÃO MATRÍCULA/CONCLUSÕES DE CURSO
(CURSOS DE GRADUAÇÃO)

ANO	MATRÍCULA (1º SEM)	CONCLUSÕES	
		Nº	% MATRÍCULA
1979	3998	590	15
1980	4321	638	15
1981	4453	677	15
1982	4630	689	15
1983	4837	715	15
1984	4990	800	16
1985	5344	854	16
1986	5014	798	16

RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA

DO CONCURSO VESTIBULAR PARA INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

ANO	CANDIDATOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA
1979*	4607	700	6,6
1979**	2718	235	11,6
1980	4316	935	4,6
1981	5283	965	5,5
1982	5927	965	6,1
1983	5584	1110	5,0
1984	5425	1160	4,7
1985	5865	1240	4,7
1986	5386	1240	4,3

(*) 1º Semestre

(**) 2º Semestre

FONTE: Relatório da UFPel 1987

CURSOS DE SEGUNDO GRAU

CRESCIMENTO DA MATRÍCULA, VAGAS, CANDIDATOS E CONCLUSÕES

A/D	MATRÍCULA		VAGAS		CANDIDATOS		CONCLUSÕES	
	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)
1979	436	15	224	18	327	25	96	-
1980	503	15	360	10	378	10	75	- 22
1981	604	20	317	5	408	10	115	50
1982	573	- 5	189	- 40	378	7	64	- 44
1983	646	13	249	3	367	- 3	116	81
1984	632	- 2	261	5	344	- 6	107	8
1985	641	1	312	20	338	- 2	100	- 7
1986	673	5	352	13	386	14	132	32

OBS: Matrícula inicial do ano.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE

ANO	REGULARES		ESPECIAIS		TOTAL	
	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)
1979	590	7	70	52	660	10
1980	638	8	-	-100	638	3
1981	677	6	50	-	727	14
1982	689	2	35	-30	724	- 0,4
1983	715	4	15	-57	730	0,8
1984	766	7	34	127	800	10
1985	821	7	33	3	854	7

CURSOS DE GRADUAÇÃO

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS INICIAIS

ANO	REGULARES		ESPECIAIS		TOTAL	
	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)	TOTAL	CRESCIMENTO ANUAL(%)
1979	935	11	100	- 24	1035	6
1980	935	-	75	- 25	1010	- 24
1981	965	3	50	- 33	1015	0,5
1982	965	-	-	-	965	-
1983	1110	15	40	-	1150	19
1984	1160	5	40	-	1200	4
1985	1240	7	-	-	1240	3
1986	1240	-	40	-	1280	3

FONTE: Relatório da UFPEL de 1987

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

VAGAS E CANDIDATOS

CURSOS PÓS-GRADUAÇÃO	1 9 8 6'	
	Vagas	Candidatos
01. Agronomia	33	57
02. Ciência e Tecnologia Agroindustrial	11	10
03. Odontologia		
Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial	07	10
Endodontia	05	04
04. Veterinária		
Saúde Animal	06	15
05. Zootecnia	13	25
06. Artes	13	20
07. Ciência dos Alimentos	10	29
08. Ciência Política	25	42
09. Ciências Sociais	24	49
10. Educação	36	146
11. Educação Física	63	73
12. Endodontia (Especialização)	03	07
13. Matemática	26	26
14. Prótese Dentária	-	-
15. PRM em Matemática Geral Comunitária	-	-
16. PRM em Nefrologia	01	01
17. PRM em Obstetrícia e Ginecologia	04	18
18. PRM em Ortopedia e Traumatologia	02	01
19. PRM em Pediatria	04	18
20. PRM em Psiquiatria	04	06
T O T A L	290	557

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

FONTE: Relatório da UFPel de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
áreas construídas em m² 1986

Localização no Mapa	Localização / Prédios	Área Construída	Área disponível p/construção	Aluguel	Município	Observação
	CAMPUS					
001	Reitoria	3.563	-	Próprio	Canoa do Leão	-
002	Faculdade de Agronomia	13.410	-	"	"	-
003	Biblioteca	1.296	-	"	"	Reforma p/Fac. Meteorol
004	Deptº Ciências dos Alimentos	836	-	"	"	-
005	Faculdade de Ciências Domésticas	4.677	-	"	"	-
006	Restaurante Universitário	1.070	-	"	"	-
007	Dep. Lenha e Caldeira	84	-	"	"	-
008	Central Telefônica	38	-	"	"	-
009	Laboratório de Apoio as Estufas	180	-	"	"	-
010	Estufas	108	-	"	"	-
011	Vestiários	110	-	"	"	-
012	Hospital de Clínica Veterinária	694	-	"	"	-
013	Departamento de Física	733	-	"	"	-
014	Departamento de Desenho	837	-	"	"	-
015	Centro de Processamento de Dados	837	-	"	"	-
016	Deptº Matemática e Estatística	837	-	"	"	-
017	Instituto de Letras e Artes	837	-	"	"	-
018	Deptº de Microbiologia e Parasit.	837	-	"	"	-
019	Instituto de letras e artes	837	-	"	"	-
020	Departamento de Morfologia	837	-	"	"	-
021	Departamento de Botânica	837	-	"	"	-
022	Departamento de Botânica	733	-	"	"	-
023	Departamento de Zoologia e Genética	732	-	"	"	-
024	Deptº de Microbiologia e Parasit.	739	-	"	"	-
025	Instituto de Letras e Artes	746	-	"	"	-
026	Deptº de fisiologia e Farmacologia	746	-	"	"	-
027	Prefeitura Universitária	209	-	"	"	-
028	Oficinas	942	-	"	"	-
029	Departamento de Bioquímica	837	-	"	"	-
030	Deptº de Química Analítica	837	-	"	"	-
031	Direção do Instituto de Química	629	-	"	"	-
032	Deptº de Química Orgânica	738	-	"	"	-
033	Faculdade de Arquitetura e Urban.	765	-	"	"	Prédio em reforma e adapt.p/Enga Agric.
034	Almoxarifado Central	309	-	"	"	-
035	Gráfica Universitária	241	-	"	"	-
036	Fábrica de Blocos	257	-	"	"	-
037	Posto Abastecimento de Gasolina	11	-	"	"	-
038	Pórtico	8	-	"	"	-
039	Rádio Cosmos	217	-	"	"	-
040	Posto Médico	244	-	"	"	-
041	CRUTAC	241	-	"	"	-
042	CEIREISUL	288	-	"	"	-
043	Centro de Tradições Gaúchas	498	-	"	"	-
044	Biotério	107	-	"	"	-
045	Transmissores da Rádio Cosmos	20	-	"	"	-
046	Canil	69	-	"	"	-
047	Depósito	86	-	"	"	-
048	Baixas	41	-	"	"	-
049	Cancha Polivalentes	1.296	-	"	"	-
050	Almoxarifado Central	500	-	"	"	-
051	Dep. Inflamáveis	55	-	"	"	-
052	Núcleo Prestação de Serviços	276	-	"	"	-
053	Faculdade de Veterinária	4.423	-	Cedido	"	Prédios da EMERAPA
	PALMA					
054	Estação Experimental da Palma e Horto Florestal	10.637	-	Próprio	"	-
	CENTRO					
055 - A	Faculdade de Medicina	7.254	19.591,57	"	Pelotas	-
056 - B	Faculdade de Odontologia	6.822	9.823,25	"	"	-
057 - C	Faculdade de Direito	2.418	-	"	"	Prédio Interditado
058 - D	Instituto de Ciências Humanas	1.761	7.649,00	"	"	Prédio Interditado
059 - E	Escola de Belas Artes	917	-	"	"	-
060 - F	Escola Sup. de Educação Física	1.687	-	5.999,24	"	-
061 - G	Faculdade de Educação	152	-	4.875,68	"	-
062 - H	Conservatório de Música	587	-	Próprio	"	-
063 - I	Hospital Escola	3.620	-	Convênio	"	-
064 - J	Casa de Estudantes e RI-Centro	2.610	-	9.872,13	"	-
065 - K	Diretório Central de Estudantes	222	-	1.404,29	"	-
066 - L	Fac. de Medicina - Posto Médico	134	-	2.564,60	"	-
067 - M	Livraria e Museu	235	-	6.363,00	"	-
068 - N	Fac. de Arquitetura e Urbanismo	748	4.799,00	26.000,00	"	Imóvel c/solicitação d Unidade p/aquisição.
069 - O	Instituto de Ciências Humanas	980	-	18.000,00	"	-
070 - P	Instituto de Ciências Humanas	152	-	46.500,00	"	-
	CAVG					
071	Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça	15.731	-	Próprio	"	-
	PIRATINI					
072	Estação Experimental de Piratini	979	-	"	Piratini	-

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
- CURSOS E MATRÍCULAS 1986 -

CURSOS	Nº de Matrículas	
	1º sem	2º sem
Administração de Empresas	373	349
Ciências - Lic. 1º Grau	47	35
- Lic. Plena		
Psicologia	237	195
Física	24	20
Matemática	186	164
Química	111	81
Ciências Contábeis	345	327
Ciências Econômicas	202	158
Ciências Sociais		
Licenciatura	57	50
Bacharelado	11	9
Comunicação Social		
Jornalismo	150	125
Rel. Públicas	38	33
Publ. e Propaganda	59	55
Engenharia Civil	323	258
Elétrica	280	240
Estudos Sociais	167	131
Farmácia e Psicoquímica	208	199
Filosofia	60	54
Geografia	35	37
História	38	44
Letras - Lic. 1º Grau		
Português	21	22
- Lic. Plena		
Port/Inglês	74	49
Port/Francês	9	8
Português	31	29
Medicina	483	484
Pedagogia		
Magist. Administr. Esc.	108	100
Magist. Supev. Esc.	87	89
Magist. e Orient. Educ.	113	87
Magist. Pré-escolar 1-4ª série	25	23
Educ. p/Deficientes Mentais	6	6
Psicologia		
Licenciatura	136	129
Bacharelado	237	244
Serviço Social	188	149
Tecnólogo em Process. de Dados	96	115
TOTAL UCPEL:		
Matrícula	4.565	4.098
Vagas	1.500	600
Conclusão	335	448
Inscrição/Vaga	4,09	??

FONTE: RGS. SEC. S. T. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS.
Estatísticas Básicas do Ensino Superior RS - 1986.
 Porto Alegre, 1987.

FOTOGRAFIAS:

Equipamentos culturais da cidade de Pelotas:



Foto 01 - Teatro 7 de Abril

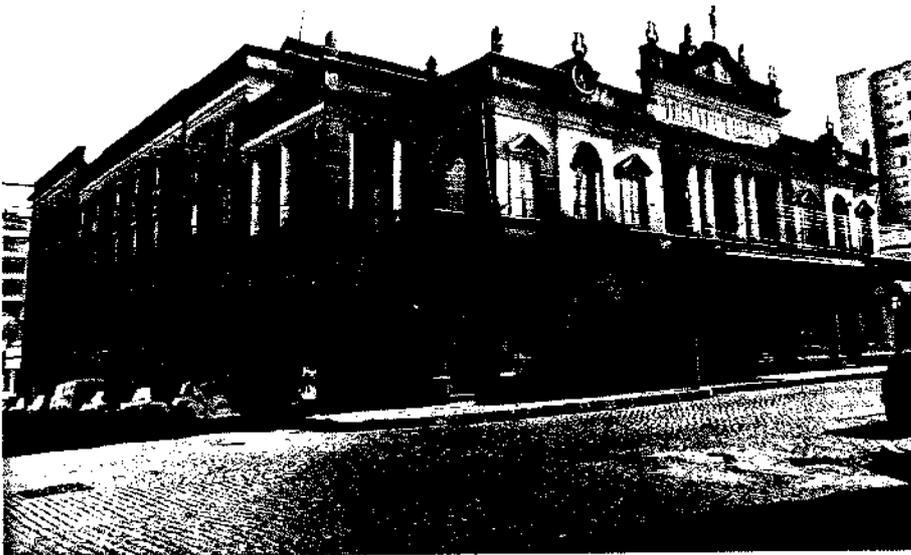


Foto 02 - Teatro Guarani



Foto 03 - A Escola de Agronomia Eliseu Maciel (1883), na cidade.

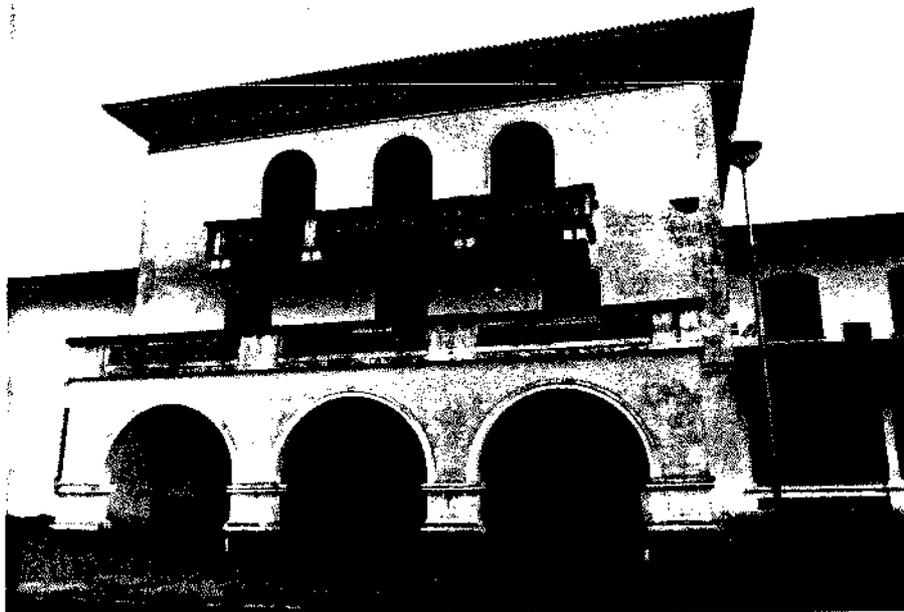


Foto 04 - A Escola de Agronomia Eliseu Maciel (1959) no campus.

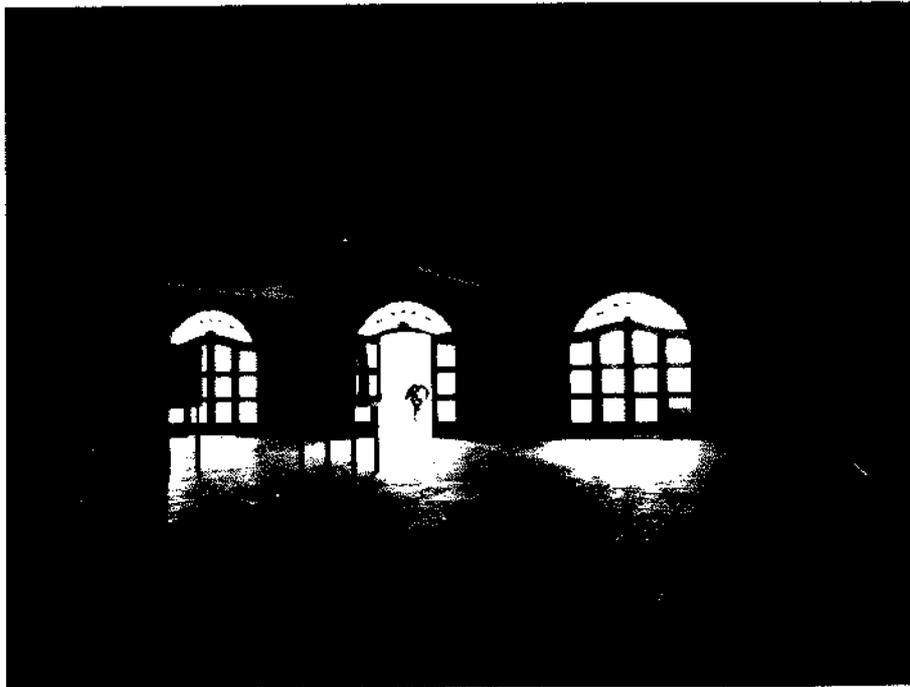


Foto 05 - Escola de Agronomia Eliseu Maciel, saguão: campus.



Foto 06 - Monumento em Memória ao cel. Pedro Osório, a estátua ficou conhecida como "deixa que eu pago"

Foto 07 - Monumento em homenagem a Ferreira Vianna, que redigiu a lei de 13 de maio de 1888; "é declarada extinta a escravidão no Brasil."

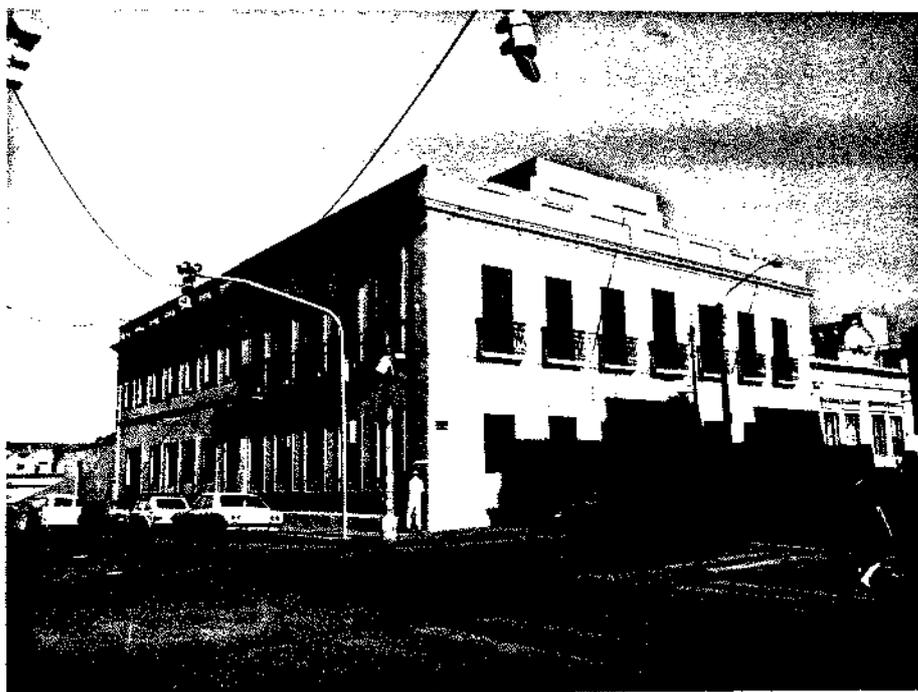
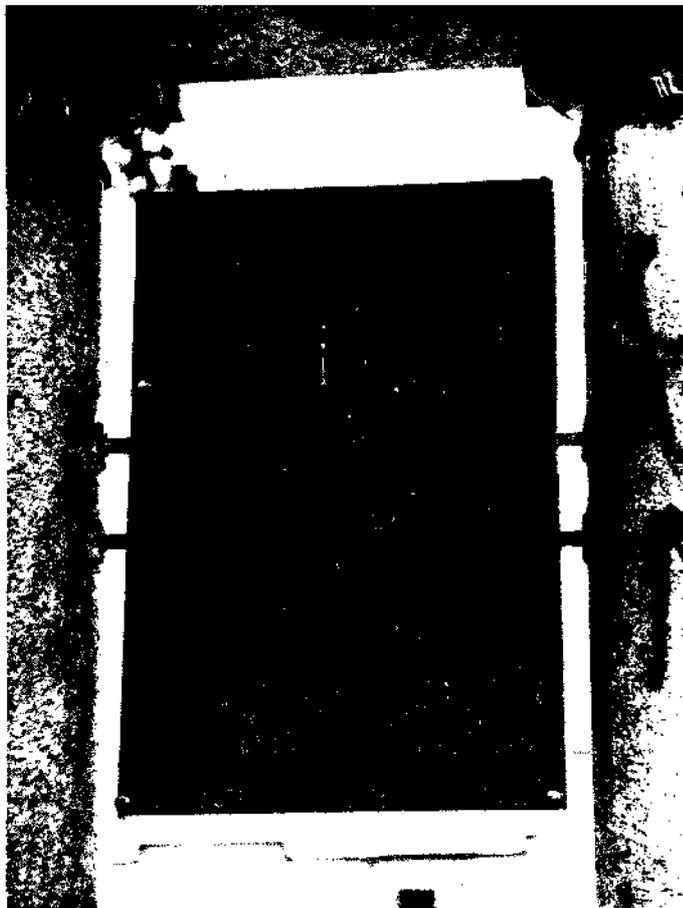


Foto 08 - "O Gynmásio Pelotense" (que atualmente não ocupa mais o prédio original.)

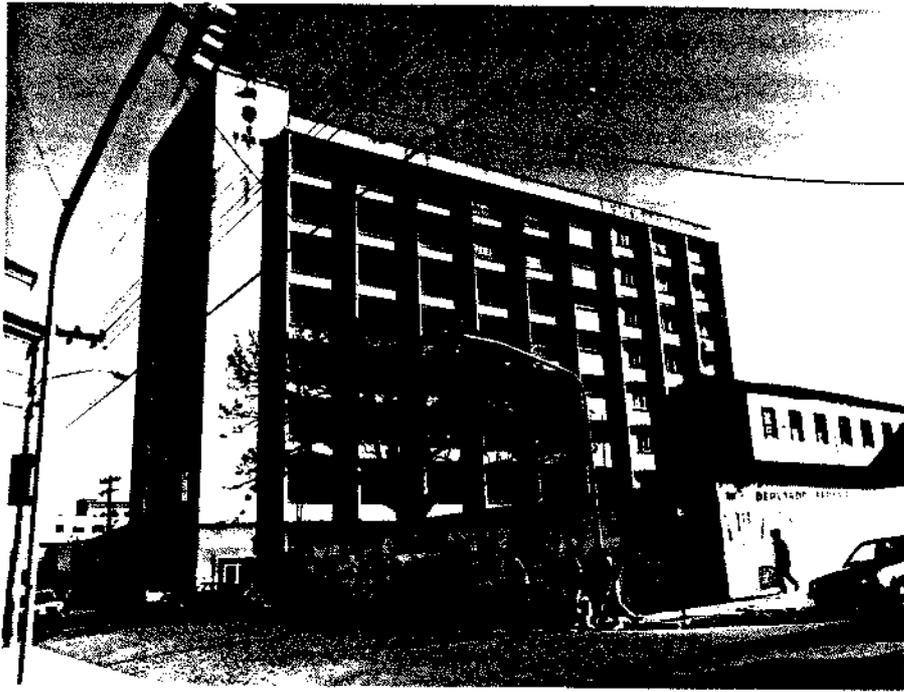


Foto 09 - Prédio da Faculdade de Odontologia em terreno adjacente ao do Pelotense.



Foto 10 - Frontão com sacada do prédio da Faculdade de Direito de Pelotas



Foto 11 - Escola de Belas Artes Dona
Carmem Trápaga Simões



Foto 12 - A Universidade Católica de Pelotas, localizada
quase inteiramente em um único quarteirão da cidade.



Foto 13 - A Reitoria da Universidade Católica de Pelotas



Foto 14 e 15 - Pavilhões do Conjunto Agrotécnico
Visconde da Graça

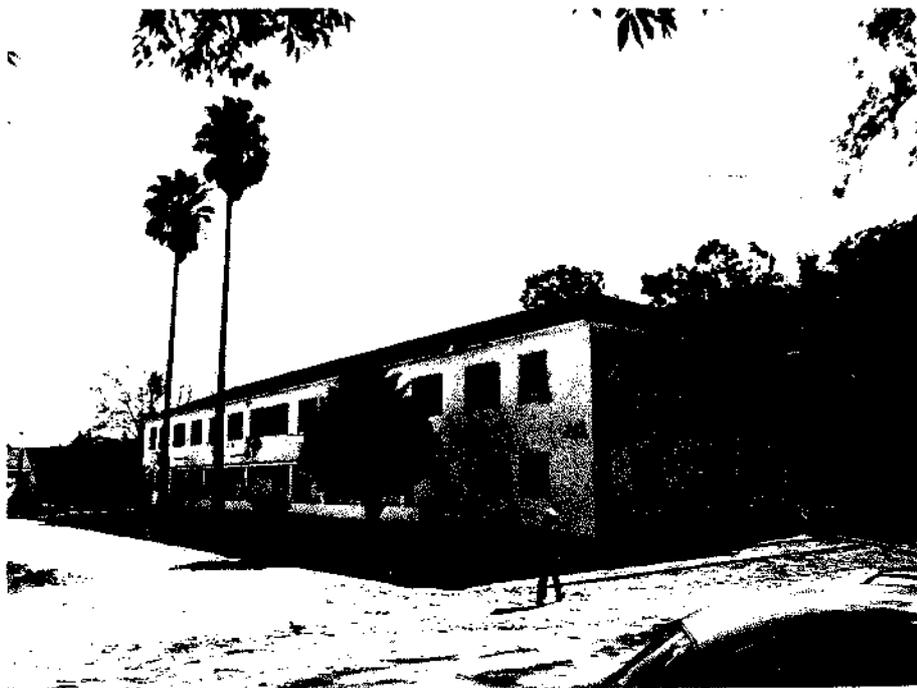


Foto 15

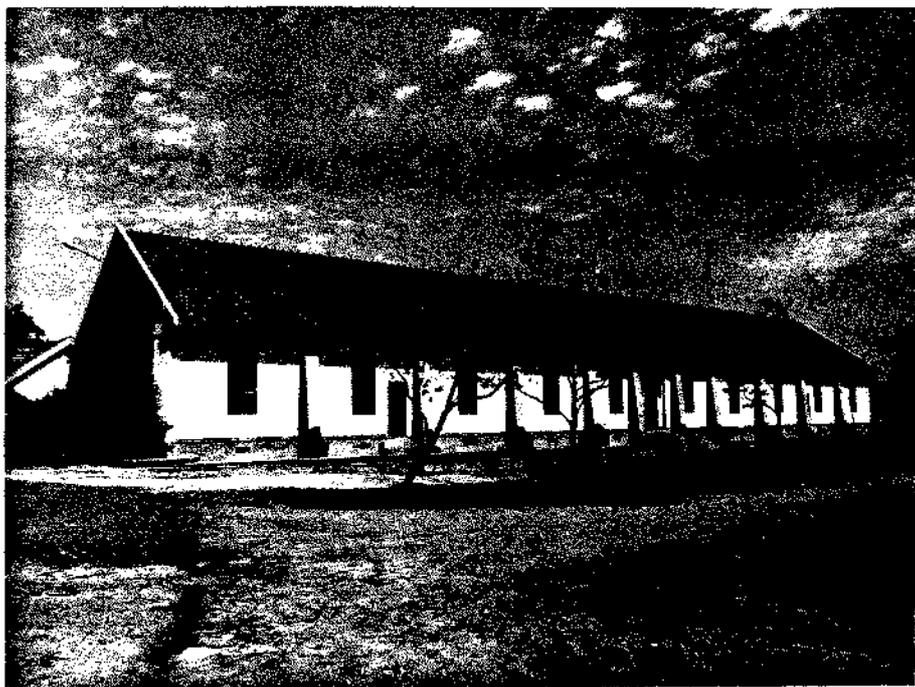


Foto 16 - Pavilhão que recebeu o apelido de "o Fulga"; funciona como dormitório.

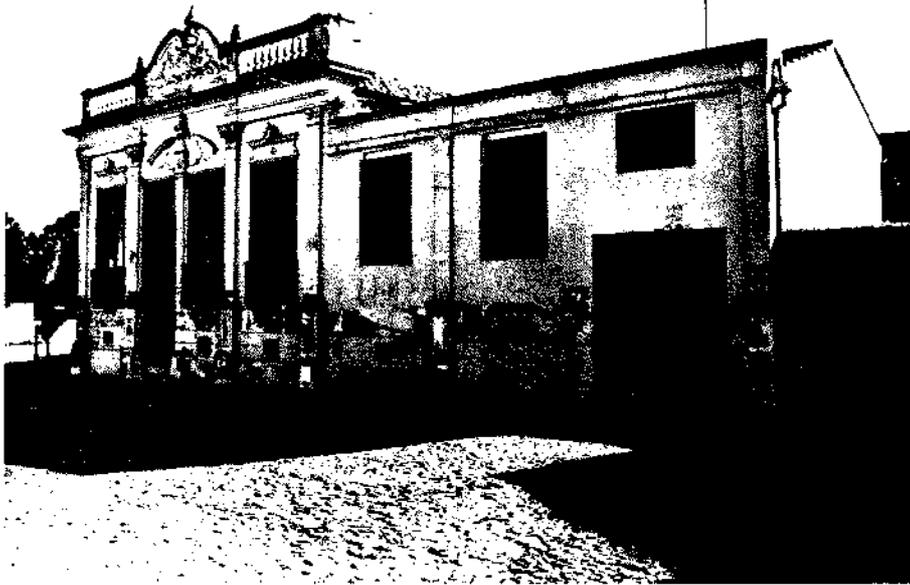


Foto 17 - Prédio na cidade, alugado, em que funciona o Instituto de Letras e Artes, ILA

Foto 18 - Prédio Alugado no centro da cidade, para a administração do Instituto de Ciências Humanas.





Foto 19 - Prédio do Instituto de Física e Matemática no campus.



Foto 20 - Aspecto de uma das "ruas do campus", alguns pavilhões foram desativados.



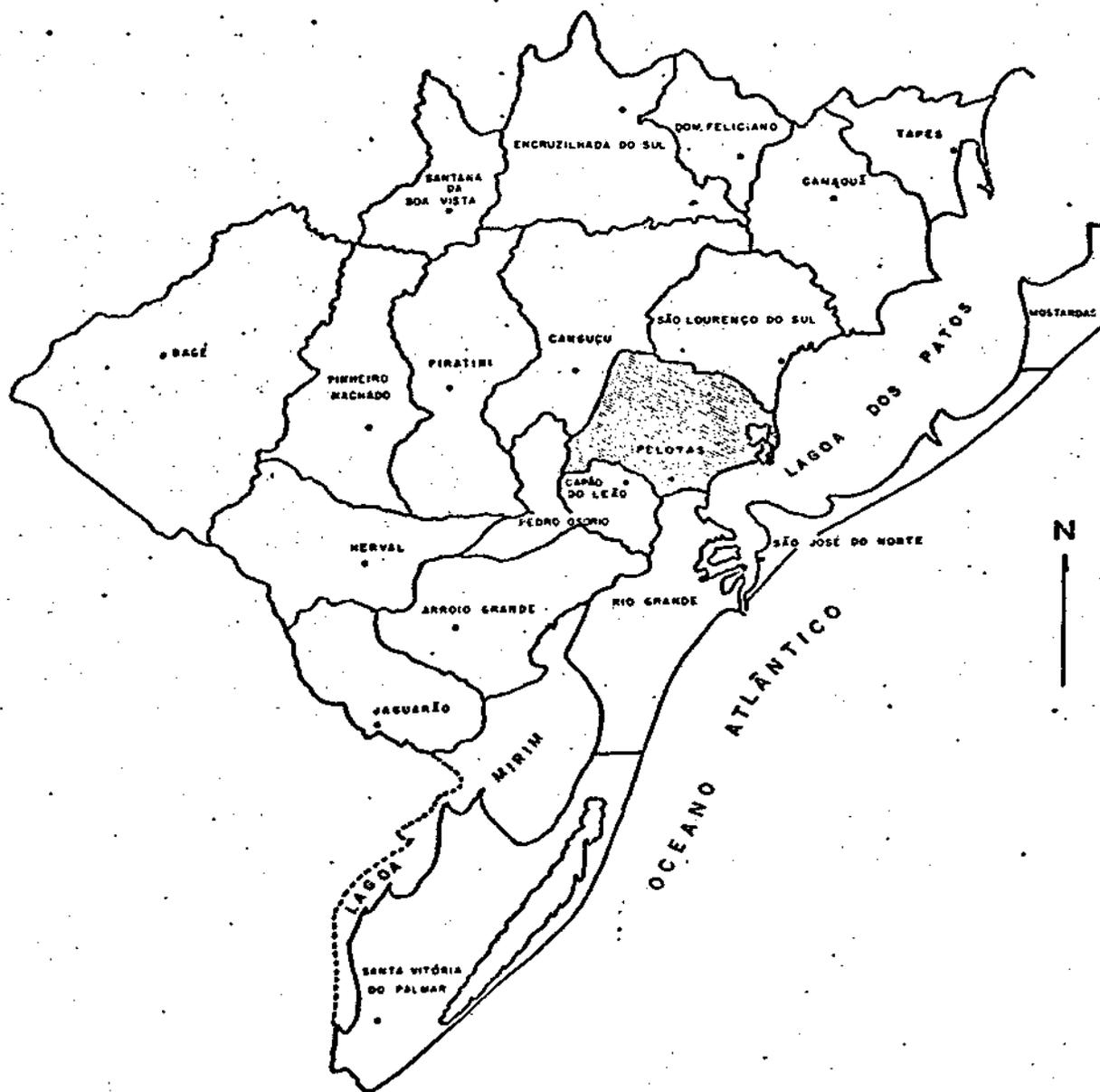
Foto 21 - Prédio da Faculdade de Ciências Domésticas, no campus.

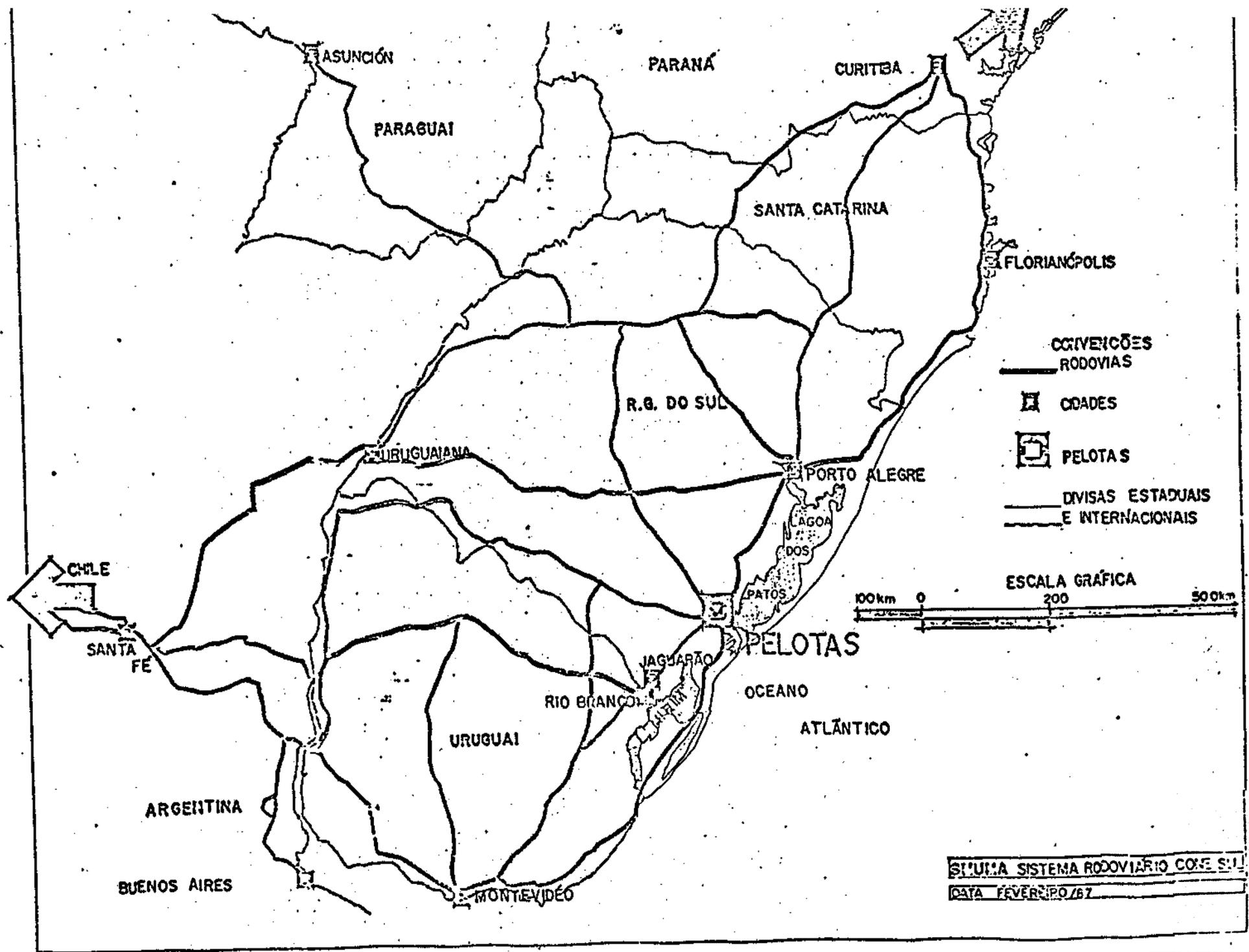


Foto 22 - Restaurante Universitário do Campus, na época da foto (1988) estava desativado.

Distrito Geoeeducacional 36

FUNBA - FUNDASUL - FURG - UCPEL - UPPEL
ZONA SUL - RGS







MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Decreto-lei 750

DECRETO-LEI Nº 750, DE 8 DE AGOSTO DE 1969

Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 2º do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968;

considerando que a Reforma Universitária fixou as características que devem condicionar a presença da universidade no sistema nacional de ensino exigindo, entre outras, a universalidade de campo e a unidade de funções de ensino e pesquisa;

considerando que, de acordo com os princípios estabelecidos, a instituição isolada de ensino superior somente será permitida a título excepcional e transitório; e

considerando o disposto no Art. 52 e seu Parágrafo único da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, decreta:

Art. 1º - É criada a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), mediante a transformação e incorporação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e das Faculdades de Direito e de Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - A Universidade Federal de Pelotas, com sede na cidade e município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul, será uma fundação de direito público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Parágrafo único - O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 3º - São fins da UFPEL a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 4º - A UFPEL será constituída das seguintes unidades:

- I - Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel";
- II - Faculdade de Ciências Domésticas;
- III - Faculdade de Direito;
- IV - Faculdade de Odontologia;
- V - Faculdade de Veterinária;
- VI - Instituto de Sociologia e Política.

§ 1º - Passam a ser instituições particulares agregadas à UFPEL, o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes "Dona Carmem Trápaga Simões" e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE).

§ 2º - Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, ressalvado o disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e no art. 9º do Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 5º - O patrimônio da UFPEL será constituído:

- I - do patrimônio da atual Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul;
- II - do patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Pelotas;
- III - dos bens e direitos que vier a adquirir;
- IV - das doações que receber;
- V - de outras incorporações que resultem de trabalhos realizados pela Universidade.

§ 1º - Os atos, a que se refere o parágrafo único do art. 2º, compreenderão o tombamento, a avaliação e todos os que se relacionarem com a integração, mediante escritura pública, no patrimônio da fundação, sem ônus para esta, dos bens e direitos enumerados neste artigo.

§ 2º - Os bens e direitos da fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos, podendo, para tal fim, ser alienados.

§ 3º - No caso de extinguir-se a fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio da União.

Art. 6º - São recursos financeiros da UFPEL:

- I - as dotações consignadas anualmente no Orçamento da União;
- II - as ajudas financeiras de qualquer origem;
- III - as contribuições oriundas de convênio, acordo ou contrato;
- IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 7º - Até o preenchimento dos cargos, na forma da lei e do estatuto, a Reitoria e a Vice-Reitoria serão providas "pro-tempore", pelo Presidente da República.

Art. 8º - São automaticamente transferidos à UFPEL, todos os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados à Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, e os das Faculdades de Direito e Odontologia, e do Instituto de Sociologia e Política, atualmente integrados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mantidos os direitos dos atuais servidores.

Art. 9º - Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, serão elaborados o estatuto da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas, e o estatuto da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto-lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 1969; 1489 da Independência e 819 da República.

A. Costa e Silva
Tarso Dutra

(D.O. 11/08/1969)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Decreto-lei 65881

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO

Decreto nº 65.881 de 16 de dezembro de 1969.

Aprova o Estatuto da
Universidade Federal de Pelotas.

O Presidente da República
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição Federal,
e na forma do Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto da Fundação da Universidade Federal de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, que com este baixa, assinado, pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 16 de dezembro de 1969;
1489 da Independência e 819 da República.

Emílio Garrastazú Médici,
Jarbas G. Passarinho

CAPÍTULO I

DA UNIVERSIDADE, SEU REGIME FUNDACIONAL E OBJETIVOS

Art. 1º - A Universidade Federal de Pelotas, (UFPEL), criada pelo Decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, é uma fundação de direito público, como órgão da administração federal indireta, de duração ilimitada, com sede e foro jurídico no Município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, gozando de autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, e regendo-se pela legislação federal de ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes e pelos estatutos da Fundação e da Universidade.

Parágrafo único - A Universidade adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição do texto do presente Decreto no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 2º - A Universidade Federal de Pelotas, tem, como objetivos básicos, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional em nível superior, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter sua natureza orgânica, social e comunitária:

- a) - como instituição orgânica, assegurando perfeita integração e intercomunicação de seus elementos constitutivos;
- b) - como instituição social, pondo-se a serviço do desenvolvimento e das aspirações coletivas;
- c) - como instituição comunitária, contribuindo para o estabelecimento de condições de convivência, segundo os princípios de liberdade, justiça e respeito aos direitos e demais valores humanos.

Art. 3º - A missão da Universidade será cumprida mediante o desenvolvimento simultâneo e associado das atividades do ensino e da pesquisa.

Parágrafo Único - A ação docente e de pesquisa se desenvolverá nas seguintes áreas fundamentais:

- I - Ciências exatas, biológicas e tecnológicas.
- II - Filosofia e Ciências Humanas.
- III - Letras e Artes.

Art. 4º - A Universidade Federal de Pelotas, no seu regime fundacional, observará as normas legais concernentes e o presente Estatuto.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO

Art. 59 - O patrimônio da Fundação é constituído:

- I - Do patrimônio da antiga Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul.
- II - Do patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizada em Pelotas.
- III - Dos bens e direitos que adquirir.
- IV - Das doações que receber.
- V - De outras incorporações que resultem de trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 69 - Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente na consecução dos seus objetivos, podendo, inclusive, para tal fim, ser alienados.

Art. 79 - No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao patrimônio da União, ou terão a destinação determinada pelos doadores, na escritura respectiva.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 89 - São recursos financeiros da Fundação:

- I - As dotações consignadas, obrigatoriamente, em cada exercício financeiro, no orçamento da União.
- II - As dotações que, a qualquer título lhe forem destinadas nos orçamentos dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
- III - As dotações ou ajudas financeiras de qualquer origem.
- IV - O produto de financiamento ou empréstimo.
- V - As dotações e contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos, celebrados com pessoas naturais ou jurídicas, entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais.
- VI - Os saldos de exercícios financeiros encerrados.
- VII - As rendas da aplicação de bens e valores patrimoniais.
- VIII - As rendas de sua atividade industrial, de prestação de serviços ou assistência.
- IX - Anuidades, taxas e demais encargos, resultantes da matrícula e frequência em suas instituições de ensino.
- X - Os fundos especiais.
- XI - As taxas e emolumentos.
- XII - As rendas eventuais de qualquer natureza.

CAPÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 99 - O exercício financeiro da Fundação coincide com o ano civil.

Art. 10 - Os planos anuais de aplicação de recursos da Fundação terão a forma de orçamento-programa, com previsões de um ano para outro.

Art. 11 - O Conselho Universitário submeterá à aprovação do Conselho Diretor da Fundação a proposta de orçamento-programa.

Art. 12 - O Conselho Diretor encaminhará ao Ministério da Educação e Cultura e ao Órgão Central do Orçamento da União, a proposta das dotações necessárias à manutenção e desenvolvimento da Universidade.

Art. 13 - O registro da execução orçamentária e dos fatos da gestão financeira, econômica e patrimonial da Universidade, serão centralizados na Reitoria, a qual caberá, ainda, a elaboração anual da prestação de contas a ser submetida ao Conselho Diretor, que encaminhará aos órgãos fiscalizadores da União.

CAPÍTULO V

DA UNIVERSIDADE

Art. 14 - A Universidade Federal de Pelotas será integrada das seguintes unidades:

- I - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.
- II - Faculdade de Ciências Domésticas.
- III - Faculdade de Direito.
- IV - Faculdade de Odontologia.
- V - Faculdade de Veterinária.
- VI - Instituto de Sociologia e Política.
- VII - Instituto de Biologia.
- VIII - Instituto de Ciências Humanas.
- IX - Instituto de Química e Geociências.
- X - Instituto de Física e Matemática.
- XI - Instituto de Artes.

Parágrafo Único - São instituições agregadas à Universidade, a Escola de Belas Artes "Dona Carmen Trápaga Simões", a Faculdade de Medicina, da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE) e o Conservatório de Música de Pelotas.

Art. 15 - Integram a Universidade, como órgãos suplementares:

- I - A Estação Experimental da Palma e a Estação Experimental de Piratini, vinculadas à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel.
- II - O Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), vinculado à Reitoria.
- III - A Imprensa Universitária, vinculada à Reitoria.
- IV - A Biblioteca Central, vinculada à Reitoria.
- V - O Museu, vinculado à Reitoria.
- VI - A Casa para Estudantes, vinculada à Reitoria.

Art. 16 - São órgãos complementares da Universidade:

- I - O Colégio Agrícola "Visconde da Graça".
- II - O Colégio de Economia Doméstica Rural.

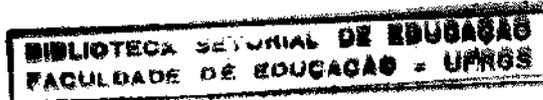
CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 17 - A Fundação é administrada por um Conselho Diretor, que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a comunidade.

Art. 18 - O Conselho Diretor será composto:

- I - Do Reitor, que o presidirá.
- II - Do Vice-Reitor.
- III - De um representante indicado pelo Ministério da Educação e Cultura.
- IV - De um representante indicado pelo Governo do Estado.
- V - De um representante indicado pelo Governo do Município.
- VI - De um representante indicado pela rede bancária.
- VII - De um representante indicado pela Associação Comercial de Pelotas.
- VIII - De um representante indicado pelo Centro das Indústrias de Pelotas.



- IX - De um representante indicado pela Associação Rural de Pelotas.
- X - De três (3) representantes dos professores da Universidade, indicados pelo Conselho Universitário.
- XI - De um representante do Corpo Discente.

Parágrafo Único - Cada representante terá um suplente, referido no mesmo ato que designe o titular.

Art. 19 - O mandato dos representantes e de seus suplentes, é de dois (2) anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - A renovação dos representantes se fará pela metade, anualmente.

Art. 20 - Os membros do Conselho Diretor não terão direito a remuneração, podendo, entretanto, perceber "jeton" diárias e transporte, quando necessário, conforme dispuser o regimento da Fundação.

Art. 21 - O Conselho Diretor se reunirá, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela metade de seus membros.

Parágrafo Único - O "quorum" para deliberar é o da maioria absoluta.

Art. 22 - Compete ao Conselho Diretor:

- I - Elaborar seu Regimento Interno.
- II - Decidir sobre a aceitação de doações, auxílios e subvenções, de qualquer natureza.
- III - Aprovar a realização de convênios ou acordos com entidades - públicas ou privadas, que importem em compromissos extra-orçamentários para a Fundação.
- IV - Aprovar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual das atividades da Fundação e da Universidade, referentes ao exercício anterior, encaminhando as respectivas prestações de contas aos órgãos competentes.
- V - Aprovar o orçamento da Universidade, proposto pelo Conselho Universitário, encaminhando-o aos órgãos competentes da União.
- VI - Aprovar, no quarto trimestre de cada ano, o plano de trabalho para o ano seguinte.
- VII - Autorizar modificações orçamentárias, por proposta do Conselho Universitário.
- VIII - Apresentar, anualmente, ao Ministério da Educação e Cultura, proposta, devidamente justificada, da dotação necessária a ser incluída no orçamento da União.
- IX - Autorizar a abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, mediante proposta do Conselho Universitário.
- X - Autorizar a criação de fundos especiais, por proposta do Conselho Universitário.
- XI - Propor ao Governo da União, alterações ao presente Estatuto, mediante resolução aprovada por dois terços da totalidade de seus membros.
- XII - Deliberar sobre casos omissos atinentes a seus objetivos.

Parágrafo Único - Em casos de urgência, na forma disciplinada pelo Regimento Interno, poderá o presidente exercer as atribuições previstas nos incisos II, III, V, VII, IX e XIII deste artigo, "ad referendum" do Conselho Diretor.

Art. 23 - A Fundação é representada em juízo ou fora dele ativa e passivamente, pelo Presidente do Conselho Diretor.

CAPÍTULO VII

DO PESSOAL

Art. 24 - Ao pessoal da Universidade Federal de Pelotas, se aplicará, conforme o caso, o Estatuto do Magistério Superior, o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade.

Parágrafo Único - Ressalvam-se os direitos dos atuais servidores, na forma do artigo 8º do Decreto-lei nº 750, de 08 de agosto de 1969.

Art. 25 - O provimento dos cargos e funções obedecerá aos critérios de mérito e concurso, na forma disciplinada pelo Estatuto da Universidade.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 - O Estatuto e o Regimento Geral da Universidade disporão sobre a composição e o funcionamento de seus órgãos, observado o disposto neste Estatuto.

Art. 27 - Caso se transforme o regime fundacional da instituição, o patrimônio, a que se refere o art. 5º deste Estatuto, se manterá íntegro na própria Universidade, qualquer que seja a estrutura adotada.

Art. 28 - Ficam mantidos, em seus termos, os convênios, acordos ou contratos anteriormente celebrados pelas unidades que passam a integrar a Fundação e a Universidade.

Art. 29 - São transferidos para Universidade Federal de Pelotas todos os cargos anteriormente pertencentes à extinta Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e das províncias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Pelotas.

Art. 30 - A Universidade contará com Quadro Único de Pessoal, na forma da legislação vigente, cabendo ao Reitor a nomeação de seus ocupantes, excetuando os que forem da competência do Presidente da República.

§ 1º - Os cargos em comissão e funções gratificadas necessários à realização dos trabalhos administrativos, e de direção e chefia das unidades, órgãos setoriais, suplementares ou complementares constarão do Quadro Único.

§ 2º - Enquanto não forem providas na forma da Lei, as direções de Faculdades e Institutos serão designadas pelo Reitor.

Art. 31 - A fim de atender ao disposto no art. 19 o Conselho Diretor, em sua primeira reunião, fixará, por sorteio, os conselheiros que terão mandato de um ano.

Brasília, 16 de dezembro de 1969.

(Ass) JARBAS G. PASSARINHO.
Ministro da Educação e Cultura.

CURRÍCULO DO LICEU DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA
(Reformado em 1910)

Iº Ano: Mecânica: concepção geral, estática, dinâmica e mecânica dos líquidos; Física: física molecular. Noções de astronomia e meteorologia; Química: química inorgânica, orgânica e geologia e mineralogia

IIº Ano: Mecânica aplicada; materiais de construção: resistência dos materiais; hidráulica agrícola: motores e máquinas; química industrial; biologia: botânica e noções de zoologia; desenho.

IIIº Ano: Agricultura: prática e cultura das plantas convenientes ao clima e condições econômicas do Estado; Veterinária: anatomia e fisiologia; patologia e noções de zootecnia; legislação agrícola e economia rural; desenho.

Estudos Práticos: laboratórios, posto experimental, estâncias e fábricas.

Fonte: Mancini, 1983 (artigo de 1926, fonte não indicada)

CURRÍCULO DO LICEU DA AGRONOMIA E VETERINÁRIA

CURSO ANEXO (1901)

Matérias: aritmética e álgebra
geometria e trigonometria
geografia, especialmente do Brasil
francês
português
aula de desenho.

CURSO SUPERIOR (1901)

Iº Ano: noções gerais de mecânica e agrimensura; física e meteorologia; química mineral; botânica; agricultura propriamente dita; aula de desenho.

IIº Ano: química orgânica e analítica; zoologia e zootecnia; engenharia rural; mineralogia e geologia; aula de desenho.

IIIº Ano: química agrícola; horticultura, vinicultura e leitearia; tecnologia agrícola; economia rural; aula de desenho.

Aulas práticas: gabinete de física e meteorologia
gabinete de mineralogia e geologia
gabinete de máquinas e aparelhos de agricultura
gabinete de botânica e zoologia
laboratório de química
escola prática de agricultura.

Fonte: *Almanach Popular Brasileiro*, 1901.

CONVÊNIOS DA UFPEL (SELEÇÃO)

- 1969 - Crédito suplementar e convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o CETREISUL, atuando na área de sementes. No ano seguinte o CETREISUL é considerado "centro de excelência".
- 1970 - Convênio UFPel/IPEAS, para divulgação de pesquisas e treinamento de pessoal.
- 1971 - Acordo com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (vinculado à OEA) e a Universidade de La Molina (Peru), para o desenvolvimento do Departamento de Engenharia Agrícola da FAEM. Atualmente este departamento é um curso.
- Convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), para pesquisa com tomate para indústria.
 - Convênio com a República Federal da Alemanha. O CAVG recebe equipamentos que na época eram orçados em três milhões e duzentos mil cruzeiros.
 - Convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Faculdade de Agronomia: curso nacional sobre tecnologia de sementes.
 - Sob o patrocínio da UFPel acontece a III Reunião do Comitê Internacional do Arroz para as Américas (participando 16 países).
- 1972 - Convênio UFPel e Ministério da Agricultura. São empregados 2 milhões de cruzeiros para fornecer à Universidade equipamentos para beneficiamento de sementes.
- Convênio com o Ministério da Agricultura para pesquisa em pecuária de corte.
 - Convênio com a Legião Brasileira de Assistência para ensino e prestação de serviços (pela Faculdade de Ciências Domésticas).
 - Realização de cursos dentro de um convênio para implantação do Plano Nacional de Sementes.

- 1973 - Convênios com o Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (para bovinocultura).
- Convênio com a Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul e a Associação das Universidades do Rio Grande do Sul: execução de projetos do Programa Nacional de Treinamento de Executivos, com a Legião Brasileira de Assistência, para estágio de alunas de Ciências Domésticas.
 - Ministério de Educação, do Interior e Planejamento fazem convênio com a UFPel, UCPel e FURG, montando o Campus Avançado de Cáceres, no Mato Grosso.
 - O CRUTAC começa a atuar em 3 municípios da zona sul: Pelotas, Canguçu e Pedro Osório.
 - Convênio com a ICISA/S.A., de Rio Grande para pesquisar sobre sementes forrageiras.
- 1974 - Convênio UFPel/BNDE/EMBRAPA, valor 2 milhões de cruzeiros, durará dois anos, para pesquisas com arroz, bovinos, olerícolas (legumes), trigo e soja. "Trata-se do maior convênio da história da UFPel" (O Desenvolvimento, citado, p.58).
- A UFPel recebe com recursos do BID (o relatório não informa ao certo o montante dos recursos) equipamentos para montagem de laboratórios de análises e beneficiamento de sementes.
 - Convênio com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos para o treinamento de executivos de agroindústrias.
- 1975 - Três convênios UFPel e SEC-RS para intercomplementariedade de cursos, estudos e pesquisas.
- Dentro de um convênio denominado "AGIPLAN", a UFPel ministra cursos sobre sementes para técnicos de todo o país.

- 1976 - O convênio BNDE/EMBRAPA/UFPel (trigo/arroz/soja/legumes e bovinos) abrange 150 projetos de pesquisa.
- A UFPel atinge 20 convênios com outras instituições.
- 1977 - UFPel e EMBRAPA lançam novas variedades de trigo.
- Convênio com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, com o FUNRURAL, com a Fundação Educacional Pe. Landell de Moura, Fundação Gaúcha do Trabalho e com a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), para extensão, intermediada pelo CRUTAC (esse órgão possui 4 núcleos no interior dos três municípios: Felotas, Canguçu e Pedro Osório).
 - A Faculdade de Ciências Domésticas presta serviços ao Núcleo da COHAB-RS, conveniada com a Secretaria do Trabalho e Ação Social.
 - A UFPel tem 240 projetos de pesquisa em andamento e 11 cursos de pós-graduação.
 - A UFPel recebe do Ministério das comunicações um canal de rádio em frequência modulada (hoje "Rádio Cosmos").
 - Convênio com a Superintendência Estadual do INAMPS, apoiando as atividades do CRUTAC na área da saúde.

Gymnasio Pelotense

Fundado em 24 de outubro de 1902

Actualmente sob a administração de um Conselho Recelar e dispondo de numeroso e competente Corpo Docente.

N. 137

41 e dom.

Rua Felix da Cunha esq. Tiradentes

aberta diariamente das 9 as 11, e das 14 as 17 horas as proprias sedes.

Mantem internato, semi-internato e externato.

Para pedulo de inscriçoes, consulte a

abertura do curso de 1.º e 2.º graus e a inscriçao para o curso de 3.º e 4.º graus. Para mais informaçoes consulte a

GYMNASIO PELOTENSE

Fundado em 24 de outubro de 1902

REABRE A 1º DE MARÇO

SOB A ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE PELOTAS

Dispõe de competente Corpo Docente.

Estabelecimento de ensino primario e secundario. Esteve equiparado ao Gymnasio Nacional pelo decreto 1302 de 3 de janeiro de 1906, e de conformidade com a nova Lei de Ensino, em 1916, obtive a taxa examinadora para os exames finais dos seus alumnos.

Mantem internato, semi-internato e externato. Para pedido de inscriçoes acha-se a secretaria aberta, diariamente, das 9 as 11 horas, na propria sede.

Rua Felix da Cunha esquina Tiradentes

N. 137

3as. Mar. Esp.

31 março

GYMNASIO PELOTENSE

Fundado em 24 de outubro de 1902

Reabre a 1º de março — sob a administração do Municipio de Pelotas

Dispõe de competente Corpo Docente

Estabelecimento de ensino primario e secundario. Esteve equiparado ao Gymnasio Nacional pelo decreto 1302 de 3 de janeiro de 1906, e de conformidade com a nova Lei de Ensino, em 1916, obtive a taxa examinadora para os exames finais dos seus alumnos.

Mantem internato, semi-internato e externato. Para pedido de inscriçoes acha-se a secretaria aberta, diariamente, das 9 as 11 horas, na propria sede.

Rua Felix da Cunha esquina Tiradentes

N. 137

31 março

Curso Racional

Participa que para o anno lectivo de 1879 as aulas se abrirão no dia 7 de Janeiro, sendo seus trabalhos divididos em duas secções: Cursos geraes e Curso de preparatorios.

Os cursos geraes constando das materias que regem tendem a um especialidade e particular esmero a habilitar os educandos para a carreira commercial.

Linguas: portuguez, francez, inglez e allemão.

Mathematicas praticas: arithmetica, algebra e geometria.

Commercio: Contabilidade completa, correspondencia, desenho e geographia.

São professores os Srs. venerando José Maria Rodrigues, Arnizant Furtado, Aristides Guidouy, Thomaz King, Feliz Gu yraud, Emeterio Soares, Carlos Maisvald, Luiz Krusener, Benjamin Cunha e o director.

O curso de preparatorios consta de todas as materias requeridas para a matricula nas academias do imperio, sendo professores além dos precitados o professor de mathematica José H. de Lara Ulrich em substituição ao Sr. Benjamin Ambrante, e igualmente outros professores que nos honraram com seus offerecimentos leccionando particularmente.

N. B.—O methodo do Curso Racional é todo demonstrativo na pratica havendo para os interessados se inteirar sabatinas todos os dias de cada materia e provas escriptas duas vezes por semana, a unica e verdadeira norma do adiantamento dos educandos.

As mensalidades não soffrerão alteração, propondo-se entretanto o director consultar a respeito os interessados.

O numero pessoal de professores mencionados bem prova que o director do Curso Racional não se poupa sacrificios para alcançar a satisfação dos nobres pais ou encarregados da mesma maneira que se busca engrandecer o credito commercial do collegio com a pontualidade de pagamentos para suas contas.

O director, AFFONSO MASSOT EMILIO MISSINI.

LYCEU MUNICIPAL

(1879)

DIRECTOR

Charles Bachelery.

PROFESSORES

Benjamin Amarante

Bernardo Taveira Junior.

Carlos Laquentin e (contratado ainda por 2 annos).

João F. da S. Soares.

Francisco Decurey.

• Todas as materias do curso PRIMARIO e SECUNDARIO serão ensinadas com cuidado e dedicação.

O resultado dos exames preparatorios de Porto Alegre são uma garantia sufficiente das capacidades e habilitações dos illustrados professores do *Lyceu Municipal*.

A ESTABILIDADE d'este estabelecimento de instrucção, não pôde ser duvidosa, quando se consideram os progressos realizados cada anno pela introdução de elementos novos e poderosos na composição do corpo docente

O Illm. Sr. Benjamin Amarante é contratado nas mesmas condições que seus collegas do *Lyceu*, isto é, não podendo leccionar fóra, senão á meninas, seja em collegios, seja em casas particulares:

A PENSÃO dos alumnos é paga adiantadamente por trimestre.

Pensionistas secundarios.	150\$000
Ditos primarios.	120\$000
Meio-pensionistas secundarios	85\$000
Meios ditos primarios	75\$000
Externos secundarios.	50\$000
Ditos primarios.	15\$000

O *Lyceu* abrirá suas aulas no dia 7 de Janeiro de 1879.

Matricula-se no mesmo dia.

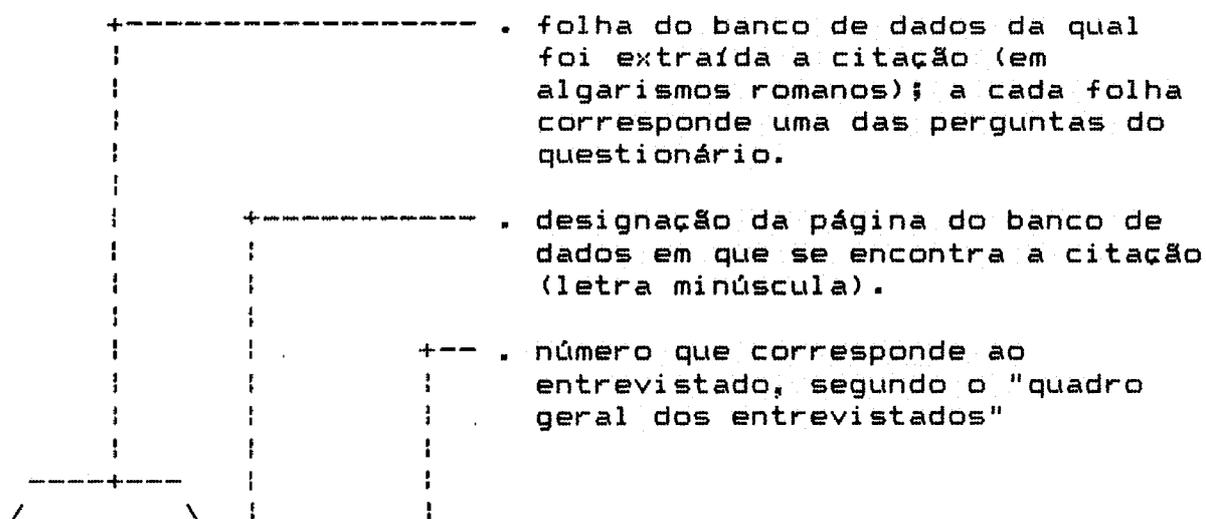
O director, — CHARLES BACHELERY.

FONTE: Mancini, 1983

A FORMA DAS CITAÇÕES

Neste capítulo são citadas muitas respostas dos nossos entrevistados. As indicações entre parênteses correspondem à posição de cada resposta no banco de dados, que não apresentamos. Os algarismos romanos indicam o número de ordem da pergunta do questionário no banco de dados, a letra minúscula designa a página, e os algarismos arábicos de 01 a 29, correspondem ao número do entrevistado no quadro de entrevistados, apresentado na seção seguinte.

Exemplo:



(XVIII a : 15)

O QUESTIONÁRIO

(Omitimos as perguntas referentes as informações sobre dados bibliográficos dos respondentes)

UNIVERSIDADE - HISTÓRIA

NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS CAUSAS MAIS IMPORTANTES DA CRIAÇÃO DA UFPEL EM PELOTAS?

HOUE ALGUM FATOR DECISIVO?

HOUE PESSOAS QUE SE DESTACARAM LIDERANDO A CRIAÇÃO DA UFPEL? QUEM E EM QUE SETORES?

LEVANDO EM CONTA A ESTRUTURA PRÉ-EXISTENTE DA ANTIGA UFRRGS, QUAL TERIA SIDO A FORMA IDEAL DA ORGANIZAÇÃO DA UFPEL? (ESTABELECIMENTOS ISOLADOS, INSTITUTOS BÁSICOS, DEPARTAMENTOS AUTÔNOMOS, ETC...)

O QUE FUNDAMENTOU A CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS NA UFPEL? (ESTUDOS TÉCNICOS, INICIATIVAS DA COMUNIDADE, INICIATIVAS DO MEC, ETC.)

COMO AVALIA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968/1969 E SEUS EFEITOS SOBRE A RECENTE CRIADA UFPEL?

A ATUALIDADE - ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

QUAIS SÃO OS DESCOMPASSOS ENTRE O QUE A UNIVERSIDADE DEVERIA SER E O QUE É HOJE?

QUAL O FUTURO DA UFPEL? COMO AVALIA SUAS TENDÊNCIAS ATUAIS?

A UFPEL PODE CRESCER? EM QUE SETORES? POR QUÊ?

DEVEM SER ABERTOS NOVOS CURSOS? POR QUÊ?

NA SUA OPINIÃO, EM QUE ÁREAS DE CONHECIMENTO A UFPEL TEM SIDO MAIS EXPRESSIVA? POR QUÊ?

UNIVERSIDADE - CIDADE - COMUNIDADE

NA SUA OPINIÃO, O FATO DE A UFPEL SER FUNDAÇÃO PÚBLICA IMPLICA PRIORIZAR ALGUM TIPO DE ATIVIDADE? (ENSINO, PESQUISA, ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE, OU OUTRA)

OU ALGUM PADRÃO ESPECÍFICO DE PROFISSIONAL? QUAL O PERFIL DESTES PROFISSIONAIS? (TÉCNICO, DOCENTE, CIENTISTA, PROFISSIONAL LIBERAL, OUTRO)

COMO ACHA QUE A UFPEL TEM SE SAÍDO EM TERMOS DE:
PESQUISA?
ENSINO?
EXTENSÃO?

QUAIS SERIAM OS MAIORES BENEFÍCIOS QUE A UFPEL DEVERIA PRESTAR À
COMUNIDADE? POR QUÊ?

NA SUA OPINIÃO, HÁ ALGUM SETOR DA UNIVERSIDADE QUE DEVE SE
ENVOLVER MAIS COM A COMUNIDADE? QUAL (QUAIS) E POR QUÊ?

COMO VÊ A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NÃO UNIVERSITÁRIA
NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DA UFPEL? (A COMUNIDADE DEVE
OPINAR DEFINIÇÕES DE PRIORIDADES NA UFPEL? POR QUÊ?)

UNIVERSIDADE - PLANEJAMENTO

HOVE DIFICULDADES, NA ÉPOCA DA CRIAÇÃO DA UFPEL, PARA SE
ELABORAR UM PLANO GLOBAL DE UNIVERSIDADE? QUAIS?

NA SUA OPINIÃO, COM RELAÇÃO À ESTRUTURA ACADÊMICA E À ÁREA
FÍSICA, HÁ CONDIÇÕES DE SEREM PLANEJADAS? POR QUÊ?

EXISTEM SETORES NA UFPEL QUE DEVEM DESENVOLVER-SE SEM
PLANEJAMENTO? QUAIS E POR QUÊ?

QUAIS FORAM AS DIFICULDADES PARA SE FAZER UM PLANO PARA A
ESTRUTURA ACADÊMICA DA UFPEL?

QUAIS FORAM AS DIFICULDADES PARA SE FAZER UM PLANO DE ÁREA FÍSICA
DA UNIVERSIDADE?

COMO CLASSIFICARIA, EM TERMOS DE RACIONALIDADE, O USO ATUAL DOS
IMÓVEIS DA UFPEL?

O QUE FUNDAMENTOU A DECISÃO DE LEVAR A REITORIA DA UFPEL PARA O
CAMPUS?

QUAL O PAPEL DA ÁREA FÍSICA PARA A UNIVERSIDADE?

CONSIDERA QUE A ÁREA FÍSICA DEVERIA SER CONSIDERADA PRIORIDADE?
POR QUÊ?

NA SUA OPINIÃO, LEVANDO EM CONTA AS ÁREAS DE PROPRIEDADE DA UFPEL
E SUAS CARACTERÍSTICAS, QUAL DEVERIA SER SUA CONFIGURAÇÃO
ESPACIAL IDEAL?

QUEM E COMO, NA SUA OPINIÃO DEVERIA ENCARREGAR-SE DO PLANEJAMENTO
DA UNIVERSIDADE? POR QUÊ?

QUAIS DEVERIAM SER OS SETORES PRIORITARIOS DA UNIVERSIDADE? ONDE
A UNIVERSIDADE DEVERIA INVESTIR MAIS RECURSOS?

NA SUA OPINIAO, O PLANEJAMENTO DEVE SER UMA ATIVIDADE PERMANENTE
NA UNIVERSIDADE? POR QUE?

QUADRO GERAL DE ENTREVISTADOS

NUMER. IDADE	PROFISSÃO	SEXO	PARTIDO POLÍTICO	FAMÍLIA/ESC. TRADIC.	POS-CURSO/GRAD.	RELIGIÃO	PARENTES NA ÚPPEL	CARGO MAIS IMPORTANTE	
101	38	arquiteto	M	PMDB	sim	sim/esp	"cristão"	sim/irmão	prof./coord. curso
102	34	arquiteto	F	PT	-	-	-	sim/mãe	func./planejamento
103	69	advogado	M	IPDS/s.p.	-	-	-	sim/genro	lex-reitor
104	66	advogado/milit.	M	IPDS	-	sim	-	sim/filho	lex-pró-reit. adm.
105	39	advogado/jorn.	M	PP/TANCREDO	-	-	-	-	chefe com. social
106	56	dentista	F	is.p.	-	-	-	sim	vice-reitor
107	64	dentista	M	is.r.	-	-	-	sim/filho e filha	lex-reitor
108	50	agrônomo	M	PPFL	-	sim/esp	-	-	pró-reit. adm. planej.
109	48	contador	M	is.p.	-	-	-	-	pró-reit. adm.
110	66	agrônomo	M	PTB/PDT	-	-	-	sim/sobrinha	lex-vice reitor
111	52	artista plast.	F	is.p. "horror"	sim	-	sim/esp	sim/esposo e prima	direção e coord. fac.
112	41	agrônomo	M	is.p.	-	-	-	-	pró-reit. graduação
113		não quis dar entrevista							procurador jurídico
114	46	lecon. domést.	F	in.r.	-	-	-	sim/irmã	pró-reit. extensão
115	n.d.	lecon. domést.	F	is.p.	-	-	-	sim/irmã	dir. faculdade
116	71	médico	M	is.p.	sim	-	-	israelita	dir. faculdade
117	55	professor	M	PTB/PMDB	-	-	-	-	pró-reit. planej./grad.
118	55	advogado	M	PPFL	sim	-	-	sim/tio	lex-reitor
119	n.d.	leaq. civil	M	is.p.	-	-	-	-	vice-direção
120	58	professor	M	in.r.	-	-	-	sim/filho	vice-direção
121	59	agrônomo	M	is.p.	sim	-	-	sim/irmão	lex-vice-reitor
122	43	lecon. domést.	F	PT "esquerda"	-	-	sim/mestr.	sim/irmã, cunh. e primos	chefia departamento
123	65	agrônomo	M	in.r.	sim	-	-	sim/irmão, filha	lex-reitor UBS, dir. fac.
124	68	agrônomo	M	PMDB	sim	-	-	sim/2 filhos	lex-diretor curso
125	56	agrônomo	M	IPDS	sim	sim	-	-	lex-diretor curso
126		não quis dar entrevista							reitor
127	42	leaq. elétrico	M	in.r.	-	-	-	sim/esposa, irmão, cunh.	assessoria esp. reitoria
128	40	arquiteto	F	in.r.	-	-	sim/esp	sim/mãe, esposo	lex-diretor curso
129	66	agrônomo	M	UDM/PPFL/"social-cristão"	-	sim	sim	católica	lex-reitor

Período das entrevistas: De outubro de 1968 a março de 1969.

abreviaturas: n.r. - não respondeu
n.d. - não declarou
s.p. - sem partido político
esp. - especialização
mestr. - mestrado
- - sem resposta